



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

José Caio Quadrado Alves

**O ESPÍRITO DO ECOLOGISMO E A METAMORFOSE DO CAMPO:
um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência
climática (o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP)**

CAMPINAS

2022

José Caio Quadrado Alves

**O ESPÍRITO DO ECOLOGISMO E A METAMORFOSE DO CAMPO:
um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência
climática (o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO JOSÉ CAIO QUADRADO ALVES, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LEILA DA COSTA FERREIRA.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

AL87e Alves, José Caio Quadrado, 1995-
O espírito do ecologismo e a metamorfose do campo : um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência climática (o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP) / José Caio Quadrado Alves. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Leila da Costa Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores sem Terra (Brasil). 2. Reforma agrária. 3. Ecologia agrícola. 4. Mudanças climáticas - Aspectos sociais. 5. Conflito social. I. Ferreira, Leila da Costa, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The spirit of ecologism and the metamorphosis of the countryside

Palavras-chave em inglês:

Land reform

Agricultural ecology

Climatic change - Social aspects

Social conflict

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Leila da Costa Ferreira [Orientador]

Roberto Donato da Silva Júnior

Alfio Brandenburg

Data de defesa: 03-02-2023

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4810-3722>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8395661188447400>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02 de fevereiro de 2023, considerou o candidato José Caio Quadrado Alves aprovado.

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Prof. Dr. Roberto Donato da Silva Júnior

Prof. Dr. Alfio Brandenburg

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico à Neusa Paviato Botelho Lima (1961-2022) e Maria José Alves (1960-2022)

Agricultoras e militantes do MST cujo amor pela terra representou um ato de resistência e enfrentamento àqueles que buscam corromper a vida até a morte

Afinal, nas palavras dum sábio brasileiro que um dia ousou interceder pela natureza:

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem” (Chico Mendes)

AGRADECIMENTOS

Na atualidade, produz-se uma noção radicalizada da individualidade e muitos se permitem acreditar nos mitos da “autossuficiência”, “autodidata” e “independência”. Por outro lado, as ciências sociais nos ensinam, para o desconforto de alguns, que nada no que diz respeito ao comportamento e ações do ser-humano está isento das influências socioculturais das quais o sujeito está submetido. Apesar de podermos falar em individuação, não creio na individualização. Em outras palavras, somos interdependentes e devemos nossos conhecimentos às relações que constituímos e nos constituem. Acuso até mesmo Homero, cujos poemas atravessaram milênios, de ter sido agraciado ou iluminado pela voz de Calíope. O processo de produção do presente estudo não é exceção à regra. O trabalho aqui apresentado nunca seria possível sem algumas pessoas que me forneceram apoio, inspiração e carinho ao longo deste difícil percurso. Expresso aqui minha eterna gratidão a todos.

Aos agrofloresteiros e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os quais sem a efetiva colaboração seria impossível produzir esta dissertação. Gostaria de expressar aqui minha gratidão e admiração a todos. Pelo esforço que dedicam à defesa do bem-comum, mesmo nos momentos em que são exigidos sacrifícios desproporcionais. Pelo interesse no estudo. Pela disposição ao me receberem em suas casas, sempre sorridentes e gentis. Por confiarem e compartilharem a história de suas vidas, mesmo os momentos mais tristes e árduos, com um total estranho que, por diversos motivos, demonstrou-se interessado em ouvir. Por isso, sou extremamente grato.

Um agradecimento especial ao Joaquim Lauro Sando, engenheiro agrônomo e colaborador do MST que, com gigantesca disposição, guiou minhas andanças pelo assentamento e me apresentou pessoalmente aos agricultores que integram os programas voltados aos Sistemas Agroflorestais (SAFs) no Mário Lago.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGS/IFCH), assim como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pela oportunidade de apresentar aqui a minha primeira contribuição às discussões acerca das relações entre ambiente e sociedade. O espaço acadêmico e recursos cedidos pelo PPGS demonstraram a sensibilidade do programa em relação ao presente estudo, bem como a confiança depositada em minhas capacidades intelectuais.

Ao grupo de pesquisa Social Dimensions of the Global Environmental Changes in the Global South (LABGEC), alocado no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp (NEPAM). Pela leitura atenta ao projeto de pesquisa e recomendações bibliográficas. Ainda, pela oportunidade de participar do projeto “O desafio da governança das mudanças climáticas no Brasil: uma análise multinível e multiatores (o caso do estado de São Paulo)”, coordenado pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira (FAPESP 19/14867-2). Participação que rendeu um

capítulo no livro “A emergência climática: governança multinível e multiatores no contexto brasileiro” (FAPESP 22/10220-7).

Ao meu colega e grande amigo Guilherme Lemos Fest. Pelas longas conversas madrugadas adentro e comentários instigantes, os quais me proporcionaram novas reflexões ao longo da pesquisa. Ainda mais importante, pelo apoio e companheirismo de um verdadeiro camarada. Não me esquecerei de que nos momentos penosos, num esforço de entusiasmo, você sempre proferia o clamor “sobe monte, desce rio!”. Palavras que às vezes me pego dizendo sozinho quando sou confrontado por novos desafios. Espero que a leitura deste trabalho seja para você, assim como para qualquer outro leitor, tão agradável e estimulante quanto às nossas discussões.

Aos meus pais, José Sebastião Alves Filho e Edna Clementina Quadrado Alves. Cujo amor, carinho e suporte, sempre tão presentes, me permitiu chegar até aqui. Ambos, a custo de muitos sacrifícios, construíram bases sólidas de apoio sem as quais seria impossível superar as dificuldades que se impuseram nos últimos anos.

Afinal, esta dissertação não se tratou apenas de um desafio intelectual, mas principalmente de um ato de resistência. Em meio à maior crise sanitária dos últimos tempos, interpreto que os esforços para produzir ciência sob a sombra de um governo anticientífico e intolerante, representação fiel de uma parcela da sociedade brasileira, constitui um ato de resistência. Em alguns casos até mesmo de enfrentamento. Redigir palavras enquanto centenas de milhares de famílias eram vitimadas, a minha inclusa, pela Covid-19 e pelo descaso daqueles que deveriam assegurar o bem-estar do povo, foi, sem sombra de dúvidas, a experiência mais difícil e angustiante da minha vida. Ao menos até agora. Não por acaso, esse período me fez perceber de forma visceral o quanto sou grato pelos meus pais que, de diversas formas, inspiram-me coragem para confrontar às adversidades.

No mesmo sentido, agradeço ao meu avô José Quadrado, uma das pessoas mais carinhosas e serenas que conheci, e à minha tia Maria José Quadrado que, apesar do humor volátil, possui coração bondoso e sensível à dor alheia, especialmente quando se trata de seu sobrinho.

Por fim, à minha musa e parceira Emilyn Paro. Por ter me apresentado todo um mundo novo de discussões acerca da importância das agriculturas ecológicas e movimentos sociais do campo. Três anos atrás, você plantou e cultivou esta semente de inspiração. Hoje, ela finalmente dá frutos. Ainda, por seu carinho e paciência. Incontáveis foram às vezes em que conversamos e refletimos juntos sobre esta pesquisa. Seu apoio e confiança significaram para mim mais do que eu posso expressar aqui. Ainda sim, saiba que sou profundamente grato.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Bem sabemos que o homem é uma espécie de bolor feroz que deu no mundo. Acabou com milhões de plantas para só deixar nascer pastos de bois e comidas de gentes, liquidou quase todas as milhares de espécies de animais, trocando-as por galinhas e bodes. Sim, esta é nossa tradição. O novo é que, agora, frente à visão do desastre iminente, começamos a suspirar por uns céus azuis de ares lavados. Queremos águas cristalinas, florestas virgens e bicharadas louçãs. O diabo é que por estes bens supremos apenas suspiramos no nível da poesia ou de prece. Enquanto isso, no mundo das coisas reais onde nosso destino é decidido, a ordem é corromper a vida até a morte.

A Civilização Emergente

Darcy Ribeiro

RESUMO

Nas últimas décadas, a mudança climática global tem ganhado cada vez mais profundidade e o reconhecimento como um problema que demanda urgência de ações efetivas por parte das sociedades modernas. Todavia, mesmo se tratando de um colapso climático antropogênicos, os esforços das ciências ambientais ainda se concentram na pergunta “o que podemos fazer para mudança climática?” ou “quais as saídas tecnológicas para este problema?”. Por outro lado, o presente estudo, partindo dos pressupostos teóricos da sociologia das metamorfoses, possui como pergunta fundamental “o que a mudança climática pode fazer para nós?” ou “como a problemática ambiental possibilita transformações sociais?”. O objetivo central refere à análise das emergências de valores associados às urgências climáticas, considerando em particular as mudanças nos setores da agricultura e fundiário no Brasil. Propõem-se discutir em que medida novas perspectivas de ordenamento político e social favorecem o reconhecimento de agriculturas ecológicas, assim como o processo de *metamorfose do campo*. Utilizando da abordagem teórico-metodológica da sociologia das justificações, são analisadas as estratégias argumentativas de legitimação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP. Trata-se em particular das justificações e provas de veracidade de ordem ecológica que fundamentam, social e judicialmente, a proposta de reforma agrária na região. Em conclusão, mesmo frente ao abandono do poder público e desmonte de políticas agroalimentares, o MST e seus colaboradores são capazes de fomentar e valorar a pauta agroecológica, assim como construir pelos arranjos institucionais locais argumentos que incorporam princípios de ordem ecológica para, cobrando ações mais efetivas do Estado em nível municipal, estadual e federal.

Palavras chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Reforma agrária; Ecologia agrícola; Mudanças climáticas - Aspectos sociais; Conflito social.

ABSTRACT

In recent decades, global climate change has gained more and more recognition as a problem that urgently demands effective actions on the part of modern societies. However, even when dealing with an anthropogenic climate breakdown, environmental science efforts still focus on the question “what can we do about climate change?” or “what are the technological solutions for this problem?”. On the other hand, the present study, based on the theoretical assumptions of the sociology of metamorphoses, has as its fundamental question “what can climate change do for us?” or “how does the environmental issue enable social transformations?” The central objective refers to the analysis of the emergence of values associated with climate emergencies, considering in particular the changes in the agriculture and land sectors in Brazil. They propose to discuss to what extent new perspectives of political and social order favour the recognition of ecological agriculture, as well as the process of metamorphosis of the field. Using the theoretical-methodological approach of the sociology of justifications, the argumentative legitimization strategies of the Landless Workers Movement in the Mário Lago settlement, Ribeirão Preto/SP are analyzed. It deals in particular with the justifications and proofs of the veracity of an ecological nature that underlies, socially and judicially, the proposal for agrarian reform in the region. In conclusion, even in the face of the abandonment of public power and the dismantling of agro-food policies, the MST and its collaborators are capable of promoting and valuing the agroecological agenda, as well as building arguments through local institutional arrangements that incorporate principles of an ecological nature to, demanding more of the State at municipal, state and federal levels.

Keywords: Landless Workers Movement; Land reform; Agricultural ecology; Climatic change - Social aspects; Social conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Emissões de gases de efeito estufa do Brasil entre 1990 e 2018 (em MtCO ₂ e).....	43
Figura 2. Brasil e São Paulo: população urbana e rural (1940-2010).....	47
Figura 3. Risco de contaminação por Nitrato em áreas de afloramento do Aquífero Guarani.	79
Figura 4. Mapa do Município de Ribeirão Preto/SP de 2000, indicando o uso e ocupação do solo.	81
Figura 5. Mosaico fotográfico do município de Ribeirão Preto/SP, mostrando a vegetação natural existente em 1962.	82
Figura 6. Carta Ambiental de Ribeirão Preto/SP (2018).	85
Figura 7. Perímetro de expansão urbana de Ribeirão Preto/SP (2018).	86
Figura 8. Fazenda da Barra antes e depois da degradação.	93
Figura 9. Planta do Assentamento Mário Lago.	104
Figura 10. Do engenho agroindustrial da cana-de-açúcar ao assentamento agroflorestal.....	106
Figura 11. Trajetórias.	139
Figura 12. Brigada Ana Primavesi	154
Figura 13. Evolução do preço da terra no estado de São Paulo (1995-2014).....	195
Figura 14. Obras de arte de Haeckel.....	195
Figura 15. Estrada próxima ao Centro de formação Dom Hélder Câmara.....	196
Figura 16. Área de reserva permanente próxima ao Centro de Formação Dom Hélder Câmara.	196
Figura 17. Canteiro agroflorestal I no Centro de Formação Dom Hélder Câmara.	197
Figura 18. Canteiro agroflorestal II no Centro de Formação Dom Hélder Câmara.	197
Figura 19. Canteiro agroflorestal I na Brigada Ana Primavesi.	198
Figura 20. Canteiro agroflorestal II na brigada Ana Primavesi.....	198
Figura 21. Lote agroflorestal assentados (foto I).....	199
Figura 22. Lote agroflorestal assentados (foto II)..	199
Figura 23. Lote agroflorestal assentados.(foto III).	200
Figura 24. Lote agroflorestal assentados (foto IV).....	200
Figura 25. Lote agroflorestal assentado (foto V).....	201
Figura 26. Lote agroflorestal assentado (foto VI).	201
Figura 27. Lote agroflorestal assentado (foto VII).	202
Figure 28. Lote agroflorestal assentado (foto VIII).....	202
Figura 29. Lote agroflorestal assentado (foto IX).	203
Figura 30. Lote agroflorestal assentado (foto X).....	203
Figura 31. Lote agroflorestal assentado (foto XI).	204
Figura 32. Lote agroflorestal assentado (foto XI).	204
Figura 33. Lote agroflorestal assentado (foto XII).	205
Figura 34. Lote agroflorestal assentado (foto XIII).....	205
Figura 35. Lote agroflorestal assentado (foto XIV)..	206
Figura 36. Lote agroflorestal assentado (foto XV), mudas de café.....	206
Figura 37. Lote agroflorestal assentado (foto XVI).	207
Figura 38. Lote agroflorestal assentado (foto XVII).	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cités das sociedades em situação de modernidade.....	31
Tabela 2. Justificações e motivações em torno da reforma agrária.	35
Tabela 3. Os quatro níveis de percepção do mundo.	51
Tabela 4. Ciclos globais.	52
Tabela 5. Tipologia das lideranças políticas latino americanas.....	55
Tabela 6. Discursos presidenciais sobre o papel dos biocombustíveis na política climática nacional.....	64
Tabela 7. Originários urbanos.	140
Tabela 8. Originários Rural Urbano.	140
Tabela 9. Originários do Campo.	141
Tabela 10. Grupos envolvidos com o assentamento Mário Lago no projeto Agroflorestar...	154
Tabela 11. Programas agroflorestais.	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I. Como a problemática ambiental possibilita transformações sociais: introdução às abordagens teórico-metodológicas e problema de pesquisa	21
Introdução	21
A metamorfose do campo	23
Teoria sobre as economias da grandeza	26
A questão agroecológica	34
Conclusão.....	39
CAPÍTULO II: Silenciamento do campo: formação da agricultura antiecológica e a atuação política do agronegócio sucroalcooleiro em tempos de emergência climática	41
Introdução	41
O silenciamento do campo.....	45
Formação do patriciado moderno	54
Subsídios à cana-de-açúcar	65
Conclusão.....	69
CAPÍTULO III: Reforma agrária e a defesa do meio ambiente: conflitos argumentativos em torno das áreas de afloramento do aquífero guarani (o caso do município de ribeirão preto/SP).....	72
Introdução	72
Resposta nacional às emergências climáticas	72
A questão agroecológica em ribeirão preto/SP	77
A virada agroecológica	86
Reforma agrária em defesa do meio ambiente.....	89
O projeto de desenvolvimento sustentável da barra	101
Conclusão.....	104
CAPÍTULO IV: O espírito do ecologismo e as provas de veracidade: justificações e os intermediadores agroecológicos do assentamento Mário Lago.....	107
Introdução	107
O espírito do ecologismo e a moral ecológica	109
Motivações e justificações em torno do assentamento Mário Lago e da agricultura ecológica	119
Práticas agroflorestais e as provas de veracidade	142

Capítulo V. Agentes da metamorfose do campo: estratégias para legitimação da reforma agrária em espaços de ação cosmopolita	158
Introdução	158
Espaços e atores cosmopolitas	159
Disputas pelo futuro	165
Considerações finais	175
Referências bibliográficas	179
ANEXOS	195

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é vinculado ao projeto “O Desafio da Governança das Mudanças Climáticas no Brasil: uma análise multinível e multiatores (o caso do Estado de São Paulo)”, processo 19/14867-2, coordenado pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira. Com efeito, busca investigar como as cidades médias no estado de São Paulo respondem às emergências climáticas globais no século XXI.

O presente trabalho tem como problemática central a metamorfose dos conflitos sociais no campo em tempos de emergência climática. Assim, considerando em especial os municípios de médio porte no estado de São Paulo, foi escolhido como objeto de estudo o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP. Trata-se de um assentamento oriundo da política de reforma agrária e com fundamentação em críticas e justificações de ordem ecológica. Ou seja, neste caso em particular, os princípios de defesa do meio ambiente assumem o protagonismo na disputa por terras e na contestação do latifúndio, fenômeno em certa medida inédito. Nesse sentido, os trabalhos do sociólogo Paulo Eduardo Moruzzi Marques e do grupo de estudos Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL/Esalq) foram de grande inspiração, pois analisam em diversos casos como a problemática ambiental vem sendo inserida nas disputas em torno do mundo agroalimentar, em particular no estado de São Paulo.

Assim, buscando responder a questão levantada por Ulrich Beck “O que a mudança climática faz para nós, e como ela altera a ordem da sociedade e a política?”, utilizo de quatro correntes do pensamento social e antropológico para formular minhas explicações sobre a metamorfose dos conflitos sociais no campo: **a)** a sociologia das justificações ou sociologia pragmática da crítica, cujos principais autores são Luc Boltanski e Laurent Thévenot; **b)** a abordagem cognitiva das políticas públicas, tendo como principal representante Pierre Muller; **c)** a ecologia humana ou antropologia ecológica, em especial os trabalhos de Arun Agrawal, Elinor Ostrom e Emilio Moran; **d)** e por fim, a sociologia das metamorfoses, edificada por Ulrich Beck.

Deste modo, pretende-se colaborar para o avanço das discussões acerca das relações entre sociedade e meio-ambiente, considerando em particular as metamorfoses no mundo agroalimentar.

INTRODUÇÃO

Hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.

Sumo Pontífice Francisco, 24 de maio de 2015.

Nas últimas décadas, o agravamento da crise climática global tem evidenciado que, de forma cada vez mais clara, não se trata de um problema puramente ambiental e cujas alternativas ou soluções seriam apenas tecnológicas. Trata-se de uma crise ecológica e, nesse sentido, as discussões não devem ser isoladas e limitadas pelas fronteiras do otimismo desenvolvimentista, mas sim constituírem visões holísticas que abarquem também fenômenos culturais e sociais. Conforme as relações insustentáveis entre sociedade e natureza produziram novas pautas na política internacional, uma vez que a mudança climática passa a ser vista como emergência climática, surgem também discussões sobre os aspectos éticos das ações antrópicas sobre o clima. Parte da sociedade passa então a defender formas de inclusão da natureza numa perspectiva ética, levando ao reconhecimento de seu valor intrínseco (KORTENKAMP & MOORE, 2001). Ou seja, não mais as justificativas antropocêntricas, fundamentadas na crença da humanidade como centro do universo moral, reinam soberanas em tempos de emergência climática.

É importante pontuar que a crise climática se dá por obra de ações vistas como virtuosas e justas, mesmo desconsiderando o valor da natureza e as relações ecológicas. Isto é, os riscos de catástrofes climáticas são males indesejados produzidos pelo êxito na legitimação do sistema industrial capitalista (BECK, 2018). Nesse sentido, considerando que a realidade social também se traduz num *senso moral* vigente (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006), a legitimidade atribuída às *ações antrópicas antiecológicas* só podem ser confrontadas através de *dispositivos morais* (WERNECK, 2012) capazes de rebaixar a grandeza de ações predatórias e exaltar a grandeza de ações sustentáveis. Em outros termos, disputar os referenciais ou percepções que fundamentam as políticas públicas e fronteiras dos diferentes setores das sociedades modernas (MULLER, 2018) – agricultura, fundiário, educação, indústria etc.

Ainda, é necessário afirmar que, sem temor às reações dos atores econômicos beneficiados pelo atual modelo de modernidade, o “clamor dos pobres” é também o “clamor da terra”. Trata-se da camada mais afetada pela mudança do clima, assim como aqueles que

menos contribuem para as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) ou gozão de benefícios oriundos da destruição ecológica do planeta (IPCC, 2021). Assim, tão somente tratando dos movimentos populares que reivindicam justiça social e climática será possível compreender, numa espécie de desencanto da crença no desenvolvimentismo tecnológico, como a problemática climática produz metamorfoses sociais. Em outras palavras, não se trata mais de luta de classes, mas sim de luta de classes de risco (BECK, 2018). Os interesses em torno da manutenção do atual modelo de sociedade capitalista, porque não haveria como ser de outra forma, conduz à degradação do meio ambiente e do bem-estar social.

Nesse sentido, evidencia-se, considerando em particular os setores da agricultura e fundiário, o potencial de legitimação dos movimentos sociais do campo no processo de adesão das práticas agrícolas ecológicas em contraposição ao atual modelo convencional de agricultura. Isto é, o clamor por justiça na construção de argumentos passa a expressar uma nova percepção social e jurídica que engrandece ações coerentes à ordem ecológica e manifesta críticas à agricultura moderna (MORUZZI MARQUES, 2014).

Trata-se de um processo de metamorfose dos conflitos sociais do campo. Ou seja, os anseios globais por um mundo mais sustentável são traduzidos nas disputas pelos referenciais das políticas públicas dos setores agricultura e fundiário. Princípios e fundamentos como a *preservação do meio ambiente e função social da terra* ganham novo folego nas discussões instrucionais e fornecem maior legitimidade para interpretação da política de reforma agrária como dispositivo de defesa do meio ambiente. Da mesma forma, manifestações, ocupações e reivindicações promovidas por movimentos sociais do campo, cuja pauta agroecológica é apresentada como um de suas principais bandeiras, adquirem maior grandeza numa realidade social em que são justas e necessárias as ações em defesa da natureza.

Importante ressaltar que os atuais conflitos sociais ocasionados pela mudança do clima representam fenômenos inéditos na história da humanidade. Não apenas pela proporção dos eventos climáticos, mas em especial pela repercussão na rede de interdependência global que se constituiu nas últimas décadas. Podemos dizer que o processo civilizador assumiu proporções globais, possibilitando que, mesmo com ruídos e desentendimentos, novas formas de cooperação se estabelecessem (ELIAS, 1994). O termo civilização é utilizado aqui para indicar as sociedades em que a monopolização do uso legítimo da força favoreceu outras formas de relação social e conflitos que não através do emprego da força física. Em outros termos, a troca da espada pela palavra (Ibidem). Bem como produziu um forte condicionamento psicológico de *autocontrole*, viabilizando a predominância de ações

pensadas em longo prazo, assim como a expansão das redes de cooperação e interdependência entre os indivíduos (Ibidem).

Nesse sentido, o que Beck (2010) denomina a *sociedade de risco* pode ser interpretado como uma nova etapa do processo civilizador. A radicalização da modernidade, do pensamento em longo prazo como forma de contraposição às paixões e vontades imediatas. Uma vez que se estabelece o amplo entendimento das probabilidades relacionadas às determinadas ações, a negação dos riscos possuem consequências que não mais são concebidas pela maior parte da sociedade como fenômenos ocasionados pela ira de Deus ou pelo infortúnio do acaso. A negação dos riscos, assim como a concretização dos riscos, geram reações sociais e políticas que não mais podem ser ignoradas pelos tomadores de decisão. No caso brasileiro, me aventuro em afirmar que a negação da crise climática e dos riscos de determinados posicionamentos pelo governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, em especial ao longo da pandemia de COVID-19 – negligenciar o combate às práticas predatórias na floresta amazônica, incentivar a não utilização de mascarar, fomentar aglomerações e desacreditar a segurança e eficiência de vacinas, por exemplo – ocasionou também numa perda de popularidade que, por sua vez, traduziram-se na derrota pelas urnas no dia 30 de outubro de 2022.

Com estas questões postas, apresento a seguir os caminhos tomados pelo presente estudo para produzir a tese da *metamorfose do campo*. O trabalho está dividido em quatro capítulos dedicados aos diferentes aspectos do fenômeno:

Em primeiro lugar, são apresentadas as abordagens teórico-metodológicas utilizadas para formulação do problema e análise dos dados coletados, bem como o objeto de pesquisa e as justificações para tal escolha. Expondo efetivamente os pressupostos teóricos, suas limitações e as formas de enquadramento do objeto a ser estudado. O que se propõem é investigar a influência de novos princípios morais em regimes de conflito discursivo, considerando em particular justificações de ordem ecológica. Por certo, expondo de que modo essa nova concepção de justiça e virtude pode legitimar ações e posicionamentos, assim como constituir novos horizontes normativos em tempos de emergência climática.

Segundo, é demonstrada a relação entre o latifúndio moderno e o aprofundamento da crise socioambiental que, devido uma série de negligências para com as pautas de defesa do meio ambiente e bem-estar social, adquiriu nos últimos anos proporções gigantescas. Além disso, o capítulo também trata da estrutura política do agronegócio, em especial da atuação do setor sucroalcooleiro na construção de “retóricas ambientalistas”. Ou seja, os esforços para

legitimar, camuflando certas contradições, o latifúndio e o sistema agrícola convencional frente às novas demandas globais por práticas sustentáveis;

A terceira parte trata diretamente do caso do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto/SP. Num primeiro momento, o capítulo expõem os efeitos dos acordos nacionais para gestão do clima, formulados inicialmente como forma de expressar o comprometimento do Brasil para com a agenda climática global. Com efeito, o capítulo demonstra como a emergência de instituições, planos e políticas nacionais e regionais voltadas para gestão climática viabilizaram a instauração de conflitos socioambientais ou socioecológicos no país. Ou seja, situações onde atores sociais, possuindo respaldo jurídico, mobilizam críticas e acusações contra práticas predatórias e reivindicam a defesa do meio ambiente.

Além disso, tendo como fundamentação a abordagem da sociologia das justificações, são tratados os conflitos argumentativos em torno da então Fazenda da Barra, desapropriada no final de 2003 para fins de reforma agrária. Considera-se em particular a mobilização de argumentações de ordem ecológica pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra junto ao Ministério Público e INCRA a fim de justificar a desapropriação do imóvel rural em questão. Como estratégia central de legitimação jurídica, os atores sociais articularam suas justificações com base nos fundamentos constitucionais de *defesa do meio ambiente e função social da terra*. A proteção na vegetação natural e das águas do Aquífero Guarani, tendo em vista que a propriedade se encontra em áreas de afloramento, foram de extrema importância para fortalecer o caráter ecológico das argumentações através de fatores locais.

No quarto capítulo trataremos da *sociogênese* da moral ecológica. Em outras palavras, o processo de formação da ordem de justiça ecológica e suas particularidades, assim como o percurso de ascensão da perspectiva ecológica como parte do *senso moral* das sociedades modernas. Tendo como ápice o atual contexto de crise climática global.

No capítulo cinco, são apresentados os conceitos de *ator cosmopolita* e *espaço de ação cosmopolita*, contribuições da sociologia das metamorfoses que possuem grande potencial para tratar de fenômenos globais em estudos localizados.

Por fim, no capítulo quatro e cinco são apresentadas três frentes de análise que constituem os últimos trabalhos empíricos do presente estudo: **a)** coleta dos relatos de interlocutores diretamente envolvidos com as pautas agroecológicas e agroflorestais que fundamentam a proposta do assentamento Mário Lago; **b)** acompanhamento das atividades apontadas pelos próprios interlocutores como provas de veracidade dos discursos justificativos de ordem ecológica; **c)** Revisão das audiências públicas sobre o Plano Diretor de Ribeirão Preto. Tendo como propósito central o acompanhamento dos conflitos discursivos

em torno das áreas de afloramento do Aquífero Guarani, onde está localizado o assentamento Mário Lago.

A presente dissertação também tem como proposta demonstrar através de imagens e dados concretos aquilo que chamo de *metamorfose do campo*. Assim, é comum o emprego de mapas e gráficos que permitam expressar na realidade material as transformações socioambientais disponíveis em estudos e relatórios oficiais. Ao longo do texto, em especial no capítulo três, também existe a preocupação em demonstrar as relações entre processos sociais e jurídicos. Isto é, as estratégias institucionais adotadas pelos atores sociais para legitimação e conquista da reforma agrária na região. Assim como a importância da atuação de cada categoria, movimentos sociais do campo, ministério público e INCRA.

O encanto pela problemática ecológica, que motivou a realização deste estudo, dá-se pela forma como todas as coisas e seres integram uma gigantesca rede de interdependência. Disputando, mas acima de tudo cooperando, mesmo que indiretamente, para manutenção do equilíbrio climático. Ainda, o cuidado da casa comum é a valorização daquilo de mais único no universo conhecido. Trata-se de um bem disfrutado por todos, caso se permita a expressão de tamanha diversidade e união da vida. É nesse sentido que aqueles que podem fazer alguma coisa devem cumprir com seu *dever natural* e assegurar o *direito natural* das futuras gerações de um planeta ecologicamente saudável (POTTER, 2016).

Por outro lado, compreendo que os principais causadores da crise climática são também os menos interessados numa verdadeira metamorfose da realidade social. Os ganhos imediatos possuem muita força sobre o senso *de virtude e justiça* dos atores econômicos. É nesse sentido que o estudo é também motivado por um encanto pelos movimentos sociais do campo. São justamente aqueles que menos contribuem para crise, mas os primeiros e menos amparados a serem afligidos pela seca, pela fome e pelas doenças. Ainda sim, considerando o caso brasileiro, é justamente na agricultura familiar que se apresentam gigantescos esforços para construção de soluções verdadeiramente ecológicas para agricultura. Ainda, onde se expressa o amor pela terra e assim, considerando seu valor intrínseco e não como simples recurso ou espólio, torna-se possível a emergência duma *ética da terra* (LEOPOLD, 1970). A diferença se faz entre aqueles que podem esperar mais um pouco e aqueles que têm pressa, entre aqueles que podem futuramente escolher práticas mais sustentáveis e aqueles que não têm escolha e devem, porque não há outra forma, posicionar-se por uma agricultura mais sustentável.

CAPÍTULO I. Como a problemática ambiental possibilita transformações sociais: introdução às abordagens teórico-metodológicas e problema de pesquisa

Introdução

Na obra “O Novo Movimento Teórico”, Jeffrey C. Alexander (1987) propõem uma discussão sobre as diferentes formas do fazer sociológico no século XX. Trata-se em particular de uma tentativa de conciliação entre dois grandes campos das ciências sociais que, em resposta às limitações do funcionalismo, surgem a partir dos anos 1950 como alternativas às complexas problemáticas na modernidade. Alexander aponta então caminhos para um novo movimento teórico capaz de romper com o isolamento das *macro* teorias, na época representadas especialmente pelo estruturalismo de Pierre Bourdieu (1930-2002) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009), assim como das *micro* teorias, expressas principalmente pela etnometodologia de Harold Garfinkel (1917-2011) e pelo interacionismo simbólico de Erving Goffman (1922-1982). Argumentando como necessária a edificação de um modelo teórico e analítico capaz de vislumbrar no mundo social as inter-relações entre ação e estrutura. Assim, a resposta estaria em compreender a liberdade de ação dos indivíduos com relação às imposições da estrutura social que, por sua vez, estariam sujeitas à mudança.

O presente capítulo apresenta duas abordagens teórico-metodológicas que nascem a partir da problemática ação e estrutura e se demonstram extremamente fecundas para o estudo das transformações do mundo social. A principal questão levantada aqui são as mudanças cognitivas ou no modo de conceber as políticas públicas voltadas ao setor fundiário e da agricultura em tempos de emergência climática global, considerando em particular a política de reforma agrária no Brasil. Trata-se então dum estudo acerca das respostas às novas crises provocadas pelo processo de radicalização da modernidade (GIDDENS, 1991). Ou seja, os esforços políticos e culturais de diferentes atores na tentativa de mudar os comportamentos nocivos ao bem-estar socioambiental na sociedade moderna (BECK, 2018).

De acordo com Beck (2018), com a chegada das emergências climáticas globais não mais podemos compreender as transformações da ordem social apenas através dos conceitos de reforma ou revolução. A modernidade tardia ou sociedade de risco traz consigo a possibilidade de mudanças mais profundas, historicamente sem precedentes, que alteram o mundo social de formas antes impensadas. Em outras palavras, trata-se do processo de

metamorfose do mundo, em que velhas certezas se esfurelam frente às probabilidades de catástrofes globais. Com efeito, questões locais e regionais não mais concernem apenas às Estado-nações, trata-se de problemas e ações intimamente relacionados ao equilíbrio climático global. É anunciado então o que na abordagem cognitiva das políticas públicas Muller (2018) denominou como o ciclo do Estado-sustentável. Ou seja, através do processo reflexivo (confrontação) dos riscos de catástrofes climáticas globais, são atribuídos novos sentidos aos referenciais que orientam e constituem as políticas públicas dos diferentes setores nas sociedades de risco.

Nos anos 1990, floresce na academia francesa a abordagem teórico-metodológica conhecida como sociologia pragmatista da crítica, possuindo como seus principais teorizadores Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Partindo duma perspectiva filosófica com origens no empirismo e das contribuições da etnometodologia e do interacionismo simbólico, é fundamentada uma sociologia da moral que busca dar conta da análise de momentos com imperativo de justificação, situação denominada *regime de justiça* (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). A justificação de determinada ação ou posicionamento é um ato de reação à crítica de um ator (individual ou coletivo) que, ao discordar ou não compreender o *sentido* da ação, exige assim a “prestação de contas”. Ou seja, no testemunho da quebra de alguma regra moral comum, o incômodo por parte de um dos lados produz uma reação imperativa, a crítica. Nas palavras de Alexandre Werneck (2012), “como se a regra se transformasse em uma pessoa para, com suas forças, ingressar em uma luta em favor de sua posição” (p. 36). Assim, como na questão levantada por Alexander (1987), trata-se de um dos problemas clássicos das ciências sociais, o choque entre ação e estrutura.

Efetivamente, trataremos em um primeiro momento da abordagem da sociologia das metamorfoses (BECK, 2018), pressuposto teórico fundamental para a formulação da nossa pergunta de pesquisa; segundo, serão apontadas as contribuições teórico-metodológicas da sociologia pragmatista da crítica ou sociologia das justificações (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006), considerando em particular às possibilidades de análise dos conflitos argumentativos em torno da questão fundiária e agrícola no Brasil; por fim, serão apresentados os objetivos e a problemática de pesquisa, assim como os tipos de dados coletados e métodos utilizados.

A metamorfose do campo

A modernidade tardia ou sociedade de risco apresenta novos conflitos sociais que surgem não apenas como consequência da radicalização das desigualdades de bens, mas pela produção e distribuição desigual dos males.

A sociedade de classe nacional baseia-se na distribuição de bens [...] a sociedade de risco mundial baseia-se na distribuição de males (riscos climáticos, riscos financeiros, radiação nuclear), que não estão confinados nem no tempo nem por fronteiras territoriais de uma única sociedade (BECK, 2018, p. 109).

De acordo com o último relatório do IPCC (2021), cujo pela primeira vez na história examinou variáveis socioeconômicas, os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 49% das emissões de GEEs enquanto os 50% mais pobres da população mundial são responsáveis por apenas 10% das emissões de GEEs. Além disso, são justamente as comunidades mais carentes aquelas com maior exposição aos riscos das mudanças climáticas. Ou seja, não se trata apenas de luta de classes e sim de luta de classes de risco. Assim, as abordagens tradicionais da sociologia, que tratam das desigualdades sociais apenas pela distribuição de bens sem males, são incapazes de compreender as implicações dos novos fenômenos ambientais na reorganização do mundo social. Em outras palavras, o processo de metamorfose dos conflitos sociais (BECK, 2018). As disposições das classes de risco devem então ser distinguidas segundo “(1) à reprodução, (2) à transformação de classes sociais em relação (3) à distribuição de bens sem males, ou (4) a distribuição de bens e males” (Idem, 2018, p.109).

Riscos, por sua vez, não significam a catástrofe em si, mas sim as possibilidades de catástrofes. O pensar sobre os riscos é então uma ação reflexiva (confrontação) da sociedade para com as probabilidades (BECK, 2011). Conforme os riscos associados às práticas predatórias se tornam mais evidentes e socialmente reconhecidos, o estado de crise climática global torna-se cada vez mais relevante na realidade social, adquirindo espaço nas agendas governamentais e discussões do cotidiano. Assim, o risco ambiental se impõe como um fator de peso a ser considerado na tomada de posicionamentos. Da mesma forma, a gestão do meio ambiente não mais se limita à fatores locais e regionais, possuindo implicações globais que também devem ser levadas em consideração. De acordo com Ulrich Beck (2018), “o

‘nacionalismo metodológico’, a concepção de mundo que gira em torno da nação, deve ser substituído pelo ‘cosmopolitismo metodológico’, a concepção de que a nações gira em torno do ‘mundo em risco’.” (pp. 57).

Para além das discussões acerca da reprodução social, a pergunta sociológica e analítica que fundamenta a sociologia das metamorfoses trata dos processos de transformação do mundo social frente aos riscos climáticos globais. Em outras palavras, “o que a mudança climática faz para nós, e como ela altera a ordem da sociedade e a política” (Idem, pp. 55). Ou ainda, como a problemática ambiental efetivamente produz transformações sociais, seja na reavaliação dos valores da sociedade moderna ou na produção de arranjos institucionais nunca antes pensados.

Os males da sociedade de risco, produzidos de forma indesejada e em grande medida invisíveis, provocaram um choque antropológico que constitui uma força de transformação social gigantesca. Possibilitando então o processo denominado na sociologia das metamorfoses como *catastrofismo emancipatório*. Ou seja, é através da confrontação dos riscos de catástrofes globais, gerados pelo sucesso do modelo de desenvolvimento capitalista, que modelos alternativos de modernidade nascem.

Um dia, quando a história do catastrofismo emancipatório for escrita, ela começará não com a questão do risco climático global, mas com as experiências e os horrores da Segunda Guerra Mundial como um importante deslocamento histórico em que o potencial emancipatório do risco de guerra global levou à criação de uma série de instituições cosmopolitas: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, de maneira mais significativa, a União Europeia (UE). Esse foi um momento de metamorfose cosmopolítica. Evidentemente, este é um pós-argumento. Ele não pretende sugerir que precisamos de uma catástrofe como a Segunda Guerra Mundial para alcançar a política emancipatória. É a experiência da catástrofe que viola as normas ‘sagradas’ da civilização e da humanidade e, com isso, cria um choque antropológico a partir do qual respostas institucionais se tornam possíveis e podem ser institucionalizadas no nível global, não automaticamente, mas por meio de importantes esforços culturais e políticos (BECK, 2018, p. 152).

Cabe ressaltar aqui, a sociologia das metamorfoses não considera que apenas os riscos constituem a força criativa da sociedade. Nem mesmo que sejam necessárias catástrofes para que ocorram transformações radicais da ordem social. Por outro lado, trata-se de uma abordagem sociológica dedicada às questões sociais em torno do risco, justamente pela relevância que o tema adquiriu com o processo de radicalização da modernidade.

De qualquer forma, Beck (2018) define o catastrofismo emancipatório a partir de três fenômenos: primeiro, as normas são produzidas em decorrência de violações das *normas*

sagradas (não escritas) da existência humana e da civilização; em segundo lugar, é justamente essa violação das *normas sagradas* que provoca um *choque antropológico*; por fim, o processo provoca uma *catarse social*.

O catastrofismo emancipatório e a metamorfose do mundo não são processos automáticos, em que bastaria a confirmação dos riscos globais para a apreciação de mudanças efetivas. Pelo contrário, são os esforços políticos e culturais de diferentes atores sociais que constituem o processo de metamorfose. Além disso, esses esforços não se limitam apenas à atuação de atores da política convencional, mas especialmente pelo empenho da sociedade civil organizada. As políticas públicas voltadas para mitigação das mudanças climáticas não causam efeito imediato, tratam-se de políticas voltadas para a preservação das gerações futuras. Da mesma forma, políticas de adaptação às mudanças climáticas não produzem grandes impactos aos grupos com maior poder aquisitivo. Como no caso dos 10% mais ricos do planeta e principais responsáveis pelas mudanças climáticas globais (IPCC, 2021). Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham um papel chave para o avanço das pautas ambientais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os interesses dos movimentos sociais vão para além das causas imediatas e através da mobilização dos grupos mais vulneráveis reivindicam justiça ambiental e igualdade social (BARBI e FERREIRA, 2018, 2016; MARTINS e FERREIRA, 2012). Trata-se então da articulação de atores com motivações de cunho ecológico e cívico dentro do campo da política.

Os movimentos sociais do campo, por sua vez, representam uma das classes de risco mais expostas aos efeitos da crise climática global, os sem terra. Desde anos 2000, com a incorporação do modelo agroecológico à sua proposta de reforma agrária popular, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem sido um ator chave para as discussões da agenda ambiental no país. Através da denúncia de latifúndios ambientalmente irregulares, que não cumprem com a função social da *preservação ambiental*, foram realizadas desapropriações para fins de reforma agrária com fundamentação na defesa do meio ambiente (GONÇALVES & SCOPINHO, 2010). Assim, considerando em particular o caso do MST, se constitui, em algumas situações, uma política de reforma agrária ambientalmente diferenciada, conciliando a produção de alimentos saudáveis com a proteção dos ecossistemas (AGUIAR, 2011; GOLDFARB, 2007).

Ainda, tendo em vista a complexidade dos problemas socioambientais, onde “qualquer conjunto único e abrangente de leis formais destinadas a governar uma grande extensão

territorial de diversos nichos ecológicos fracassará em muitos dos habitats onde deve ser aplicado.” (OSTROM, 1994). As emergências climáticas tornam necessária a atuação multinível - governos subnacionais e nacionais - assim como a atuação de multiatores - movimentos sociais, ONGs, associações - para construção de alternativas coerentes às particularidades ecológicas, sociais e culturais dos territórios (FERREIRA, 2013, 2017, 2018). Desta forma, governança ambiental refere-se à atuação de multiatores em multiníveis na gestão do meio-ambiente (BORGES, 2018). Efetivamente, o processo de distribuição de terras e a edificação duma política de reforma agrária com fundamentações ecológicas representa então a inclusão de grupos extremamente vulneráveis às mudanças climáticas no processo de governança ambiental.

O que denominamos aqui como a metamorfose do campo é então o processo de reavaliação dos valores e referenciais que constituem as políticas de gestão dos setores fundiário e agricultura, produzindo assim novos horizontes normativos. Em outras palavras, a função social da *preservação do meio ambiente* não mais se limita às questões regionais, adquirindo maior sustentação em decorrência das emergências climáticas e dos anseios globais por uma sociedade sustentável. Como já foi mencionado, não se trata dum processo passivo ou automático, a metamorfose do campo ocorre através dos esforços de diferentes atores, do choque entre ação e estrutura. Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais do campo é especialmente importante, pois são eles que constituem a frente mais ampla de enfrentamento ao latifúndio e à agricultura antiambiental.

Teoria sobre as economias da grandeza

Os indivíduos cotidianamente produzem, concebem e expressam a realidade social da qual integram. Ações desse gênero não devem ser ignoradas como fenômenos sem consequências reais ou irrelevantes para os estudos sociológicos. “Discursos são formas de falar, pensar ou representar um assunto ou tópico em particular. Eles produzem conhecimentos significativos sobre o assunto. Esse conhecimento influencia práticas sociais, assim como consequências e efeitos reais” (HALL, 1992, p. 295).

Nesse sentido, a sociologia das justificações apresenta uma abordagem teórico-metodológica fecunda para análise de conflitos argumentativos na tomada de posicionamentos

e reivindicações, situações ordinárias em contextos democráticos. Trata-se de um olhar analítico sobre a capacidade dos atores sociais de se abstrair das causas pessoais e mobilizarem críticas e justificativas fundamentadas em generalizações. Dessa forma, a legitimidade de uma justificativa é condicionada por sua abrangência aos interesses de um coletivo, que, por sua vez, estão referenciados em diferentes concepções de justiça.

Esses momentos de disputa são caracterizados por situações com o imperativo de justificação. Trata-se dum cenário onde a crítica é operada para confrontar a ação ou posicionamento de determinado ator (individual ou coletivo) que, por sua vez, deve mobilizar justificativas de forma coerente à determinada concepção de justiça comum. Produz-se então um “cenário” de conflito que na maioria das vezes resulta na produção de acordos. Essas situações são o que compreendemos como *regimes de justificação* ou *regimes de justiça*¹ (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999; BOLTANSKI, 2012). Assim, a justificação é um dispositivo moral de reação à crítica que, de forma impulsiva, é evocada em defesa de determinada ordem moral comum. Em outras palavras, seguindo as constatações da etnometodologia de Garfinkel (2018), os atores sociais são capazes de produzir e questionar as categorizações uns dos outros, o que constitui o mundo social como um espaço de “perene operação de ‘cobrança’ e ‘prestação de contas’ uns aos outros” (WERNECK, 2012, p.80).

Momentos de quebra do curso da ação são extremamente impulsivos. Na maioria das vezes, as pessoas não ficam com o sentimento ou incômodo para si. A pessoa deve, nessa situação, expressar o descontentamento com a outra pessoa com a qual ela está performando, até aquele momento, uma ação conjunta (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Trata-se da concepção dos indivíduos como atores dotados de reflexividade. É justamente por conta da ação reflexiva que o curso da ação é interrompido. Assim, a ordem, até então conjuntamente performada pelos atores, só poderá ser alcançada novamente após a resolução dos conflitos através da produção de acordos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Ao mesmo tempo para um movimento reflexivo interno e para uma performance no mundo externo. No processo de perceber que alguma coisa está dando errado, um deve tomar distância do momento presente e voltar para trás no passado. Coisas antigas, palavras esquecidas, atos realizados, retornam à mente através de um processo seletivo que conecta esse um com o outro para produzir uma história que faça sentido. Essa virada retrospectiva interrompe o curso da ação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 360).

¹ Regimes de ação são como gramáticas do mundo social, situações e contextos que compreendem e demandam determinada ordem de ação comum. Boltanski (2012) identificou quatro regimes de ação principais que operam nas sociedades em situação de modernidade: **a)** regime de justificação; **b)** regime de violência, **c)** regime cotidiano; e por fim, **d)** regime de ágape ou amor.

De maneira similar à sociologia das metamorfoses, a sociologia das justificações se distancia da rigidez de conceitos como *habitus* e *prática*, fundamentos do estruturalismo de Pierre Bourdieu. Isso porque o conceito de *prática* acaba por negar a capacidade crítica ou reflexiva dos indivíduos, “é cunhado em contraste ao modelo de racionalidade instrumental. Ou seja, ‘prática’ são atividades situadas, corpóreas e moldadas por *habitus* sem reflexão” (THÉVENOT, 2005, p. 64). As abordagens sociológicas apresentadas aqui não dizem respeito a uma teoria normativa ou da reprodução social, mas sim das dinâmicas sociais que todos os indivíduos estão sujeitos. Possibilitando interpretar os processos de mudança do mundo social para além das explicações pautadas nas relações de poder ou dominação.

Para a sociologia das justificações, os membros da sociedade são então dotados de capacidade reflexiva, podendo diferenciar e transitar entre os diferentes estados de grandeza no mundo social. Os estados de grandeza referem-se às diferentes formas de valoração de uma ação ou posicionamento que, por sua vez, estão associados a determinada ordem de justiça comum. Trata-se de pressupostos compartilhados entre os membros dum coletivo, referenciais comuns historicamente produzidos. Dito de outra forma, em sociedades onde a questão monetária e produtiva são social e culturalmente reforçadas se obterá, em tese, maior legitimidade através da mobilização de argumentos dessa natureza. Da mesma forma, também será mais recorrente a utilização de discursos argumentativos compatíveis a essas ordens de grandeza.

Boltanski e Thévenot (2006) realizaram a modelagem daquelas identificadas como as principais ordens de justiça na sociedade moderna contemporânea, utilizando para isso de três tipos de corpos de dados:

(a) dados empíricos recolhidos em campo, considerando em particular as críticas e justificativas mobilizadas pelos diferentes atores em momentos de disputas discursivas no engajamento público;

(b) Clássicos da filosofia política capazes de sistematizar os diferentes princípios de grandeza. Trata-se de obras que atendem à seis critérios em particular: em primeiro lugar, a “humanidade comum”, ou seja, onde todos os indivíduos possuem um valor comum enquanto seres-humanos e, por tanto, são todos sujeitos de direito; segundo, “estados diferentes”, os indivíduos ocupam posições diferentes de grandeza dentro da sociedade e esse ordenamento é levado em consideração; terceiro, apesar dessa diferença de estados existe uma “dignidade comum”, ou seja, todos têm a possibilidade de ocupar os diferentes estados de grandeza; quarto, os diferentes estados de grandeza ocupados por um indivíduo também estão associados a uma escala de valor, trata-se de um “ordenamento de valores”; quinto, a

existência de uma “fórmula de investimento”, o engajamento em determinado estado de grandeza superior é custoso e exige sacrifícios por parte dos membros; por fim, o princípio de “bem-comum”, onde os diferentes estado estão relacionados através de uma espécie de cadeia de solidariedade e, por conta disso, os benefícios adquiridos através dos sacrifícios do estado superior são partilhados com todos os membros da sociedade (MORUZZI MARQUES, 2014; BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006; BOLTANSKI E THÉVENOT, 1999).

(c) “manuais” de comportamento, ou seja, textos que tenham como proposta orientar o comportamento correto e justo dos indivíduos com base em determinada ordem de grandeza. Esses “manuais” foram selecionados de acordo com duas condições; o primeiro critério, cada “manual” precisa corresponder a uma das ordens de grandeza e “deve retratar esta política [cités] da maneira mais pura e exemplar possível” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006, p. 151); o segundo critério, todos os “manuais” devem ser aplicáveis no espaço comum, ou seja, no engajamento público.

Estes manuais ou guias contemporâneos destinam-se a quadros. Cada um dos textos foi escolhido porque se focaram em um dos mundos (ordens de grandeza ou justiça) que havíamos identificado, e porque diz a seus leitores como montar as situações mais naturais que estariam menos carregadas de tensões subjacentes” (Ibidem, p. 151).

Ao todo, na obra “A justificação: sobre as economias das grandezas” Boltanski e Thévenot (2006) identificam seis ordens de grandeza: 1º justiça Inspirada; 2º justiça Doméstica; 3º Justiça da Fama; 4º Justiça Cívica; 5º Justiça Mercantil; 6º Justiça Industrial. A autoridade ou legitimidade argumentativa das ordens de justiça são definidas da seguinte forma:

- *Ordem de justiça cívica.* Apoia sua autoridade sobre o sentido de justiça da busca pelo bem-comum a partir notadamente da participação social nas escolhas públicas. Sua legitimidade aumenta conforme o argumento se afasta dos interesses pessoais e valoriza o bem-estar coletivo. Para esse modelo os autores utilizaram dos trabalhos de Jean-Jacques Rousseau, em particular a obra “Do Contrato Social” publicada pela primeira vez em 1762;
- *Ordem de justiça doméstica.* O valor do indivíduo é determinado por sua posição nas relações interpessoais. Em outras palavras, a autoridade do argumento está apoiada sobre expectativas de caráter paternalista. Na ordem doméstica as relações interpessoais justas são fundadas na autoridade do chefe (seja de governo, família ou empresa) que deve garantir a proteção e justiça, enquanto os outros membros devem retribuir com respeito, subordinação, serviço e dependência. Para esse modelo os

autores utilizam dos trabalhos de Jacques-Bénigne Bossuet, em particular a obra “Política Tirada da Sagrada Escritura” publicada em 1709;

- *Ordens de justiça mercantil e industrial.* Ambas representam concepções tipicamente de suporte a justificativas capitalistas, atribuindo grande valor à eficácia na produção e ao mercado. A ordem industrial apoia sua legitimidade sobre a concepção de um mundo justo pautado na capacidade produtiva, ou seja, quanto maior a utilidade de produção eficaz do indivíduo maior seu valor. Já no caso da ordem mercantil, um mundo justo é aquele governado pelas leis de oferta e demanda do mercado. Dessa forma, a valorização dos indivíduos deriva do tamanho de suas riquezas e capacidades de consumo. O mundo de justiça mercantil foi destilado a partir dos trabalhos de Adam Smith, em particular os capítulos da obra “A Riqueza das Nações”, de 1776, dedicados a explicar o funcionamento do mercado. No caso do mundo de justiça industrial, foram utilizados os trabalhos do Conde de Saint-Simon, em particular as obras “A indústria”, de 1816, e “O Sistema Industrial”, de 1821.
- *Ordem de justiça inspirada.* Trata-se de uma concepção de mundo justo edificada a partir da crença no “divino”, no “reino de Deus” ou no “supra-humano”. A autoridade dos argumentos se apoia na aspiração dos membros em reproduzir no mundo terreno a beleza e harmonia do território divino, de edificar a “cidade de Deus”. Tal concepção liga o indivíduo ao divino através das relações entre os membros da sociedade, tomando assim um caráter político. Para esse modelo os autores utilizam dos trabalhos de Agostinho de Hipona, em particular as obras que compõem “A Cidade de Deus” de 1943.
- *Ordem de justiça de renome.* A autoridade nesse mundo de justiça é resultado das opiniões de outras pessoas. O reconhecimento de outras pessoas é tido como realidade. Em outras palavras, a grandeza é pautada no número de indivíduos que garantem seu reconhecimento. Dessa forma, a grandeza aqui não está relacionada às dependências particulares ou a autoestima do indivíduo. Na realidade, é justamente no vão entre autoestima e o reconhecimento que se localizam os conflitos no mundo de justiça de renome. Para esse modelo os autores utilizaram a obra de Thomas Hobbes “O Leviatã”, publicada pela primeira vez em 1651.

A **tabela 1**, tabela organizada por Boltanski e Thévenot (1999), apresenta as ordens de grandeza ou *cités* modelizadas:

Tabela 1. Cités das sociedades em situação de modernidade.

	Cité					
	Inspirada	Doméstica	Cívica	Da opinião	Mercantil	Industrial
Obra inspirada	A cidade de Deus, de Santo Agostinho	A política tirada da sagrada escritura, de Boussuet	O contrato social, de Rousseau	Leviatã, de Hobbes	A riqueza das nações, de Adam Smith	A obra de Saint-Simon
Modo de avaliação (grandeza)	Graça, não conformidade, criatividade	Estima, Reputação	Interesse coletivo,	Renome	Preço	Produtividade e, eficiência
Formato da informação relevante	Emocional	Oral, exemplar, anedótica	Formal, oficial	Semiótica	Monetária	Mensurável: critérios, estatísticas
Relação elementar	Paixão	Confiança	Solidariedade	Reconhecimento	Trocas	Ligações funcionais
Qualificação humana	Criatividade, ingenuidade	Autoridade	Igualdade	Celebridade	Desejo, poder de compra	Competência profissional, expertise

Fonte: Boltanski & Thévenot (1999). Tradução: Werneck (2012).

No caso dos conflitos em torno das questões agroalimentares, as ordens de justiça cívica e doméstica, assim como a industrial e mercantil são frequentemente mobilizadas. O agronegócio promove sua autoridade sobre justificativas de ordem mercantil e industrial, buscando exaltar sua capacidade produtiva e seus ganhos financeiros. Em contrapartida, os movimentos sociais do campo mobilizam justificativas de ordem cívica e doméstica, construindo em grande medida sua legitimidade enquanto luta pelo bem-comum (MORUZZI MARQUES, 2014).

Cabe ressaltar que essas não são as únicas *cités* existentes nas sociedades em estado de modernidade. Sendo fruto dum processo histórico complexo, as *cités* nascem ou se tornam mais presentes de acordo com o contexto de cada sociedade. Um excelente exemplo disso é a *cité ecológica* ou *cité verde*, que se tornou mais evidente com o aprofundamento da crise climática global. A esse respeito, foram realizadas uma série de estudos acerca de conflitos ambientais, onde diferentes atores recorrentemente mobilizaram discursos argumentativos da opção ecológica, evidenciando a existência de uma nova ordem de grandeza, a *cité ecológica* ou *cité verde* (LAFAYE e THÉVENOT, 2017; LAMONT & THÉVENOT, 2000).

Além disso, a análise dos regimes de justificação não se trata apenas duma questão de linguagem, disputas desse gênero envolvem pessoas e também um grande número de objetos.

Para o reconhecimento e valoração das críticas e justificativas utilizadas pelos atores em momentos de disputa, é essencial a mobilização de coisas ou pessoas que atuem como intermediadoras entre os discursos argumentativos e o mundo (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999). Em outras palavras, regimes de justificação demandam provas de veracidade ou competência das *cités* mobilizadas, diferenciando assim não apenas utopias impossíveis e utopias realizáveis, mas especialmente utopias realizáveis e utopias realizadas (BOLTANSKI, 2012). “Os mundos estão no mundo, representam a dimensão concreta da forma de construção de uma ordem como modelizada pelas *cités*. Enquanto as *cités* são abstrações metafísicas, os mundos são plenos de disposições efetivas de seres e coisas” (Werneck, 2012). Assim, a apresentação de provas de veracidade em regimes de justificação pode ser compreendido como o “momento da verdade num julgamento” (BOLTANSKI et al, 2016).

Um julgamento inclui mais do que os aspectos argumentativos da comunicação. É também o momento da verdade em que os atores, para avançarem em suas próprias posições, devem qualificar os entes presentes, explicitar sua natureza e passar da coerência argumentativa à prova dos fatos [...] A dinâmica do processo, com suas críticas, seus testes e seus relançamentos da investigação, molda as situações e contribui para a objetividade dos seres que foram engajados como provas. Para fazer referência aos fatos, o juízo deve apreender os elementos que trancam a ação imediata e garantir sua subsistência. É por isso que a identificação da situação exige a paralisação da ação, para que se descubra sua pertinência (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 352).

As situações de disputas com o imperativo de justificação exigem que os atores sociais partilhem de princípios de equivalência comum, permitindo assim a comparação das grandezas evocadas conforme a pertinência da situação. A sociologia das justificações parte duma perspectiva alternativa ao universalismo simbólico da filosofia política ou do pluralismo ilimitado da sociologia clássica. No primeiro caso, o universalismo simbólico refere-se aos princípios de equivalência comum que transcendem as fronteiras culturais e são, portanto, familiares a qualquer grupo independente do contexto. Semelhante à uma ideia de natureza humana. Já o pluralismo ilimitado, compreende que os princípios de equivalência são heterogêneos e, portanto, são estabelecidos de forma particular para cada grupo. Nesse sentido, torna-se extremamente difícil produzir explicações sobre como indivíduos de diferentes grupos produzem acordos sem utilizar de um campo explicativo pautado nas relações de poder, dominação e força (Idem, 1999). Para análise dos *regimes de justiça*, a sociologia das justificações parte de uma perspectiva de pluralidade limitada. Os princípios de equivalência comum devem ser compreendidos a partir das diferentes situações, e não a partir dos diferentes grupos. Dessa forma, “os diferentes princípios de equivalência são formalmente

incompatíveis uns com os outros, pois cada um deles é reconhecido na situação ao qual a validade é estabelecida como universal” (Idem, 1999, p. 362).

As situações de disputa solicitam dos atores uma sensibilidade para poder escolher referências adequadas para denunciar ou justificar uma ação. De todo modo, esta capacidade pressupõem um acordo, mesmo que fundado em compromissos ambíguos ou transitórios, sobre os princípios de equivalência permitindo comparar as grandezas mobilizadas pelos atores em disputa. Tal procedimento permite lhes situar numa escala dada pelo ordenamento de valores pertinentes na circunstância em questão. Nesta perspectiva, mesmo a legitimidade é associada à capacidade dos atores em reconhecer e inventar argumentos que possam ser aceitos por seu caráter justo em situação determinada (Moruzzi, 2014, p. 33).

Por fim, o criticismo pode operar de duas formas em regimes de justificação, uma moderada e outra mais radical. A primeira ocorre através da contestação de um “outsider”, ou seja, quando um critério está sendo utilizado em um mundo de justiça incompatível. “A primeira forma de criticismo consiste na denúncia de um teste de realidade, importante à determinado mundo, através da revelação da presença de um ser estranho (outsider) dentro do próprio dispositivo de testagem (BOLTANSKI & THÉVENOT, p. 373). Por exemplo, como no caso da ideia chave de “desenvolvimento sustentável” em que, de forma recorrente, coisas associadas às ordens de grandeza mercantil e industrial são utilizadas como provas de discursos justificativos da opção ecológica.

No segundo caso, mais radical, a crítica é direcionada ao próprio princípio de equivalência no qual o teste de realidade se apoia. O propósito é substituir um teste de realidade por outro relevante à determinado mundo de justiça. Podemos tomar como exemplo a ocupação da agropecuária convencional na floresta Amazônica. Diversos atores do agronegócio justificam a exploração da região para criação de gado bovino, produção de soja e silvicultura através de justificativas mercantis e industriais (POMPEIA, 2021), utilizando como prova de veracidade a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) ou a geração de empregos. Entretanto, com o aumento do reconhecimento global acerca da importância ecológica da região em tempos de emergência climática, diversos atores sociais foram capazes de contestar a coerência das justificações de ordem mercantis e industriais tipicamente utilizadas para justificar a exploração das florestas tropicais. Ou seja, através duma perspectiva de ordem ecológica é possível questionar os próprios critérios de equivalência das *cités mercantil* e *industrial* na justificação de ações predatórias no território amazônico. Questionamento muito improvável no início do século passado.

No segundo caso, são produzidas então *situações ambíguas*. “Quando um criticismo radical desafia o próprio princípio do qual a situação é baseada a disputa se transforma em uma competição entre dois diferentes testes de realidade. Se desejarem um desfecho, as

peças envolvidas devem tentar retornar à um e apenas um teste” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 374). Apesar disso, ainda existe a possibilidade dos atores sociais tomarem outro caminho para estabelecer um desfecho à disputa, mas com o efeito indesejado de produzir acordos extremamente frágeis. Trata-se do estabelecimento de um “compromisso” entre dois mundos de justiça.

Em um compromisso as pessoas mantêm uma propensão intencional para com o bem-comum cooperando para sustentar como relevantes os seres presentes em diferentes mundos, sem tentar esclarecer o princípio sobre o qual o acordo está fundamentado [...] Entretanto, compromissos são fáceis de denunciar. No momento em que as pessoas comprometem suas ações como se pudessem se apoiar sobre um princípio elevado no qual a equivalência poderia ser baseada entre objetos de diferentes mundos [...] Essas construções argumentativas frágeis podem ser fortalecidas através da sua objetificação em objetos e instituições feitas de coisas relevantes aos diferentes mundos que são associadas através do compromisso (como no caso francês, por exemplo, o *Conselho Econômico e Social*, que interliga em uma instituição objetificada elementos dos mundos cívico, industrial e, até mesmo, doméstico) (Ibidem, p. 374) .

A questão agroecológica

Que a terra é uma comunidade se trata dum conceito básico da ecologia, mas que a terra deve ser amada e respeitada é uma extensão da ética. Que a terra gera uma colheita cultura é um fato há muito tempo conhecido, mas ultimamente esquecido (LEOPOLD, 1970, p. xix).

Compreende-se que as ordens de justiça são dinâmicas e sofrem transformações ou nascem de acordo com o contexto histórico e cultural da sociedade. Com o aprofundamento da crise ambiental na passagem do século XX para o XXI, começam a surgir indícios duma nova concepção de mundo justo que alguns autores denominaram de *ordem de justiça ecológica* ou *citê ecológica* (RETIÈRE e MORUZZI MARQUES, 2019; LAFAYE e THÉVENOT, 2017). Dessa forma, intensificam-se as críticas de diversos atores aos discursos que justificam a exploração e degradação do meio-ambiente. Essas críticas se fundamentam em princípios ecológicos que, por sua vez, compreendem um *mundo justo* através da relação sintrópica entre sociedade e meio-ambiente, prezando pela preservação das gerações futuras.

Em um estudo de caso realizado por Moruzzi Marques e Retière (2019), foi possível identificar componentes da ordem de justiça ecológica. Analisado as motivações e justificativas mobilizadas por neorrurais em três casos no Estado de São Paulo: no bairro rural Demétria, em Botucatu; na Cooperativa de Agricultores Familiares Agroecológicos (Cooperacra), na divisa dos municípios de Americana e Nova Odessa e; por fim, no

assentamento Milton Santos, em Americana e Cosmópolis. O termo neorrural é designado para os novos moradores do campo, que deixaram as cidades em busca de melhores condições de vida, representando uma tendência migratória em boa medida inédita.

Através da fundamentação teórica e metodológica da sociologia das justificações, foi obtida uma quantidade expressiva de relatos produzidos pelos neorrurais. Em seguida, empregando a tipologia elaborada por Méndez Sastoque (2013), as motivações para residir no meio rural foram separadas em quatro grupos: 1º busca pela constituição de laços comunitários sólidos e desenvolvimento da saúde mental e física pela aproximação com a natureza; 2º desejo de apoiar grupos marginalizados, aderindo às causas agroecológicas ou filantrópicas; 3º interesse na exploração de novas oportunidades financeiras no setor agrário; 4º busca por melhores perspectivas de moradia e trabalho. Dessa forma, apesar da diversidade de trajetórias, os atores mobilizam frequentemente argumentos de cunho ecológico. Por se tratar de uma ordem de justiça emergente em processo de configuração, seus pontos de apoio variam de acordo com as especificidades dos conflitos. Porém, é possível visualizar a manifestação de concepções de justiça ecológica na fronteira das ordens mercantil, industrial, cívica e doméstica.

Em outro estudo realizado com beneficiários da reforma agrária no assentamento Milton Santos em Americana/SP e Cosmópolis/SP (MORUZZI MARQUES, 2014), foi possível identificar as principais justificações, argumentações e provas de veracidade mobilizadas pelos atores através da realização de entrevistas de relatos de vida (ALBERT, 2013). Dessa forma, os entrevistadores estimularam uma virada retrospectiva dos atores em questão, ou seja, distanciamento do momento presente e volta para trás no passado em um processo seletivo da memória para produzir uma história que faça sentido. Assim, também foi possível mapear as motivações dos assentados em diferentes etapas de seus percursos históricos: **(a)** antes do assentamento e **(b)** durante o assentamento; assim como as intenções futuras relacionadas ao assentamento, **(c)** depois. Como resultado, o estudo se deparou com o seguinte padrão em situações de conflitos agudos dentre os atores selecionados para o estudo:

Tabela 2. Justificações e motivações em torno da reforma agrária.

Conflitos agudos	Antes	Durante	Depois
Justificação	Doméstica	Industrial	Cívica>Ecológica
Argumentos	Fugir da precariedade	Produzir alimentos	Preservar um bem comum

Provas de veracidade	Sentimento de segurança para a família	Entregas alimentares ao DS/PAA	Investimentos em conservação agroecológica
----------------------	--	--------------------------------	--

Fonte: *Moruzzi Marques (2014)*.

Para além da análise dos discursos e das estratégias argumentativas dos atores na valoração de determinadas ações ou posicionamentos, também nos interessa aqui observar as coisas apresentadas como provas de veracidade das justificações mobilizadas, considerando em particular as evidências de ordem ecológica - como, por exemplo, os investimentos em conversão agroecológica. A esse respeito, outro estudo realizado junto às famílias do assentamento Milton Santos (MORUZZI MARQUES; GASPARI; ALMEIDA, 2017), analisou as provas de veracidade das justificações de ordem ecológica fundamentadas em práticas agroecológicas. “Estas provas se referem a atitudes desejáveis, sujeitas à verificação, fundadas em valores admitidos como justos, susceptíveis, porém, de contestação” (Idem, p. 552). O assentamento em questão pertence à categoria Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a proposta de conservação ambiental é uma de suas principais fundamentações jurídicas. Sendo assim, é justamente a obtenção de certificados de produção orgânica através de Organizações de Controle Social (OCS) que fornece às famílias do assentamento Milton Santos uma das principais provas de veracidade correspondentes à ordem de grandeza ecológica.

Efetivamente, esses estudos apresentam indícios de que a concepção convencional dum mundo agroalimentar justo, fundamentado em justificações de ordem mercantil e industrial, tem sido alvo de crescentes contestações. Assim, os asseios globais para o enfrentamento das emergências climáticas, assim como a maior valoração de práticas agrícolas ambientalmente corretas, fortaleceu e tornou mais evidente as “reivindicações por outra hierarquização que ofereça uma escala de valores diferente para um mundo agroalimentar justo” (Idem, 553). Desse modo, a questão agroecológica ganha corpo e surgem novas perspectivas de ordenamento social e político, favorecendo o reconhecimento de múltiplas funcionalidades das agriculturas emergentes como, por exemplo, a preservação de ecossistemas através do manejo agroecológico e agroflorestal ou a produção agrobiodiversa sem a utilização de agroquímicos.

A radicalização da modernidade e avanço da agricultura antiambiental conduziu então a cenários onde os males ou riscos provocados pela degradação dos ecossistemas não podem mais ser facilmente ignorados. Não por uma compreensão ou consciência ambiental automaticamente produzida na sociedade, mas pelo acúmulo de esforços políticos de diversos

atores determinados a demonstrar a pertinência das questões socioambientais em determinadas situações. O conflito ambiental não se refere então simplesmente aos eventos de destruição ecológica ou degradação dos recursos naturais, mas sim à presença de atores contrários às práticas predatórias. Assim, o principal objeto de estudo para compreensão do processo de metamorfose do campo são situações de conflito agroecológico. Cenários onde, portanto, são operadas críticas e justificações de ordem ecológica em confronto ao modelo de agricultura convencional propagado pelo agronegócio. Especialmente em disputas pela hegemonia do referencial das políticas públicas nos setores fundiário e agricultura, como no caso da política de reforma agrária.

Com este tipo de abordagem, o presente estudo trata de questões agroambientais no município de Ribeirão Preto/SP, o 8º maior centro urbano do estado de São Paulo (IBGE, 2010). O seu meio rural é majoritariamente composto por grandes complexos agroindustrial de cana-de-açúcar que se iniciaram nos anos 1960 e já nos anos 2000 ocupavam 59,75% do território total do município, processo que representou a redução de 70,09% da vegetação nativa existente até então (HENRIQUES, 2003). De acordo com o Sistema de Informação Florestais do Estado de São Paulo (SIFESP, 2020), o município conserva apenas 3,2% da sua cobertura vegetal original, cerca de 2.103 ha, e um total de 9,2% de cobertura vegetal nativa em relação à área total, 5.982 ha, garantindo sua classificação entre os piores municípios do estado de São Paulo (IF do ESP, 2020).

As atividades do agronegócio na região são causa de danos significativos ao meio-ambiente e à saúde humana, acumulando ao longo das últimas décadas uma variedade de denúncias levadas às instâncias judiciais. Trata-se de flagrantes de trabalho infantil nos períodos de colheita da cana-de-açúcar, a prática de queimadas de cana associadas ao aparecimento de problemas respiratórios, transporte irregular de trabalhadores rurais, exploração do trabalho (GOULART, 1988), supressão não autorizada da vegetação nativa, assim como drenagem não autorizada e contaminação de corpos d'água (GONÇALVES & SCOPINHO, 2010; AGUIAR, 2011; FREITAS, 2018). Estas práticas comprometem o bem-estar socioambiental e colocam em risco áreas importantes, em particular para segurança hídrica da população. 77,6% das áreas de Ribeirão Preto integram a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e 22,4% integram a Bacia Hidrográfica do Rio Mogi (IBGE, 2010). Ainda, o município está localizado em áreas de afloramento do Aquífero Guarani, que possuem um alto risco de contaminação por conta da intensa utilização de agrotóxicos no cultivo da cana-de-açúcar (GOMES et al, 2006; NUNES & SILVA, 2017).

De acordo com Gonçalves & Scopinho (2010), foi a necessidade de preservar áreas de afloramento do Aquífero Guarani de grande importância ambiental que motivou a Promotoria de Conflitos Fundiário e de Meio Ambiente na elaboração do requerimento junto ao Incra para abertura do processo de desapropriação da Fazenda da Barra no ano 2000. O imóvel ocupava 1541 hectares de monoculturas de cana-de-açúcar, amendoim e soja. Com a abertura do processo, o MST liderou a reivindicação das terras junto a pastorais da Igreja católica da Diocese de Ribeirão Preto, com os sindicatos de trabalhadores urbanos e ONG 's ambientalistas. Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação da Fazenda da Barra. Porém a posse definitiva só ocorreria em 2006. Para garantir a instalação do Assentamento Mário Lago, foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelo Incra junto com a Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Dessa forma, o acordo estabeleceu o compromisso de restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na fazenda e a destinação de 35% da área total para Reserva Legal (RL).

A tese empregada pela então Promotoria de Conflitos Fundiário e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto/SP no caso da Fazenda da Barra defende que toda propriedade agrícola que não atende ao requisito de *preservação do meio ambiente*, e, por tanto, descumprindo a função social da terra, está sujeita à desapropriação para fins de reforma agrária. Ainda, toda propriedade agrícola aos moldes do agronegócio, por mais que atenda os parâmetros de produtividade, está sujeita à desapropriação para fins de reforma agrária. Pois, por se tratar duma agricultura antiambiental, causa de diversos problemas socioambientais, o próprio modelo de produção está sujeito à contestação (GOULART, 2013).

Essas e outras questões serão aprofundadas nos próximos capítulos. No capítulo 2, são abordados os processos de formação e atuação política do que denominamos de agricultura antiambiental, considerando em particular as questões em torno do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. O capítulo 3 trata especificamente do caso do assentamento Mário Lago, em especial das críticas e justificativas em torno das questões socioambientais que envolveram o processo de desapropriação para fins de reforma agrária da então Fazenda da Barra. No caso, a proteção das águas do Aquífero Guarani é uma das questões fundamentais. Assim, tratamos também das definições de uso e ocupação das áreas de afloramento do aquífero, considerando em particular as determinações do plano diretor do município e suas leis complementares. Por fim, o capítulo 4 aborda as motivações e justificações de agricultores do assentamento Mário Lago que utilizam da agrofloresta para o manejo dos lotes

e das áreas de reserva. Chamamos a atenção às justificativas mobilizadas antes, durante e depois (planos futuros) do assentamento Mário Lago, considerando em particular os momentos agudos de conflito, situações onde a legitimidade do assentamento é questionada. Ainda, tratamos também das provas de veracidade apontadas pelos atores em questão, em especial aquelas que dão sustentação às justificações de ordem ecológica e que fundamentam o assentamento como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Conclusão

O presente estudo utiliza especialmente das abordagens teórico-metodológicas da sociologia das justificações e da sociologia das metamorfoses. Os esforços aqui empregados buscam a descrição dum processo que denominamos como a metamorfose do campo. Conceito esboçado a partir da teoria da metamorfose do mundo (BECK, 2018). Assim, através de um estudo de caso do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto/SP, buscamos responder a seguinte questão:

- Tendo em vista as emergências de valores associados às urgências climáticas, ordem de grandeza ecológica ou *cit  ecológica*, e suas implicações na edificação dum mundo agroecológico para o século XXI. Em que medida novas perspectivas de ordenamento político e social favorecem o reconhecimento de funcionalidades ecológicas da agricultura?

-

Em outras palavras, como a problemática ambiental possibilita transforma es sociais? Ou seja, em decorrência das emergências climáticas, a metamorfose dos conflitos sociais no campo se dá pela produ o e disputa de novos sentidos ou referenciais da agricultura e setor fundiário. Trata-se duma *reavalia o dos valores* (BECK, 2018) que informam as políticas públicas setoriais. Essas transforma es não ocorrem de forma automática, exigindo os esforços de diferentes atores sociais comprometidos com a transi o para uma agricultura ambientalmente correta.

Enfim, com propósito de reunir os dados necessários para análise foram realizadas as seguintes atividades: **(a)** revisão bibliográfica em profundidade de trabalhos acad micos; **(b)** levantamento de trabalhos jornalísticos, entrevistas, relatos e manifesta es em momentos de conflito agudo que exigiram a defesa do assentamento; **(c)** levantamento de documentos,

áudios ou vídeos relacionados à iniciativas agroecológicas ou agroflorestais com as famílias assentadas; **(d)** levantamento de documentos oficiais pertinentes, como o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mapa do assentamento, carta ambiental do município etc; **(e)** por fim, foram realizadas visitas aos lotes e áreas de reserva e entrevistas no modelo relato de vida com atores chave na organização e construção de práticas agroflorestais no assentamento Mário Lago.

CAPÍTULO II: Silenciamento do campo: formação da agricultura antiecológica e a atuação política do agronegócio sucroalcooleiro em tempos de emergência climática

Introdução

Um dos maiores desafios das ciências ambientais recai sobre os esforços na edificação de abordagens teórico-metodológicas capazes de explicar de forma satisfatória os efeitos de instituições formais e informais (regras em uso) na gestão do complexo equilíbrio dos ecossistemas (MORAN e OSTROM, 2009). Por outro lado, os estudos clássicos em ciências sociais possuem um vasto conhecimento acerca das instituições, mas não são capazes, na maioria dos casos, de produzir grandes explicações acerca das relações entre ambiente e sociedade, assim como das complexas transformações socioambientais na modernidade tardia (GIDDENS, 1991). O mesmo pode ser dito a respeito de algumas abordagens contemporâneas.

As grandes teorias de um Foucault, de um Bourdieu ou um Luhmann, bem como as teorias da escolha racional, a despeito de todas as suas diferenças, têm uma coisa em comum: elas se concentram na reprodução, e não na transformação, quem dirá na metamorfose, de sistemas sociais e políticos (BECK, 2018, pp. 71).

Assim, como vimos no capítulo anterior, a sociologia das metamorfoses e a sociologia das justificações representam dois movimentos teóricos fecundos para compreensão das transformações no mundo social em decorrência das problemáticas ambientais, apresentando alternativas às lacunas existentes nas discussões sobre ambiente e sociedade. Com efeito, abrindo novas possibilidades para a análise das mudanças sociais em tempos de emergências climáticas, tanto na micro quanto na macro escala das relações.

Nesse sentido, a fim de perceber as causas das transformações políticas e sociais em curso nas últimas décadas, é necessário então compreender o processo de gestação dos riscos cataclísmicos que nos impõem a emancipação, considerando em particular a participação dos setores fundiário e agricultura nesse processo. Ou seja, os riscos dados à luz por um sistema de produção agrícola antiambiental, no sentido que esgota e polui os recursos naturais de forma insustentável, e também por uma estrutura fundiária pautada na concentração de terras. Não se tratam de questões isoladas, a distribuição desigual de terras impede a edificação de arranjos adequados às particularidades culturais e ecológicas dos territórios, assim como a boa

governança ambiental e a igualdade socioeconômica numa sociedade. A esse respeito, podemos utilizar das seguintes afirmações:

Qualquer conjunto único e abrangente de leis formais destinadas a governar uma grande extensão territorial de diversos nichos ecológicos fracassará em muitos dos habitats onde deve ser aplicado [...] É a combinação das instituições com os ambientes físicos, biológicos e culturais em que estão localizadas que permitirá que as instituições (e os recursos com os quais se relacionam) sobrevivam no século XXI. [...] todos seremos mais pobres se as instituições locais e auto-organizadas não forem uma parte substancial do portfólio institucional no século XXI (OSTROM, 1994, p. 2).

Frente às emergências climáticas, as sociedades em estado de modernidade vivem tempos onde velhos princípios como a independência e autonomia dos atores econômicos ou das Estado-nações na gestão centralizada do meio-ambiente se tornam obstáculos para sobrevivência da humanidade. Nas palavras de Beck (2018, p. 57), são tempos em que a “declaração de independência tem de ser metamorfoseada na Declaração de Interdependência: cooperar ou morrer!” Em outros termos, a saída não está nem na possibilidade de livre atuação do mercado ou no controle generalizado do Estado, mas sim na auto-governança nutrida por uma estrutura policêntrica (OSTROM, 1994). Uma metodologia cosmopolita capaz de pensar globalmente e agir localmente (BECK, 2011).

Considerando em particular o lugar do Brasil nas mudanças climáticas globais, a agricultura e as mudanças no uso e ocupação do solo e floresta são os principais contribuintes às emissões nacionais de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Entre 1990 e 2018, os dois setores representam em média 69% das emissões, sendo a agropecuária sozinha responsável por 25% (ANGELO & RITTL, 2019). Não por acaso, a agricultura moderna, desde a introdução dos adubos químicos e ferramentas motomecanizadas em meados do século XIX, tem sido uma das principais causas de preocupação com relação à preservação do meio-ambiente (EHLERS, 1996). Além disso, é um dos setores mais afetados pela mudança do clima, o que põe em risco também a segurança alimentar global (EMBRAPA, 2018). No caso do setor fundiário, o reconhecimento legal do latifúndio possibilita a concentração de terras e poder para pequenos grupos que compõem as elites econômicas e políticas do país, dificultando o enfrentamento de práticas de grilagem ou até mesmo enfraquecendo dispositivos jurídicos com foco na preservação ambiental, especialmente em áreas de fronteira agrícola (CASTILHO, 2012; POMPEIA, 2021).

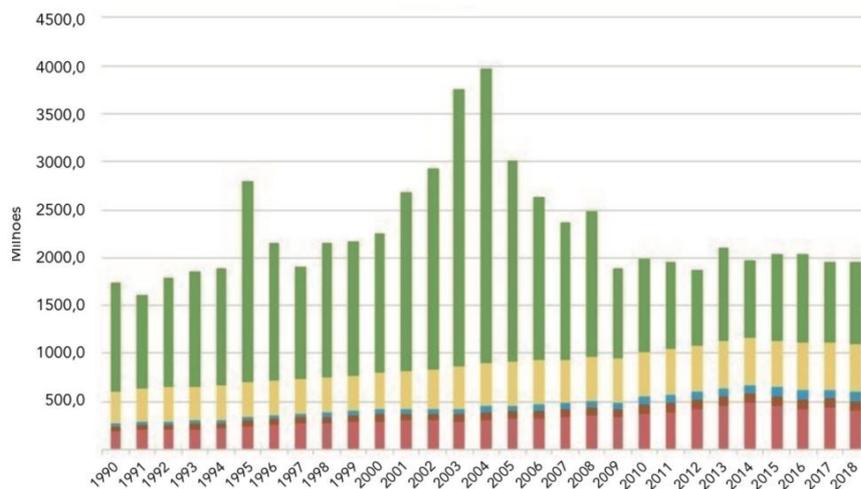


Figura 1. Emissões de gases de efeito estufa do Brasil entre 1990 e 2018 (em MtCO₂e). Destaque para uso e ocupação do solo (44%), em verde, e agropecuária (25%), em amarelo; seguidos por energia e combustíveis fósseis (23%), em vermelho. Fonte: Angelo & Rittl (2019).

Ainda a esse respeito, é durante os anos 1960 e 1970, com a introdução do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde - adubos químicos, agrotóxicos, sementes transgênicas, maquinários pesados - que a união entre a agricultura antiambiental e o latifúndio se torna mais forte no Brasil. Efetivamente, é nesse período que se constata o aumento vertiginoso das emissões nacionais de GEEs, o desemprego massivo no campo, a concentração de terras e o inchaço dos grandes centros urbanos. Processos que trataremos com maior profundidade no decorrer do capítulo.

Em suma, o presente capítulo tem como objetivo principal apresentar os aspectos econômicos, sociais e políticos que edificaram e constituem o atual modelo de agricultura antiambiental no Brasil, descrevendo assim o processo que denominamos como o *silenciamento do campo*. Notadamente, visando explicar o lugar do agronegócio como um dos maiores responsáveis pelo protagonismo do Brasil entre os 10 principais contribuintes à crise climática global, assim como os arranjos políticos e sociais que dão sustentação ao modelo de produção da agricultura moderna em tempos de emergências climáticas. Assim, não propomos aqui estabelecer uma síntese aprofundada de todas as mudanças no mundo agroalimentar nos últimos tempos e suas implicações para sociedade brasileira, mas sim alguns aspectos importantes para compreensão do fenômeno da *metamorfose do campo*.

Ao fim do capítulo, é problematizada a capacidade das elites latifundiárias na legitimação de suas práticas e posicionamentos através de argumentações de ordem ecológica, considerando em particular o caso do setor sucroalcooleiro. Tratando, enfim, da emergência de novas alternativas de enfrentamento das desigualdades socioambientais pela construção

duma reforma agrária universal e ambientalmente correta. Ou seja, considerando a possibilidade de que toda propriedade agropecuária baseada no modelo produtivo do agronegócio - latifúndio, monocultura, agroquímicos, sementes transgênicas e maquinários pesados - não cumprem com pelo menos um dos requisitos necessários para fundamentação da função social da terra, a *preservação do meio ambiente*. Assim, de acordo com a tese de Marcelo Pedroso Goulart (2013), então promotor de justiça no caso da Fazenda da Barra, todas as propriedades pautadas no modelo do agronegócio estariam sujeitas à reforma agrária, mesmo cumprindo isoladamente os requisitos de produtividade.

A interpretação isolada e apressada do art. 185, inc. II, da Constituição poderia levar à conclusão de que o imóvel rural que atendesse tão somente ao requisito econômico da função social (produtividade), desprezando os demais (aqueles correspondentes aos elementos ambientais e sociais), não poderia ser desapropriado. A interpretação sistemática das normas constitucionais não autoriza tal conclusão [...] A degradação ambiental - seja ela provocada pela utilização inadequada dos recursos naturais ou pela não preservação do meio ambiente - produz evidentes prejuízos ao aproveitamento racional e adequado da terra. Há, portanto, vinculação entre os elementos econômico e ambiental da função social, sendo impossível dissociá-los. O mesmo raciocínio vale para a impossibilidade de dissociação do elemento social (GOULART, 2013, p. 267).

Em outras palavras, trata-se duma nova perspectiva que pode orientar a ação dos movimentos sociais do campo, Ministério Público e colaboradores na construção da agenda agroalimentar e agroecológica do país, atuando especialmente através da política de reforma agrária. A forma como o criticismo é operado em situações de contestação da função social da terra na reivindicação de determinada propriedade rural para fins de reforma agrária é então parte do processo que denominamos como a *metamorfose do campo*. Assim, seja pela denúncia de um critério incompatível com o princípio no qual é utilizado (criticismo moderado) ou na contestação do próprio princípio comum no qual a situação é baseada (criticismo radical), são constituídas alternativas de enfrentamento ao modelo do agronegócio pelo questionamento da legitimidade de suas práticas.

Ainda, retomando as afirmações iniciais, é necessário que as instituições locais e auto organizadas sejam parte do portfólio institucional no século XXI. Assim, a conquista da terra pela reforma agrária e a construção dum assentamento como proposta de preservação ambiental não significa o fim do processo de *metamorfose do campo*. A preservação ou restauração dos recursos naturais, assim como a produção de *provas de veracidade* que atribuam sustentação aos argumentos de ordem ecológica, dependem da participação efetiva do poder público e do mínimo reconhecimento dos direitos das famílias assentadas de se auto organizarem. Possibilitando assim, a produção de arranjos institucionais próprios às particularidades locais para gestão coletiva dos recursos naturais. Trataremos melhor dessas

duas questões nos capítulos 3 e 4. Dito isso, o presente capítulo é particularmente dedicado à interpretação das questões agroalimentares e agroambientais através do conceito de *catastrofismo emancipatório* (Beck, 2018), ideia que foi brevemente trabalhada no capítulo 1.

O silenciamento do campo

ERA UMA VEZ uma cidade no coração dos Estados Unidos onde todos os seres vivos pareciam estar em harmonia com o seu ambiente [...] a região campestre era, com efeito, famosa pela abundância e pela variedade de pássaros, e quando vinha o dilúvio de pássaros migrantes na primavera e no outono, as pessoas viajavam de grandes distâncias para observá-los. Outros vinham pescar nos rios, que corriam límpidos e gelados das montanhas e continham pequenas lagoas sombrias onde as trutas se abrigavam [...] Então uma estranha praga se infiltrou naquela região e tudo começou a mudar [...] misteriosas doenças atacaram as galinhas, o gado e os carneiros adoeceram e morreram. Por toda parte pairava uma sombra de morte. Os fazendeiros falavam de muitas doenças em sua família [...] Havia uma estranha quietude. Os pássaros, por exemplo - para onde tinham ido? [...] Os poucos pássaros que se viam estavam moribundos; tremiam violentamente e não conseguiam voar. Era uma primavera sem vozes [...] Não havia sido nenhuma bruxaria, nenhuma ação inimiga que havia silenciado o ressurgir da nova vida nesse mundo devastado. As próprias pessoas tinham feito aquilo (CARSON, 2010, p. 21-22).

No texto “Uma Fábula para o Amanhã”, Rachel Carson (2010) narra a tragédia provocada pela larga inserção de agrotóxicos e agroquímicos numa cidade fictícia no interior dos EUA, processo descrito pela autora como a chegada da “primavera silenciosa”. Trata-se de uma das primeiras e mais importantes críticas direcionadas ao modelo de modernização agrícola que vigora desde anos 1950 nos EUA, a chamada Revolução Verde. Já no início da década de 1960, a introdução de tecnologias químicas ao sistema de produção agrícola, como no caso do composto DDT e inseticidas compostos de fosfato orgânico, despertou grandes preocupações por parte de alguns setores da sociedade, especialmente devido aos altos riscos à saúde humana e dos ecossistemas.

Em 1960, também teve início no Brasil o que foi mundialmente conhecido como a Revolução Verde. Ou seja, processo de adoção dessas novas tecnologias e técnicas como base para um modelo de desenvolvimento agrícola. Trata-se da modernização do campo através da introdução de novos pacotes tecnológicos - máquinas agrícolas pesadas, pesticidas, adubos químicos e sementes transgênicas - com a proposta de modificar radicalmente a dinâmica de produção e tornar a atividade mais produtiva e rentável. Essas tecnologias foram amplamente disseminadas sob a promessa de um modelo agrícola universal, eficiente em qualquer bioma

do planeta com terras agricultáveis, e celebradas como a solução à crescente demanda global por alimentos (MOREIRA, 2000).

Cabe ressaltar que as políticas agrícolas, em especial com a chegada da Revolução Verde, adotam como justificativa o enfrentamento da insegurança alimentar global. Em mais de uma ocasião, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) afirmou que um dos melhores caminhos para alcançar a segurança alimentar é através da intensificação das produções alimentícias, garantindo assim alimentos cada vez mais baratos e acessíveis, caracterizando, como será demonstrado mais adiante, uma clara contradição para com a realidade do mundo agroalimentar, em especial nos países subdesenvolvidos (ZIEGLER, 2013). Discursos que, diga-se de passagem, foram amplamente mobilizados no Brasil para a aprovação popular de pautas do agronegócio (POMPEIA, 2021).

Em todo caso, a convencionalização dessas tecnologias, em muitos momentos fortemente incentivadas pelo poder público, favoreceu um modelo de agricultura patronal industrializada. Permitindo assim, grandes plantações de monocultura com pouquíssima mão de obra. Da mesma forma, em decorrência do desemprego generalizado e a cooptação das terras dos pequenos agricultores, se deu o esvaziamento do campo e a oportunidade de expansão do latifúndio (MOREIRA, 2000). Estas mudanças permitiram a modernização deste último, que passou desde o fim do século passado a se apresentar, sob uma bandeira neoliberal, como agronegócio.

Conforme o agronegócio foi ocupando os espaços no meio rural, muitas famílias foram forçadas a procurar melhores condições de vida nas grandes cidades, o que, por sua vez, provocou mudanças radicais no perfil demográfico do país. Na segunda metade do século XX, num curto período de tempo, o Brasil deixou de ter uma população majoritariamente rural e se tornou um país majoritariamente urbano (CUBAS, 2017). A maior parte da massa migratória oriunda do êxodo rural seguiu para os polos industriais na região Sudeste, principalmente para o Estado de São Paulo, que possui hoje a maior população urbana do país (IBGE, 2010).

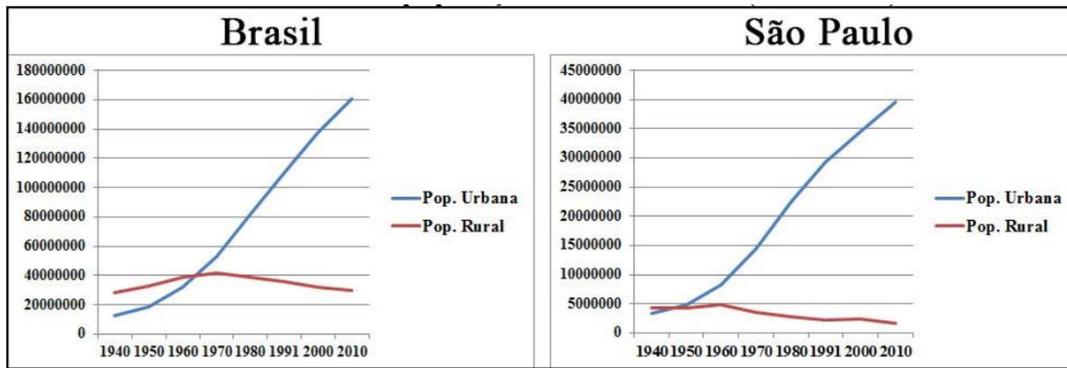


Figura 2. Brasil e São Paulo: população urbana e rural (1940-2010). Fonte: IBGE, 2016. Org. Tiago Cubas (2017).

No âmbito das mudanças climáticas, é nesse período que, de forma gradual, o Brasil começa então a construir sua posição como o oitavo maior protagonista da crise climática global na atualidade (OUR WORLD IN DATA, 2020). De acordo com Angelo e Rittl (2018), desde dos anos 1990 é possível constatar que os três maiores responsáveis pelas emissões de GEEs no Brasil são invictos os seguintes setores: em primeiro lugar, mudança de uso da terra e floresta; segundo, a agropecuária; e por fim, o setor de energia. Se considerarmos apenas as emissões de Dióxido de Carbono (CO₂) derivadas do uso de combustíveis fósseis e produção de cimento, o Brasil começa a apresentar índices de emissões significativamente maiores a partir dos anos 1950, com um total acumulado de 255.11 milhões de toneladas de CO₂ e escalando rapidamente até o atual patamar de 16.24 bilhões de toneladas de CO₂ (OUR WORLD IN DATA, 2020). Assim, ao menos em parte, podemos atribuir essa mudança no histórico de emissões nacionais à quatro transformações da estrutura social e fundiária do país no século passado.

Em primeiro lugar, a expansão e convencionalização dos novos pacotes tecnológicos da Revolução Verde - adubos químicos, pesticidas, maquinários agrícolas pesados - voltados para o cultivo intensivo de monoculturas. Na segunda metade do século XX, através de entidades de financiamento e órgãos de pesquisa nacionais e internacionais, foram produzidas “cátedras”² para inserção e desenvolvimento dessas novas tecnologias agrícolas no Brasil. Transformação justificada pela demanda de modernização do campo e a promessa de assegurar a alimentação da população mundial, sendo a América Latina um dos principais “celeiros” dessa iniciativa (CUBAS, 2017). De acordo com estudos integrados ao relatório do

² Consórcios, acordos e parcerias firmados para o financiamento e desenvolvimento de tecnologias agrícolas, assim como cursos voltados para gestão de empresas agrícolas e atuação no mercado internacional. No Brasil, as “cátedras” tiveram início a partir dos anos 1950, especialmente no estado de São Paulo através da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP), no município de Piracicaba (CUBAS, 2017).

IPCC (2021), o processo de modernização do campo tornou as atividades agrícolas extremamente dependentes dos recursos fósseis, assim como nocivas aos diferentes ecossistemas, possuindo papel significativo nas mudanças da dinâmica de emissões e sequestro de carbono do planeta (ZENG; ZHAO; COLLATZ et al, 2014).

Segundo, tem início nos anos 1950 o maior êxodo rural da história do país. Parte significativa das comunidades do campo, devido ao desemprego massivo, alocaram-se nas periferias dos grandes centros urbanos em busca de trabalho, especialmente no estado de São Paulo. Entre 1950 e 1980, a população brasileira se tornou majoritariamente urbana e o país começou a apresentar índices de crescimentos demográficos cada vez maiores.

Geralmente fatores externos afetam os dois processos [industrialização e urbanização], impedindo que se lhes dê uma interpretação linear. No século XVI, são os carneiros ingleses que expulsam a população do campo [...] No Brasil, vários processos já referidos, sobretudo o monopólio da terra e a monocultura, promovem a expulsão da população do campo. No nosso caso, as dimensões são espantosas, dada a magnitude da população e a quantidade imensa de gente que se vê compelida a transladar-se. A população urbana saltou de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980. Agora [1990] é de 110,9 milhões. A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 milhões e é, agora [1990], 35,8 milhões. Reduzindo-se, em números relativos, de 68,7% para 32,4% e para 24,4% do total (RIBEIRO, 2015, p. 150).

Em terceiro lugar, o processo de industrialização nacional. De acordo com Ribeiro (2015), em um primeiro momento a indústria no Brasil foi impulsionada por acordos firmados durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa ocasião, em troca de recursos e tropas para a guerra, o governo de Getúlio Vargas impôs aos aliados a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ e a devida devolução das jazidas de ferro em Minas Gerais, imprescindíveis para o surgimento da Vale do Rio Doce. Posteriormente, em 1953, Vargas também seria responsável pela criação da petrolífera Petrobras e em 1954 pela iniciativa de criação da Eletrobrás. Entretanto, desmoralizado por seus opositores, que exigiam sua deposição e a priorização da iniciativa privada no controle das indústrias nacionais, assim como a privatização dos setores constituídos até então, Vargas comete suicídio. A comoção popular em decorrência de sua morte provocou uma perda significativa do apoio popular aos partidos de direita. Como consequência, foi eleito o candidato Juscelino Kubitschek, de centro-esquerda, que abandonou a estratégia do capitalismo de Estado e impulsionou a industrialização substitutiva. Em seu governo, entre 1956-1961, atraiu várias empresas estrangeiras para o Brasil através da concessão de grandes subsídios - terras, isenção de impostos etc. Como efeito desses processos de industrialização, ocorreu também o aumento do consumo energético nacional e das emissões de GEEs.

Por fim, a política de expansão e modernização do latifúndio teve como um de seus maiores entusiastas os governos da ditadura militar, iniciada em 1964. Em 1966, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, período marcado por extrema violência e repressão, teve início a campanha do governo federal “integrar para não entregar” e a construção da BR-230, também conhecida como Transamazônica. Dessa forma, como proposta de desenvolvimento do governo federal, a floresta Amazônica foi rasgada por estradas, pisoteada por centenas de milhares de cabeças de gado, e massivamente ocupa através dum longo processo de espoliação dos territórios e massacre das populações indígenas (MORAN, 1990). Constituiu-se então um cenário ideal para exploração indiscriminada da floresta tropical e posteriormente um instrumento útil às práticas de grilagem na região.

Ainda, em dezembro de 1968, a determinação do Ato Institucional nº5 (AI 5) marca o início do período de maior perseguição aos movimentos sociais e cassação de direitos políticos na ditadura. Assim, mesmo que efetivamente existissem então estímulos ao desenvolvimento econômico e tecnológico através do fortalecimento da indústria nacional, a perseguição aos movimentos sociais constitui um cenário que favoreceu de forma gigantesca a reorganização ou até criação de novas elites que se apossaram desses avanços (IANNI, 1971).

O Brasil, apesar da crescente urbanização e industrialização iniciada nos anos 1930, tornou-se uma sociedade setorial altamente complexificada no período entre os anos 1960 e 1980, passagem marcada pela desruralização e explosão populacional nos grandes centros urbanos. Ainda mantendo certo protagonismo das elites *patrícias* através do setor agropecuário (RIBEIRO, 1986) que possui ampla representação de seus interesses tanto no regime ditatorial quanto democrático (CASTILHO, 2012). De acordo com Muller (2018), em uma sociedade setorial é concebida a partir da complexificação da divisão social do trabalho, produzindo setores e onde:

Os indivíduos já não se definem por sua inclusão numa comunidade local, mas por laços mais complexos. Novas formas de reagrupamentos dos papéis econômicos, não mais fundadas na inclusão na comunidade rural, mas em setores profissionais, transformam a relação dos indivíduos com seu trabalho (Idem, p. 12).

Assim, nasce uma nova categoria de ator social “cuja legitimidade já não se baseia na representação de uma comunidade territorial, mas de uma profissão ou de um grupo de interesse focalizado num determinado setor de ação pública.” (Idem, p. 15). Esses atores, por sua vez, disputam entre si os recursos e, sendo assim, a legitimidade do Estado passa a ser baseada então em sua capacidade de gerir esses setores e manter a *ordem pública*. Com a

complexificação da divisão do trabalho, o Estado também adquire maior conhecimento através de novas ferramentas de governo - dados demográficos, estatísticas, pesquisas direcionadas etc - que ajudam a guiar suas decisões, dando origem então às políticas públicas. Por outro lado, também é criada nesse processo a segregação entre especialistas/peritos e os tidos “inexperientes”, excluídos das discussões e decisões em torno das políticas públicas.

Ainda de acordo com Muller (2018), diferente das sociedades tradicionais em que os maiores problemas são de origem externa, nas sociedades setoriais ou autorreferenciadas os problemas centrais são internos e provocados pelos próprios setores (poluição, violência, escassez etc). Sendo assim, nascem novos setores dedicados exclusivamente à gestão desses males produzidos, configurando-se no que Giddens (1991) denomina de *sociedade reflexiva*. Para Beck (2011), modernidade tardia ou sociedade de risco se refere ao processo em que parte significativa dos esforços não estariam apenas em compensar as catástrofes, mas em gerir os riscos, ou seja, as possibilidades de catástrofes. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente, criado em novembro de 1992, alguns meses após a Rio 92, e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, criado em maio de 2003, talvez sejam bons indicativos da passagem do Brasil para uma sociedade reflexiva ou sociedade de risco.

As políticas públicas são então os mecanismos, socialmente produzidos e politicamente disputados, para gestão das sociedades autorreferenciadas. Conforme a abordagem cognitiva das políticas públicas define:

Elaborar uma política pública significa, primeiramente, construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual se quer intervir. Em referência a essa imagem cognitiva os atores organizam sua percepção do problema, confrontam suas soluções e definem suas propostas de ação. Essa visão de mundo é o referencial de uma política (MULLER, 2018, p. 54).

O referencial expressa o papel/função de cada setor na sociedade. Vamos tomar como exemplo o caso das políticas do setor industrial, as escolhas que definiram uma política pública serão distintas se compreendermos a indústria “como elemento de luta contra o desemprego ou como instrumento de competitividade externa. No primeiro caso pretende-se salvar o máximo possível de vagas de emprego; no outro, encorajam-se as reestruturações, apesar das consequências sociais” (Idem, p. 55). Ainda de acordo com Muller (2018), os referenciais, justamente por se tratar de estruturas investidas de significados, articulam quatro níveis distintos de percepção do mundo, mas que inevitavelmente se relacionam. Na tabela 3, estão representados cada um desses níveis.

Tabela 3. Os quatro níveis de percepção do mundo.

Referencial: os quatro níveis de percepção do mundo	
Valores	São as representações mais fundamentais sobre o que está bem ou mal, o que é desejável e o que deve ser rejeitado. Eles definem um quadro geral da ação pública.
Normas	Definem as diferenças entre a realidade percebida e a realidade desejada. Elas definem princípios de ação mais do que de valores: “a agricultura tem de se modernizar”, “é necessário reduzir os custos em saúde”, “as empresas francesas devem ser expostas à concorrência”, “os homossexuais devem ter os mesmos direitos que os heterossexuais.”
Algoritmos	São relações causais que expressam uma teoria da ação. Eles podem ser anunciados sob a forma “se...então”: “se o governo reduzir os impostos das empresas, então elas serão mais competitivas”, “se cedermos às chantagem dos sequestradores, então eles irão recomeçar”, “se Estado transferir as políticas de luta contra a exclusão social para as associações locais, então elas serão mais eficazes porque serão tratadas diretamente pelas pessoas atingidas.”
Imagens	São atalhos cognitivos que fazem sentido imediatamente: “o jovem agricultor dinâmico e moderno”, “o presidente que visita uma escola ou hospital”, “tropas americanas tombando a estátua do ditador.”

Fonte: Pierre Muller (2018). Organização: José Caio Quadrado Alves.

Além disso, quando se trata do papel/função do Estado, ou seja, como, em determinado período histórico, determinada sociedade concebe sua relação com o mundo, o referencial de políticas públicas será constituído através da relação entre *referencial global* e *referencial setorial*. Processo denominado por Muller (2018) de *relação global-setorial* (RGS).

O *referencial global* é uma representação geral em torno da qual as diferentes representações setoriais irão se alinhar e se hierarquizar. Ele é constituído de um conjunto de valores fundamentais que estabelecem as crenças básicas da sociedade e de normas que definem o papel do Estado e das políticas públicas. Ele constitui a representação que uma sociedade faz de sua relação com o mundo e de sua capacidade de agir sobre si mesma por meio da ação pública [...] O conjunto dos valores e das normas do referencial global forma um sistema hierarquizado, significando que, em uma determinada época, certas normas serão priorizadas em detrimento de outras. (Idem, p. 57).

O *referencial setorial*, por sua vez, delimita as fronteiras de determinado setor ou profissão e a definição dessas fronteiras é a razão de constantes conflitos entre os atores sociais que disputam o controle da agenda política. Um setor sempre é constituído por percepções diversas acerca de seu papel e suas fronteiras, mas, na maioria dos casos, é uma concepção mais alinhada ao *referencial global* que se torna dominante em relação às demais. Ou seja, uma concepção se torna dominante “muitas vezes porque está em harmonia com a hierarquia global das normas existentes no referencial global.” (Idem, p.58). Segundo a abordagem da sociologia das metamorfoses (BECK, 2018), a construção de um novo

referencial global seria então constituído pela necessidade de mudança frente aos riscos de catástrofes globais - emergências climáticas, colapso econômico, guerra nuclear etc - em uma sociedade de risco global. Para Muller (2018), a mudança no referencial global, assim como na RGS, pode ser compreendida em ciclos de ação pública fundamentados em quatro regimes que definem o sistema de restrições e espaços de ação, são eles:

- “- um *regime de globalização* que define ‘o estado do mundo’ e das relações internacionais;
- um *regime econômico e social* (ou esquema comercial) baseado num estado do capitalismo e numa relação com o mercado;
- um *regime de cidadania* que define a relação entre os indivíduos e o espaço cívico;
- um *regime de ação pública* estruturado por um referencial global que pode ser especificado de acordo com o país afetado.” (Idem, p. 76).

Na Tabela 4 é apresentada uma tabela que organiza os diferentes ciclos, regimes e referenciais globais identificados através da abordagem cognitiva das políticas públicas.

Tabela 4. Ciclos globais.

	Regime comercial	Regime de globalização	Regime de cidadania	Regime de ação pública	Referencial global
Ciclo liberal-industrial	Capitalismo industrial	Modelo westphaliano	Cidadania de classe	Estado liberal	Referencial do não intervencionismo
Ciclo do Estado-providência	Capitalismo organizado	Modelo bipolar	Cidadania setorial	Estado intervencionista	Referencial Keynesiano
Ciclo do Estado-empresa	Capitalismo financeiro	Mundialização	Cidadania individual	Estado gerencial	Referencial da eficiência pública
Ciclo da governança sustentável	Capitalismo globalizado	Fragmentação	Cidadania em rede	Estado dessetorizado	Referencial da eficácia global

Fonte: Muller (2018, p.83).

A esse respeito, cabe ressaltar aqui o trabalho de Moruzzi Marques (2021) que através de uma abordagem cognitiva das políticas públicas foi capaz de apresentar uma interpretação muito pertinente acerca da evolução dos debates em torno da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Como foi mencionado anteriormente, as noções que deram origem ao conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) nas sociedades de capitalismo maduro e que foram propagadas através de órgão cosmopolitas das Nações Unidas (ONU), como a FAO, é marcada por uma série de ambiguidades, especialmente no caso dos países subdesenvolvidos e em particular no Brasil. A noção de segurança alimentar tem origem já na

primeira guerra mundial e fundamenta-se sobre a perspectiva da segurança nacional, mas é apenas no fim da segunda guerra mundial com a necessidade de se assegurar a reconstrução dos países europeus que a nomenclatura ganha mais abrangência, especialmente através dos esforços da recém criada Organização das Nações Unidas. “Tratava-se de assegurar oferta alimentar abundante, com apoio à intensificação da produção agrícola nacional. Os propósitos da chamada Revolução Verde reforçam esta orientação” (Ibidem, p. 247). Em outras palavras, é justamente um referencial modernizador que inicialmente orientou as políticas públicas de SAN, “a partir da identificação de um problema segundo o qual a agricultura estava à margem das mudanças econômicas, pois considerada como arcaica, a modernização seria a solução para permitir integrar as unidades de produção agrícola ao mercado” (Ibidem, p. 248).

Ainda de acordo com Moruzzi Marques (2021), o relatório final da Cúpula Mundial da Alimentação, sediada em Roma no ano de 1996, endossou um posicionamento mercantilista e favorável às prerrogativas da Revolução Verde, no qual a SAN deveria ser alcançada através da larga produção de alimentos baratos para atender as demandas do mercado global, desconsiderando fatores como agrobiodiversidade, distribuição alimentar e cultura alimentar. Em resposta ao relatório, a Via Campesina lança nesse mesmo ano a proposta de soberania alimentar. Trata-se de uma concepção em que:

O problema do abastecimento alimentar e do combate à fome seria respondido de maneira muito mais eficaz com apoios às agriculturas camponesas, que poderiam mobilizar de forma sustentável os recursos naturais disponíveis, além de gerar emprego e renda graças a uma atividade agrícola diversificada, adaptada aos ecossistemas e coerente com os hábitos alimentares das populações locais, promovendo autonomia produtiva aos povos e nações (Ibidem, p. 249).

Diferente do que ocorreu no resto do mundo, no caso brasileiro não se constitui uma relação antagônica entre as concepções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), direito à alimentação adequada e Soberania Alimentar. Pelo contrário, o que se evidenciou, graças a abertura política para participação popular de organizações da sociedade civil ligadas ao tema, foi a convenção desses conceitos de forma complementar, produzindo alternativas inovadoras no campo das políticas públicas agroalimentares (Ibidem).

De qualquer modo, foi justamente a necessidade de modernização do campo na busca por um mundo agroalimentar mais alinhado às mudanças econômicas globais, superando assim a imagem de uma agricultura ultrapassada, que deu à luz a uma série de novos riscos locais-globais. Nas últimas décadas, esses novos riscos transformaram, em parte, a percepção dos atores sociais que compõem o setor da agricultura e, como consequência, dos conflitos sociais no campo. Ou seja, as disputas por terra não estão mais sujeitas apenas a questões

monetárias e de produtividade, como no ciclo do Estado-empresa. Os atores sociais que disputam o papel e fronteiras do *agro* são compelidos a dialogar com um novo referencial global, o *referencial da eficácia global*. De certa forma, trata-se dum processo de reorganização da hierarquia de valores que informam as políticas voltadas para o setor da agricultura. Ou seja, diferentes atores sociais disputam a hegemonia do referencial setorial na transição de um Estado-empresa para o ciclo da *governança sustentável*.

Sendo assim, o que denominamos como *silenciamento do campo* é o processo de transformação socioambiental do mundo agroalimentar que ocorreu de forma abrangente no mundo todo, em especial durante o ciclo Estado-empresa, e deu margem para questionamentos acerca da validade do modelo da agricultura moderna. Em outras palavras, o conceito esboçado aqui busca ressaltar não a produção de *bens* gerados pela Revolução Verde no processo de modernização do campo, mas sim a produção de *males* (riscos) que dão sustentação aos argumentos de mudança e às novas RGS na transição para o ciclo da *governança-sustentável*. O conceito trata da inserção do setor da agricultura nos processos de edificação do *catastrofismo emancipatório* que, por sua vez, pode conduzir à metamorfose do mundo. Assim, o *silenciamento do campo* é o constrangimento ecológico dum modelo de sociedade industrial-capitalista, sendo capaz de reunir diversos atores em torno das pautas de defesa do meio-ambiente, soberania alimentar e justiça social para exigirem juntos a *prestação de contas* pelos riscos gerados através das práticas antiambientais. Como mencionado anteriormente, uma reorganização dos valores que orientam as políticas públicas do setor agrícola e fundiário.

Adiante, iremos tratar de forma mais aprofundada do processo de formação política do agronegócio, considerando em particular a atuação do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo e o estreitamento das relações entre o mundo agroalimentar e as mudanças climáticas. O objetivo será demonstrar a relação entre os processos de *silenciamento do campo* e *metamorfose do campo*, para somente então nos debruçarmos sobre o caso do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto/SP.

Formação do patriciado moderno

Devido às particularidades da estrutura fundiária no Brasil, bem como da atuação política das elites latifundiárias, a tipologia apresentada por Ribeiro (1986) acerca das

lideranças políticas latino-americanas se demonstra fecunda para a presente discussão. Trata-se duma aproximação ao contexto brasileiro pela identificação de particularidades dos grupos que compõem a luta de classes na América Latina.

Tabela 5. Tipologia das lideranças políticas latino americanas.

TIPOLOGIA DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS LATINO AMERICANAS		
ELITISTAS	ANTIELITISTAS	VANGUARDISTAS
Patriciais	Populistas	Esquerdistas
Autocráticas	Reformistas	Comunistas
Patriarcais		Ortodoxos
Tirânicas		Heréticos
Regressivas	Modernizadoras	Insurgentes

Fonte: Ribeiro (1986), p. 35.

A princípio, o que nos interessa aqui é o enquadramento dado às lideranças *elitistas*. Cabe dizer, em particular no caso do Brasil, que a análise do autor corresponde ao período entre a chamada República Velha (1889 - 1930) e Ditadura Militar (1964 - 1985). As atuais elites latifundiárias, apesar de suas similaridades com as lideranças *elitistas* de então, apresentam novas particularidades que trataremos mais adiante.

Entende-se por lideranças elitistas, *patriciais* e *autocráticas*, os grupos que tradicionalmente ocupam o poder em países independentes na América Latina. Não se trata de lideranças políticas com alguma pretensão de transformação profunda da ordem social, pelo contrário, constituem a força de conservação das estruturas de dominação. “Especialmente a propriedade fundiária, os contratos de exploração estrangeira e as formas de compulsão da população ao trabalho, defendidas com quase igual vigor por toda velha elite” (RIBEIRO, 1986, p. 36). Apesar de submetidas à mesma classificação, as lideranças *patriciais* se distinguem das autocráticas de forma significativa. Essa última é geralmente composta por militares, enquanto a primeira é formada por civis. Assim, os *patriciais* atuam na política através de partidos que formalmente disputam o poder entre si e os parâmetros que constituem a ordem institucional na sociedade.

Essas elites *patriciais* se sentem e são, verdadeiramente, responsáveis pela ordem vigente, cujas bases institucionais seus políticos fixaram na Constituição e nas leis e cuja manutenção suas tropas defendem sempre que necessário. Quando se fala em reformas sociais profundas, como a libertação dos escravos, a reforma agrária, a limitação da exploração estrangeira ou a liberdade sindical está se falando em

refazer a ordem legal que o *patriciado* instituiu e que os regimes *autocráticos* que os substituíram, nas épocas de crise, ajudaram a conservar (Idem, p. 37).

No primeiro ciclo (República Velha), o principal ator político da elite *patricia* era então o fazendeiro e seu sistema de atuação se fundamentava numa sociedade agrária e mercantil. Naquele período, o voto era um direito atribuído apenas à uma minoria ínfima da sociedade brasileira. Num primeiro momento, se limitava aos proprietários de terras e posteriormente se expandiu também aos seus dependentes que, por sua vez, constituíam uma parcela muito mais significativa da população. Desse modo, o fazendeiro gozava dum poder representativo gigantesco, impondo assim seus interesses econômicos e políticos. “Aqui, o máximo que se alcança é uma democracia restrita à igualdade dos pares. E assim é porque as classes dominantes latino-americanas são, de fato, muito mais parecidas com o *patriciado* escravista romano do que com qualquer burguesia clássica” (Idem, p. 39).

A crise econômica global no final dos anos 1920 marca o primeiro declínio das elites *patriciais* na América Latina que, para proteger a estrutura institucional das inquietações populares em decorrência da crise, cedem o regime às elites *autocráticas*. No caso do Brasil, e mais especificamente no estado de São Paulo, a crise econômica de 1929 causou um impacto tremendo na estrutura fundiária. Ocasionalmente, especialmente em áreas dominadas pelo café, como a região de Ribeirão Preto, por exemplo, um processo de desconcentração de terras (IANNI, 1984). Em algumas partes do estado de São Paulo, essas terras foram ocupadas por famílias de imigrantes advindos principalmente do continente europeu, constituindo assim uma espécie de pequena “reforma agrária”. No caso da região de Sertãozinho e Ribeirão Preto, instalaram-se ali majoritariamente imigrantes italianos (Idem).

Seja como for, nos anos 1930 surgem então, em particular no caso do Brasil e Argentina, os regimes *autocráticos patriarcais*. Apesar de autocracias, as lideranças *patriarcais* apresentavam maior preocupação com o desenvolvimento nacional e dispunham de maior sensibilidade às questões sociais do que as elites *patriciais* que as antecederam. Na Argentina foi o caso do regime de Perón e no Brasil o de Getúlio Vargas. Ainda de acordo com Ribeiro (1986), em muitos países da América Latina, como no caso do Brasil, as elites *patriciais* retornam ao poder através dum processo de renovação caracterizado, em parte, pela concentração de terras, seja na mão de atores econômicos internos ou externos. No caso brasileiro, a primeira renovação *patricial* ocorreu na chamada Quarta República (1945-1964). Em 1964, frente à possibilidade de implementação de reformas sociais importantes, como o avanço da reforma agrária, por exemplo, as lideranças *autocráticas* interferiram novamente no regime de poder do país. Dessa vez, através de um golpe das forças armadas arquitetado junto

às autoridades militares dos EUA. Com Castelo Branco, assume então o poder a *autocracia regressiva e repressiva*.

Uma vez implantados, os regimes *regressivos* e *repressivos* se ocupam de imediato em destruir as organizações políticas e sindicais preexistentes; da abertura da economia à exploração das empresas multinacionais e de assegurar a livre movimentação dos capitais estrangeiros. Cuidam também de “sanear” os quadros da burocracia governamental, do parlamento e do judiciário, a fim de colocar todo o poderio do Estado a serviço exclusivo das classes privilegiadas. As três ordens de ação tem como somatório um regime antinacional e antipopular de extremado autoritarismo, mas desprovido de um projeto próprio de desenvolvimento nacional (Idem, p. 43).

O que chamamos aqui de latifúndio moderno, surge aproximadamente entre as décadas de 1960 e 1970 através dum processo conjunto de aumento da concentração de terras e modernização do campo. Para abordagem cognitiva das políticas públicas, trata-se do período que corresponde à crise do referencial Keynesiano e do ciclo de Estado-província.

O ciclo do Estado-província corresponde ao que foi chamado de ‘Trinta Gloriosos’. No entanto, a partir da crise nos anos 1970, o referencial keynesiano perdeu sua capacidade de interpretação do mundo. Surgiu um sentimento de que o ‘mundo não fazia mais sentido’, que as ‘receitas’ do passado não funcionavam mais: as empresas inicialmente bem instaladas foram expulsas, desemprego e inflação cresceram juntos, os sistemas de proteção social não conseguiram impedir o aumento da exclusão e o serviço público se tornou arcaico. Os registros de argumentação nos quais estava fundada a visão do mundo até então dominante começaram a ser abalados principalmente pela crise do petróleo e pela crise financeira que anunciaria o fim do sistema de Bretton Woods. O mundo se transformava com uma nova etapa do processo de globalização e o fim da Guerra Fria. Mais uma vez, as receitas das políticas públicas (como a produção impulsionada e o investimento público) não surtiram efeito, gerando incompreensão, desordem e crítica das elites ao poder (MULLER, 2018, p. 79).

Esse processo também é denominado por alguns autores como a “virada neoliberal”. De acordo com Harvey (2008), esse evento global teve início a partir dos anos 1970 e pode ser caracterizado pelos gigantescos esforços políticos e financeiros na criação e/ou reestruturação do poder das elites econômicas, fragilizadas em decorrência das crises petrolíferas. Trata-se da implementação de um Estado-neoliberal que, por sua vez, não implica na revitalização da economia, mas sim na recuperação das elites. No caso brasileiro, em particular no período pós-redemocratização, é construído um sistema de lobbies entre os diferentes atores do agronegócio que, ocupando espaços chaves no legislativo e executivo (CASTILHO, 2012), fazem avançar uma agenda política favorável aos grandes latifúndios. Ou seja, o enfraquecimento ou extinção de normas de proteção do meio-ambiente, assim como a exposição dos bens naturais à exploração indiscriminada (HARVEY, 2008). Nesse sentido, a virada neoliberal pode ser caracterizada no Brasil como um período de reorganização e/ou criação de novas elites latifundiárias.

Como foi demonstrado através da tipologia organizada por Ribeiro (1986), as elites *patriciais* e as elites *autocráticas* atuam numa espécie de rotação do poder com propósito de criar e gerir determinadas estruturas institucionais favoráveis às classes dominantes. O caso brasileiro ainda não é uma exceção desse processo. A transição para o período democrático e a constituição de 1988 não representam a ruína das lideranças políticas das elites no Brasil, mas sim o fim dum ciclo protagonizado por uma *autocracia regressiva e repressiva*.

A volta da democracia é também, em parte, o retorno do *patriciado*, mais moderno e agressivo se comparado aos ciclos anteriores, assim como adaptado à uma sociedade brasileira extremamente urbanizada e complexificada. Sendo inclusive parte responsável pelo processo de esvaziamento do campo e inchaço dos centros urbanos (RIBEIRO, 2015). O atual *patriciado* se difere dos regimes anteriores por apresentar um contingente de trabalhadores extremamente reduzido e práticas de manejo pautadas no pacote tecnológico da Revolução Verde; mas principalmente pela atuação de dois de seus principais agentes políticos que agora compõem os fazendeiros e também a classe rentista emergente nos anos 1960. Seja através de alianças com o poder público ou não, esses agentes financiam o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, assim como de lobbies políticos que atuam nas diferentes instâncias do Estado e da mídia popular (CUBAS, 2017). Além disso, é importante que o capitalista rentista e o fazendeiro não sejam sempre vistos de forma isolada, quando são na realidade classes sobrepostas.

A verdade é que eles não se separam a partir de onde foram, nas décadas de 1960 e 1970, hibridizados. Na abstração de classe pensamos separadamente, mas isso não acontece na realidade. Os capitalistas e os latifundiários no estado de São Paulo são os mesmos, inclusive alguns desses capitalistas agrupam terras em muitas partes do Brasil que não só neste estado (CUBAS, 2017, p. 220).

Da mesma forma, os atuais conflitos sociais no campo possuem outras implicações. Primeiro, a luta pela terra não mais se dá apenas entre o fazendeiro e os trabalhadores rurais, especialmente em regiões onde a população é predominantemente urbanizada, como é o caso do estado de São Paulo. Nessas situações, os movimentos sociais do campo operam na reivindicação de terras pela mobilização de populações predominantemente urbanas e, geralmente, sem contato algum com a prática agrícola (GOLDFARB, 2007). Como já dito, caracteriza um processo em certa medida inédito de migração da cidade para o meio rural. Em segundo lugar, os proprietários de grandes terras constituíram através da propaganda midiática a imagem de latifúndio como agrobusiness e fazendeiro como empresário rural (CUBAS, 2017; POMPEIA, 2021), atribuindo uma noção de eficácia produtiva e valorização do setor. Ainda, também são induzidas associações de práticas criminosas aos movimentos

sociais (VIA CAMPESINA BRASIL, 2010), constituindo uma imagem positiva do *patriciado* e a *estigmatização* (GOFFMAN, 1988) dos sem terra, dificultando assim a atuação dos movimentos sociais em grandes centros urbanos onde essas ideias são densamente propagadas. Por fim, na grande maioria dos casos, o proprietário de terras já não se faz presente no campo como os fazendeiros nos ciclos passados. Na realidade, o latifundiário vive nos meios urbanos e se apropriam da renda da produção sem ter pra isso que lidar diretamente com os produtores (CUBAS, 2017). Ou seja, o sistema de atuação do *patriciado* já não é mais pautado numa sociedade predominantemente agrária e com uma divisão social do trabalho simples. Trata-se de um sistema mais complexo que envolve a disputas de novas agendas políticas, como as problemáticas acerca do meio-ambiente, por exemplo, e a atuação do agronegócio através de atores midiáticos, do mercado financeiro, do meio acadêmico, políticos, juristas etc (POMPEIA, 2021).

Como foi mencionado anteriormente, no decorrer do século XX o Brasil vai se tornando uma sociedade setorial mais complexa e *autorreferenciada*. O que Giddens (1991) chamaria de sociedade reflexiva e Beck (2010) de sociedade de risco. Assim, a disputa pela terra não mais se pauta apenas na questão de distribuição igualitária dos bens, mas também na distribuição dos males (riscos). Ou seja, se admitirmos aqui a existência de múltiplas particularidades no que denominamos por modernidade, o *patriciado* na modernidade latino americana é pressionado a operar com estratégias de institucionalização, seja na alteração da Constituição ou nas leis, e/ou omissão dos constrangimentos socioambientais gerados pelo agronegócio. Processo que se refere à metamorfose da luta de classes para luta de classes de risco (BECK, 2018).

Considerando em particular a formação política dos *patrícios* da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Devido a crise global do petróleo nos anos 1970, a demanda mundial por fontes de energia alternativas cresceu rapidamente e somou incentivos ao então governo brasileiro na criação do plano nacional de investimentos para o setor sucroalcooleiro (PROÁLCOOL), com vigência de 1975 aos anos 2000. De acordo com Cubas (2017), nesse período o setor sucroalcooleiro tornou-se extremamente cobiçado, em particular pelos governos do estado de São Paulo e as classes rentistas, sendo alvo de grandes investimentos nacionais e internacionais. Assim, forjaram-se alianças públicas-privadas para o financiamento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento e implementação do *pacote tecnológico* da Revolução Verde no país.

Essa aliança, além do alto grau de investimento em pesquisa (privado e público internacional), ocorreu especialmente a partir de uma 'cátedra', que veio se formando em convênios desde 1950, na Esalq em Piracicaba por meio da Fundação

Rockefeller e da Fundação Ford, originários do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e da Ohio State University” (CUBAS, 2017, p. 217).

Das “cátedras”, formaram-se as principais autoridades do então autointitulado agribusiness, assim como as principais pesquisas acadêmicas dedicadas exclusivamente à agricultura convencional (Idem). Por outro lado, não se trata apenas do desenvolvimento de novas tecnologias ou da formação de mão de obra especializada, essas “cátedras” também atuam na construção de “provas” dos discursos justificativos que valoram a atuação do agronegócio. Ou seja, instituições que gozam de *confiança* (GIDDENS, 1991), como as universidades públicas no estado de São Paulo, são também uma peça chave para a edificação do poder político e social do *patriciado*, em especial na legitimação de suas ações em períodos democráticos. Atualmente, a pesquisa do “produto interno bruto do agronegócio” (PIB Agro), anualmente realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP, é, por exemplo, uma fonte amplamente mobilizada para dar sustentação às justificativas monetária e industrial apresentadas pelo agronegócio em situações de disputa (POMPEIA, 2021).

Cabe ressaltar que a utilização de “provas científicas” que demonstrem, a depender de como manuseadas, a autenticidade de discursos justificativos não é uma estratégia exclusiva do agronegócio. Como foi demonstrado no capítulo anterior, a sociologia das justificações, além de outras coisas, aponta para existência duma dinâmica social na qual todos estão submetidos e a apresentação de provas de autenticidade de justificações é parte fundamental dessa dinâmica, sejam “provas” de cunho científico ou não. Obviamente, não se trata de avaliar se as “provas” são verdadeiras ou não, mas de compreender como os diferentes atores em disputa dão sustentação às suas argumentações. Mais adiante, será demonstrado no capítulo 3 que a promotoria do meio-ambiente e conflitos fundiários de Ribeirão Preto/SP também se valeu da estratégia de mobilizar estudos e pareceres científicos com propósito de proporcionar sustentação às justificações de desapropriação para fins de reforma agrária da então Fazenda da Barra. Em outros casos, é o próprio Ministério Público que apresenta às universidades a demanda de pesquisas sobre determinado tema, gerando assim novos conhecimentos do interesse das classes mais pobres e, conseqüentemente, argumentos mais consistentes com relação a certo tópico. Questões como, por exemplo, quais os efeitos na saúde da queima da palha da cana-de-açúcar? Quais as condições de trabalho dos cortadores de cana e como isso afeta o seu bem-estar? Quais os impactos no desenvolvimento das crianças sujeitas ao trabalho pesado em períodos de colheita da cana? (GOULART, 1998). Assim, as universidades e os centros de pesquisa possuem um papel central em estratégias

para legitimação de determinada ação ou posicionamento, especialmente em disputas que envolvem a discussão dos riscos.

De qualquer forma, dentre as organizações da sociedade civil que compõem a estrutura política do latifúndio sucroalcooleiro no estado de São Paulo, destacam-se: o Conselho Nacional de Cana-de-açúcar (Consecana), responsável por controlar a oferta e regular os preços no mercado interno; a União da Agroindústria Canavieira (UNICA) e a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), encarregadas de mediar as negociações entre os usineiros, seus associados, e a Organização de Plantadores de Cana (ORPLANA). Esse último, com sede em Ribeirão Preto/SP, foi fundado em 1976 e atualmente aglutina os produtores de cana-de-açúcar de 4 estados³. Em outras palavras, esse sistema permite o isolamento dos produtores dentro da ORPLANA, pois já não existe mais a necessidade de lidar diretamente com o produtor. Assim, “a ORPLANA pulveriza o papel da sindicalização e das lutas, afasta os que produzem daqueles que cooptam sua renda.” (CUBAS, 2017, p. 218). Por fim, a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), fundada em 1997 no município de Ribeirão Preto/SP, que a partir dos anos 2000, sob a presidência de Roberto Rodrigues, tornou-se a principal interlocutora do agronegócio com o governo federal (POMPEIA, 2021). Atualmente, essas instituições integram o Instituto Pensar Agro (IPA), com sede em Brasília/DF, e que, por sua vez, presta suporte à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

As instituições do agronegócio no estado de São Paulo se encarregaram de dominar a circulação da produção por meio do acordo entre usineiros que estão em grande parte dentro da UNICA formando um Conselho de Gestão que demanda lobby para o Instituto Pensar Agro (IPA) dentro de Brasília ligado intimamente a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Esse mesmo instituto que foi responsável por repensar o Código Florestal brasileiro (Cubas, 2017, pp. 219).

Após as eleições de 2018, a FPA conta com 89 parlamentares da região Sudeste, sendo somente no Estado de São Paulo 27 deputados e 3 senadores. Além disso, de acordo com o portal da entidade, o IPA tem atuado em:

Apoio junto à FPA com relação à questão do Marco Temporal de 05/10/1988 para as Demarcações de Terras Indígenas [...] Elaboração de carta aberta com participação de entidades do setor agropecuário em defesa do marco legal para o licenciamento ambiental no Brasil [...] Participação nas discussões e construção de propostas de melhoria para o processo de Regularização Fundiária (MP 910; Projeto de Lei 2633/20) (IPA, 2021).

³ De acordo com o portal da própria instituição, atualmente a ORPLANA conta com “32 associações de fornecedores de cana, sendo 24 no estado de São Paulo, 1 no Mato Grosso, 1 no Mato Grosso do Sul, 3 em Minas Gerais e 3 em Goiás. A ORPLANA representa aproximadamente 11 mil fornecedores de cana em toda Região Centro-Sul do Brasil” (ORPLANA, 2021).

Esses posicionamentos são um demonstrativo claro da estratégia de institucionalização de práticas antiecológicas, contanto para isso com a autoridade da estrutura jurídica do país. Em primeiro lugar, **(a)** o posicionamento favorável ao marco temporal de 05/10/1988 que, por sua vez, determina o direito dos povos indígenas à terra a partir da homologação da constituição de 1988. Tem como propósito dificultar a demarcação de terras indígenas, especialmente na Amazônia, e favorece atividades econômicas - notadamente plantio de soja, criação de gado, mineração e silvicultura - em regiões ambientalmente sensíveis e expondo as populações indígenas à situações de confronto com grupos que passaram a disputar suas terras amparados pela lei; **(b)** a segunda declaração “carta aberta em defesa do marco legal do licenciamento ambiental, Projeto de Lei nº 3729/2004”, aprovado no dia 13 de maio de 2021 e que estabeleceu a dispensa do licenciamento ambiental de diversas atividades de potencial impacto, além de criar a Licença por Adesão e Compromisso. Trata-se de uma auto declaração feita online através dos portais de órgãos estatais encarregados; por último, **(c)** o Projeto de Lei 2633/20, popularmente conhecido como “PL da grilagem” que, se aprovado, estabelecerá a dispensa de vistoria em áreas ocupadas irregularmente até 2014 e com até 15 módulos fiscais.

Com efeito, o IPA junto ao FPA expressam uma agenda política neoliberal difundida pelos diferentes setores que compõem o agronegócio. Além disso, nas últimas décadas, a influência das elites patriciais no poder público não se limitou às instâncias legislativas, tendo também evidente participação em posicionamentos do poder executivo (CASTILHO, 2012). Em 5 de setembro de 1996, por iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Fórum Nacional da Agricultura (FNA). Trata-se de “um espaço de articulação privado-estatal, congregando diversos atores do então nascente campo político do agribusiness”⁴ (Pompeia, 2021, pp. 170). Através desse órgão, foi apresentado ao governo federal as “10 bandeiras do agronegócio”, um documento que demandou medidas para o fortalecimento do latifúndio no país. Dentre essas bandeiras, destaca-se em particular a “sustentabilidade da agricultura” que, por sua vez, “solicitava incentivo do Executivo federal ao manejo sustentável de recursos naturais, à proteção da agrobiodiversidade, aos sistemas alternativos de produção e à coleta adequada de resíduos” (Ibidem, p. 250). Assim, em um primeiro momento, a ABAG e seus associados não negam, ao menos nas declarações, a

⁴ O grupo auto identificado como agrobusiness na década de 1990 se autodenominou a partir de meados dos anos 2000 como agronegócio.

importância da preservação ambiental, mas cobram incentivos econômicos para o cumprimento das normas do então código florestal.

Entretanto, as ressalvas com relação às normas ambientais não chegariam ao fim apenas pela compensação de “serviços ambientais”. Com a valorização do preço das commodities em 2001, intensificou-se no Brasil a demanda por terras agrícolas⁵, assim como se somaram críticas de entidades do agronegócio às normas de preservação ambiental que, em certa medida, representa um obstáculo na exploração de terras através do modelo produtivo do agronegócio (Ibidem). No ano seguinte, período de eleição presidencial, a ABAG reforçou aos então presidenciais a importância da agricultura pautada no desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que criticou abertamente a “rigidez” do então Código Florestal (Ibidem). Tal estratégia foi utilizada ao longo dos anos como forma de enfrentamento às normas ambientais que, nessa linha de argumentação, estariam atrapalhando o desenvolvimento do país. Entre 2002 e 2012, a ABAG já havia realizado cerca de 4 congressos nacionais e mais de 8 fóruns dedicados especialmente ao tema do desenvolvimento sustentável (ABAG, 2020), com o intuito principal de discutir as possibilidades de flexibilização do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, tratou-se também de estratégias para atribuir protagonismo ao agronegócio nas discussões acerca da agenda climática global, especialmente através dos biocombustíveis e da Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Os biocombustíveis e a ABC possuem um papel central na valoração do latifúndio através de argumentos de ordem ambiental, compondo assim parte de uma estratégia fundamental para a manutenção da legitimidade do *patriciado* em tempos de emergências climáticas. Isso porque, nas últimas décadas, a *citê ecológica* tem se tornado cada vez mais predominante e minimamente relevante enquanto estrutura da sociedade brasileira. Isso se evidencia seja na ordem institucional ou pela emergência de novas práticas e valores culturais, ambos perceptíveis no caso do assentamento Mário Lago.

Os representantes do agronegócio sucroalcooleiro recorrentemente participam de eventos dirigidos às discussões acerca das mudanças climáticas e a atuação dos setores da agricultura e energia. Alguns exemplos são a participação da UNICA no Rio+ 20, em 2012, e nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em 2009 (COP15) e 2019 (COP 25). Além disso, a presença dos biocombustíveis em discursos presidenciais voltados

⁵ Período também marcado pelo aumento do valor das terras, em particular no estado de São Paulo. Ver *figura 11* em anexos.

aos compromissos climáticos do Brasil em eventos da ONU fornece certa sustentação, especialmente no âmbito internacional, às práticas do agronegócio sucroalcooleiro.

Tabela 6. Discursos presidenciais sobre o papel dos biocombustíveis na política climática nacional.

Presidente/a da República	Discursos em eventos da ONU
Luiz Inácio Lula da Silva	<p>64ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Dia 23 de setembro de 2009: O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas. Sobretudo, a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o congresso nacional. Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de etanol em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda a Amazônia e nossos principais biomas. O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais de 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar e nem compromete o equilíbrio ambiental.</p> <p>Trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente para os canaviais brasileiros. Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocaram na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde.</p>
Dilma Rousseff	<p>70ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Dia 28 de setembro de 2015: Em um mundo em que a participação das fontes renováveis de energia é de apenas 13%, em média, da matriz energética, pretendemos garantir o percentual de 45% de fontes renováveis na nossa matriz energética. Vamos buscar a participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade; a participação de 23% das fontes renováveis – eólica, solar e biomassa – na geração de energia elétrica; o aumento de cerca de 10% na eficiência energética; e a participação de 16% de etanol carburante e das demais biomassas derivadas da cana-de-açúcar no total da matriz energética. O Brasil contribui, assim, para que o mundo possa atender às recomendações do Painel de Mudança do Clima, que estabelece o limite de dois graus Celsius de aumento de temperatura neste século.</p>
Jair Messias Bolsonaro	<p>26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Dia 22 de abril de 2021: Contamos com uma das matrizes energéticas mais limpas, com renovados investimentos em energia solar, eólica, hidráulica e biomassa.</p> <p>Somos pioneiros na difusão de biocombustíveis renováveis, como o etanol, fundamentais para a despoluição de nossos centros urbanos.</p> <p>No campo, promovemos uma revolução verde a partir da ciência e inovação. Produzimos mais utilizando menos recursos, o que faz da nossa agricultura uma das mais sustentáveis do planeta.</p>

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Organização do autor.

A ideia chave de desenvolvimento sustentável é mobilizada como base dum discurso de “conciliação” entre o modelo de produção agrícola moderno e seus constrangimentos ecológicos. Efetivamente, trata-se duma estratégia retórica onde as críticas são direcionadas à “rigidez” da legislação ambiental e não ao *modus operandi* do agronegócio ou do mercado. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável não opera na valoração de argumentações da opção ecológica, mas sim na valoração de argumentações da opção mercantil e industrial. Em outros termos, a ABAG e seus associados não negam a existência duma *citê ecológica*, sendo inclusive obrigados a se justificar frente às críticas desta natureza, mas sua estratégia

consiste em minimizar a questão e estabelecer um teto às normas de preservação ambiental. Com efeito, trata-se dum esforço para impedir que as argumentações de ordem ecológica sejam superiores na escala de valores que constituem o referencial das políticas agrícolas e fundiárias do país. Assim, busca-se a hegemonia dum referencial que não ignore de forma direta os anseios globais acerca das emergências climáticas, mas onde as preocupações ecológicas sempre ocupam uma posição secundária em relação aos interesses econômicos e produtivos. Continuamente produzindo riscos às populações locais, mas buscando a manutenção da boa imagem de desenvolvimento sustentável frente ao mercado internacional.

Subsídios à cana-de-açúcar

Em relação às políticas públicas de financiamento do setor sucroalcooleiro. O PROÁLCOOL, mais longo programa de incentivo à produção de biocombustíveis, não possui em sua origem uma justificativa com base no enfrentamento das mudanças climáticas, mas sim na oferta de fontes alternativas de energia num contexto de profunda crise global do petróleo nos anos 1970. Por outro lado, nas últimas décadas, as emergências climáticas se tornaram centrais para a justificativa das políticas de financiamento dos biocombustíveis.

Em dezembro de 1997, durante a COP 3, realizada no Japão, foi oficializado pelas partes o acordo do Protocolo de Quioto. Iniciativa com propósito de mitigar as mudanças climáticas globais através da abertura de fontes de financiamento internacionais e cotas de emissões de carbono. O protocolo só entraria em vigor em fevereiro de 2005, após atender os seguintes requisitos: **(a)** ratificação do acordo por pelo menos 55% do total de países membros que, por sua vez, **(b)** devem ser responsáveis por no mínimo 55% das emissões de GEEs. O Brasil ratificou o Protocolo de Kyoto somente em agosto de 2002 através do Decreto Legislativo nº 144 (BRASIL, 2002)

Em março de 2004, foi criada a partir da Lei nº 10.847 a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), encarregada junto ao Ministério de Minas e Energia e a Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável pela elaboração de estudos do “Emprego de Créditos de Carbono em Projetos de Produção e Uso de Biocombustíveis no Brasil com Base no Protocolo de Quioto” (Brasil, 2007). Nesse mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel (PNPB), com objetivo de incentivar a produção de matéria prima para biocombustíveis através dos pequenos, médios e grandes agricultores, atendendo às

novas demandas globais por fontes de energia renováveis. Além disso, também tem início a política nacional de carros flex-fuel, veículos capazes de utilizar álcool ou gasolina, possibilitando assim o aumento do consumo doméstico de biocombustíveis.

Em 13 de janeiro de 2005, foi criado o marco regulatório através da Lei 11.097 e incorporado formalmente o biodiesel às matrizes energéticas do país. Na época, o então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) buscou formas de incluir a agricultura familiar na cadeia de produção dos biocombustíveis (BRASIL, 2005). Trata-se da criação do selo Combustível Social, que possibilitou à parte dos pequenos agricultores acesso a incentivos fiscais e linhas de financiamento específicas através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2010), a agricultura familiar correspondeu em 2010 a 26% do total de matérias primas adquiridas, sendo 23% oriundas da região Centro-Oeste. Por outro lado, na região Sudeste, a participação da agricultura familiar alcançou um percentual de apenas 4%, com registro de 5 unidades produtoras. No caso do estado de São Paulo, quase a totalidade das matérias primas adquiridas para produção de biocombustíveis são oriundas de propriedades agrícolas de médio e grande porte, contempladas então por outras linhas de financiamento como o programa Banco do Brasil Diesel. De acordo com o último balanço (MAPA, 2020), o programa Combustível Social atingiu em 2013 seu maior desempenho no estado de São Paulo, com 1424 famílias beneficiadas. Entretanto, apresentou uma queda drástica a partir de 2016, possuindo apenas 368 famílias filiadas ao programa em 2020.

A relação entre o setor sucroalcooleiro e o aquecimento global se tornou mais estreita em 29 de dezembro de 2009, quando foi criada a Lei nº 12.187 (BRASIL, 2009) que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). A iniciativa visa o engajamento nacional às propostas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Para tal fim, durante a 13ª Conferência das Partes (COP13) foi elaborada a proposta de intenção para Contribuição Nacional Determinada (iNDC), assim como planos setoriais, “ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020” (Idem). Em 9 de novembro desse mesmo ano, o governo do estado de São Paulo já havia instituído a Lei nº13.798 (SÃO PAULO, 2009) que, por sua vez, estabeleceu a Política Estadual de Mudança Climática (PEMC) com objetivo de “estabelecer o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais” (Brasil, 2009, Art 2º). Em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) sediada em Paris, o Brasil

ratificou a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Nessa ocasião, outros 194 países da UNFCCC também firmaram um acordo voltado para mitigação dos GEEs e adaptação às mudanças climáticas, denominado Acordo de Paris.

A atuação do setor sucroalcooleiro no NDC ocorreu principalmente através do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsáveis pela elaboração de estudos e planos de ação para o setor energético. De acordo com a própria entidade (EPE, 2019), foram estabelecidos planos para expansão da produção de biocombustíveis em nível nacional e adotadas estratégias de zoneamento agrícola de risco climático (ZARC)⁶ para priorização de áreas de menor impacto ambiental na expansão das fronteiras agrícolas. Entretanto, não são apresentadas medidas para uma mudança do sistema de produção ou até mesmo estratégias de como proceder no caso de áreas ambientalmente sensíveis que já se encontram ocupadas pelas grandes monoculturas de cana-de-açúcar.

Por fim, integrando a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, é instituída através da Lei nº 13.576 de 2017 a política nacional de biocombustíveis, a RenovaBio. Similar às políticas de incentivo anteriores, a RenovaBio é um dispositivo para recompensar financeiramente produtores e importadores de acordo com um índice de eficácia energética (Nota de Eficácia Energético-Ambiental), indicando a contribuição individual para mitigação dos GEEs através da substituição dos combustíveis fósseis.

Em suma, a partir da ratificação do Protocolo de Kyoto e criação do PNPB durante o primeiro governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o setor sucroalcooleiro começa a ocupar um lugar de destaque nas discussões acerca das mudanças climáticas. Composto em 2009 uns dos planos estratégicos para alcançar os objetivos propostos na NDC. Assim, o *patriciado* e seus aliados se apropriam da pauta climática que, por sua vez, passa a integrar as estratégias de legitimação do agronegócio sucroenergético. Entretanto, a mitigação de GEEs é recorrentemente mobilizada como prova de eficiência para justificar a utilização do pacote tecnológico da agricultura convencional, o latifúndio e a monocultura extensiva, assim como para exigir a flexibilização de normas de conservação que possam interferir no modelo de produção ou na rápida expansão das fronteiras agrícolas. Tal contradição é o que nos permite caracterizar a ideia de “desenvolvimento sustentável” como

⁶ Trata-se duma tecnologia desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com instituições de pesquisa, em especial a universidade estadual de Campinas (Unicamp), para o zoneamento de áreas que apresentam riscos atuais e/ou futuros à produção de determinadas commodities, em particular a cana-de-açúcar. A análise leva em consideração as necessidades fisiológicas de cada planta, como temperatura e disponibilidade hídrica ideal para determinado período de desenvolvimento e manejo das culturas. Ou seja, é uma maneira de adaptar os grandes engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar às mudanças climáticas globais através de previsões detalhadas (ZULLO JUNIOR & KOGA-VICENTE, 2016).

uma estratégia retórica utilizada pelos atores econômicos na tentativa de superar os constrangimentos ecológicos. Ou seja, a temática da emergência climática global é evocada, mas as justificativas e provas de autenticidade apresentadas não dizem respeito a argumentos de ordem ecológica ou *cité ecológica*, mas sim de ordem mercantil e industrial.

Efetivamente, quando as questões socioambientais locais são também postas em discussão, como determina a política de reforma agrária, considerando a particularidade de cada caso, não é possível constituir uma justificativa que seja coerente aos princípios da *cité ecológica*. Afinal, são os riscos que emergem com os grandes engenhos agroindustriais que constituem, ao menos em parte, as críticas de ordem ecológica ao agronegócio. Ou seja, a concepção de um mundo ecologicamente justo (*cité ecológica*) nasce, em parte, como resposta ao processo de *silenciamento do campo*. Em outros termos, justamente por não ser possível separar as questões locais e regionais da emergência climática global, mesmo integrando políticas voltadas à NDC, o agronegócio é incapaz de sustentar seu modelo de produção através de justificativas e provas de ordem ecológica. Assim, resta apenas a omissão ou negação de informações que possam traduzir as realidades locais e atrair críticas e/ou acusações ao modelo de produção e ocupação de determinadas áreas.

A tese defendida por Marcelo Pedroso Goulart (2013) afirma que, por não desempenhar pelo menos um dos três requisitos que caracterizam o cumprimento da função social da terra, no caso a *preservação do meio ambiente*, toda propriedade rural pautada no modelo produtivo do agronegócio está sujeita à desapropriação para fins de reforma agrária.

A Lei de Reforma Agrária considera *preservação do meio ambiente*, como requisito do cumprimento da função social da propriedade rural, a manutenção das características do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, *na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas* (Lei Federal nº 8.629/93, art. 9º, § 3º). Esse padrão produtivo, ao se basear na monocultura, no latifúndio, na agroquímica e na redução e exploração da mão de obra, mostra-se social e ambientalmente insustentáveis, ferindo os princípios e normas de interesse público que norteiam as políticas agrícolas, agrária e ambiental definidas na legislação infraconstitucional (Goulart, 2013, p. 264).

Por outro lado, nós afirmamos que por se tratar dum modelo de agricultura predatória, causa de diversos estresses sociais e ambientais, emergiram nas sociedades em estado de modernidade críticas de ordem ecológica através de diferentes atores sociais (coletivo ou individual). Esses atores, por sua vez, reivindicam essa nova concepção de justiça, produzindo, em alguns casos, arranjos institucionais e jurídicos que dão sustentação às argumentações de defesa do meio-ambiente. Nas últimas décadas, argumentos coerentes à *cité ecológica* começam a surgir em disputas pela agenda política do setor fundiário e agrícola no

Brasil, caracterizando novos conflitos ambientais. Assim, a política de reforma agrária é central para que os movimentos sociais, ONGs, sindicatos, Ministério Público e demais partes interessadas em realizar uma verdadeira *metamorfose do campo* sejam capazes de disputar com o agronegócio os referenciais e funções dos setores da agricultura e fundiário. Não se trata então de estar apenas em conformidade com a constituição federal de 1988, diversos exemplos da história recente são um demonstrativo disso, mas sim de haver maior predominância da *cit  ecológica* na sociedade brasileira. Ou seja, uma estrutura socialmente constituída que, incorporada através dos esforços políticos e culturais de diversos atores, confronta a es que são então categorizadas como *indignas* (unworthy), por exemplo, as práticas antiecológicas.

Conclusão

Apesar das preocupa es com o equilíbrio ecológico do planeta se tornarem cada vez mais presentes em discussões acerca das políticas públicas, em particular no setor da agricultura, o processo de *metamorfose do campo* não ocorre de forma automática. Provas científicas da emergência do sexto evento de extin o em massa e a constata o de riscos reais   existência da humanidade de nada servem isoladamente para a transforma o do mundo social. Torna-se necessário a atua o de atores que buscam dar sustent o às propostas de mudança na sociedade através de esforços políticos e culturais. Assim, em contextos democráticos,   através de conflitos com imperativo de justifica o, situa o denominada *regime de justiça*, que os atores produzem e desempenham estratégias capazes de criticar e justificar determinada a o ou posicionamento, mobilizando para isso provas de autenticidade coerentes   determinada ordem de justiça ou *cit *. Em outras palavras, são críticas e justificativas em conformidade a determinada concep o de mundo justo e mobilizadas em estratégias argumentativas por uma conjun o de atores sociais que, no enfrentamento de inúmeras adversidades, tornam possível a deslegitima o da agricultura antiecológica e o enfrentamento do latifúndio no Brasil.

Dito isso, por mais que existam tradicionalmente estruturas de domina o econômica e política na sociedade brasileira, como bem demonstrado pela tipologia de Ribeiro (1986), os períodos que permitem alguma mobiliza o dos movimentos sociais e críticas às injustiças sociais são os mais propensos a gerar transforma es verdadeiras na cultura dum povo. Ou

seja, a emancipação se dá através da crítica e negação de práticas predatórias e/ou socialmente exploratórias, não pela simples reorganização de classes dominante e dominada ou redistribuição dos bens sem considerar os males (riscos). Na América Latina, são justamente as crises e, em decorrência da maior efervescência popular, os riscos dum processo de deslegitimação do *patriciado* que constituem um cenário onde as elites políticas autocráticas (militares), com apoio quase irrestrito das elites latifundiárias, atuam em prol da ruptura institucional. Não para a instituição de mudanças radicais, mas justamente para preservação de determinada parte da estrutura do Estado brasileiro, parte essa que interessa especialmente às elites econômicas e políticas do país.

Aventuro-me a dizer que o presente contexto em que o Brasil se encontra é um desses momentos de risco de ruptura institucional. A crise política que culminou num golpe protagonizado pelo poder judiciário e legislativo em 2016, destituindo do cargo a então presidenta Dilma Rousseff e instituindo Michel Temer como presidente da república, deu início a um dos maiores retrocessos da agenda agroalimentar do país (MORUZZI, 2021). Mais de 50% dos votos necessários para o processo de impeachment vieram da FPA, que aderiu em peso à proposta (De Olho nos Ruralistas, 2017). Ainda no governo de Michel Temer, também teve início a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal da tese que determina o marco temporal das terras indígenas a partir de 1988. Argumentação que pela primeira vez foi apoiada pelo governo federal. Em 2018, de forma ainda mais radical, as promessas de desmonte das políticas ambientais, indigenistas e agroalimentares marcaram a ascensão do atual governo de Jair Messias Bolsonaro. Nos últimos anos, foram frequentes os ataques aos movimentos sociais sem terra, havendo até mesmo tentativas de categorizá-los como “terrorista” através do Projeto de Lei 10431 de 2018 (BRASIL, 2019). Além disso, evidencia-se o predomínio ceticismo do governo federal e seus aliados com relação às mudanças climáticas, os riscos da pandemia de COVID-19, o aumento da população em situação de insegurança alimentar e a lisura das urnas eletrônicas. Posicionamentos de interesse duma parcela ínfima da sociedade brasileira e que estão dispostos a romper com as normas do jogo democrático.

Por outro lado, o ciclo da governança-sustentável impõe certas limitações às pretensões neoliberais destes grupos que somam esforços para a ascensão de um governo autocrático e antiecológico no Brasil. Acumulam-se os protestos internacionais, em particular nas normas do mercado europeu e norte-americano, contra a exploração indiscriminada dos ecossistemas na América Latina, especialmente se tratando da floresta amazônica. Em outubro de 2021, através do Forest Act (código florestal) o senado dos EUA chegou a propor

o bloqueio de até US\$ 500 milhões, na época o equivalente à R\$ 2 trilhões e 755 milhões, de exportações ligadas ao desmatamento da Amazônia (BBC, 2021). Em dezembro de 2020, numa medida similar, o parlamento da União Europeia exigiu de forma mais rigorosa o controle de exportações oriundas do Brasil, justamente para tentar evitar que empresas comprem de fontes beneficiadas pela destruição de biomas como a Amazônia e o Cerrado (BBC, 2020). Assim, o referencial agroecológico propagado e defendido pelo MST se alinha de forma mais coerente ao referencial global de sustentabilidade que, frente às emergências climáticas, gradualmente ascende na escala de importância nos setores da agricultura e fundiário. Ou seja, apesar da gigantesca influência política e econômica de lobbies ligados ao agronegócio, como a FPA e o IPA, os movimentos sociais do campo constituem uma força considerável na disputa das fronteiras (papel e funcionalistas) do setor da agricultura e da agenda socioambiental no país. A política de reforma agrária e a atuação conjunta entre Ministério Público, Incra e movimentos sociais possuem um papel fundamental nesse processo.

Enfim, os próximos capítulos são dedicados à descrição e análise das estratégias utilizadas pelos atores sociais na desapropriação para fins de reforma agrária da então Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto/SP. A edificação do assentamento Mário Lago e seu enquadramento como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) se deu então através duma fundamentação de ordem socioambiental. O que correspondeu não apenas aos anseios globais de enfrentamento às mudanças climáticas, mas principalmente às preocupações locais com relação à proteção das áreas de afloramento do Aquífero Guarani.

CAPÍTULO III: Reforma agrária e a defesa do meio ambiente: conflitos argumentativos em torno das áreas de afloramento do aquífero guarani (o caso do município de ribeirão preto/SP)

Introdução

No capítulo anterior, o NDC foi brevemente mencionado com o propósito de explicar a atuação do *patriciado* sucroalcooleiro na resposta nacional às emergências climáticas. Ou seja, os esforços na construção de caminhos que permitam a legitimação do setor em tempos de metamorfose. Por outro lado, o presente capítulo descreve de forma mais abrangente o processo de edificação da estrutura institucional e jurídica que compõem a agenda climática do Brasil. O propósito é demonstrar o contexto no qual foram constituídas novas normas voltadas para gestão do meio ambiente, considerando em particular o caso do município de Ribeirão Preto/SP. Estas normas, por sua vez, representam os arranjos institucional e jurídico que proporcionam sustentação a parte significativa das argumentações de ordem ecológica a favor da reforma agrária na região. No caso do assentamento Mário Lago, destacam-se no âmbito municipal o Código Ambiental e a Carta Ambiental do município.

Assim, adiante trataremos dos conflitos ambientais em torno das áreas de afloramento do Aquífero Guarani, antes e depois da implementação da reforma agrária na área. Além disso, o processo de apropriação da agroecologia e agrofloresta pelo MST que, por questões que já foram discutidas anteriormente, permitiu o estabelecimento de um contraponto ao agronegócio sucroalcooleiro através da argumentação de defesa do meio-ambiente. O objetivo central do presente capítulo é então explicar da forma mais organizada possível como se deu a reforma agrária em Ribeirão Preto/SP e quais as implicações desse evento para os debates acerca das questões agroambientais no Brasil.

Resposta nacional às emergências climáticas

Nas últimas décadas, o aquecimento global se tornou assunto de grande importância entre os líderes mundiais, sendo o foco de acordos internacionais na Convenção Quadros das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Durante a 21ª Conferência das Partes

(COP21) sediada em Paris, 195 países da UNFCCC firmaram um acordo voltado para mitigação dos GEEs e adaptação às mudanças climáticas, denominado Acordo de Paris. Os países integrantes têm como propósito garantir que a temperatura global não apresente um crescimento acima de 2°C até 2030, assim como buscar formas de adaptação às mudanças climáticas através da implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015). Em 2015, o Brasil ratificou o Acordo de Paris estabelecendo a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Desta forma, o Estado brasileiro se comprometeu a reduzir as emissões de GEEs em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, e posteriormente reduzir as emissões de GEEs em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030 (BRASIL, 2015). As políticas para implementação do NDC são conduzidas no campo da Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009), da Lei de Proteção das Florestas Nativas (BRASIL, 2012), da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), assim como da Política Estadual de Mudanças Climáticas (SÃO PAULO, 2009).

No caso brasileiro, evidencia-se um novo referencial de ordem ecológica ou ambiental que passa a orientar as políticas públicas em diversos setores, como indústria, agricultura, educação etc. Trata-se da resposta nacional às mudanças climáticas que, como marco referencial, tem início a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972. Assim, nas últimas décadas, o Brasil vem edificando a proposta de uma sociedade sustentável.

Em um trabalho realizado por Ferreira e Tavolaro (2008), os autores analisaram o processo histórico e social de construção da agenda ambiental no Brasil entre os anos 1970 e 1990, contribuindo para os debates acerca da modernidade no Brasil pela análise da agenda ambiental. Refere-se a um período em que emergem diversas instituições voltadas para análise e gestão do meio-ambiente em decorrência das discussões internacionais sobre a crise climática. Em 1973, é criada a Secretaria Especial de Meio-Ambiente (SEMA), um marco nas discussões nacionais sobre o clima. Ainda, a criação de órgãos ambientais como Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de 1968; Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), de 1975; Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, em 1983. Ainda durante o período da ditadura militar, nasceu a Política Nacional de Meio-Ambiente, em 1983; e o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, em 1985. Com a constituição de 1988, fruto da redemocratização, uma série de pautas socioambientais são levantadas, possuindo um capítulo exclusivamente dedicado à questão ambiental. Em 1989, nasce o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), uma tentativa de resposta à crise na Amazônia, em especial após o

assassinato de Chico Mendes. Por fim, nos anos 1992, o Brasil foi sede da conferência da ONU para tratar da emergência climática global, a Rio 92.

Assim, constatou-se que, ao contrário da tese defendida por autores como Ulrich Beck e Anthony Giddens, a modernização reflexiva, em particular no âmbito das questões em torno do meio-ambiente, não ocorre apenas quando determinada sociedade exauri seus recursos naturais e conquista seu potencial industrial e tecnológico ao ponto que a própria modernidade tende a buscar caminhos de reconexão com o meio-ambiente. Esse seria, em tese, o caso dos países do norte global, mas não explicaria a emergência da agenda ambiental no Brasil, principalmente as iniciativas e conflitos ambientais locais. Por outro lado, apesar da inserção e ampliação do debate ambiental na sociedade brasileira, tanto na política tradicional quanto na sociedade civil, Ferreira (1998) ressalta:

Há no Brasil um profundo descompasso entre a realidade e o nível retórico, que se traduz em uma legislação ambiental que segue a experiência internacional e apresenta instrumentos extremamente sofisticados. De fato, na realidade, as condições para colocar esses instrumentos em movimento ainda são extremamente limitadas (FERREIRA, 1998, p. 108).

Ainda de acordo com Ferreira e Tavolaro (2008), a discrepância entre realidade e retórica na construção da agenda ambiental no Brasil levaria alguns estudiosos a argumentar que o Brasil seria um exemplo de “modernidade periférica”. Entretanto, mesmo que a experiência de modernização brasileira seja distinta.

Não parece viável justificar a ideia de que a política ambiental no Brasil é um paradoxo sociológico, que o diferenciaria das experiências dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Como todos sabemos muito bem, as preocupações ambientais também tiveram e ainda têm seus ‘altos’ e ‘baixos’ nesses contextos (FERREIRA; TAVOLARO, 2008, p. 175).

Trata-se então de compreender a modernidade como um fenômeno multifacetado, onde diversos caminhos levam até modernidades diversas. A emergência de uma estrutura moral ecológica que muitas vezes é evocada em conflitos sociais para fazer frente à determinada atividade predatória que gera riscos socioambientais, como no caso da reforma agrária ou em discussões acerca dos territórios indígenas, por exemplo, também é evidência de uma sociedade reflexiva.

Ainda sobre o caso brasileiro, Ferreira (2020) apresenta uma tipologia muito fecunda para o entendimento do desenvolvimento da agenda ambiental, organizado em quatro etapas o processo de produção das estruturas políticas institucionais no Brasil referentes a questão climática no nível federal:

- a.** Em um primeiro momento, entre 1992 e 2002, durante os governos de Itamar Franco (Cidadania) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), tem início a fase de discussões sobre as emergências climáticas. Nesse período foram formadas as primeiras organizações governamentais dedicadas ao tema. Em 1994 nascem o Programa Nacional de Mudanças Climáticas, Centro de Estudos Climáticos (CPTEC) e a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, em 1999 é criada a Comissão de Mudanças Climáticas Globais. Em 2002, é criado o primeiro Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, agrupando representantes do governo e da sociedade civil. Nesse mesmo ano, por iniciativas da sociedade civil organizada, surge também o Observatório do Clima. Trata-se de organizações voltadas para análise e monitoramento da questão ambiental no país, assim como para a elaboração de estratégias de enfrentamento à crise climática global;
- b.** Na segunda fase, entre 2003 e 2008, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), teve início o desenvolvimento da agenda climática no Brasil. Em 2004, foi possível produzir o primeiro inventário de emissões de GEEs à nível nacional e, em decorrência disso, edificar o primeiro Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) em 2007.
- c.** Na terceira fase, entre 2009 e 2012, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), é determinada a política climática e os programas de ação nacional. Nesse período destaca-se a criação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC) e os planos setoriais do PNMC. Além disso, em 2010, é publicado o segundo inventário nacional de emissões de GEEs e, em 2012, o primeiro relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). Trata-se de uma fase essencial para determinação da NDC e para formulação de estratégias de implementação das políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no país;
- d.** Por fim, entre 2013 e 2017, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) e o governo de Michel Temer (PMDB), tem início a fase de implementação das políticas do PNMC e seus planos setoriais.

Duas iniciativas em particular possuem um papel central nas discussões que o presente estudo propõe. Primeiro, durante a primeira fase (1992-2002), nasce a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999), fruto de debates na Eco-92 e uma das demandas da denominada “Agenda 21”. A política de educação ambiental no Brasil possui origem, no âmbito legislativo, desde 1981 com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.983/81), sendo limitada então apenas à abordagem dos aspectos ecológicos e biofísicos da problemática ambiental. Com a constituição de 1988, fica definido

no Capítulo IV, que trata do meio-ambiente, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, § 1º, VI). Assim, em um primeiro momento a educação ambiental foi tida como uma prerrogativa dos órgãos de gestão do meio ambiente e somente anos mais tarde se torna objeto amplo de discussão interdisciplinar das relações entre ambiente e sociedade (SATO, 2003). Através da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), fica estabelecido então que a educação ambiental não é tema exclusivo do Estado ou dos grandes atores econômicos, mas sim de toda sociedade.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, art. 1º)

Segundo, durante a terceira fase (2009-2012), é criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, 2012). Trata-se de uma das primeiras políticas de Estado na história dedicada ao incentivo da transição agroecológica e da produção orgânica em nível nacional. De acordo com a PNAPO (2012), entende-se por transição agroecológica:

processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (PNAPO, 2012, art. 2º, IV).

Assim como o propósito de promoção da transição agroecológica e outras diretrizes é instituído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), instrumento que estabelece “I) diagnóstico; II) estratégias e objetivos; III) programas, projetos, ações; IV) indicadores, metas e prazos; e V) modelo de gestão do Plano” (PNAPO, 2012, art. 5º) para o cumprimento da PNAPO. Entretanto, o PLANAPO foi completamente revogado em 2019 pelo atual governo de Jair Messias Bolsonaro, paralisando assim grande parte das iniciativas de transição agroecológica promovidas pelo Estado.

Essas duas iniciativas, PNAPO e Plano Nacional de Educação Ambiental, estão ligadas à PNMC e são centrais para compreender o processo de *metamorfose do campo* no Brasil. Primeiro, porque refletem os anseios de parte da sociedade brasileira por um sistema sustentável e mais saudável; e segundo, porque estabelecem instrumentos para a expansão da *ciudad ecológica* e das práticas agroecológicas em nível nacional. Assim, a agenda ambiental se

insere no mundo agroalimentar, constituindo novos contrapontos aos referenciais dominantes nas políticas agrícola e fundiária. Além disso, constituem um diálogo importante entre as populações urbanas e rurais através de discussões sobre a problemática ambiental. É justamente com o propósito de promover uma ampla conscientização da população e a transição agroecológica do campo que diferentes atores - ONGs, MP, igreja católica, sindicatos e MST - se unem em torno duma causa comum e viabilizam a reforma agrária em Ribeirão Preto/SP pela argumentação de defesa do meio-ambiente e justiça social.

Além disso, questões locais, como a proteção das águas do Aquífero Guarani, são também amplamente mobilizadas em argumentações favoráveis à reforma agrária. Especialmente quando se trata de condenar a utilização de agrotóxicos e outros agroquímicos que constituem riscos de contaminação dos corpos d'águas, assim como o desmatamento das florestas e o enfraquecimento da capacidade de recarga do aquífero (MACHADO; BIZZO, 2016). Assim, além do processo de construção da agenda ambiental em nível nacional é necessário compreender o papel das políticas municipais na defesa do meio-ambiente, em particular o zoneamento de áreas ambientalmente diferenciadas e dispositivos locais para gestão eficaz dos recursos naturais. É a relação entre esses diferentes fatores, integrados em multiníveis de governança - nacional, estadual, municipal - e por multiatores - sociedade civil, órgãos governamentais e empresas - que constitui o evento analisado pelo presente estudo.

A questão agroecológica em ribeirão preto/SP

O rápido crescimento desordenado das cidades junto à expansão do agronegócio provocou a destruição de grandes extensões da vegetação original no estado de São Paulo. Processo particularmente intenso nos polos canavieiros emergentes, como no caso do município de Ribeirão Preto/SP (HENRIQUES, 2003).

De acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010), o município de Ribeirão Preto/SP é um dos maiores centros urbanos do estado de São Paulo, ocupando em 2010 o 8º lugar entre os mais populosos. Situado na porção nordeste paulista, sua área oficial é de 650.916 km², dos quais 77,6% integram a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e 22,4% integram a Bacia Hidrográfica do Rio Mogi. O território compõem os biomas Mata Atlântica e Cerrado, este último sendo mais comum na zona leste do município, e seu meio rural é

majoritariamente composto por grandes complexos agroindustriais de cana-de-açúcar. Em 2010, o município possuía uma população urbana de 602.966 habitantes com 8.398 em situação de extrema pobreza e uma população rural de 1.716 habitantes com 260 em situação de extrema pobreza.

A cidade está localizada em áreas de afloramento do Aquífero Guarani de grande importância ambiental. Trata-se do maior manancial de água doce do mundo, possuindo aproximadamente 1,2 milhões de km² que se estendem por quatro países, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Essas áreas, localizadas na zona leste do município, são ambientalmente sensíveis e se mostram cada vez mais vulneráveis ao risco de permeabilização pela intensa expansão urbana e contaminação por conta dos produtos químicos utilizados nas plantações de cana-de-açúcar, que compreendem a maior parte das atividades agrícolas na região (NUNES & SILVA, 2017). O município é extremamente dependente das águas subterrâneas para o abastecimento doméstico, industrial e agrícola. De acordo com o último relatório de situação do CBH do Pardo (2020), aproximadamente 100% dos recursos hídricos utilizados pelo município são oriundos do Aquífero Guarani. Entre 2015 e 2019, a disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos diminuiu de forma acelerada, enquadrando Ribeirão Preto como “ruim” nos parâmetros de disponibilidade “per capita”. Além disso, entre 2015 e 2019 se apresentou também uma queda constante da disponibilidade hídrica superficial na região. Atualmente, o município representa sozinho 79,62% da demanda da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Ugrhi). “No período analisado [2015-2019], constatase que Ribeirão Preto, com uma demanda 5,51 m³/s, ocupa a 1ª posição quanto à demanda de água subterrânea no Estado, representando 7,06% de seu total, variou no período analisado de 3,91 m³/s para 5,51 m³/s, uma alta de 40,92%” (CBH do Pardo, 2020, p. 45).

Além do problema da escassez hídrica, a cidade também enfrenta sérios riscos de contaminação das águas subterrâneas. De acordo com o Mapa da Água (2020), projeto em parceria com o Ministério da Saúde para fiscalização da qualidade das águas destinadas ao consumo doméstico, entre 2018 e 2020 foram constatados níveis perigosos de Nitrato (substância inorgânica) nas águas de Ribeirão Preto/SP, substância com maior risco de gerar doenças crônicas, como o câncer. O Nitrato é muito utilizado em especial na fabricação de adubos químicos, o que apresenta em alguns casos riscos devido a grande utilização desses insumos nos engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar. Além disso, a contaminação também ocorre devido aos resíduos de esgoto urbanos, especialmente nas áreas de afloramento do Aquífero Guarani. O relatório apresenta ainda outras substâncias encontradas

na torneira dos ribeirão-pretanos, entre elas 11 tipos de agrotóxicos, mas ainda em níveis que os analistas consideraram seguro para o consumo.

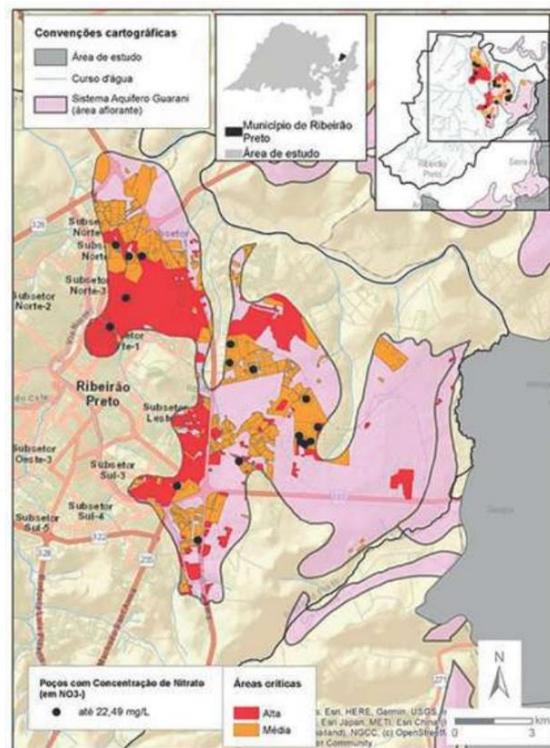


Figura 3. Risco de contaminação por Nitrato em áreas de afloramento do Aquífero Guarani. Fonte: Albuquerque Filho (2021).

Durante a década de 1970, o município se beneficiou do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), que financiou a expansão de atividades do setor sucroalcooleiro, a modernização e ampliação de destilarias existentes como também a instalação de novas (BRASIL, 1975). Durante os anos 2000, teve início uma segunda onda de investimentos, dessa vez de empresas transnacionais com a aquisição de destilarias para a produção de biocombustível (GONÇALVES; SCOPINHO, 2010). Além disso, o município é sede da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e desde 1994 palco da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow), onde são expostas anualmente as novidades tecnológicas voltadas para produção agroindustrial.

Em decorrência do impulso proporcionado ao setor sucroalcooleiro, entre 1970 e 2010, Ribeirão Preto apresentou um crescimento populacional de 391.803 habitantes em 40 anos, acréscimo de 406.508 habitantes nas áreas urbanas e decréscimo de 14.705 habitantes nas áreas rurais (IBGE, 1970-2010). Esses novos moradores da cidade são majoritariamente famílias oriundas do campo e de outras regiões do país que, com o desemprego no campo, se

alocaram aos centros urbanos paulistas em busca de melhores condições de vida. Trata-se do momento de maior êxodo rural na história do país, em particular no estado de São Paulo.

Entre 1950 e 2010, a população urbana do estado de São Paulo passou de 4.804.211 para 39.585.251, acréscimo de 34.781.040 habitantes em 40 anos. Por outro lado, a população rural passou de 4.330.212 para 1.676.948 (Idem, 1950-2010). Ainda, de acordo com o censo agropecuário (IBGE, 1920-2006), entre 1970 e 2006 o estado de São Paulo também apresentou diminuição significativa do número de propriedades agropecuárias familiares⁷ simultaneamente ao aumento relativo de propriedades agropecuárias patronais (1.000 hectares ou mais) e a expansão das fronteiras agrícolas (Ibidem).

Vale ressaltar que, paralelo ao esvaziamento do campo, se sucederam uma série de mudanças e/ou radicalizações das práticas predatórias no estado de São Paulo. Segundo o relatório de qualidade ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio-Ambiente, “fatores como expansão urbana, especulação imobiliária, expansão da fronteira agropecuária, extrativismo ilegal e contaminação do solo, das águas e da atmosfera, reduziram a cobertura vegetal do estado a fragmentos” (São Paulo, 2020, pp. 173). A cobertura florestal original do estado compunha cerca de 80% do território, sendo desse total 83% Mata Atlântica e 14% Cerrado. Esse percentual sofreu redução drástica com o avanço dos latifúndios no interior paulista e o crescimento das manchas urbanas. Atualmente, restam apenas 17,5% da cobertura florestal original, sendo que o bioma Cerrado passou a ocupar de 14% para 1% do território. Em decorrência disso, desde 2016 aproximadamente 1.088 das 9.031 espécies nativas da flora e 336 das 2.551 espécies de vertebrados conhecidas no estado estão ameaçadas de extinção (Idem).

Com efeito, as atividades relacionadas ao setor agropecuário apresentam um dos maiores índices de degradação da fauna no estado de São Paulo. Entre 2011 e 2019, os autos de infração ambiental (AIA) estão majoritariamente relacionados às intervenções em APPs, como a supressão de vegetação nativa ou impedir sua regeneração natural (SÃO PAULO, 2012-2020). Entre 2016 e 2019, foram contabilizadas 27.787 AIAs relativas a 17.765,18 hectares (177,65 Km²) degradados, em média são emitidas 6.947 AIAs relativas a 4.441,3 hectares (44,4 Km²) degradados ao ano (SÃO PAULO, 2017-2020). Somente em 2019, o estado de São Paulo contabilizou 3.074 focos de queimadas, com pico registrado entre agosto

⁷ De acordo com a lei que estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar (Brasil, 2006), empreendimentos familiares rurais caracterizam propriedades com área menor ou igual a 4 módulos fiscais, que utilizam predominantemente de mão-de-obra familiar e são administradas ou dirigidas também pela família.

e setembro, período de maior seca. Nesse mesmo ano, foram expedidos 691 AIAs em decorrência de incêndios e 579 AIAs por tráfico ilegal de produtos florestais. Apesar disso, a agropecuária ainda é uma das atividades com o maior número de autorizações emitidas para supressão de vegetação nativa e áreas de preservação permanente (APP) (Ibidem).

De qualquer forma, a Bacia Hidrográfica do Pardo (Bh-Pardo), composta em 60% pela Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), possui um dos menores índices de cobertura vegetal do estado, com cerca de 13,29% (Ibidem, 2020). De acordo com Henriques (2003), é possível constatar que entre 1962 e 2000 ocorreu no município de Ribeirão Preto/SP a destruição de 6.703,42 hectares (67,0342 Km²), redução de 70,09% da vegetação natural existente. Esse processo foi protagonizado pelo setor canavieiro que chegou a ocupar no ano 2000 cerca de 59,75% do território. A expansão ocorreu especialmente na zona leste, onde predominam áreas de recarga do Aquífero Guarani.

A maior redução de cobertura natural ocorreu na zona leste do município, região com predomínio de vegetação de cerrado em 1962, pois no ano 2000 apresentou grande extensão ocupada por cultura de cana-de-açúcar [...] A cultura da cana-de-açúcar ocupava 10,8% da área do município em 1962, e passou a 47,46% em 1984. Este aumento em área ocorreu pela substituição de 10.325 ha de pastagens, 9.075 ha de cultura temporária, 8500 de cerrado/cerradão, 5.675 ha de cobertura residual e 3.215 ha de café e 1.100 de florestas, citando apenas categorias mais representativas” (Ibidem, p. 14).

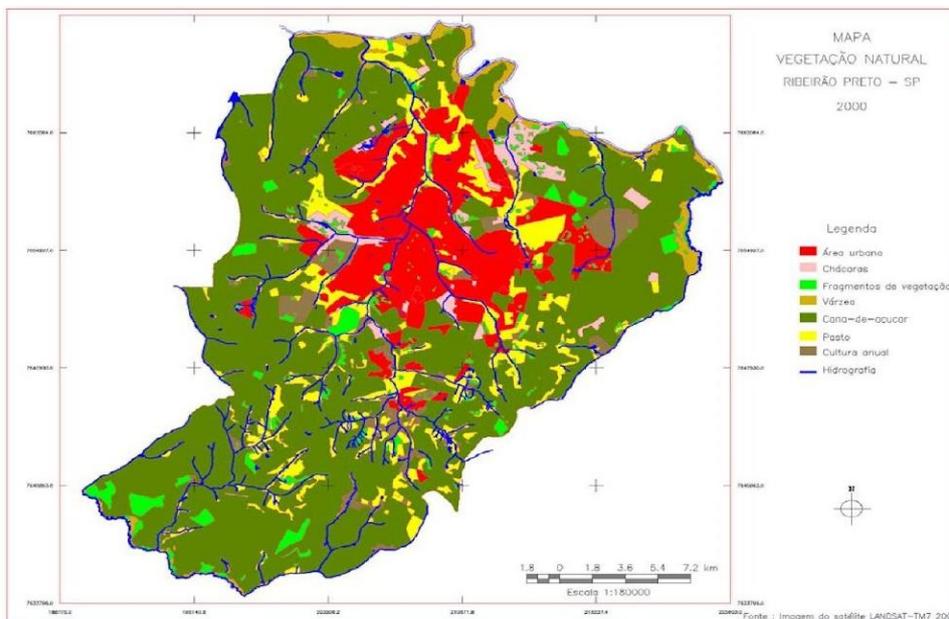


Figura 4. Mapa do Município de Ribeirão Preto/SP de 2000, indicando o uso e ocupação do solo. Destacam-se as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar (verde escuro) e a mancha urbana (vermelho). Fonte: Henriques (2003).

Por outro lado, a maior parte da vegetação natural do município já havia sido suprimida antes de 1962, especialmente ao sul e oeste do município, em decorrência da ocupação dos grandes engenhos de café, mas a zona leste ainda apresentava uma extensa área de cerrado (Ibidem). Em 1962, “a vegetação natural recobria 9.563,72 ha, 15% da área do município. A área urbana ocupava 2.225,00 ha, 3,42% da área total do município” (Ibidem, p. 12) No ano 2000, as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar correspondiam a 389,01 Km² (Ibidem). Atualmente, o Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IF do ESP, 2020) aponta que o município conserva apenas 3,2% da sua cobertura vegetal original, correspondente a uma área de 2.103,06 hectares (21 Km²). Além disso, entre 1962 e 2000, a área urbana de Ribeirão Preto expandiu em 77,72 km², chegando a 99,97 km² (Henriques, 2003). A expansão da cobertura urbana, em especial a construção do aeroporto estadual Dr. Leite Lopes, ocupou parte majoritária das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no município.

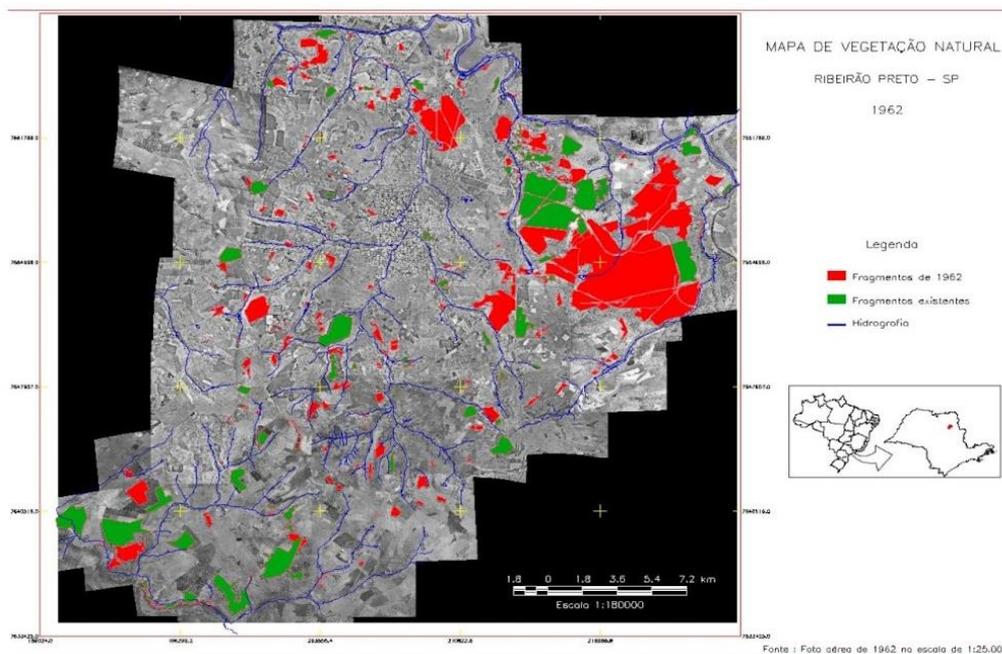


Figura 5. Mosaico fotográfico do município de Ribeirão Preto/SP, mostrando a vegetação natural existente em 1962. Em verde, estão indicados os fragmentos que, total ou parcialmente, ainda existem e em vermelho as áreas que foram desmatadas. Fonte: Henriques (2003).

Com base nessas informações, é possível sustentar então que o *silenciamento do campo*, em particular na zona leste do município, tem como protagonistas as usinas e os grandes engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar a partir dos anos 1960. Não somente em decorrência da degradação causada pelo modelo de agricultura antiecológica, mas também pelo esvaziamento do campo ou desruralização. A dinâmica de ocupação e trabalho no campo é radicalmente transformada pelo modelo de produção de *commodities* agrícolas.

A nova fase de acumulação capitalista, ao pressupor uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho, desencadeia uma nova configuração dos processos internos de redistribuição populacional, em que a migração de trabalhadores rurais para o corte da cana é um dos componentes da dinâmica da produção de *commodities* agrícolas. Assim, a necessidade/demanda por força de trabalho dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada (Demétrio; Baeninger; Peres, 2016, p. 221)

“A população economicamente ativa (PEA) inserida no cultivo da cana em São Paulo representava, em 2010, 70.199 pessoas, o que correspondia a apenas 0,38% do total da população economicamente ativa do estado” (Ibidem, p. 215). O município de Ribeirão Preto possuía, em 2010, uma PEA de 1.121.652, sendo 15.714 da PEA atuando no cultivo da cana-de-açúcar, o que correspondia a 1,40% da PEA total do município (Ibidem). A PEA no cultivo da cana-de-açúcar em Ribeirão Preto é composta por 27,45% de migrantes (menos de 5 anos de residência no município), equivalente a 4.314 dos 15.714 PEA no cultivo da cana.

As recentes transformações na estrutura produtiva tem colaborado para a constituição de uma força de trabalho excedente móvel, que ora se emprega nos serviços urbanos, ora nas atividades agrícolas, compondo um movimento de circularidade migratória [...] esses migrantes [PEA migrante], em sua maioria jovens e pertencentes ao sexo masculino, deslocam-se anualmente, permanecendo cerca de nove meses nos canaviais paulistas, ao fim dos quais retornam às regiões de origem [...] No movimento sazonal do corte da cana, as idas e vindas de trabalhadores rurais migrantes se expressam tanto pela formalização do trabalho quanto pelos desligamentos dos trabalhadores ao final da safra. Oliveira aponta que cerca de 65% dos trabalhadores rurais são desligados ao final da safra (Ibidem, 219-220).

Assim, em uma economia globalizada, o campo se torna um espaço reservado à satisfação do capital internacional. Não se habita, nem se constituem relações além da satisfação do mercado e, por tanto, as questões ambientais e sociais ficam escondidas.

Cabe ressaltar que, de acordo com Leopold (1970), a destruição ambiental raramente choca populações que não constituem laços com a terra, que não estão em contato com o meio, sendo impossível sonhar com um campo sustentável sem a composição de uma *comunidade biótica* na qual o ser humano também faça parte. Da mesma forma, se expressa a necessidade duma moral ecológica que ultrapasse os princípios do *antropocentrismo* e permita o reconhecimento *dessa comunidade biótica*. É através dessa reflexão que Leopold elabora a *Ética da Terra*.

A *Ética da Terra* simplesmente expande as fronteiras da comunidade para incluir o solo, águas, plantas e animais, ou coletivamente: a terra [...] É claro que a *Ética da Terra* não pode por si só mostrar o caminho para alteração, gestão e uso desses ‘recursos’, mas afirma o direito deles continuarem existindo (Ibidem, p. 239-240).

Seja como for, na tentativa de gerir melhor a ocupação das áreas de afloramento do Aquífero e proteger os demais recursos naturais de grande importância, foi criada através do Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente (COMDEMA) a primeira carta ambiental do município de Ribeirão Preto/SP, em 1994. Assim, foi realizado o mapeamento e levantamento das características biofísicas e geológicas, constituindo o macrozoneamento ambiental do município que no ano seguinte foi incorporado ao Plano Diretor (RIBEIRÃO PRETO/SP, 1995). Às áreas de afloramento (formação geológica Botucatu e Piramboia) do Sistema Aquífero Guarani (SAG) ficou atribuído então os parâmetros de Zona de Uso Especial (ZUE), subdividido em: ZUE 1, área urbanizada no perímetro urbano ou em expansão urbana; ZUE 2, área industrial, no perímetro urbano e expansão urbana; e ZUE 3, área rural. Em outros termos, pela primeira vez na história, o município produziu um zoneamento capaz de determinar as áreas ambientalmente sensíveis e orientar planos de uso e ocupação do solo considerando os riscos ambientais, em especial com relação às áreas de afloramento do SAG.

Entretanto, esses instrumentos se apresentam de forma tardia, quando grande parte das áreas referentes à ZUE já se encontram ocupadas pelo asfalto ou pela cana-de-açúcar. O primeiro Código Municipal do Meio-Ambiental é formulado apenas em fevereiro de 2004 (RIBEIRÃO PRETO/SP, 2004) e a Secretaria de Meio-Ambiente foi criada somente em abril de 2008 (RIBEIRÃO PRETO/SP, 2008). Por outro lado, esses novos órgãos, em especial o CODEMA, são capazes de incorporar as preocupações da sociedade civil organizada e levantar problemáticas ambientais próprias da região, mapeando de forma mais eficiente os riscos socioambientais ao considerar as particularidades locais.

Com relação à política de reforma agrária, esses novos arranjos institucionais e jurídicos formados por leis e normas nacionais, estaduais e municipais, proporcionam sustentação às críticas e justificativas de ordem ecológica mobilizadas pelos atores sociais. Efetivamente, o macrozoneamento ambiental que orienta as diretrizes de uso e ocupação do solo no território possibilita a emergência de conflitos ambientais com maior fundamentação legal. Ou seja, o questionamento da validade e *sentido* da ocupação das ZUE, áreas de afloramento do SAG, por grandes engenhos de cana-de-açúcar ou empreendimentos imobiliários, por exemplo. Assim, além das questões relativas à mudança do clima, as argumentações coerentes à *cite ecologia* também levam em consideração os aspectos locais, de forma sistêmica. Conceber um mundo ecologicamente saudável e justo pensando

isoladamente a questão local ou global consiste numa contradição, como é o caso das argumentações de temática ambiental mobilizadas pelo setor sucroalcooleiro.

Além disso, as áreas classificadas por lei como ambientalmente diferenciadas já possuem, na maioria dos casos, um longo histórico de discussões que elevam na escala de valores *sentidos* de ordem ambiental e que passam a orientar o referencial das políticas públicas destinadas a esses locais. Não por acaso, argumentos da opção ecológica possuem grande predominância em discussões relacionadas à zona leste do município de Ribeirão Preto/SP, por exemplo. Fenômeno que pode ser repetidamente observado entre 2017 e 2018, durante as audiências públicas destinadas à revisão do plano diretor (RIBEIRÃO PRETO, 2017).

Nessa ocasião, a carta ambiental foi revisada, mas sem apresentar grandes modificações com relação ao zoneamento ambiental do município. Por outro lado, as grandes modificações no uso e ocupação do solo, com sérios efeitos para gestão do meio ambiente, vieram através do novo macrozoneamento urbano. Diferente dos Planos Diretores de 1995 e 2003 que determinavam o vetor de crescimento urbano apenas na zona sul do município, o Plano Diretor de 2018 propôs o crescimento para todos os lados e expandiu a zona urbana em 22,63% em relação à área total do município.

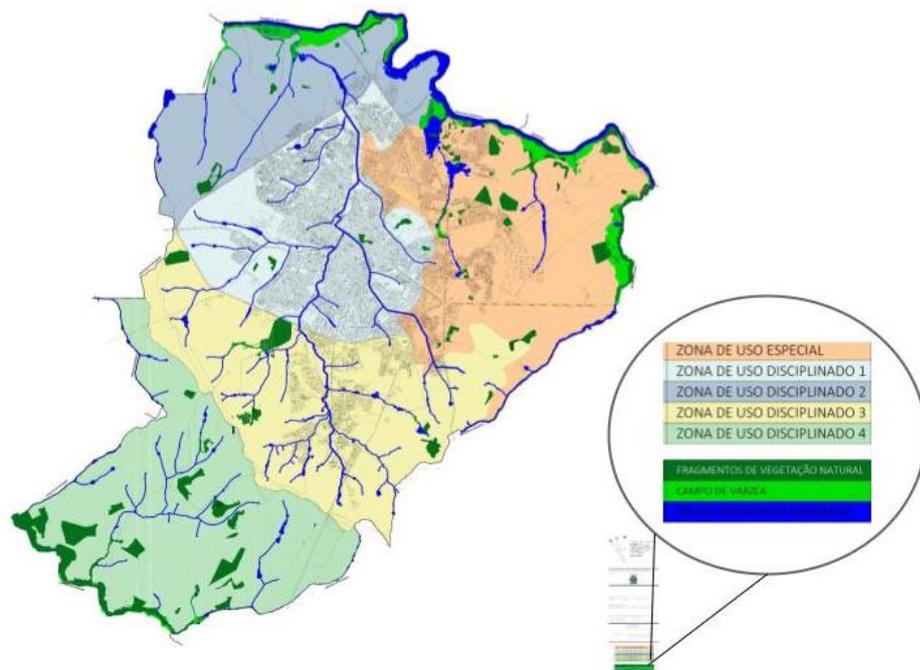


Figura 6. Carta Ambiental de Ribeirão Preto/SP (2018). Com destaque nas áreas da zona de uso especial (ZUE).
Fonte: Ribeirão Preto (2018).

Destes 22,63%, 30,49% correspondem à zona leste, onde se encontram a maior extensão de áreas de afloramento do Aquífero Guarani que ainda não foram tomadas pelo

asfalto. Esse tema e sua relação com a reforma agrária na região de Ribeirão Preto serão mais bem tratados no capítulo 4.

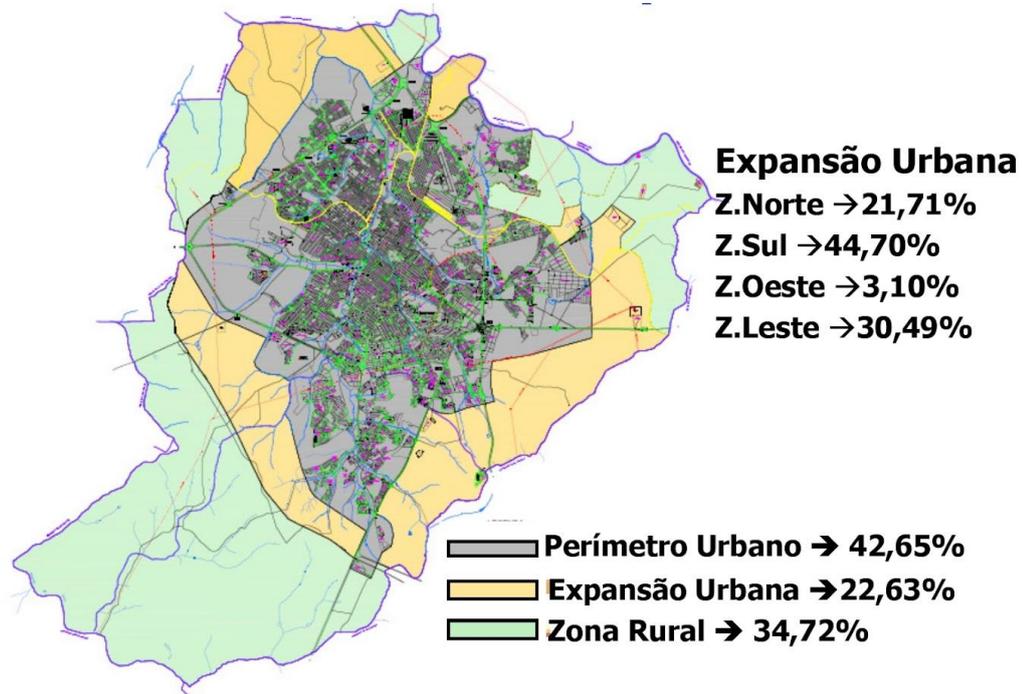


Figura 7. Perímetro de expansão urbana de Ribeirão Preto/SP (2018). Fonte: Ribeirão Preto (2018).

A virada agroecológica

Antes de dar continuidade à análise do caso de Ribeirão Preto/SP, trataremos brevemente da transição do modelo de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA) para a agroecologia no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Assim, contextualizando a emergência de discursos coerentes à *cite ecológica* pelo movimento sem terra, processo central na edificação duma reforma agrária ambientalmente correta.

Durante o fenômeno de esvaziamento do campo ou desruralização, surgem novos movimentos sociais e organizações governamentais voltadas para a questão da reforma agrária. Durante a ditadura militar, nasce com o Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 (BRASIL, 1970), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), através da fusão do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INBRA) e Instituto Nacional de Reforma Agrária (INDA). Em sua primeira década de existência, o Incra não impulsionou a reforma agrária no país, restringindo sua ação à colonização em regiões de fronteira agrícola.

Com efeito, o Estatuto da Terra homologado em 1964 foi letra morta num período da história do país marcado por perseguição violenta aos movimentos sociais do campo e por cassação dos direitos civis e políticos (IANNI, 1971). Com o início do processo de abertura política no governo Geisel (1974 - 1979), os movimentos sociais do campo tiveram mais oportunidades de se organizar, para se tornar uma força política considerável a partir dos anos de 1980. Em 1975, nasce através das comunidades eclesiais de base a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo como referência espiritual e política a Teologia da Libertação. A CPT organizou encontros com agricultores familiares em espaços de socialização e articulação política, sendo de grande importância na luta por reforma agrária, assim como para formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (FERNANDES, 2000; PINTO, 2015).

Em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR, ocorreu o primeiro congresso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, onde foram discutidas as diretrizes teóricas e políticas do movimento. De acordo com Borsato & Carmo (2013), em um primeiro momento, o MST orientou seus discursos e planejamentos apoiado sobre as ideias do *marxismo agrário*, que incorpora as concepções de agricultura familiar das obras de Marx (1818-1883), Kautsky (1854-1938) e Lênin (1870-1924). Dessa forma, o movimento investiu seus esforços na implementação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Tratava-se de preconizar a coletivização da produção, a utilização de maquinários e insumos industriais - pesticidas, adubos químicos, sementes melhoradas vinculadas ao pacote tecnológico produtivista - além do trabalho especializado na plantação, visando a competitividade de mercado. Porém, essas cooperativas logo começaram a apresentar problemas significativos. Por terem como referência uma agricultura industrial, desenvolveram uma relação de dependência com insumos externos. Ao mesmo tempo, por conta do trabalho especializado na produção de *commodities*, a subsistência das famílias tornou-se completamente sujeita ao mercado. Neste quadro, a tentativa das lideranças imporem a coletivização da produção, prejudicou a relação das direções do movimento com os assentamentos. Após anos de desgaste, as CPAs entram em crise por conta do seu modelo economicamente e socialmente insustentável. Dessa forma, o MST incorpora outras concepções visando reorganizar sua produção e discutir novas abordagens para o projeto de reforma agrária.

Ainda de acordo com Borsato & Carmo (2013), no final da década de 1990, tem início um período de discussões para reconfiguração das diretrizes do movimento. Integrantes que defendiam uma abordagem conhecida como *populismo marxista*, assim como a implementação de sistemas agroecológicos, começaram a ganhar mais espaço. Tendo como

principal fonte os estudos de economia agrária de Chayanov (1888-1937), o *marxismo popular* gerou contribuições importantes para a organização produtiva dos assentamentos. Trata-se de uma teoria da dinâmica produtiva do campesinato, levando em consideração fatores econômicos distintos da racionalidade capitalista. A produção agrária em estabelecimentos com mão de obra majoritariamente familiar está sujeita à auto-exploração do trabalhador, associada à constatação de que “não é a lógica do lucro que determina as decisões do agricultor camponês, mas, sim, uma relação entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho” (Ibidem, p. 651).

Dessa forma, a produção é determinada através de um “balanço entre trabalho e o consumo.”⁸ Para Chayanov, perverter essa lógica em favor do sistema de produção agroindustrial, aumentando o tamanho das unidades produtivas e direcionando os esforços para produção de commodities, não surtiria o efeito desejado na produtividade ou qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

Em agosto do ano 2000, ocorreu em Brasília o IV Congresso Nacional do MST. Por conta do rompimento com o marxismo agrário e aderência a uma nova concepção política, o movimento incorporou à questão da reforma agrária os conhecimentos tradicionais do campo e assumiu intensamente a questão ambiental como uma de suas pautas (MST, 2019). Preconizando a agricultura familiar e a agroecologia, o MST integra fortemente em sua perspectiva de segurança alimentar a noção de soberania alimentar, que passa a ser uma de suas principais bandeiras políticas⁹.

Ainda convém indicar que, de acordo com Picolotto e Piccin (2008), além da crise das CPAs durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o contato das lideranças do MST com La Via Campesina - organização internacional dos agricultores, fundada em 1993 - influenciou bastante na decisão do movimento em aderir à agroecologia. Tratou-se de contato com novas perspectivas de movimentos sociais ao redor do mundo, que já haviam incorporado a agroecologia e as pautas ambientais na luta contra o latifúndio e contra a agricultura predatória. O MST adquiriu assim novos referências, global (sustentabilidade) e setorial (agroecologia), que passariam a orientar o movimento na construção de suas reivindicações (razões para agir). É justamente nessa “prestação de contas” ou indagação

⁸ Convém destacar que, ainda de acordo com os estudos de Chayanov, diversos fatores interferem no *balanço entre trabalho e o consumo* - e.g. transformações na constituição da família, qualidade do solo, tamanho da área agricultável etc. Dessa forma, a decisão do camponês sobre a intensidade de *autoexploração* em determinados períodos ocorre através de uma *avaliação subjetiva* baseada nesses diversos fatores que compõem seu contexto (BORSATO & CARMO, 2013).

⁹ A esse respeito, ver menções ao trabalho de Muruzzi Marque e Dória (2021) no capítulo 2.

valorativa¹⁰, choque entre as noções da agricultura tradicional e emergências climáticas, que se desenrola a metamorfose do campo.

Reforma agrária em defesa do meio ambiente

Como foi mencionado anteriormente, ao final da década de 1980, a crescente destruição ambiental protagonizada pela expansão dos engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto culminou em denúncias e críticas às atividades predatórias do setor, em especial quando se trata das áreas de afloramento do Aquífero Guarani. Diversas entidades da sociedade civil organizada começam a atuar então no enfrentamento desses atores econômicos e na denúncia dos riscos socioambientais gerados pela atividade do setor sucroalcooleiro.

De acordo com Iha (2017), a Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil, fundada em 1988 e com sede no município, é uma das primeiras entidades da sociedade civil local que atuaram na denúncia de práticas agrícolas responsáveis por danos diretos e indiretos à saúde humana. Trata-se de “doenças causadas pela queima da palha da cana-de-açúcar, contaminação por uso de insumos agrícolas, agrotóxicos e herbicidas sobre a bacia do rio Pardo e no Aquífero Guarani. Além de impactos sociais específicos relacionados ao descumprimento de leis trabalhistas” (Ibidem, p. 91). As ONGs foram também um dos principais colaboradores do MST nas reivindicações pela reforma agrária ambientalmente correta na região¹¹.

Também nesse período, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados (FERAESP) junto ao Ministério Público iniciam uma longa campanha de enfrentamento do trabalho infantil, das condições precárias de segurança no corte da cana, da exploração das trabalhadoras rurais e da queimada da cana em grandes engenhos agroindustriais na região (GOULART, 1998). Na época, a problemática socioambiental era pouco conhecida pela

¹⁰ De acordo com as perspectivas da etnometodologia (GARFINKEL, 2018), os indivíduos são agentes competentes capazes de mobilizarem processos de abstração e categorização, produzindo assim o mundo social. Da mesma forma, também são capazes de rejeitar as categorizações uns dos outros, constituindo assim uma vida social marcada por constantes cobranças ou “prestação de contas”. É justamente nessas disputas pela racionalidade do mundo social que podemos observar as dinâmicas de transformação e, como propomos aqui, a metamorfose social.

¹¹ De acordo com Iha (2017), antes do início das ocupações pela Fazenda da Barra em 2003, a ONG Pau Brasil já dialogava com o MST sobre propostas de um modelo de agricultura ecológica no município de Ribeirão Preto. A colaboração foi construída a partir desses diálogos e da proposta de assentamentos agroecológicos preconizada pelo MST desde 2000.

população ribeirão-pretana, o discurso desenvolvimentista com base na cana-de-açúcar predominava no debate público do município e diversos atores econômicos buscavam construir uma imagem de cidade economicamente próspera, a “Califórnia brasileira”. Assim, o trabalho de base realizado pela sociedade civil organizada foi essencial para divulgar as problemáticas envolvendo as queimadas da cana-de-açúcar e outras práticas antiecológicas que ocorriam então nos grandes engenhos em torno da cidade. Os trechos da entrevista abaixo tratam das estratégias do MP e da sociedade civil organizada para o enfrentamento de práticas antiecológicas e exploratórias na região de Ribeirão Preto/SP.

[01:03:54] **Promotor de Justiça (PJ):** Estávamos atrás dos estudos sobre queimadas, mas não tinham, as respostas vieram todas negativas. Então começo a fazer um debate no departamento de medicina social [USP, Ribeirão Preto/SP] que tinha um pessoal bacana, sensíveis com as questões sociais. Lá, fizemos uma discussão e dois professores, um do departamento de medicina social e outro do departamento de clínica médica, resolvem fazer um estudo para apurar esse nexo [queima da cana e riscos à saúde pública], um estudo mais estatístico. Eles estavam elaborando esses estudos, quando, em 1989, saiu uma matéria no Estadão dizendo que um pesquisador do INPE, instituto nacional de pesquisas espaciais, em São José dos Campos, havia feito um estudo aqui na região. Ele coletou dados da atmosfera e chegou a conclusão de que, na época da safra, a região de Ribeirão Preto era mais poluída do que a região industrial de São José dos Campos. Eu li aquela matéria e no dia seguinte ligo pra ele e falo que fiquei interessado na pesquisa e que gostaria de fazer uma visita. Marcamos a data, fui para lá e já levei o papel timbrado do Ministério Público, porque eu já ia pegar de pronto, por que a pressão de usineiras é uma coisa muito séria. [01:05:49]

[01:06:20] **PJ:** Fiz os quesitos para ele me responder e deixei lá o papel timbrado com a minha assinatura. Conversei muito com ele e, com base na conversa, formulei várias questões, lá no Inpe. Ele me respondeu e foi o primeiro estudo que eu consegui. Enquanto isso, aqui em Ribeirão ainda estavam elaborando os estudos, o primeiro que chegou pra mim foi do Inpe. Bom, então eu já tenho um primeiro estudo que comprova a degradação ambiental na época da safra. As entidades ambientalistas estavam sendo formadas na região, sobrevivendo hoje, eu acho, que uma ou duas delas, e fizemos um grande debate regional sobre queimada. [01:07:16]

[01:09:38] **José Caio (JC):** Você colheu os estudos do INPE e então...

PJ: Veio também o estudo daqui [USP, Ribeirão Preto/SP] que comprovavam então que no período da safra havia um aumento significativo das internações por doenças respiratórias, que coincidia com a época da safra. Eles fizeram um trabalho estatístico verificando o número de internações nos hospitais da região, internações por problemas respiratórios. E era a primeira causa, ultrapassa até internações por gravidez, que sempre é a maior causa de internação, a queimada ultrapassa isso no estudo deles. Fizemos então um grande debate regional, porque a questão exigia, nós íamos enfrentar o poder econômico, não era uma coisa de ‘entra com uma ação e ganhar’, não é assim, por mais que tenha as provas do seu lado. Porque a pressão vem e vem forte, muito forte, e a ‘juizada’ é terrível, arrega (desiste) com a maior facilidade. Então tinha que fazer um movimento na sociedade, para depois então ajuizar as ações, para obter algum sucesso. E mesmo assim, ainda tinha que manter essa mobilização.

A Pau Brasil começou a fazer campanhas anuais na época da safra contra a queima da palha da cana-de-açúcar. Na época a gente via, tinha um plástico que colava nos carros, eles ficavam nas avenidas aqui de Ribeirão Preto colando nos carros ‘basta de queimadas’. A gente conseguiu então, o Ministério Público e os ambientalistas, conseguimos despertar a sociedade para essa questão, porque tinha aquela ideologia

de que aqui era o eldorado paulista, a Califórnia brasileira. Então a cana era a razão de ser, o sucesso econômico da região e da sociedade estar se desenvolvendo. As questões sociais e ambientais estavam escondidas, isso não aparecia. Aparecia as questões relacionadas com os trabalhadores do corte da cana, questões salariais, exploração. Tanto que teve a famosa greve de Guariba, em 1984, é uma greve histórica, mas é a questão trabalhista, do trabalho, a questão ambiental não tinha surgido ainda. Questão trabalhista não era a questão agrária, eram questões de melhores condições de trabalho, salário, essas questões tradicionais da disputa sindical. Então ali a gente começa a mexer no modelo de produção, na forma como se dá a produção agrícola na região, não é só relação capital e trabalho e aplicação da lei trabalhista, não é isso, é mais do que isso. [01:12:43] (Entrevista com o promotor de justiça realizada em 15 de abril de 2022).

As estratégias utilizadas pelos atores sociais no combate às práticas de queimada da palha de cana-de-açúcar são extremamente organizadas, ao ponto de compor uma metodologia que expressa de forma clara a dinâmica social descrita por Boltanski e Thévenot (2006). As críticas são edificadas através da elaboração de argumentos coerentes à *cité ecológica* que, por sua vez, são sustentados pela mobilização de provas de veracidade compostas por arranjos institucionais e jurídicos, assim como estudos científicos capazes de relacionar causa e efeito. Entretanto, antes de instaurar o conflito através das críticas e acusações, é necessário realizar grandes debates regionais e elaborar campanhas para a conscientização da população sobre os problemas em questão, especialmente através da imprensa e audiências públicas. Ou seja, somar esforços para expansão da *cité ecológica* e divulgação das críticas direcionadas aos grandes engenhos de cana-de-açúcar. Com efeito, quando o conflito for instituído, através dos devidos processos legais, a disputa não será limitada apenas entre os ambientalistas e os atores econômicos, constituindo assim um debate mais amplo na sociedade e maiores possibilidades de novos acordos. Em outros termos, são estabelecidos três pilares de apoio à ação: a) trabalho de base com as comunidades locais; b) estudos científicos e perícias; c) divulgação do debate através da imprensa.

Apesar das reivindicações da sociedade civil organizada na região de Ribeirão Preto terem obtido sucesso nas disputas por melhores condições de trabalho para os cortadores de cana, no combate as queimadas e diminuição do trabalho infantil, esses novos acordos não representavam transformações profundas na estrutura fundiária e agrícola vigente. Velhos problemas foram substituídos por novos.

[02:11:10] **PJ:** Como é que a gente chega na questão agrária. Tínhamos feito essa articulação bem sucedida no enfrentamento da queimada, transporte precário e trabalho infantil. Fizemos uma reunião, foi uma reunião da FERAESP, a primeira reunião da FERAESP. O que surge nesse debate, fomos vitoriosos na questão da cana, nessas questões que nós atuamos, pontuais, mas a gente tá dourando a pílula. Se a gente acaba com a queima, eles adotam a mecanização, a mecanização gera outro tipo de degradação ambiental que é a compactação do solo. A gente garante melhores condições para o trabalhador, mas ele vai ficar desempregado com a mecanização. Nós retiramos a criança e o adolescente, mas a exploração do trabalho

do homem e da mulher. Eles exigiam que a mulher não ficasse grávida, atestado de operação que se tornou infértil, esses absurdos. Então o que a gente tá fazendo, estamos deixando o que é ruim mais bonitinho. Porque a gente não tá indo na questão fundamental. Porque o padrão de produção agrícola baseado na monocultura, na concentração da terra e, evidentemente, na exploração do trabalho, ele é na sua natureza, porque não tem como ser diferente, socialmente insustentável e ambientalmente insustentável. Não adianta, monocultura é insustentável do ponto de vista ambiental, porque monocultura é, na essência, degradadora do meio-ambiente. Acaba com a biodiversidade, tem que usar inseticida, tem todo pacote junto e socialmente gera a concentração de terra e agora com o processo de mecanização gera também o desemprego. A concentração econômica da propriedade e o desemprego. Gera a expulsão do trabalhador do campo que vai morar nas periferias urbanas, de municípios que não tem condições de atender as necessidades dessa população. Periferias precárias, sem atenção a saúde, educação, sem uma política habitacional pra atender. Os municípios, sobretudo os pequeno, não dão conta disso. Então onde a gente precisa ir é na raiz do problema, que é o padrão de produção agrícola. A gente tem que pensar na luta pela reforma agrária. [02:14:19] (Entrevista com o promotor de justiça realizada em 15 de abril de 2022).

Em 1999, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) chega ao município de Ribeirão Preto. Nessa época, lideranças do MST participaram de palestras e seminários organizados pelo então Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro da Arquidiocese de Ribeirão Preto, simpatizante da luta pela reforma agrária na região. Nesses eventos, foi estabelecido o primeiro contato entre o então promotor Marcelo Pedroso Goulart e lideranças regionais do MST. As discussões tratavam em especial das possibilidades de enfrentamento ao latifúndio insustentável através do argumento de não cumprimento da função social de *preservação do meio ambiente*. Além de abordagens como agroecologia e/ou agrofloresta para construção de assentamentos ambientalmente corretos. Tal tese foi utilizada pelo então promotor Marcelo Goulart para dar sustentação à promotoria de Conflitos Fundiários e Meio-Ambiente de Ribeirão Preto/SP. Assim, atuou através de investigações e denúncias de crimes e irregularidades socioambientais em engenhos de cana-de-açúcar na região (GOULART, 2013).

Em 1993, a então Fazenda da Barra, localizada em áreas de afloramento do Aquífero Guarani, apresentava indícios de desmatamento da vegetação original e supressão das áreas de reserva, além de drenagem não autorizada das águas do Rio Pardo (AGUIAR, 2011; BORELLI FILHO, 2009). Efetivamente, o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN) determinou pela primeira vez a abertura de inquéritos para investigação de possíveis irregularidades na propriedade.

Nos anos 2000, a fazenda foi novamente alvo de inquéritos por autos de infração ambiental. Dessa vez, a investigação foi liderada pelo então promotor Marcelo Pedroso Goulart e contou com a atuação das instituições Ministério Público do Meio-ambiente e Conflitos Fundiários de Ribeirão Preto, Departamento Estadual de Proteção dos Recursos

Naturais (DPRN), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE). Demonstrou-se em laudos que a propriedade estava parcialmente abandonada, indicando improdutividade. “De acordo com a sentença divulgada em 23 de setembro de 2004, a Fazenda da Barra apresentava Grau de Utilização da Terra de 98% e Grau de Eficiência na exploração de 62%, abaixo, portanto, do limite estabelecido para uma propriedade produtiva” (BORELLI FILHO, 2009, p. 85). Além disso, as áreas de reserva legal (RL) e APP haviam sido desmatadas para plantações de cana-de-açúcar e soja, caracterizando em infração por intervenção não autorizada em APPs, supressão de vegetação nativa e impedir a regeneração natural das áreas de reserva. Ainda, o solo e as águas na propriedade se encontravam contaminados em decorrência do uso intenso de herbicidas e insumos químicos nas plantações. Dessa forma, o laudo constatou alto risco de contaminação às águas subterrâneas do Aquífero Guarani e um passivo ambiental superior a 7 bilhões de reais (AGUIAR, 2011; BORELLI FILHO, 2009; FREITAS, 2018).

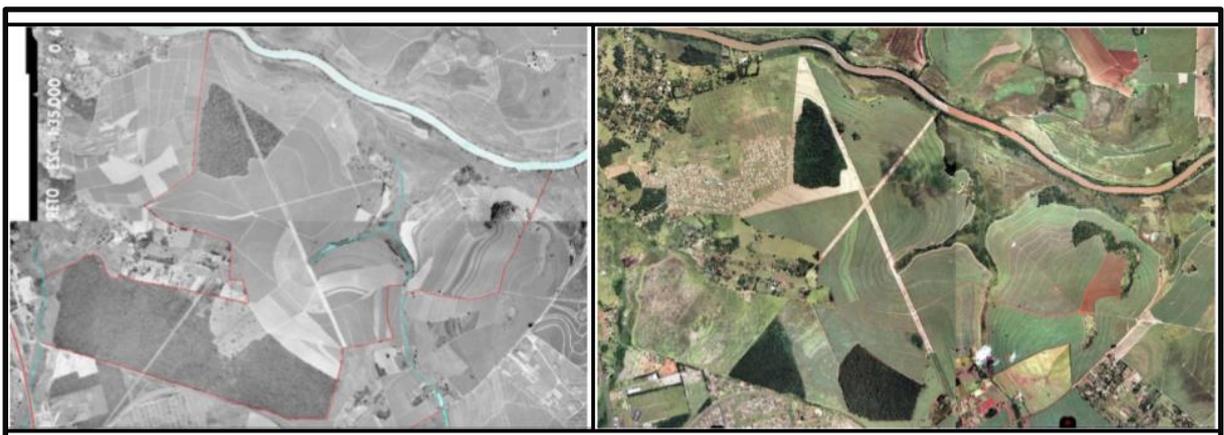


Figura 8. Fazenda da Barra antes e depois da degradação. Foto à esquerda indica a Fazenda da Barra em 1984 com áreas preservadas (300 hectares) e à direita com perda da cobertura vegetal no ano 2000. Fonte: Hashimoto Iha (2017).

Com a conclusão do inquérito movido pelo Ministério Público, foi apontado o descumprimento da função social da propriedade rural no âmbito produtivo e principalmente no quesito ambiental¹². A promotoria do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários de Ribeirão Preto protocolou então junto ao Incra o processo de desapropriação da Fazenda da Barra, correspondente a 1.547 hectares. O pedido foi encaminhado ao governo federal para dar

¹² De acordo com o Art.184 da Constituição Federal de 1988 “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária” e de acordo com o Art. 186 “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

prossequimento à desapropriação da Fazenda da Barra. Entretanto, o pedido foi reencaminhado ao Incra do estado de São Paulo com base na argumentação de irregularidades de ordem formal no procedimento.

Em 2003, com início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, assume o novo Superintendente do Incra no Estado de São Paulo, José Giácomo Baccarin, que se comprometeu publicamente a trabalhar pela desapropriação da Fazenda da Barra. O procedimento foi novamente encaminhado ao governo federal¹³ e as lideranças regionais do MST começaram a organizar as primeiras campanhas para reivindicação das terras da Fazenda da Barra através dos trabalhos de base. Na época, o conflito ganhou grande repercussão, em especial da mídia local. Visto que, trata-se de um esforço para implementar a política de reforma agrária na capital brasileira do agronegócio, município onde o então presidente Fernando Henrique Cardoso junto aos diretores da ABAG anunciou o Brasil como o celeiro do mundo (POMPEIA, 2020).

Em março de 2003 o MST inicia efetivamente seus trabalhos de base¹⁴ nas periferias das cidades na região de Ribeirão Preto (AGUIAR, 2011; BORELLI FILHO, 2009). Nessa etapa foram reunidas entre 250 e 400 famílias¹⁵ para as campanhas de ocupação de terras. O MST então conduziu essas famílias ao assentamento Sepé Tiaraju, localizado no município de Serrana e próximo à Fazenda da Barra, alvo das reivindicações. Assim, as famílias puderam ser instruídas e organizadas antes do início das ocupações (BORELLI FILHO, 2009).

Em agosto de 2003, foi realizado o primeiro ato de ocupação do MST. Nesse período, estava em vigor a Medida Provisória n.º 2.027/38 de 20 de maio de 2000, instituída pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, determinando que em caso de ocupação da propriedade esta não poderia ser vistoriada ou desapropriada nos próximos dois anos. Sendo assim, o MST ocupou em um primeiro momento o Sítio Bragheto de 29 hectares, vizinho à

¹³ No rito burocrático, o processo de desapropriação deve ser encaminhado pelo superintendente regional do Incra ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, que por sua vez encaminhará o processo à Casa Civil, órgão competente pela elaboração do decreto de desapropriação, vigorado apenas pela assinatura do Presidente da República.

¹⁴ O trabalho de base se refere ao processo de recrutamento das famílias para as reivindicações de posse dos latifúndios. Nesse sentido, o MST realiza reuniões e palestras com propósito de engajar mais pessoas à causa. As famílias interessadas são registradas, aconselhadas e organizadas pelo movimento para participarem de determinada ocupação.

¹⁵ As fontes divergem. De acordo com Borrelli Filho (2009), foram reunidas 250 famílias durante o trabalho de base nas cidades e o acampamento do MST diminuiria ao longo do processo de ocupação, voltando a crescer com a integração de famílias oriundas de outras ocupações do MST no estado de São Paulo que não obtiveram sucesso, chegando a 264 famílias. Entretanto, de acordo com Aguiar (2011), o trabalho de base nas cidades teria reunido um total de 400 famílias, e o acampamento do MST chegaria a 600 famílias em 2005, mas esse número diminuiu drasticamente em decorrência das dificuldades durante as ocupações.

Fazenda da Barra, e indicando através dos meios possíveis a propriedade que deveria ser desapropriada (AGUIAR, 2011).

De acordo com uma das lideranças regionais do MST na época, além dos impedimentos em causa da MP nº 2.027-38 e a proximidade com a Fazenda da Barra, o Sítio Braghetto foi escolhido como local da ocupação pois apresentava na época mais de 1,5 milhões em dívidas fiscais, o que poderia dificultava a protocolização de pedidos para reintegração de posse (Ibidem). Entretanto, em julho de 2003, o proprietário do Sítio Braghetto já havia parcelado suas dívidas e em agosto desse mesmo ano, quando a ocupação estava em andamento, entrou com um pedido de reintegração de posse. Por conta disso, “em audiência de conciliação, a direção regional do MST assinou um acordo comprometendo-se a desocupar o sítio até 10 de dezembro de 2003” (Ibidem, p. 24). Em setembro, o MST realizou uma série de protestos na região para reforçar suas críticas ao agronegócio e justificações para desapropriação da fazenda da Barra, com destaque para as pautas de defesa do meio-ambiente e justiça social.

O MST da região de Ribeirão Preto promove hoje de manhã [13 de setembro de 2003] uma marcha pela reforma agrária e o trabalho, em defesa do Aquífero Guarani e contra os transgênicos e a Área de Livre Comércio das Américas e pela resistência dos países pobres na Organização Mundial do Comércio. Os sem terra saíram dos acampamentos Mário Lago e Sepé Tiaraju e do assentamento 17 de abril e irão até o centro de Ribeirão Preto. Segundo o coordenador Daniel Silva, o grupo quer chamar a atenção da sociedade para as transformações estruturais que são necessárias (O Estado de São Paulo, 13 de setembro de 2003).

Durante as ocupações, lideranças locais do MST articularam campanhas no município de Ribeirão Preto/SP com propósito de arrecadar auxílio material e atrair simpatizantes (BORELLI FILHO, 2009). Nessa etapa, os sem terra contaram com apoio de diversas organizações civis, assim como parlamentares locais simpáticos à reforma agrária na região. Dentre eles, tiveram maior atuação o promotor Marcelo Pedrosa Goulart, os vereadores José Antônio Corrêa Lages (PDT), Leopoldo Paulino (PSB) e Beto Cangussú (PT), assim como a Arquidiocese de Ribeirão Preto, o Sindicato dos Correios de Ribeirão Preto, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ONG Pau Brasil (BORELLI FILHO, 2009; AGUIAR, 2011; FREITAS, 2018). Os colaboradores e as campanhas de arrecadação foram essenciais para a permanência das famílias nas ocupações. Além disso, o Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto (Daerp) foi encarregado de fornecer então até 10 mil litros de água diariamente ao acampamento do MST através de caminhões pipa (BORELLI FILHO, 2009).

Próximo à data de reintegração de posse do Sítio Braghetto, o MST ocupou um parque vizinho à câmara municipal de Ribeirão Preto, exigindo um local provisório para instalar as

famílias. Assim, “a Prefeitura Municipal ofereceu uma área próxima à Estrada do Piripau, a 18 km do Centro da cidade e, posteriormente, acordou com o MST na utilização de um local no Parque dos Flamboyans” (AGUIAR, 2011, p. 24). Esses processos de deslocamento tiveram grande impacto na adesão das famílias ao MST. Parte significativa abandonou o acampamento devido às constantes dificuldades enfrentadas nas ocupações (Ibidem).

Em março de 2004, os sem terra remanescentes ocuparam uma das estradas de acesso à Fazenda da Barra, mas o acampamento foi novamente alvo de reintegração de posse executada pela Polícia Militar. Os proprietários da Fazenda da Barra argumentaram em ação judicial que a estrada onde os sem terra estavam acampados também fazia parte da propriedade (Ibidem). Nessa circunstância, um simpatizante do MST cedeu temporariamente sua fazenda de 10 hectares para o acolhimento das famílias (BORELLI FILHO, 2009). No dia 20 de julho de 2004, o MST organizou a primeira ocupação da Fazenda da Barra, mobilizando então aproximadamente 200 famílias. Entretanto, em apenas 3 dias, foi expedido um pedido de reintegração de posse e as famílias foram novamente expulsas pela Polícia Militar. Assim, no dia 29 de julho, os sem terra se instalaram mais uma vez na propriedade de simpatizantes do MST (AGUIAR, 2011).

Em setembro de 2004, o movimento realizou sua última investida, ocupando novamente a Fazenda da Barra com 117 famílias (Ibidem). Nesse mesmo mês, a empresa Robeca Participações Ltda.¹⁶ entrou mais uma vez com um pedido ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para reintegração de posse da fazenda. Além disso, algumas semanas depois recorreram ao Supremo Tribunal Federal e exigiram o cumprimento da MP nº2.027-38, buscando impedir a fiscalização e desapropriação da propriedade rural em até 2 anos. Em outubro desse mesmo ano, o TJ de São Paulo determinou novamente a reintegração de posse da Fazenda da Barra (Ibidem). Entretanto, no mesmo dia da reintegração de posse pela Polícia Militar, a promotoria de Conflitos Fundiário e Meio-Ambiente de Ribeirão Preto entrou com um recurso junto ao Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, competente pelos recursos de ações possessórias. Em decorrência disso, o então desembargador do processo entrou em contato com o juiz regional responsável pelo caso da Fazenda da Barra que, por sua vez, revogou a liminar de reintegração de posse e julgou improcedente a ação por se tratar de uma propriedade rural que não cumpria função social no âmbito ambiental e social. Este último evento foi particularmente importante para o processo de desapropriação da Fazenda da Barra e a implementação da política de reforma agrária em Ribeirão Preto.

¹⁶ A Robeca Participações Ltda era proprietária da então Fazenda da Barra e integrava na época a Fundação Sinhá Junqueira.

Com efeito, acabou por legitimar a ocupação do MST através de um precedente jurídico e angariou forças para o andamento do processo em Brasília.

Em dezembro de 2004, foi estabelecido pelo então ministro da casa civil José Dirceu o decreto desapropriatório¹⁷ e assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fica estabelecido assim a desapropriação da Fazenda da Barra para fins de reforma agrária. Dessa forma, o Incra entrou com um pedido na Justiça Federal para autorização efetiva das atividades de desapropriação, como o pagamento de indenização, organização e planejamento do novo assentamento. Entretanto, esse processo ficou parado na justiça até 2007. Nesse meio tempo, o MST organizou diversas manifestações com intuito de pressionar a Justiça Federal para apreciação do requerimento (AGUIAR, 2011).

Em 7 de dezembro de 2004, reagindo ao trâmite do decreto de desapropriação da então Fazenda da Barra, Xico Graziano, notório defensor do agronegócio e opositor radical aos movimentos sociais do campo, escreveu um artigo intitulado “Barril de Pólvora”. Nele, busca exaltar os aspectos ambientais da fazenda contestada, que ele chama de fazenda da Pedra, e acusa a promotoria de justiça de Ribeirão Preto de provocar propositalmente erros factuais para beneficiar os interesses particulares de integrantes do MST.

Na Califórnia brasileira, como se denomina a região de Ribeirão Preto, existe uma única propriedade rural cujas matas nativas ultrapassam a reserva legal de 20%. Essa raridade ecológica chama-se fazenda da Pedra. Seus maciços florestais, 8 deles, somam 308 hectares. Fora a área de preservação permanente, nas várzeas do rio Pardo, que compõem mais 130 hectares. Ao todo, 28,4% da área da fazenda encontram-se preservadas. Uma jóia ambiental. Pois bem. Essa propriedade encontra-se invadida pelo MST. A reintegração de posse, concedida pela Justiça, não consegue ser cumprida pela polícia militar. E nela, ninguém entra. Toda cercada, gente armada de facões, cancelas improvisadas. Parece filme de bang-bang [...] É inacreditável. No centro da agricultura mais evoluída, ocorre um festival de horrores que não tem paralelo na questão agrária nacional. Primeiro, a questão ambiental. Suprema ironia: o zelo para com as matas nativas não isentou a fazenda da Pedra da saga agrarista. Ao contrário, a maior acusação que fazem seus algozes reside em seu suposto passivo ambiental. [...] poder-se-ia supor que os invasores fossem trabalhadores rurais dispostos a repartir, eles também, os frutos do agronegócio. Vã ilusão. Boa parte dos supostos sem-terra compõe-se de desempregados urbanos, pobres coitados, iludidos pela cantilena pseudo-revolucionária do MST. É o caso do Edílson, mineiro, 13 anos trabalhando em firma de segurança, parado há dois anos. Talvez uma terrinha lhe resolva a vida. Mas essa deformação fica pequena quando se observa a enorme quantidade de oportunistas imiscuídos entre os invasores. Só vendo para acreditar. Encontra-se lá a Tereza, dona de pizzaria no Jd Independência, ao lado de seu irmão, Zé Barbosa, carro Pálio novo; a Clarisse, cuja pequena frota de Vans serve aos líderes do movimento; o Luís, funcionário da Febem; o Alemão, que toca um bar ali perto... Haja idealismo! [...] o líder da invasão pode ser sem-terra, mas não vive sem-carro. Ostenta uma caminhonete Chevrolet D 20, cabine dupla. Um sonho de consumo de milhões de trabalhadores "com-terra", os tradicionais sitiantes brasileiros. Um escárnio. É

¹⁷ Trata-se de um documento assinado pelo Presidente da República que autoriza o Incra a tomar as medidas de desapropriação de determinada propriedade rural. Realizando a indenização devida através da concessão de dívida pública e iniciando o processo de estruturação do assentamento.

incrível. Cerca de 100 veículos foram contados dentro da área invadida. Quem nunca viu, não acredita: os barracos de lona preta se erguem trazendo ao lado a garagem para a condução. Nunca se viu isso: exclusão social motorizada! [...] Aqui vai o pior. A maior das barbaridades é um escândalo jurídico. Quem, de fato, comanda o movimento, é o Promotor público de Ribeirão Preto. Isso mesmo, o homem pago para fazer valer a lei é quem incita ao crime do esbulho. "Podem invadir, que o Lula vai assinar o decreto logo", declara solenemente, para júbilo dos incautos. Uma temeridade. Até os maiores radicais do PT sabem que, por força de MP, terra invadida não pode ser desapropriada. Lutam para derrubar a norma que freia, corretamente, o processo de invasão. O Promotor desconhece. Ou se finge de bobo. [...] O clima de impunidade que acomete o campo, a Nação assistindo a Constituição sendo rasgada por bandidos sociais, está se agravando. O promotor ergue, a la Robespierre, um barril de pólvora. Parece castigo para o impoluto Ministério Público. Um terror para a democracia (GRAZIANO, 7 de dezembro de 2004).

Trata-se de um último esforço para deslegitimar as ações do MST e MP antes do decreto de desapropriação. São mobilizados, sequencialmente, **a)** argumentos de ordem ambiental, negando a degradação e até mesmo exaltando os proprietários da fazenda pelo cuidado que gerou uma “joia ambiental”; **b)** argumentos de ordem mercantil, enfatizando os danos econômicos à população brasileira em decorrência de ações como a desapropriação da fazenda em questão; **c)** argumentos de ordem industrial, declarando falsa a acusação de improdutividade feita pelo MP, pois, de acordo com o colunista, “os técnicos do governo percorreram a fazenda bem na época da entressafra, quando o solo, em descanso, se cobria de mato. Visto que o arrendatário não dispunha de nota fiscal da venda de sua produção anterior, concluíram, simplesmente, que lá nada se produzia. Virou latifúndio no papel” (Ibidem); **d)** por fim, argumentos de ordem cívica, acusando as ações do MP de inconstitucionais ou antidemocráticas.

Em determinado momento, o artigo utiliza de outro dispositivo moral, a *desculpa*. Trata-se da desculpa apresentada e não da desculpa requisitada, dois fenômenos sociais bem diferentes (WERNECK, 2012). No caso, o esforço se dá na tentativa de inocentar o arrendatário de culpa de ações como a supressão da vegetação natural. Tal estratégia busca assumir a culpa da ação, mas isentar o autor da punição. Ou seja, as circunstâncias teriam mais influência no fato em questão do que as intenções do ator (Ibidem).

Em 1993, o então arrendatário da fazenda realizou a topografia da exploração. Medida no chão, como se diz, a área resultou menor que aquela declarada na escritura. Em decorrência, as florestas existentes suplantaram a reserva legal obrigatória, estabelecida em 20% da área total. Assim o infeliz decidiu, sem autorização prévia, derrubar um pedaço da mata virgem. Recebeu, justamente, uma multa. Rompido, logo em seguida, o contrato de arrendamento, a multa permaneceu sem pagamento. Agora, 10 anos depois do incidente, a fazenda é acusada pela turma do MST de descumprimento da função social da propriedade, no capítulo ambiental. Um argumento malandro (GRAZIANO, 7 de dezembro de 2004).

No dia 11 de dezembro de 2004, a Procuradoria Geral de Justiça respondeu às acusações feitas por Graziano e defendeu a atuação do ministério público e promotores no caso em questão. A resposta nessa situação é particularmente importante, o principal mecanismo de desqualificação dum justificativa ou crítica ocorre pela falta de generalidade do argumento (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Ou seja, se o convencimento se dá de tal forma que uma das partes aparenta os interesses particulares acima dos interesses coletivos já não se pode configurar como justiça e a possibilidade de novos acordos para o restabelecimento da ordem entre as partes se torna inviável (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). O caso do agronegócio é emblemático, não são os ganhos monetários que atribuem legitimidade ao latifúndio, mas sim a participação no PIB.

A Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) quer registrar que a atuação institucional do Ministério Público (MP) se tem pautado, invariavelmente, pela defesa da ordem jurídica e do regime democrático e pelo respeito à Constituição da República e às leis do País [...] manifesta a PGJ integral apoio a conduta funcional dos promotores de justiça de Ribeirão Preto encarregados dos feitos que envolvam litígio coletivo pela posse de terras urbana e rural, Antônio Alberto Machado e Marcelo Pedroso Goulart, e repele, por inverídicas e dissociadas da realidade, as afirmações do articulista que acusam, um ou outro, da prática de infração penal ou de ato contrário à lei (O Estado de São Paulo, 11 de dezembro de 2004).

Após o decreto de desapropriação da então Fazenda da Barra, devido especialmente a demora para o início das atividades do Incra e o crescente anseio das famílias acampadas para obtenção de seus lotes, emergiram conflitos entre os acampados com relação a organização política, provocando a dissidência de parte das famílias. De acordo com alguns agricultores do assentamento Mário Lago, que vivenciaram esses momentos de conflito durante o pré-assentamento, o maior fator de discordância entre os acampados era com relação à obrigatoriedade de participação do setor de segurança e realizar guardas, principalmente após o decreto de desapropriação da propriedade, em dezembro de 2004.

De acordo com Freitas (2018), durante o período de acampamento, de 2003 a 2004, e pré-assentamento, de 2004 a 2008, as lideranças do MST organizaram junto às famílias o regimento interno do acampamento e nomearam a ocupação de Mário Lago. Trata-se de uma série de regras instituídas com base no estatuto do MST e das discussões realizadas junto às famílias acampadas. O propósito do regimento é estabelecer uma organização política para o futuro assentamento através de arranjos de normas e instituições de convivência e deveres dos indivíduos para com o coletivo. Trata-se de esforços para constituir sociabilidade e coletividade entre os sem terra antes do início dos trabalhos do Incra, possibilitando a organização de assentamento que corresponde aos anseios da maioria das famílias. Além disso, o regimento interno também visa a prevenção de conflitos e problemas judiciais, “este

regimento proibia qualquer forma de agressão, de consumo de bebidas alcoólicas, assim como quaisquer infrações presentes no Código Penal” (FREITAS, 2018, p. 72). Por outro lado, como as lideranças do MST eram responsáveis por organizar as ocupações, o movimento pode estabelecer algumas diretrizes bases que nem sempre eram aceitas por todas as famílias, como por exemplo, a obrigatoriedade de participação em reuniões deliberativas ou das guardas (BORELLI FILHO, 2009).

Cabe mencionar que os acampamentos e assentamentos do MST são organizados em núcleos familiares. Todo núcleo é organizado de acordo com a relação entre os assentados, dando preferência para aqueles com laços de parentesco se instalarem próximos uns dos outros (AGUIAR, 2011). Cada um dos núcleos é batizado com o nome de algum personagem histórico das lutas sociais, “Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Dandara, Salete Strozake, Oziel Alves, entre outros” (Ibidem, p. 27). Ainda, em particular durante o período de acampamento, todo núcleo possui 8 setores e cada um deles conta com um coordenador e uma coordenadora (BORELLI FILHO, 2009) :

- a) *setor de segurança*, responsável pela organização de turnos de vigília, assim como pelo controle da entrada e saída de pessoas do assentamento;
- b) *setor de educação*, responsável pelo levantamento do nível de formação dos assentados, por solicitar ao poder público a matrícula e o transporte escolar desses, assim como auxiliar a instalação de programa de Educação de Jovens Adultos (EJA) no assentamento;
- c) *setor de saúde*, responsável por coordenar os procedimentos de cuidado à saúde entre as famílias, assim como a condução, quando necessário, à unidade de saúde mais próxima;
- d) *setor de jovens e o setor de esporte, cultura e lazer*, esses dois são responsáveis pela organização de festas e eventos culturais, assim como a organização de espaços no assentamento para prática esportiva;
- e) *setor da ciranda infantil*, responsável por organizar atividades educativas para crianças entre 1 à 6 anos de idade;
- f) *setor de secretaria*, responsável pela organização de toda documentação dos assentados;
- g) *setor de produção*, responsável pela discussão e organização da produção agrícola, como mutirões e implementação de sistemas agroecológicos (Ibidem).

Em 2005, com a coordenação do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)¹⁸, parte das famílias organizaram uma nova ocupação na Fazenda da Barra, intitulada Santos Dias. Em 2006, ocorreram outros conflitos, dessa vez entre algumas famílias do acampamento Santos Dias e a organização do MLST. Com a nova dissidência, 56 famílias formaram um terceiro acampamento sem filiação a movimentos sociais, intitulado Índio Galdino (BORELLI FILHO, 2009; AGUIAR, 2011; FREITAS, 2018). Nesse período, o MST integrou novas famílias ao acampamento Mário Lago, pessoas oriundas de outras ocupações no estado de São Paulo que não foram vitoriosas em suas reivindicações. Trata-se do acampamento Salete Strozake, no município de Batatais; o acampamento Terra Sem-Males, no município de Campinas; e por fim, o acampamento Antonio Gramsci, na Fazenda da Barra II, em Ribeirão Preto (BORELLI FILHO, 2009).

O projeto de desenvolvimento sustentável da barra

Em 2007, com a aprovação dos recursos pela justiça, teve início o cadastramento das famílias como beneficiários da reforma agrária junto ao Incra, assim como o início das discussões em torno do modelo de assentamento a ser implementado em comum acordo entre as famílias beneficiadas, Incra e Ministério Público - demarcação dos assentamentos, tamanho dos lotes, modelo agrícola, tamanho das áreas de reserva etc - Entretanto, os lotes em questão só seriam oficialmente concedidos às famílias em dezembro de 2008 (AGUIAR, 2011). Fruto dessas audiências, foi formulado pelas lideranças assentadas e pelo então promotor Marcelo Pedroso Goulart junto ao superintendente regional do Incra José Giácomo Baccarin o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Trata-se de um contrato com propósito de garantir o cumprimento dos termos acordados pelas partes envolvidas na construção e manutenção do assentamento de forma ambientalmente correta, normas formais que pautam as práticas agrícolas e o manejo das áreas de reserva nos assentamentos.

Apesar do descontentamento de algumas famílias com a proposta apresentada pelo Incra e Ministério Público, em particular pela redução do tamanho dos lotes em decorrência da demanda por áreas de reserva maiores (BORELLI FILHO, 2009), assim como pela falta

¹⁸ O MLST é um movimento social do campo que nasceu em 1994. Entre os anos 2000 e 2012 o movimento realizou 18 ocupações no estado de São Paulo, mobilizando 2.346 famílias. Atuação humilde se comparada ao MST que registrou entre 2000 e 2012 508 ocupações no estado de São Paulo, mobilizando 69.665 famílias. Ainda sim, trata-se de um dos movimentos sociais do campo mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes (DALPERIO, 2015).

de clareza na comunicação por parte dos técnicos do Incra (GONÇALVES & SCOPINHO, 2010), todos os assentados assinaram o TAC se comprometendo para construção de um assentamento no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). No caso do assentamento Mário Lago, de acordo com o relato das famílias entrevistadas para o presente estudo, não houve muitas discordâncias em relação ao TAC. Efetivamente, a proposta agroecológica já havia sido construída em conjunto com as famílias acampadas e se constituiu o consenso de que essa era uma das bases que fundamentam a proposta do MST para o assentamento Mário Lago. Diversos estudos relatam a conscientização das famílias do assentamento Mário Lago com relação à importância da proteção do Aquífero Guarani e preservação da mata (IHA, 2017; AGUIAR, 2011; BORELLI FILHO, 2009). Entretanto, constatamos que existem alguns entraves com relação às práticas conjuntas no manejo agroflorestal e\ou agroecológica no assentamento Mário Lago, assim como no cumprimento da proposta ambiental por parte de alguns assentados. Trataremos melhor desta questão no capítulo 4.

O assentamento foi nomeado pelo Incra como PDS da Barra, uma proposta que exige maior comprometimento das partes às práticas ecológicas em comparação aos assentamentos convencionais. Dessa forma, foi instituído pelo TAC a concessão real de uso da terra¹⁹, adoção de técnicas agroecológicas para o manejo ambientalmente correto das culturas agrícolas e criação de animais, assim como a composição de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outros sistemas agroecológicos nas áreas de produção coletiva no assentamento. Além disso, foram estabelecidos três grandes objetivos na agenda ambiental do PDS da Barra a serem alcançados pelas famílias assentadas em conjunto com o Incra, visando a proteção das águas do Aquífero Guarani e o incentivo à práticas agroecológicas: (a) comprometeu-se ao Incra e aos assentados a recomposição arbórea das áreas de RLs fechada (20%), com árvores nativas da região; (b) comprometeu-se ao Incra e aos assentados a recomposição arbórea das APPs, com árvores nativas da região; (c) e por fim, comprometeu-se ao Incra e aos assentados o incremento de mais 15% em áreas de RL que poderão ser destinadas a manejo sustentado na forma de SAFs, totalizando 35% da propriedade em RL.

Além dos compromissos firmados no TAC, o assentamento Mário Lago segue as diretrizes do modelo Comuna da Terra. Trata-se de uma iniciativa preconizada pelo MST no

¹⁹De acordo com o TAC, os assentados-beneficiários não poderão emprestar, ceder ou transferir o uso do imóvel, mas é permitido o trabalho cooperado entre assentados nos lotes individuais. Além disso, é vedado aos assentados-beneficiários arrendar o imóvel ou dar-lhe destinação diversa daquela estipulada. Nos casos de desistência da condição de assentado, este será indenizado pelas benfeitorias úteis e necessárias por ele implantadas no respectivo lote, abatendo-se do valor da indenização os créditos por ele obtidos.

estado de São Paulo que busca conciliar produção alimentar e proteção ambiental para enfrentar problemas urbanos e rurais. Na época, o modelo foi proposto para acampamentos e assentamentos próximos aos grandes centros urbanos, sendo formados majoritariamente por famílias provenientes da cidade. Ainda, similar aos assentamentos da categoria PDS (JUNIOR, 2011), nesse modelo as terras são registradas em nome da união, estabelecendo a concessão real de uso da terra. Em tese, os assentamentos ficam protegidos da intensa especulação imobiliária dos grandes centros urbanos e incentivam a cooperação entre as famílias assentadas. Por fim, tem como prerrogativa a utilização de sistemas agroecológicos visando a produção e comercialização de alimentos saudáveis. Nesse sentido, esse modelo de assentamento possibilita o escoamento da produção agrícola de forma mais rápida e barata através de ciclos curtos de comercialização nas cidades (GOLDFARB, 2007). Por outro lado, a proximidade com o meio urbano também facilita a evasão do trabalho agrícola ou a priorização de atividades no meio urbano (MORUZZI MARQUE, 2014), dificultando o engajamento agroecológico e/ou agroflorestal.

Em 2008, os lotes foram organizados e distribuídos, assim como a parcela de cada assentamento foi estabelecida de acordo com o número de famílias. O assentamento Mário Lago (264 famílias), o assentamento Santos Dias (154 famílias), do MLST, e o assentamento Índio Galdino (44 famílias), sem filiação com movimento social. Alguns anos depois, haveria uma nova dissidência no assentamento Santos Dias, reorganizando as famílias do PDS da Barra. Nasce então o assentamento Luíza Marri (59 famílias), sem filiação com movimento social, o assentamento Índio Galdino passa a ter 56 famílias, o assentamento Santos Dias diminui para 85 famílias e o assentamento Mário Lago mantém 264 famílias. Assim, no total o PDS da Barra é composto por 464 famílias (AGUIAR, 2011). No caso do assentamento Mário Lago:

a seleção das 264 famílias que foram assentadas não foi realizada pelo Incra, mas pelo próprio MST, que utilizou como critério o tempo de luta pela terra, de inserção e permanência no movimento sem-terra ou, nos próprios dizeres das famílias, 'quem mais queimou os miolos debaixo da lona preta' (BORELLI FILHO, 2009, p. 96).

Os lotes familiares possuem aproximadamente 1,7 ha, sendo incrementados por 0,5 ha para produção coletiva de agroflorestas em áreas de reserva (FREITAS, 2018). Para uma melhor compreensão do tamanho dos lotes, uma das exigências na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)²⁰ determina que a propriedade agrícola deve possuir até 4 Módulos Fiscais

²⁰ A Declaração de Aptidão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar permite ao agricultor(a) ter acesso a linhas específicas de crédito e financiamento agrícola e define os parâmetros do que denominamos como "agricultura familiar".

(MF) para ser contemplada como agricultura familiar, no caso do município de Ribeirão Preto 4 MF equivale a 40 hectares. Ou seja, mesmo com o adicional de 0,5 hectare para produção de agrofloresta, os lotes do PDS da Barra são pequenos se comparados com propriedades rurais convencionais da agricultura familiar.

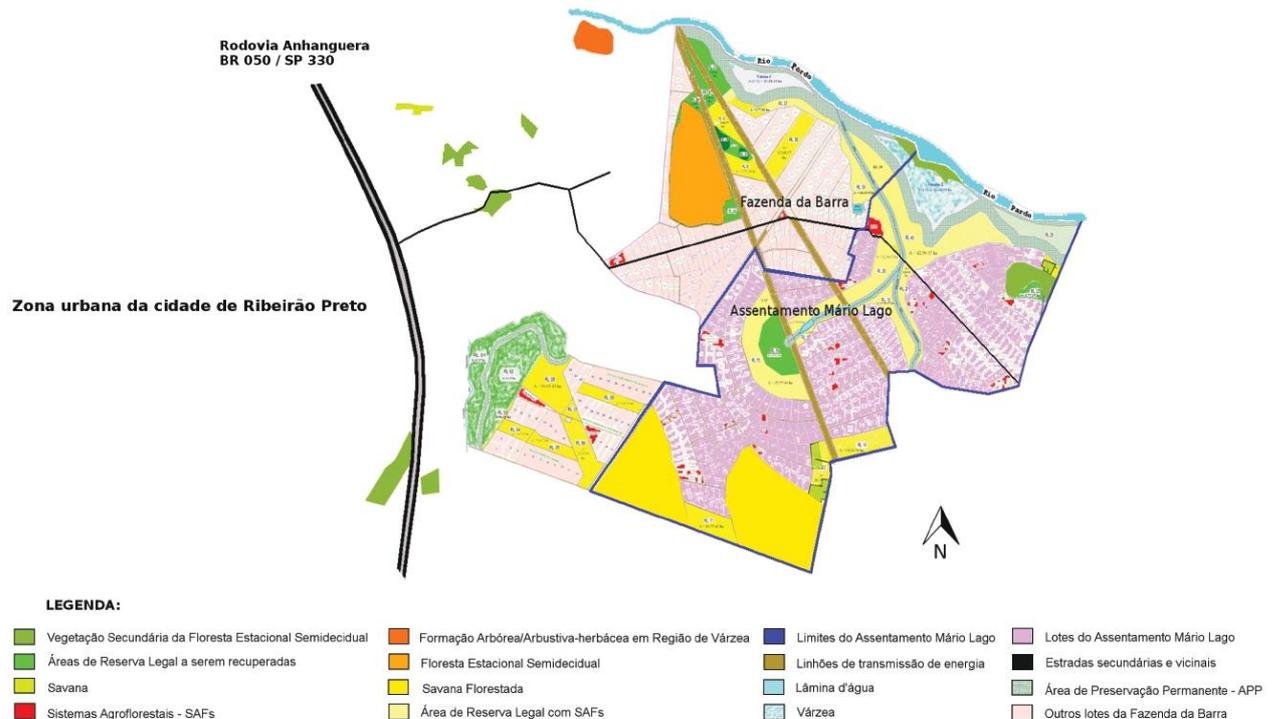


Figura 9. Planta do Assentamento Mário Lago. Com destaque nas áreas com fragmentos florestais e Sistema Agroflorestais. Fonte: Machado & Bizzo (2016).

Conclusão

Em suma, os anos 1960 inauguram um período de críticas ao modelo de desenvolvimento industrial capitalista, em especial pela geração de riscos ao ecossistema global e, conseqüentemente, a toda sociedade. Nos anos 1970, teve início no Brasil uma série de iniciativas fruto dos debates internacionais acerca do meio-ambiente. Nasce então as primeiras respostas nacionais à crise climática global. Ao longo das décadas, em especial após a constituição de 1988, esse debate vai sendo aprofundado com a inclusão da sociedade civil organizada.

Assim, nos anos 1990, em particular no caso de Ribeirão Preto/SP, eclode uma série de conflitos ambientais fruto de denúncias feitas por ONGs, associações e o Ministério Público contra a queima da palha da cana-de-açúcar e outras formas de degradação do meio-

ambiente que representam riscos à saúde da população. Uma série de avanços são alcançados pelos ambientalistas e pelo MP, mas a estrutura fundiária e o modelo de produção que geram danos e riscos ambientais e sociais ainda permanecem. Assim, no início dos anos 2000, diversos atores unem esforços políticos e sociais em torno de uma causa pela reforma agrária na região, buscando constituir, de acordo com suas visões, um meio rural ambientalmente correto e socialmente justo. Nasce assim o conflito ambiental da Fazenda da Barra e que, com base no argumento de não cumprimento do princípio de *preservação do meio ambiente*, que constitui a função social da terra, teve como desfecho a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária e a constituição de um assentamento ambientalmente diferenciado.

As características ecológicas e políticas locais, assim como as estratégias adotadas pelo MP, MST e seus colaboradores, foram fundamentais para a legitimação da reforma agrária na região. Além do referencial global de *eficácia global*, que consiste no ciclo de *governança sustentável* pela perspectiva cognitiva das políticas públicas (MULLER, 2018), os atores sociais dispuseram de arranjos institucionais, jurídicos e físicos particulares à região e que proporcionaram maior sustentação às críticas e justificações de ordem ecológica. Os aspectos mais significativos eram: a formação geológica Botucatu e Pirambóia (áreas de afloramento do Aquífero Guarani); a dependência local das águas subterrâneas do aquífero, que representam quase 100% do consumo hídrico de Ribeirão Preto; e o macrozoneamento ambiental de 1994 integrado ao Plano Direto de 1995 e 2003, que classifica toda área da fazenda como Zona de Uso Especial (ZUE), reafirmando a importância e urgência da preservação.

Os argumentos coerentes à *cite ecológica* não foram os únicos utilizados, evidenciaram-se também críticas de ordem industrial, em referência à improdutividade da propriedade, mas a questão ambiental foi a pauta central e a justificação maior para desapropriação da fazenda. Nesse processo, diversas acusações foram direcionadas aos integrantes do MST e ao MP na tentativa de desmoralizar os atores sociais e impedir a reforma agrária na chamada “Califórnia brasileira”. Essa tática buscou não somente a utilização de dispositivos como a *acusação* ou a *desculpa*, mas também a desqualificação da generalidade dos discursos do MST e MP. Ou seja, buscando convencer que existiam interesses particulares acima dos coletivos, contrariando assim a noção de justiça.

Por fim, a reforma agrária é então consagrada e legitimada através de um último ato que fundamenta o compromisso dos sem terra para com a defesa do meio-ambiente, o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Em outras palavras, esse é o novo acordo que emerge de um conflito social fundamentado em críticas e justificações da *cité ecológica* no município de

Ribeirão Preto/SP. O *regime de justiça*, analisado no presente capítulo, expressa a dinâmica entre os atores em disputa que produziu a transformação do mundo social, de Fazenda da Barra para Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra. Ainda, de um engenho agroindustrial de cana-de-açúcar para um assentamento agroflorestral.



Figura 10. Do engenho agroindustrial da cana-de-açúcar ao assentamento agroflorestral. Fonte: Tiago E. A. Cubas (2017).

CAPÍTULO IV: O espírito do ecologismo e as provas de veracidade: justificações e os intermediadores agroecológicos do assentamento Mário Lago

Introdução

Nos capítulos anteriores foram apresentadas as teses da economia das grandezas e metamorfose da realidade social, tendo como propósito central utilizar de seus pressupostos teóricos para redigir a questão “como as emergências climáticas produzem transformações sociais?”²¹. Ainda, considerou-se em particular as metamorfoses dos conflitos sociais no campo, as disputas pelos referenciais das políticas públicas e fronteiras dos setores da agricultura e fundiário, assim como o papel sociopolítico e ambiental da agricultura antiecológica e do *patriciado moderno* na atual crise climática global²². Por fim, foram abordados processos de luta social e legitimação do assentamento Mário Lago, cujas principais fundamentações jurídicas e sociais estão respaldadas na defesa do meio ambiente²³. Dessa forma, apresentou-se argumentos robustos da escolha pelo objeto de pesquisa e seus potenciais para compreensão do processo denominado aqui como a *metamorfose do campo*.

Com estas questões postas, os dois últimos capítulos consistem num esforço de explorar alguns indícios do processo de *sociogênese da cité ecológica*, enfatizando as principais diferenças de seus *princípios de grandeza* com relação às demais *cités*. Considera-se também as particularidades do contexto histórico no qual a moral ecológica passa a constituir parte da realidade social das sociedades em estado de modernidade. Num segundo momento, são tratados os conceitos de *atores cosmopolitas* e *espaços de ação cosmopolita*, demonstrando as principais implicações dessas percepções para o desenvolvimento do presente estudo. Conceitos que, a meu ver, permitem abordar o processo de metamorfose social no que diz respeito às disputas políticas globais em casos localizados. Em outros termos, trataremos do processo de metamorfose dos conflitos sociais através de uma perspectiva cosmopolita. Ou seja, a crise climática global e o aprofundamento das desigualdades não somente na distribuição dos bens, mas em especial na desproporcional distribuição dos males (riscos), não se limita às disputas locais ou regionais, transcendendo os

²¹ Ver capítulo I.

²² Ver capítulo II.

²³ Ver capítulo III.

Estado-nações e expressando desigualdades socioambientais entre o centro e a periferia do capitalismo.

A fim de demonstrar a forma como a *cit  ecológica* se expressa no caso do assentamento Mário Lago, assim como suas implica es no engajamento de a es favoráveis a uma reforma agrária agroecológica e o choque entre modelos antagônicos de modernidade, este capítulo aborda a *metamorfose do campo* em três frentes de análise: **1 ** das motiva es e justifica es expressas pelos atores sociais envolvidos nas pautas agroecológicas e/ou agrofloretais que proporcionam fundamenta o social e jurídica ao assentamento Mário Lago; **2 ** do desenvolvimento de projetos agrofloretais e outros mecanismo de legitima o, isto  , coisas interpretadas pelos próprios interlocutores como formas de produ o das provas de veracidade da op o ecológica pelo MST; **3 **, por fim, das disputas argumentativas em arenas públicas locais. Considera-se em particular a mobiliza o de críticas e justifica es de ordem ecológica nas disputas pela regula o do uso e ocupa o das áreas de afloramento do Aquífero Guarani na Zona Leste.  reas que, devido   sua importância socioecológica, o MST reivindica aten o especial através de políticas socioambientais aos moldes do assentamento Mário Lago. Ou seja, a defesa de um zoneamento agroecológico e/ou agrofloresta, prioriza o da agricultura familiar e manuten o das áreas como zona rural.

Para as duas primeiras análises foram realizadas 16 entrevistas no modelo relato de vida (ALBERTI, 2013), contabilizando aproximadamente 18 horas totais de grava o. Dos entrevistados, 12 são assentados; 2 acampados há mais de 5 anos; 1 técnico agroflorestral, responsável pela orienta o dos atuais projetos no assentamento; e 1 ex-promotor de justiça de Ribeirão Preto. Além disso, ao longo de duas semanas, foi realizado o acompanhamento presencial dos trabalhos de manejo agroflorestral desenvolvidos em 7 lotes, na brigada Ana Primavesi²⁴ e em algumas áreas de reserva do assentamento Mário Lago. Outras atividades agrofloretais relatadas em estudos e relatórios oficiais também foram consideradas²⁵.

Por fim, para a terceira análise no capítulo 5, os dados foram coletados através da revisão minuciosa de documentos oficiais pertinentes e pelo acompanhamento assíncrono -

²⁴A Brigada Ana Primavesi   um espaço dedicado ao acolhimento e ensino de técnicas agrofloretais para acampados que irão participar de campanhas pela reforma agrária na região. Em outros termos,   uma escola e espaço de produ o agroflorestral construído por acampados e assentados do MST que, conforme novas lutas emergem pela reivindica o da reforma agrária, exportam para os novos acampamentos o discurso ambiental e a prática agroflorestral.

²⁵O presente estudo segue as determina es do Conselho de  tica em Pesquisa (CEP). Assim, com o propósito de preservar a imagem dos entrevistados, todos os nomes são pseud nimos.

materiais gravados e divulgados pela prefeitura de Ribeirão Preto - das audiências públicas voltadas para a discussão do novo plano diretor do município.

O espírito do ecologismo e a moral ecológica

A coleta do maior número possível dos relatos de atores sociais participantes no processo de reivindicação da então Fazenda da Barra foi essencial para compreender as motivações e justificações em torno do fenômeno. Possibilitando a problematização da influência de certos argumentos na valoração e legitimação da reforma agrária, em especial aqueles atribuídos à questão socioambiental e agroecológica.

Nesse sentido, os argumentos mobilizados pelos atores, numa situação de retrospectiva induzida (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006) pelo modelo de entrevista relato de vida (ALBERTI, 2013), não devem ser tratados como dados indiferentes ao debate sociológico. Pelo contrário, constituem ricas informações acerca de uma realidade socialmente construída e compartilhada entre os indivíduos. Isto é, um *sendo moral* e de *natureza* das relações sociais que orienta e fundamentam o engajamento dos membros da sociedade em diferentes regimes de ações (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Com efeito, considerando em particular as diferentes *cites* que habitam os discursos justificativos e suas *provas de veracidade* que, juntos, constituem os mundos de justiça que validam determinada ação no mundo social (Ibidem).

Isso posto, torna-se necessário explicar sobre os principais caminhos de análise oportunizados pelo modelo de entrevista relato de vida (ALBERTI, 2013). As *cités* não se limitam às relações humanas do presente, tratam-se de concepções de justiça que compõem a realidade social e, portanto, estão limitadas apenas às suas fronteiras. Ou seja, as fronteiras da realidade objetiva constituída nos limites das *categorias*²⁶ de tempo e espaço (BERGER & LUCKMANN, 2014).

Relaciono-me também com os predecessores e sucessores, aqueles outros que me precederam e se seguirão a mim na história geral de minha sociedade. Exceto aqueles que são companheiros passados (meu falecido amigo Henry), relaciono-me com meus predecessores mediante tipificações de todo anônimas “meus antepassados emigrantes” e ainda mais os “Pais Fundadores”. Meus sucessores, por motivos compreensíveis, são tipificados de maneira ainda mais anônima – os “filhos de meus filhos” ou “as gerações futuras” [...] O anonimato de ambos estes conjuntos

²⁶ O termo *categoria* é utilizado aqui no sentido kantiano. Algo inato ou *a priori* que orienta as experiências e percepções, *posteriori*, da realidade ou verdade (KANT, 2012).

de tipificações não os impede, porém, de entrarem como elementos na realidade da vida cotidiana, às vezes de maneira muito decisiva. Afinal, posso sacrificar minha vida por lealdade aos Pais Fundadores ou, no mesmo sentido, em favor das futuras gerações (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 51-52).

Importante ressaltar que as noções de tempo e espaço são particularmente importantes para o entendimento de como a concepção de um mundo justo ecológico se difere das demais *cités* (LAMONT & THÉVENOT, 2000), assim como uma sociedade de risco global se constitui enquanto um agente da metamorfose da sociedade moderna (BECK, 2018).

De qualquer forma, os *sentidos* duma *cité* também podem ser atribuídos a seres, coisas e ações no passado ou futuro. Trata-se de tipificações com o propósito de comunicar. Isto é, o esforço de objetivação das *cités* para que então possam compor a realidade social. Na concepção de justiça ecológica, por exemplo, manifesta-se o pesar pela perda de paisagens naturais e espécies enquanto *coisas e seres únicos*, enfatizando assim as injustiças consagradas no passado em nome do “desenvolvimento” ou “crescimento econômico” (KRENAK, 2020). Da mesma forma no caso de tipificações mais anônimas, os riscos ao bem-estar das *futuras gerações* (POTTER, 2016).

As relações de cada *cité* com seres e coisas no tempo são, de certa forma, particulares à concepção de determinado mundo justo. Tipificações como “meus antepassados imigrantes” possuem mais coerência em justificações de ordem doméstica e, por outro lado, as “futuras gerações” são mais compatíveis aos argumentos de justiça ecológica, por exemplo. A mobilização imprecisa dessas tipificações anônimas ocasionaria o constrangimento e a cobrança por sentido (coerência à realidade social) num regime de justificação, da mesma forma que a mobilização equivocada de provas de veracidade (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

Para uma melhor compressão do processo de *reavaliação dos valores* que originou a *cité ecológica* na sociedade de risco global, torna-se necessário abordar as diferenças em relação às demais ordens de grandeza ou *cités*. Em especial as noções de tempo-espaço e humanidade comum. Apresentando assim o argumento de que a sociedade de risco global não se trata apenas de um agente da mudança, mas sim, como sugerido por Beck (2018), de um agente da metamorfose da realidade social. A definição de *cité ecológica* expressa abaixo é resultado da análise de obras de filosofia política, notadamente aquelas cuja proposta é discutir a ética das relações entre sociedade e natureza (LEOPOLD, 1970; POTTER, 2016;

KRENAK, 2020; CARSON, 2010; FRANCISCO, 2015)²⁷ e que atendam os princípios de grandeza evidenciados por Boltanski e Thévenot (2016), assim como estudos de disputas argumentativas em situações de conflitos socioecológicos (LAMONT & THÉVENOT, 2000).

A ordem de grandeza ecológica ou *cit  ecológica* se constitui pela percep o de um **a**) sistema integrado, sendo impossível isolar fatores locais de globais ou particulares de gerias (CARSON, 2010). Com efeito, coisas como soberania e independência ocupam baixos status de grandeza frente às coisas como interdependência e coopera o. Além disso, como bem pontuado por Lamont e Thévenot (2000), **b**) as no es de *humanidade comum* e *dignidade comum* são fundamentada numa perspectiva ecocêntrica. Isto  , a humanidade comum ou sujeitos de direito, portanto, capazes de ocupar diferentes status de grandeza, não se limitam aos indivíduos humanos. Trata-se da concep o de biocomunidade (LEOPOLD, 1970), onde todos os seres podem atuar de forma a prejudicar ou colaborar para o equilíbrio casa comum, em especial os seres humanos. “Nos convidam a ‘cultivar’ e ‘guardar’ o jardim do mundo (...) enquanto cultivar quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, ‘guardar significa proteger, cuidar, preservar, velar” (FRANCISCO, 2015, p. 46). Ainda, **c**) o mundo ecológico   habitado por seres (espécie de animais e plantas) e coisas (rios, florestas, paisagens naturais)  nicas e finitas, sendo qualquer perda inestimável (KRENAK, 2020). Não se trata de almejar um mundo biofísico est tico, mas sim de atribuir valora o   diversidade da vida, a biodiversidade. Por fim, **d**) a *cit  ecológica* constantemente mobiliza seres futuros, “tipifica es mais an nimas” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 51), pessoas que ainda não existem e podem vir a existir, mas que, de certa forma, protagonizam os conflitos e disputas do presente. Em outras palavras, a defesa das futuras gera es através da defesa do meio ambiente (POTTER, 2016).

Com efeito, a moral ecológica se distingue das demais *cit s* enquanto uma concep o de biocomunidade em um mundo cosmopolita, um sistema integrado do qual os seres humanos têm são sujeitos. Ou seja, seus pressupostos instituem críticas às perspectivas da

²⁷ A Carta Encíclica “Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum”, de autoria do sumo pontífice Francisco,   particularmente interessante. Afinal, trata-se da Igreja Católica, institui o tradicionalmente associada   prolifera o de discursos e percep es antropocêntricas, de domina o da natureza e superioridade da humanidade em rela o às demais formas de vida. Entretanto, em resposta   emergência climática global e através de um representante da máxima autoridade, a Igreja apresenta um texto com novas interpreta es das rela es entre sociedade, f  e natureza. Assim, de forma impressionantemente organizada, expressa todos os fundamentos da *cit  ecológica*. Nesse sentido, demonstra-se um objeto de estudo muito promissor para futuras pesquisas   cerca da moral ecológica e a metamorfose do mundo, em especial pela sua repercussão em seguimentos da sociedade brasileira através de entidades como a Pastoral da Terra e a Pastoral de Pesca, por exemplo.

metodologia Estado-nação e ao antropocentrismo. Da independência à interdependência, do humano como centro ao humano como parte.

Ainda, é possível inferir que a *cit  ecológica*, conforme se torna mais presente no cotidiano da sociedade de risco global, orienta e fomenta a metamorfose das perspectivas de tempo-espço e humanidade comum nas demais ordens de justiça. Não por acaso, Lafaye e Thévenot (2017) se questionam acerca da natureza da moral ecológica enquanto uma *cit  emergente* ou pensamento que influencia todas as demais concep es de mundo justo. Nesse sentido,   pertinente tratarmos aqui das principais características que fundamentam a moral ecológica e que, como se evidencia no caso do assentamento Mário Lago, estão intimamente relacionadas ao processo de metamorfose do mundo. Afinal, trata-se duma *reavalia o dos valores* frente aos riscos de catástrofes que orientam o ordenamento social e político na modernidade (BECK, 2018).

Efetivamente, as discussões promovidas por determinadas áreas das ciências biológicas possuem um papel fundamental no processo de composi o da *cit  ecológica*, sendo o evolucionismo de Charles Darwin o ponto de partida para os questionamentos acerca da excepcionalidade dos seres humanos em rela o às outras formas de vida.

O termo “antropoc trico” foi cunhado pela primeira vez na década de 1860, em meio   controvérsia sobre a teoria da evolu o de Darwin, para representar a ideia de que os humanos são o centro do universo. O antropocentrismo considera os humanos como a forma de vida mais importante, e outras formas de vida como importantes apenas na medida em que afetam os humanos ou podem ser úteis para os humanos (KORTENKAMP & MOORE, 2001, p. 262).

Importante ressaltar que não se trata aqui das influências atribuídas às obras de Darwin na fundamenta o do evolucionismo social. Corrente de pensamento responsável por propagar teorias vazias e biodeterministas mobilizadas para justi ca o de argumentos segregacionistas com base nas “pr -disposi es” e “natureza das raças humanas” (BOAS, 2010). O evolucionismo Darwiniano  , tratando-se da forma o da moral ecológica, a corrente de pensamento que possibilitou a reinterpret o da *humanidade comum*, abrangendo as demais formas de vida e questionando a validade de argumentos que utilizam da natureza como mero instrumento para satisfa o das ambi es humanas (KORTENKAMP & MOORE, 2001). Nesse sentido, a virada de paradigma (KUHN, 2018) se dá pelas contribui es da obra “A Origem das Espécies”, publicada pela primeira vez em 1859.

Contribuições que não se fazem tão presentes em obras posteriores de Charles Darwin como, por exemplo, “A Origem do Homem e a Seleção Sexual”²⁸, publicada em 1871.

De qualquer forma, é a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência das primeiras contribuições dos estudos ecológicos, que a ideia de *casa comum* adquiriu corpo e novos significados nas sociedades modernas (ODUM, 1988). Em 1869, o termo ecologia foi cunhado por Ernst Haeckel, naturalista e grande entusiasta da teoria da evolução, e no início do século XX a disciplina foi reconhecida como um campo distinto da ciência. (Ibidem). Em 1935, o ecologista Arthur George Tansley propôs pela primeira vez o conceito de *ecossistema*, referindo-se a sistemas abertos nos quais “os organismos vivos e o seu ambiente não-vivo (abiótico) estão inseparavelmente inter-relacionados e interagem entre si” (Ibidem, p. 9). Assim, apesar da ecologia ter se popularizado apenas nos anos 1960 (Ibidem), em especial pelos receios da sociedade frente aos riscos climáticos globais, suas constatações promoveram uma verdadeira *mudança de paradigma* (KUHN, 2018) no meio das ciências biológicas, assim como em outros espaços da sociedade.

Tornou-se possível então pensar em uma *comunidade biótica*. O termo foi utilizado pela primeira vez com propósito filosófico e político por Aldo Leopold, em 1949, expressando uma concepção de *humanidade e mundo comum* na qual todos os seres bióticos (animais, plantas, fungos, protistas etc.) e seus ambientes abióticos (rios, florestas, montanhas, oceanos etc.) estão intimamente relacionados uns aos outros. Assim, não somente todas as formas de vida são aparentadas e interagem através da luta pela sobrevivência, constituindo adaptações mais apropriadas para cada contexto através do processo de seleção natural, mas também, de forma direta e indireta, estão em constante estado de cooperação. Sustenta-se assim o equilíbrio da *casa comum*, o ecossistema (LEOPOLD, 1970).

Com efeito, as sociedades industrial-capitalistas, apesar de possuírem formas muito eficazes para o controle de energia e adaptação aos mais variados domínios morfoclimáticos, representam, do ponto de vista ecológico, um problema funcional e moral em decorrência das rápidas mudanças biofísicas que provocam no planeta.

Os ecossistemas sempre sofrem mudanças e interferências, mas até agora nunca com o ritmo e a intensidade das alterações locais, regionais e globais dos últimos tempos. O clima e a geomorfologia locais e regionais são base de processos auto-

²⁸ Obra que, apesar de aplicar a teoria da evolução ao caso do *homo sapiens*, ainda se prende às concepções antropocêntricas de seu tempo, classificando a espécie humana numa escala de superioridade com relação às demais formas de vida.

organizadores que estabelecem padrões que se autopropetuum e que resultam em um ecossistema estruturado e funcional (MORAN, 2010, p. 44)

Nos anos 1970, a ideia de biocentrismo, que atribui às formas de vida um valor intrínseco, foi utilizada pelos autodenominados “ecologistas profundos” para constituir o conceito de ecocentrismo (KORTENKAMP & MOORE, 2001).

Em uma ética ecocêntrica a natureza tem consideração moral porque tem valor intrínseco, valor além de sua utilidade para os seres humanos. Usando essa ética, por exemplo, pode-se julgar que seria errado derrubar as florestas tropicais porque causaria a extinção de muitas espécies vegetais e animais (Ibidem, p. 262).

Assim, considerando as contribuições da filosofia política no âmbito da ecologia, não se trata apenas da competição entre os seres, situação na qual os seres humanos adquiriram destaque, a cooperação é necessária para a existência e manutenção da vida na Terra. Essa compreensão é fundamental para o nascimento da moral ecológica. Em especial na constituição de uma perspectiva cosmopolita e ecocêntrica. Além disso, o valor intrínseco da natureza afirma todos os seres vivos e ambientes bióticos, não apenas a espécie humana, como seres e coisas únicas e inestimáveis. Em outras palavras, a valoração da biodiversidade.

No meio artístico, o enaltecimento da diversidade da vida e do parentesco comum entre os seres torna-se evidente, por exemplo, na obra “Art Forms in Nature” do artista e ecólogo Ernst Haeckel, publicada pela primeira vez em 1899. Trata-se duma coleção de pinturas e gravuras de diferentes espécies, biologicamente similares e esteticamente distintas, reunidas em um único enquadramento com o intuito de expressar a evolução através duma representação da biodiversidade²⁹.

Por fim, a partir dos anos 1960, os riscos de catástrofes climáticas globais associadas às ações antropogênicas tornam-se cada vez mais aparentes e presentes na realidade social. Assim, as discussões éticas sobre futuro da humanidade incorporam também uma visão ecológica acerca da questão. Os recursos naturais são finitos e a poluição e emissões de GGEs estão comprometendo a estabilidade climática do planeta nas próximas décadas, sendo assim, o mundo que será herdado pelas futuras gerações é responsabilidade de todos que possam fazer algo a respeito no presente. Nos termos da bioética, utilizando um dos credos de sua fundamentação, “tentarei viver minha própria vida e tentarei influenciar a vida dos outros de

²⁹ Ver figura 12 em anexo.

modo que promova a evolução de um mundo melhor para as futuras gerações humanas e tentarei evitar ações que possam prejudicar seu futuro” (POTTER, 2016, p. 21).

Posto, mesmo que brevemente, o processo sócio-histórico de fundamentação da *cit  ecológica*, torna-se pertinente então tratarmos aqui do *ecologismo*. Isto  , a ideologia baseada em princípios morais ecológicos que legitima o engajamento em determinadas a es sociais. No senso comum, poderíamos afirmar que se trata de atores sociais (individual ou coletivo) comprometido com a defesa do meio-ambiente. Toda via, essa defini o   demasiada vaga e não   adequada   totalidade dos problemas tratados no presente estudo. Sendo assim, com base nos pressupostos teóricos da sociologia das justifica es, os próximos parágrafos serão um esforço na tentativa de organizar da forma mais precisa possível o termo ecologismo.

Assim, como Boltanski e Chiapello (2020) buscaram definir o capitalista e o espírito do capitalismo na modernidade tardia, tratarei de definir o ecologista e o espírito do ecologismo. Evidente que o capitalismo e ecologismo retratam duas coisas profundamente distintas, tanto no sentido ideológico quanto na predominância sist mica de um em rela o ao outro. Dificilmente se pode afirmar a existência de sociedades ecologistas ou até mesmo comunidades, pois o sistema capitalista se impõe de forma extremamente invasiva aos grupos que se relacionam e/ou constituem a sociedade moderna. As próprias defini es de modernidade e capitalismo, como apontadas por Weber (2013), ou modernidade e ocidentalismo, como defendido por Hall (1992), são difíceis de distinguir. Nesse sentido, o ecologismo pode ser considerado então como um modelo alternativo de modernidade que se constitui especialmente na crise do pensamento capitalista em tempos de emergência climática global.

De acordo com Boltanski e Chiapello (2020), um capitalista pode ser definido como “qualquer um que possua um excedente e o invista para extrair um lucro que venha a aumentar o excedente original” (p. 36). A defini o busca distinguir capitalismo e economia de mercado, pois este último   anterior ao princípio de acumula o ilimitada. Além disso,   importante ressaltar que a defini o do que   um capitalista não se resume aos grandes investidores do mercado financeiro, “o pequeno aplicador, o poupador que não quer que seu “dinheiro fique parado” mas “d  cria” – como diz a linguagem popular - , pertence, portanto, ao grupo dos capitalistas tanto quanto os grandes proprietários” (Idem). Apesar disso, os capitalistas ainda representam, em tese, levando em considera o as dificuldades estatísticas para apresentar tal afirma o, uma minoria. Na França, uma das principais potências

econômicas na atualidade, os capitalistas representam aproximadamente 20% da população nacional (Ibidem).

O espírito do capitalismo, concepção que legitima a ação do capitalista, é uma questão que foi extensivamente trabalhada pela sociologia compreensiva de Max Weber (2013) a partir da ideia de ética protestante. Os *sentidos* que validam, ao menos nas razões individuais, o regime de ação capitalista e o pensamento moderno, por mais irônico que isso possa soar, derivam dum condicionamento do protestantismo, em especial o protestantismo calvinista. Max Weber trata desse processo a partir do conceito de *desencantamento do mundo*, abarcando as transformações com relação às ideias de *predestinação*, que na perspectiva luterana se encerra a intervenção do *livre arbítrio*, e os *sinais* ou *indícios* da predestinação. Assim, no caso dos protestantes, frente à grande incerteza com relação ao seu destino final, pois nada que faça pode alterar os resultados na pós-vida, o indivíduo deve então buscar por indícios que, de alguma forma, podem ser compreendidos como manifestações da predestinação. Sinais que não podem ser traduzidos como certezas, trata-se de informações probabilísticas e, de acordo com a visão calvinista, somente através do trabalho e duma vida profundamente racionalizada, regrada e metódica se torna possível vislumbrar a predestinação. Sendo a prosperidade econômica e o sucesso no trabalho uma de suas principais manifestações. Estabelecem-se então as bases do que Weber denominou como o espírito do capitalismo.

Por outro lado, a tese de Max Weber não trata da constituição dos referenciais de justiça que possibilitariam a legitimação do capitalismo no âmbito do bem-comum. Nesse sentido, para formulação de um novo conceito de espírito do capitalismo, Boltanski e Chiapello (2020) buscam integrar estes dois aspectos.

Os trabalhos de Weber insistiam na necessidade de o capitalismo apresentar razões individuais, ao passo que os de Hirschman lançam luzes sobre as justificações em termos de bem comum. Quanto a nós, retomamos essas duas dimensões, inserindo o termo justificação numa acepção que possibilite abarcar ao mesmo tempo justificações individuais (aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista) e as justificações gerais (em que sentido o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum) (Ibidem, p. 41).

Assim, tanto as razões individuais quanto razões coletivas (bem-comum) constituem o espírito do capitalismo que, por sua vez, justifica o regime de ação capitalista.

A qualidade do compromisso que se pode esperar depende, antes, dos argumentos alegáveis para valorizar não só os benefícios que a participação nos processos capitalistas pode proporcionar individualmente, como também as vantagens coletivas, definidas em termos de bem comum, com que ela contribui para todos (Ibidem, p.39).

Sendo assim, se para Boltanski e Chiapello (2020) o novo espírito do capitalismo é a *ideologia que justifica o engajamento no capitalismo*, para os fins do presente estudo, o espírito do ecologismo é a *ideologia que justifica o engajamento no ecologismo*. Ou seja, trata-se duma ideologia formada pelos preceitos da *cit  ecológica* e que fundamenta acordos e compromissos, legitimando modos de a es com base nos princípios de **a)** sistema integrado, **b)** ecocentrismo, **c)** biodiversidade e **d)** futuras gera es. Se por um lado a ideologia capitalista produz justifica es que, “sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral,   adesão a um estilo de vida, em sentido favorável   ordem capitalista” (Ibidem, p. 42). Por outro lado, a ideologia ecologista produz justifica es em sentido favorável a um modelo alternativo de modernidade, ecologicamente sustentável, e produz críticas   ordem capitalista. Em outros termos, a metamorfose do mundo, considerando seriamente a dramática crise socioambiental em que vivemos, pode ser retratada como o processo de declínio da ideologia capitalista e ascensão do ecologismo na disputa pelos referenciais dos diferentes setores da sociedade moderna (MULLER, 2018).

Efetivamente, os processos de transi o ideológica, em especial na forma o de uma nova hierarquiza o dos valores que constituem os referenciais das políticas públicas nas sociedades setoriais (Ibidem), não ocorre sem a instaura o de conflitos sociais. Ou seja, para produ o de novos horizontes normativos pautados na sustentabilidade   necessário que sejam instaurados *regimes de justiça* através da *crítica ecológica*³⁰. Em outros termos, a metamorfose dos conflitos sociais se d  na instaura o daquilo que denominamos nos capítulos 1 e 2 como os *conflitos ecológicos*. Somente através deles, ao menos em situa es pacificadas, o espírito do capitalismo pode ser excomungado em diferentes setores da sociedade moderna. Isto  , tão somente   possível a metamorfose da realidade social sem a instaura o de regimes de violência.

³⁰ Evidente que mudanças na ordem social também ocorrem através de regimes de violência, processo no qual parte significativa dos indivíduos são reprimidos e/ou dominados através de coer es físicas e/ou psicológicas. No enteando, como foi especificado no capítulo 1, o presente estudo não se propõe tratar desses aspectos do mundo social.

A reforma agrária promovida pelo MST, em particular no caso do assentamento Mário Lago, representa um forte indicio do processo de metamorfose. Entretanto, o engajamento no ecologismo, na adesão a um estilo de vida fundamentado numa moral ecológica, seja na virtude ou na justiça, e, portanto, incompatível aos princípios do capitalismo, ainda não se faz presente de forma consistente. Mesmo no caso do assentamento Mário Lago, que nasce com uma proposta agroecológica e agroflorestal, possuindo normas formais baseadas na afirmação dos valores intrínseco da natureza, o ecologismo não se estabelece de forma tão ampla e estável para superar por completo as influências capitalistas. Afinal, as famílias assentadas ainda estão sujeitas, algumas mais do que outras, ao modo de vida imposta pelo atual sistema econômico que, por sua vez, possui respaldo da ideologia que justifica o engajamento no capitalismo.

Nesse caso, pode-se falar de *ideologia dominante*, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apoia-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados”. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2020, p. 42)

Ainda sim, o assentamento Mário Lago, considerando aqui a atuação de parte dos assentados, alcançou uma série de transformações no ordenamento social com relação ao manejo dos bens comuns. Em outras palavras, ações fundamentadas e coerentes à ideologia do ecologismo. Ou seja, práticas que constituem provas de veracidade dos discursos justificativos da opção ecológica. Questão que será retomada mais adiante no presente capítulo.

Motivações e justificações em torno do assentamento Mário Lago e da agricultura ecológica

Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, o presente estudo trata do fenômeno da *metamorfose do campo* através de uma análise de ordem pragmática. Nos termos de Boltanski e Chiapello (2020), uma análise “capaz de levar em conta os modos como as pessoas se engajam na ação, suas justificativas e o sentido que elas atribuem a seus atos” (p.33). Assim, visitas realizadas ao assentamento Mário Lago tiveram como propósito central acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos agroflorestais em andamento e colher o maior número possível de relatos de atores chave na construção e fundamentação da área enquanto um espaço agroecológico.

Foram empregados dois métodos para a coleta dos corpos de dados utilizados para as análises a seguir:

Em primeiro lugar, entrevistas no modelo relato de vida (ALBERTI, 2013), identificando assim as motivações e justificações mobilizadas ou atribuídas a determinado engajamento na ação e posicionamento dos atores. Essa abordagem conduz um relato da trajetória do entrevistado e fornece ao entrevistador informações acerca das motivações no passado, presente e futuro. Ou seja, justificativas a respeito de suas intenções que, por sua vez, estão referenciadas por determinada ordem de justiça ou *cité*;

Segundo, para não se limitar à análise discursiva, foi realizado o acompanhamento de atividades pertinentes à defesa da agricultura agroecológica, assim para legitimação do assentamento. Em outras palavras, atividades em que os próprios agricultores atribuíram à qualidade de *provas de veracidade* dos discursos justificativos mobilizados em momentos agudos de conflito. Isto é, coisas capazes de intermediar as justificações através de lastros na realidade objetiva. Trata-se de ações como o manejo de áreas de reserva; implantação de sistemas agroflorestais em lotes; participação em projetos de cunho socioambiental; campanhas de educação agrícola e ambiental; visitas de grupos de estudantes e pesquisadores das universidades públicas; campanhas para doação de grandes quantias de alimentos saudáveis às comunidades mais carentes, sendo toda produção oriunda do assentamento; certificação de alimentos orgânicos e o estabelecimento de sistemas curtos de

comercialização, permitindo aos consumidores conhecer o processo de produção diretamente com o produtor.

As entrevistas no modelo relato de vida proporcionaram a coleta duma grande variedade de relatos, permitindo que fosse feita a comparação entre as trajetórias dos interlocutores. Com isso, foi possível apontar a predominância de determinadas ordens de justiça em argumentos acerca do passado, presente e futuro. Fenômeno similar ao caso assentamento Milton Santo, em Americana/SP, onde um estudo, fazendo uso do modelo relato de vida, também constatou “um itinerário de transição nas construções argumentativas em momentos anteriores, simultâneos e posteriores aos conflitos mais agudos em torno da implementação do assentamento” (MORUZZI MARQUES, p. 76). Por outro lado, nossos interlocutores, quando possuem trajetórias muito distintas entre si, apresentaram diversos padrões de predominância das construções argumentativas que, por sua vez, podem ser organizadas em grupos.

Foi possível observar uma tendência comum entre os interlocutores de origem estritamente urbana e aqueles com experiências passadas, de forma predominante, na agricultura patronal. Ou seja, interlocutores em que, antes do MST, o contato mais significativo com a agricultura se deu através dos grandes engenhos agroindustriais. Por outro lado, interlocutores que expressaram um vínculo saudável, prazeroso ou saudoso em relação às experiências passadas da vida no campo apresentam outro padrão.

No caso deste último, os principais argumentos mobilizados, quando se busca justificar ou expressar as motivações para o ingresso no MST, possuem principalmente fundamentações em princípios da *cité ecológica e doméstica*. De forma insistente e repetitiva, os interlocutores manifestam como motivação central ao engajamento na luta pela reforma agrária o desejo de retomar ou manter o contato com a natureza através da vida no campo, garantindo também maior bem-estar para a família. Depoimentos que, na grande maioria, assemelham-se aos relatos coletados em outros assentamentos PDS no estado de São Paulo (GOLDFARB, 2007) É o caso, por exemplo, do assentamento Milton Santos, em Americana/SP, onde a principal motivação para o engajamento no MST pode ser traduzido como um desejo de *fuga da precariedade* (MURRUZI MARQUES, 2014). O termo *precariedade* é empregado para descrever não somente uma insatisfação econômica ou de acesso aos recursos, mas no que diz respeito à liberdade para definir sua dinâmica e demanda de trabalho, assim como a sensação de segurança e estabilidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que este terceiro grupo de interlocutores do assentamento Mário Lago buscavam não somente um caminho de *fuga da precariedade*, mas sim para *fuga da precariedade ecológica*. Isto é, uma forma de alcançar o estado de bem-estar proporcionado pelas mudanças em fatores sociais e econômicos, assim como pelas satisfações psíquicas e físicas associadas ao contato com a natureza através dum modelo de agricultura diversa e orgânica. Denominamos este grupo de assentados como os *Originários do Campo* (OC). O dialogo abaixo expressa, ao menos em parte, a expectativa de agricultura almejada pelos OC ao ingressarem no MST. Em outros termos, o tipo de relação com o meio ambiente em contraposição à realidade do ambiente urbano ou mesmo do meio rural convencional.

OC¹: Eu sou de uma origem rural. Até meus 12 anos eu morei na roça. Depois disso, os meus pais mudaram para a cidade e então tive uma trajetória urbana até 2005 [quando entrou para o MST]. Eu vim para o assentamento porque eu sempre tive saudade da época que eu morava na roça, então eu queria um pedaço de terra. Vim para o acampamento somente com este intuito [...] Eu vim por causa do meu sonho, eu sempre tive vontade de morar na roça, de voltar pra roça. Nunca gostei da cidade, trabalhava por necessidade mesmo.

JC: Na roça, vocês trabalhavam com um modelo de agricultura convencional? Com agrotóxicos, adubo químico?

OC¹: Não, a gente nunca trabalhou com veneno. Nunca, nunca trabalhamos com veneno. A diferença da agricultura que a gente fazia com a que eu trabalho hoje era a prática de derrubada e queima. Derrubava a mata e queimava, pra depois plantar. Depois formava pasto, era esse tipo de agricultura.

JC: Vocês plantavam num sistema de monocultura? Como plantio de café, por exemplo?

OC¹: Não, a gente plantava arroz, feijão, milho, pra gente consumir e pra vender. Era muita coisa, agricultura que produzia muito. Lembro-me que, quando eu era criança, meu pai estocava muito feijão, milho, arroz e outras coisas. Tinha abundância de todo tipo de produto. Era um tipo de sistema agroflorestral, hoje eu percebo isso. A gente plantava tudo consorciado, nunca fizemos a monocultura de nenhum produto [...] No caso daqui [assentamento Mário Lago], a agroflorestra, por conta do tamanho pequeno dos lotes, de aproximadamente 1,5 hectares, acaba sendo a única alternativa de produção economicamente viável. Além disso, quando se fala da preservação aqui [Zona Leste de Ribeirão Preto], com o Aquífero Guarani, a recarga do Aquífero, existe toda uma demanda dessa região que exige um tipo de agricultura que só é sustentável fazer dessa forma [agroflorestra]. Não é possível continuar fazendo o que sempre foi feito aqui com as monoculturas. Monoculturas como o café e a cana-de-açúcar são responsáveis por degradar o meio ambiente e quando eu cheguei aqui estava totalmente degradado, era cana de açúcar pra todo lado (entrevista realizada no dia 05 de abril de 2022).

A relação dos OC para com o processo de *metamorfose do campo* será aprofundada mais adiante. Contudo, antes de dar continuidade às considerações acerca dos grupos, é importante ressaltar que, apesar dos relatos sobre o passado revelarem argumentos fundamentados em princípios da *ciência ecológica*, os eventos passados não necessariamente

possuíam o mesmo sentido valorativo que apresentam hoje. Isto porque a passagem de um padrão cultural para outro, o *choque cultural* ocasionado pela transição duma vida em sociedade tradicional para sociedade moderna, por exemplo, pode implicar no abandono de referências tradicionais e acolhimento de novos (BERGER & LUCKMANN, 2014). Nos termos da sociologia das justificações, as experiências passadas são reinterpretadas de forma coerente ao *senso moral* e *senso de naturalidade* vigente em determinada sociedade. Dessa forma, é possível reivindicar o reconhecimento de virtudes e justificações sem que isso tenha sido originalmente motivado e orientado pelos princípios de determinada *cité*. Voltaremos nesta discussão posteriormente.

Seja como for, no caso dos indivíduos de origem urbana, expressam de forma majoritária argumentos de ordem doméstica, se atendo principalmente ao cuidado de entes familiares que, por determinada razão, sentiram a necessidade de participar do movimento sem-terra. Nos momentos simultâneos, mobilizam argumentos de ordem industrial, cívica e ecológica, sobre tudo para legitimar o assentamento em momentos agudos de conflito. Por fim, quando indagados acerca de projetos futuros, os interlocutores apresentaram justificativas de ordem ecológica e cívica que, por sua vez, podem ser traduzidas nas intenções de investir e aprimorar os SAFs, assim como contribuir para o acesso coletivo aos alimentos saudáveis e sem veneno. Denominamos este grupo de *Originários Urbanos* (OU).

Diferente dos *Originários do Campo*, estes interlocutores, apesar de apresentarem indícios de reconhecimento da moral ecológica antes da vivência no assentamento, não mobilizam experiências e motivações coerentes aos princípios da *cité ecológica* que possam justificar o ingresso no MST. As experiências e maior compreensão da escala valorativa de ordem ecológica se tornam mais presente apenas nos momentos simultâneos e futuros, muito em decorrência da vivência no assentamento.

Tendo em vista as diversas trajetórias dos interlocutores e como essas experiências afetam na constituição de motivações e mobilização de justificações em determinados períodos, podemos diferenciar os assentados em três grupos: **a)** os Originários do Campo (OC), aqueles tiveram contado saudável com a vida no campo, mesmo que de forma breve; **b)** os Originários Urbanos (OU), interlocutores que só tiveram contato com a agricultura após o ingresso no MST; e por fim, **c)** os Originários Rural/Urbano (ORU), indivíduos que no passado dividiam seu tempo entre o trabalho na cidade e nos grandes engenhos agroindustriais.

Além disso, com o propósito de realizar uma análise mais fluida dos relatos, são utilizadas marcações para indicar o tempo: passado (t1), presente (t2) e futuro (t3). Ainda, é realizado o empregado de indicações das *cités* mobilizadas em determinado argumento, assim como as relações de compromisso (x/y) ou crítica (x>y) entre as *cités*. Os princípios de grandeza mobilizados serão indicados pelas siglas: Doméstica^(D); Cívica^(C); Industrial^(I); Mercantil^(M); Opinião^(O); Inspirada^(A) e Ecológica^(E).

Os compromissos entre *cités*, em decorrência de seu aspecto dúbio, constituem argumentos mais frágeis em eventuais questionamentos, mas são capazes de mobilizar mais de uma *cité* ao mesmo tempo e evitar a exclusão de determinado princípio de justiça num contexto desfavorável (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999). Por exemplo, argumentar que a degradação das florestas gera problemas socioambientais e representa um mau uso dos recursos e, por tanto, configura-se no manejo ineficiente e improdutivo da terra ^(E/I), pode se revelar uma alternativa em contextos nos quais a *cité ecológica* não é tão predominante. Por outro lado, as críticas entre *cités* representam antagonismos entre as visões de mundo justo com relação a determinado posicionamento ou ação (Ibidem). Por exemplo, “o agronegócio quer derrubar as florestas pra ganhar dinheiro criando boi e produzindo soja, eles não pensam na biodiversidade ou nas futuras gerações” ^(E>M).

OU¹: ^(t1) Minha mãe, assim como meu pai, também tinha vontade de viver no campo. Eu fui para ajudar ela e não apenas por uma vontade minha ^(D) [...] Tanto que eu não fui montar um barraco para mim [num primeiro momento], eu montei somente o dela (entrevista realizada no dia 06 de abril de 2022).

Abaixo é possível observar a expressão de compromissos entre diferentes *cités* no relato de um OU ao ser questionado sobre as motivações para aderir à agrofloresta.

OU²: ^(t2) A gente vê muita coisa, muito câncer por conta do agrotóxico. Então eu sempre tive muito receio, muito medo e depois que eu tive as crianças isso piorou. Então eu não uso agrotóxico, porque o que me dá satisfação é ver minha netinha e netinho chegarem naquela jabuticaba ali e pegarem a jabuticaba e comer ^(E/D) [...] então se tem algum veneno ali eu não ia ter essa tranquilidade [...] se tivesse veneno jamais eu ia deixar eles comerem ^(E/D) (entrevista realizada no dia 07 de abril de 2022).

Importante ressaltar que todos os interlocutores são conscientes com relação à importância de preservação e defesa do meio ambiente, em especial sobre o Aquífero Guarani. Muito em conta do processo de educação ambiental através do MST e colaboradores, assim como de diálogos no firmamento do TAC entre assentados, MP e Inkra.

No que diz respeito àqueles que tiveram no passado ou mantiveram contato constante com as praticas agrícolas, com exceção de alguns interlocutores ORU, essa consciência se expressa já nos momentos anteriores ao assentamento. Como foi mencionado anteriormente, as exceções não se devem ao contato insuficiente com a agricultura, mas sim às relações que foram predominantemente estabelecidas com no contato com a terra através de determinado modelo agrícola.

Inevitavelmente, a agricultura moderna patronal não proporciona o estabelecimento de associações ecológicas com o trabalho agrícola. Sendo assim, torna-se muito improvável a valorização da natureza e a emergência duma ética da terra (LEOPOLD, 1970) ou internalização valores coerentes aos princípios de justiça ecológica. Os interlocutores ORU atuavam em grandes engenhos de cana-de-açúcar e outras commodities, dividindo o tempo de trabalho em temporadas no campo e parte na cidade. Suas motivações em momentos anteriores não se distinguem muito dos OU. Os demais entrevistados que possuem algum contato com a agricultura, mesmo que de forma tímida e passageira na infância, vivenciaram um estilo de vida no qual não apenas estabeleceu vínculos afetivos com a terra, mas também o repudiou de praticas danosas, como a utilização de agrotóxicos, por exemplo.

Assim, podemos concluir que a qualidade no contato com a terra influencia, ao menos para formação de predisposições, na predominância ou não de argumentos fundamentados em princípios da moral ecológica em situações passadas. Nesse sentido, de forma geral, mesmo entre os que nasceram e cresceram na cidade, são expressas argumentações de ordem ecológica em momentos após o ingresso no MST. O que se deve também, em grande parte, á mudança no estilo de vida e dos esforços do MST para o incentivo de agriculturas agroecológicas.

Na prática, nem sempre as classificações apresentadas são suficientes para traduzir a realidade, sendo comum a sobreposição dessas categorias. Por exemplo, o caso de interlocutores OC, mas que em determinado período da vida também dividiam o tempo em temporadas nos grandes engenhos agro industriais de cana-de-açúcar. Isso posto, com propósito de realizar uma análise adequada sem ignorar a complexidade do problema, para cada entrevista apresentada aqui é especificada a trajetória de determinado interlocutor. Sendo assim, as classificações são utilizadas apenas com o propósito de destacar quais as experiências que motivaram o engajamento na luta pela reforma agrária e/ou possibilitou pré-disposição à moral ecológica. Dessa forma, os OC são aqueles cujas experiências de vida no

campo constituem a base para as motivações e/ou justificações, em particular de ordem ecológica, nos momentos anteriores ao assentamento. Por outro lado, os OU e ORU se destacam pela predominância de argumentos fundamentados em concepções de justiça de ordem doméstica e/ou cívica.

O diálogo a seguir retrata algumas das principais motivações expressas pelos OC para o ingresso no MST. O contato com a natureza, a vocação agrícola e o cuidado familiar são os principais argumentos mobilizados. Nesse sentido, a valorização da vida no campo está associada à ideia duma agricultura sem veneno e outras práticas prejudiciais ao meio ambiente ou à saúde da família. Além disso, no caso deste OC em particular, o acolhimento e amparo proporcionados por alguns membros do MST fornecem justificativas fundamentadas em princípios de ordem doméstica para o engajamento na luta pela terra.

JC: Quando você era jovem, qual era a profissão dos seus pais?

OC²: ⁽¹⁾ Tudo na roça. Eu fui criada no meio da roça e com 5 anos eu já trabalhava na roça com meus pais [...] Plantávamos de tudo, arroz, feijão, milho, milho índio, café. Realmente de tudo.

JC: Naquela época vocês usavam veneno?

OC²: Não, meu pai nunca gostou de veneno. Eu também, toda vida fui contra o veneno ^(E).

JC: E quanto tempo você trabalhou na roça?

OC²: Minha vida inteira. Até hoje, 63 anos.

JC: E desde pequena você gostava de trabalhar na terra?

OC²: A coisa que eu mais amo na vida é mexer com a terra.

JC: E quando foi a primeira vez que você ouviu falar do MST?

OC²: ⁽¹⁾ A gente ouvia pela televisão que era aquela bagunça do caramba. Eu imaginava aquilo lá, mas depois um amigo meu, que era meu vizinho, eu morava na cidade na época, foi para o acampamento e sumiu de lá [da vizinhança]. Num belo dia, ele apareceu lá em casa. Aí eu falei pra ele “viu João, isso é loucura” e ele respondeu “não é OC², seria bom pra você. Você adora [trabalhar com a terra], fica arrendando terra dos outros pra trabalhar”.

JC: Antes do assentamento você nunca teve sua própria terra?

OC²: ⁽¹⁾ Não, eu arrendava a terra dos outros. “Se vive arrendando terra dos outros para trabalhar” [continuação da narração]. Por fim, eu disse “Então tá, vou pensar no seu caso”. Aí o menino que trabalhava no sindicato foi lá em casa, o João levou ele lá em casa, e me passou tudo. Então o João falou “OC², é um conselho que eu te dou, se você for você vai se dar bem, porque eu te conheço e eu sei o quanto você trabalha. Três crianças pequenas e você não depende de ninguém, essas crianças dependem de você ^(D)” [...] O meu menino, com 17 anos, me disse “Mãe, me deixa ir com o João pra lá?”. Eu olhei na cara dele e falei “O que? Você? Moleque, você não gosta de terra”, e ele respondeu, “Mãe, eu quero ir”. Ai o João disse “OC², deixa ele ir comigo. Você confia em mim, confia né?”, então eu respondi, “Eu confio” e

deixei. Ele chegou lá e se encantou com tudo. Ele [o filho] me ligou, me falou e eu respondi “Tá bom, eu vou ir até ai conhecer esse negócio” [...] Aí eu peguei e fui. Conversei com o povo lá, os dirigentes, havia dirigentes de outras regionais também [...] na época eu queria sair de Ribeirão Corrente. Eu queria mudar, então isso foi uma oportunidade para mim e graças a Deus a direção do movimento, o povo do movimento, geral, graças a Deus, me abraçaram [...] me deram apoio mais do que qualquer um na minha vida, mais que minha própria família ^(D). Então se eu estou aqui hoje é graças a eles, a Kelly, a Neusa, já falecida, a turma do Sepé [assentamento do MST Sepé Tiaraju, em Serra Azul/SP] e de outras regionais também, havia muita gente. Eles me abraçaram e meus filhos como se fossem da família deles. Então, para mim, o MST é minha família ^(D)[...]

JC: Antes da agrofloresta, como você praticava a agricultura?

OC²: Normal...

JC: Com corte e queima?

OC²: ⁽¹⁾ Não, também nunca gostei de fogo. Isso aí eu já sabia que não podia por fogo. Eu nunca gostei de por fogo e meu pai também nunca gostou de colocar fogo ^(E) [...] Pra mim não era uma ideia diferente [a agrofloresta]. Eu explico... O próprio homem acabou com a mata e por causa disso a água vai acabando. Não tem sombra, não tem nada. Então a gente já tinha essa ideia, plantar arvore. Nós todos, do MST, já tinha essa vontade de fazer, porque tem que plantar ^(E) (entrevista realizada em 12 de abril de 2022).

A OC² apresenta uma trajetória de constante contato com o meio rural, tendo vivido na cidade em curtos períodos de tempo e sempre em busca de terras para arrendar e exercer sua vocação. O contato precoce com uma ruralidade que repudia tecnologias e/ou técnicas nocivas ao meio ambiente, assim como à saúde da família, possibilitou uma interpretação da prática agrícola que reconhece funcionalidades para além da simples produtividade ou comercialização. Efetivamente, não foi à leitura ou estudo sistemático das obras de ambientalistas como Rachel Carson ou Ailton Krenak que possibilitou à interlocutora em questão atrelar práticas agrícolas aos princípios morais de ordem ecológica, mas sim a associação de suas experiências passadas com esse novo *sensu moral* que emerge nas sociedades modernas em tempos de emergência climática global, a *ciudad ecológica*.

É por meio da experiência nas comprovações que as pessoas aprendem a se comportar naturalmente. Esse processo lança luz sobre o princípio de equivalência que ordena cada um segundo sua grandeza e que aí se desdobra em sua forma mais pura [...] Nessas comprovações, as pessoas estão sob o domínio da situação, Absorvidas, indefesas, desprovidas de espírito crítico, elas estão disponíveis para perceber o princípio de grandeza em jogo e para adquirir a capacidade de colocá-lo em prática. À luz do princípio posto em ação em toda a sua pureza, a grandeza dos seres que importam se revela como algo evidente, assim como, por exemplo, no mundo da opinião, a cena transmitida pela mídia da entrega de um prêmio a uma celebridade. Da mesma forma, um comprador, ao adquirir seu primeiro automóvel, animadíssimo, comprova a plenitude do mundo mercantil (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2020, p. 260-261).

O *sensu moral* referente à determinada situação é necessário para que, por sua vez, o *sensu de naturalidade* do ator seja ajustado à realidade social da comunidade da qual integra ou passa a integrar (Ibidem). Assim, considerando em particular o caso dos OC, os princípios morais ecológicos ou *cit  ecológica* são compatíveis, ao menos em parte, às experiências passadas da vida no campo. Torna-se possível então a valora o e “capacidade de colocá-lo em prática”, seja em termos de virtude ou justiça, de a o s coerentes   moral ecológica. Não por acaso, argumentos dessa natureza são mobilizados pelos OC para justificar o engajamento na luta pela reforma agrária e nas práticas agroflorestais. No caso da OC², os argumentos de ordem doméstica, como o cuidado e acolhimento familiar, e ordem ecológica, como a prática agrícola sem veneno e queimada, assim como a prote o das águas através do plantio de árvores, são apresentados como justificativas suficientes para o ingresso no MST. Por outro lado, nota-se que a *cit  ecológica* divide o palanque, ao menos em alguns momentos, com argumentos de ordem doméstica. O que indica também o reconhecimento significativo da interlocutora aos princípios da *cit  doméstica* numa escala hierárquica de valores.

Cabe ressaltar que atores de origem ou que pertencem às comunidades tradicionais podem possuir, de certa forma, princípios morais distintos das sociedades modernas que passaram a integrar ou buscam estabelecer formas de legitima o. A diferença se dá pelos diversos processos sócio-históricos que constituem o padrão cultural das sociedades ou comunidades (BENEDICT, 2021). Por outro lado, não significa que esses indivíduos, suas trajetórias e modos de vida são ininteligíveis ou esvaziados de sentidos para sociedades em estado de modernidade. Afinal, não se trata duma moral universal e nem tanto de uma infinidade de referências de justiça, mas sim duma pluralidade limitada de referências comuns coerentes às determinadas situa o es (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999). Em outras palavras, por mais que as compreensões  ticas variem entre grupos muito distintos, os eventos ainda podem ser compreendidos através de determinada concep o de justiça e apresentar caminhos para o processo de legitima o através dos diferentes *regimes de justiça* e participa o no debate público.

  evidente que o choque cultural, fruto das rela o es de membros com diferentes compreens o es da realidade social (BERGER & LUCKMANN, 2014), acaba por invalidar determinadas vis o es de mundo (Ibidem), especialmente em contextos desiguais de influência política (BERGER, 2018). Por outro lado, as experiências e trajetórias são permanentes e

podem ser mobilizadas como forma de valorização ou crítica a depender do *senso moral* vigente (BOLTANSKI & THÉVENOT, 2020).

Além do caso das comunidades tradicionais do campo que através dos movimentos sociais, como o MST, por exemplo, passam a disputar seus direitos na sociedade moderna empregando argumentos de ordem ecológica, podemos citar alguns outros exemplos que expressam esse fenômeno. Primeiro, o caso das comunidades indígenas que, ao se organizarem em movimentos sociais e estabelecerem estratégias de legitimação frente aos princípios de justiça que fundamentam a constituição brasileira, conquistaram um local de destaque nas discussões acerca da preservação da Amazônia em tempos de emergência climática global (KRENAK, 2020). Não porque adotaram práticas sustentáveis em resposta às demandas por sustentabilidade, afinal esses conhecimentos e modos de vida são ancestrais, mas sim porque suas experiências adquirem uma nova escala valorativa com a emergência da *citê ecológica* nas sociedades modernas. Processo que também pode ser observado com personagens icônicos da Igreja Católica, uma das instituições mais antigas do mundo ocidental. São Francisco, por exemplo, santo canonizado muito em decorrência de sua defesa aos pobres, humildade e amor aos animais, é elevado como padroeiro da ecologia num movimento de adesão da Igreja às pautas climáticas (FRANCISCO, 2015).

De qualquer forma, retomando algumas colocações, nota-se também que uma das principais motivações para o engajamento na luta pela reforma agrária se dá pela *fuga da precariedade*. Não apenas no sentido de escapar da pobreza, mas especialmente de fuga da insegurança e instabilidade. No caso da OC², possuir a própria terra para não ser mais necessário o arrendamento e poder criar os filhos num ambiente mais estável. Similar ao que foi encontrado no caso dos interlocutores do assentamento Milton Santos (MORUZZI MARQUES, 2014).

As condições de vida lembradas antes da instalação no assentamento são associadas à incerteza e principalmente à insegurança. Desta maneira, convém pensar nesta última sensação (de insegurança), e não propriamente a pobreza, que define em primeiro lugar a situação precária da qual querem se afastar (MORUZZI MARQUES, 2014, p. 76).

Por outro lado, entre os OC que passaram a viver nos grandes centros urbanos, a fuga da insegurança se traduz em caminhos para dar continuidade à vocação agrícola e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar familiar e o contato saudável com a natureza. Isto é, uma *fuga da*

precariedade ecológica. Já no caso dos OU, a fuga da precariedade se dá de maneira mais enfática. Não apenas justificativas são mobilizadas como dispositivos morais para validar a ação em questão, mas também são apresentadas, de forma muito mais tímida e discreta, *desculpas*. Ou seja, argumentos para determinadas situações em que as circunstâncias se manifestam de forma tão predominante que acabam por conduzir as ações sem que o ator tenha controle sobre elas, dispensando assim a apresentação de justificativas (WERNECK, 2012).

Os elementos abordados no caso dos OU podem ser observados no dialogo a seguir. A interlocutora em questão não apenas mobiliza justificativas de ordem doméstica que fundamentam parte majoritária dos seus argumentos, como o apego e segurança familiar, por exemplo, mas busca indicar também a falta de alternativas frente à precariedade ou falta de autonomia.

OU¹: ⁽¹⁾Meu pai já faleceu. Acho que na época do Fernando Henrique, o presidente, ele [o pai] ouviu falar, não sei se foi no rádio ou na televisão, de um anúncio. Ia ter um cadastro para quem quisesse participar de uma reforma agrária. Não lembro se foi por rádio ou televisão, não lembro. Meu pai ficou animado, porque meu pai gostava muito da roça, de plantar e árvores. Muito, muito mesmo. No quintal ele tinha pé de chuchu, pé de tudo que você possa imaginar ^(E) [...] Na época meu pai foi para o acampamento. Ele disse “Vamos ver como é esse acampamento”.

JC: Ele foi para o acampamento na fazenda da Barra?

OU¹: ⁽¹⁾ Isso, na época não estava entrando na fazenda e o acampamento era do lado de fora. A fazenda aqui ainda não podia entrar. Então ficamos do lado, onde tinha uma fazenda ou um sítio. Montaram ali uns 500 barracos, um do lado do outro. Nós ajudamos meu pai a fazer o dele.

JC: E você pensava em ir por campo também?

OU¹: ⁽¹⁾ Não, eu não estava acampada, só meu pai. Eu só ajudei meu pai a fazer [o barraco]. Então ele foi e ficou, mas não lembro certinho quanto tempo ele ficou. O que eu posso falar é que na época que ele teve que sair daquele lugar, mudar de lugar. Não posso explicar direito porque eu não participei 100% dessa história, eu sei falar o que aconteceu com o meu pai. Ele teve que sair e fazer a mudança por causa da reintegração, eles todos tiveram que sair. Nesse dia meu pai ajudou o pessoal a fazer a mudança, mas ele não conseguiu fazer a dele. Tinha os caminhões que ajudavam, mas a prioridade eram as mulheres com filhos. Foi na correria. No dia da mudança meu pai faleceu. Sofreu um acidente na pista, foi atropelado de bicicleta. Eu e minha mãe paramos de vir porque ficamos muito abaladas, chocadas com o que havia acontecido com ele. Minha mãe parou de vir, eu também não tinha vontade [...] Então ficamos um ano fora e sem participar de nada, mas as coisas do meu pai continuaram lá. A caixa d'água e as coisas que ele tinha. Então ficou lá, num lugar separado. Enfim, passou um ano eles ligaram para minha mãe. Na época, o coordenador que ligou para minha mãe era o Guilherme, ele é assentado aqui [no Mário Lago] até hoje. Ele falou assim “A senhora é a esposa do Júlio né? A gente tá querendo ocupar”, era a época que eles estavam se organizando para ocupar a fazenda mesmo, [continuação da narração] “e estamos fazendo a renucleação”. Como aconteceu com o meu pai, acontecia com muitas pessoas. Muitos tinham abandonado ou desistido e eles estavam convocando novamente. Nisso, chamaram minha mãe. Ela conversou comigo e estávamos com um pouco de medo...

JC: Por causa do que aconteceu com o seu pai?

OU¹: ^(t1) Sim, mas depois nós decidimos ir. Vamos tentar, se for à vontade de Deus ^(A). Não sei, vamos ver.

JC: Então você e sua mãe tinham vontade de ir para o campo?

OU¹: ^(t1) Minha mãe, assim como meu pai, também tinha vontade de viver no campo. Eu fui para ajudar ela e não apenas por uma vontade minha, mas eu também não tinha muita coisa. Não tinha nem moradia própria porque eu morava na casa dela [...] No começo eu só fui por causa dela, eu precisava sair de casa, mas eu não fui pensando nisso e sim por ela ^(D). Porque eu pensei que sozinha ela não ia conseguir. Tanto que eu não fui montar um barraco para mim, eu montei somente o dela. Ai meu tio, que havia se interessado, falou assim “Vamos também”. Ai meu tio foi também, montou junto com ela. Fez um barraco do lado dela e nós, eu e o meu esposo, ajudamos.

JC: Você e seu esposo tinham intenção de ficar?

OU¹: Não, a gente não queria (entrevista realizada no dia 6 de abril de 2022).

No relato da OU¹ fica evidente que o maior obstáculo para o engajamento na luta pela terra estava na própria concepção de vida no campo e que a necessidade de acompanhar e cuidar da mãe são as principais justificativas para o ingresso no MST. Ao contrário dos OC, não foi expresso em nenhum momento à vocação pela agricultura ou o interesse em se aproximar da natureza em momentos anteriores. Tais características somente emergem após o ingresso no acampamento e reconhecimento dos arranjos institucionais constituídos pelo MST. Ou seja, após o contato com sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos e adequação ao modelo organizacional Comuna da Terra que, por sua vez, estabeleceu a base para a convivência entre as famílias acampadas.

OU¹: ^(t1) Então fizemos o barraco dos dois [mãe e tio]. Nisso já haviam entrado na fazenda. Cortaram a cana, porque era tudo canavial. Só que meu tio, ele não gostou de fazer a luta, sabe?

JC: Fala da questão política?

OU¹: Isso, ele estranhou muito. A hora que ele presenciou os gritos de guerra e outras coisas, ele assustou com o movimento. Na época o MST, o movimento, teve que explicar para nós, acampados, o que era o MST. A gente não sabia o que era o MST, então teve que ter uma explicação.

JC: Vocês não ouviam falar do MST nem mesmo pela TV?

OU¹: Não, porque na TV a ideia era muito vaga e a gente tinham uma ideia muito vaga. Não sabíamos se aqui era a mesma coisa, sabe? Então meu tio assustou e estranhou a primeira assembleia que teve, onde ele viu as pessoas de facção na mão e tal. Na época, ele pegou e falou assim “Bom, eu acho que isso aqui não é pra mim”. Ai ele saiu e deixou o barraco dele lá. Ele falou pro meu esposo “Olha, se você quiser o barraco já tá feito e vocês podem ficar com ele”.

JC: O que convenceu vocês para irem para lá?

OU¹: ⁽¹⁾ O que encorajou né, não é nem que convenceu. O que encorajou foi minha mãe, porque se fosse somente para mim talvez eu não topasse. Minha mãe já é mais corajosa, mais guerreira, e ela pegou e foi. Então foi o que encorajou a gente um pouco de estar indo [...] Assim, se não fosse por ela eu não teria indo não ^(D) [...] O meu esposo também não queria vir, porque ele trabalhava. Quem teve que ficar mais aqui na fazenda mesmo foi eu. Eu que fiquei e morei aqui. O meu esposo morou também, porque ele pousava toda noite, mas quem participava das reuniões e das atividades que realizavam aqui era eu.

JC: Na época você chegou a entrar para o movimento do MST, participou da organização?

OU¹: ⁽²⁾ Eu participei, de forma meio que obrigatória, mas tive que participar da coordenação porque não tinha ninguém ^(C). Eu pensei “Não tem ninguém então sou eu”. Por que assim, tinha a frente de trabalho, muitos tinham que sair, voltava às vezes para pousar de noite, mas de dia já tinha que sair. Os que podiam participar participavam, mas os que não podiam dividiam um pouco da responsabilidade. Minha mãe também tinha que trabalhar e o meu esposo ajudava, ela ia e vinha com meu esposo (entrevista realizada no dia 6 de abril de 2022).

A vida política e organizacional de um acampamento é levada com muita seriedade pelo MST. Assim, a cobrança da participação em reuniões e do cumprimento de deveres para com o coletivo são questões fiscalizadas e cobradas. É importante frisar que tal monitoramento não ocorre pela iniciativa de atores externos, mas pelos próprios acampados que, seja por vontade própria ou pela falta de voluntários, com o tempo se constituem como lideranças. Ainda sobre esse respeito, o processo de reconhecimento dos arranjos institucionais do modelo Comuna da Terra é particularmente importante no caso dos OU. De acordo com Borelli Filho (2009), na grande maioria, foram indivíduos de origem urbana que romperam com o MST e buscaram o MLST como uma alternativa organizacional durante o período de pré-assentamento. Ainda de acordo com Borelli Filho (2009), tal dissidência foi causada pelo desacordo entre as partes com relação às regras e normas que estabeleciam a obrigatoriedade na participação de reuniões. Nesse sentido, muitos dos interlocutores abordados no presente estudo, mesmo sem informar as origens dos indivíduos que aderiram ao MLST, afirmaram que os desacordos ocorriam em particular com relação à obrigatoriedade da participação em reuniões e vigias, em especial as vigias noturnas nos períodos de acampamento e pré-assentamento.

JC: E como era lidar com a coordenação? Você disse que entrou na coordenação porque só tinha você disposta.

OU¹: Sim, só tinha eu naquele núcleo, mas com o tempo foi aparecendo outras pessoas. Primeiro era eu e o Lucas, na época. Depois eu saí. Não era de meu gosto participar dessas coisas. Quem entrou depois foi a mulher do Lucas e o Antônio, meu esposo.

JC: O Antônio está até hoje na coordenação?

OU¹: Não, agora ele não está, mas nessa época do acampamento ele entrou. Porque o meu esposo já é da natureza dele gostar dessas coisas, ele gosta de falar. Eu já não gosto, não tenho muito jeito com isso. Ele tem então ele começou a participar. Foi bom, melhorou bastante o núcleo, ele ajudou bastante.

JC: E vocês mesmos que organizavam as regras de convivência do acampamento?

OU¹: Já existia um regimento.

JC: Da época do seu pai ainda?

OU¹: ⁽²⁾ Sim, sempre existiu um regimento desde o começo. O MST tem um regimento interno, então quando a pessoa entra já conversam com ela e todo mundo fica sabendo como é. A gente tenta se adequar nesse regimento, porque é uma regra de convivência pra ter ali dentro. Se você não tiver você não consegue, tem muita coisa que atrapalha ^(C). Tem que ter algum tipo de lei, como existe em qualquer sociedade. Uma lei para as coisas não saírem do controle ^(C). A gente fazia guarda, por exemplo, é uma parte do regimento. Muita gente não gostava disso.

JC: Vocês tinham que fazer rotação de tarefas?

OU¹: ⁽²⁾ É, todo mundo fazia. Então, muitas pessoas não gostavam da guarda, queria fugir. Às vezes a pessoa caía de madrugada, por exemplo, e tinha que ir né, não podia fugir. Tinha pessoa que queria escolher o horário da guarda e fazer só de dia. Então é para isso que existia o regimento, para existir uma norma para as pessoas participarem daquilo ali. As reuniões também eram para isso. Tinha que participar das reuniões, dentro das reuniões você ia ter suas obrigações, mas também seus direitos ^(C). As reuniões também eram uma norma, um regimento. Você tem que participar das reuniões, não todas, mas o que pudesse e participar de alguma coisa.

Tipo assim, existiam os setores: educação, finança, produção, segurança. Eu não lembro todos agora... Tinha o de gênero também. Todos esses setores da época tinham os coordenadores e por isso que também existia o regimento que pedia a nossa participação no setor, que tivéssemos alguma participação nisso e nas atividades (entrevista realizada no dia 6 de abril de 2022).

Ainda no caso dos OU, o contato com a terra constituiu uma etapa fundamental para a permanência na luta pela reforma agrária e posteriormente no engajamento de práticas agroflorestais. Apesar de alguns interlocutores OU relatarem a existência de cursos da Embrapa e outras instituições que, até certo ponto, auxiliaram na produção e comercialização agrícola, o processo de aprendizagem ocorreu de forma mais intensa e constante pelo contato com indivíduos OC. Assim, o aprendizado de conhecimentos tradicionais, mesmo que não totalmente adaptados à realidade de uma terra degradada pela compactação e contaminação por agroquímicos, é um processo extremamente importante na permanência dos OU. Em outras palavras, a dinâmica camponês a camponês (Barbosa de Abreu & Aguilar Alonzo, 2018) pode ser interpretada também, no caso de assentamentos do modelo Comuna da Terra, como uma dinâmica entre *Originários do Campo* e *Originários Urbanos*.

JC: E você pegou o gosto por plantar no período de acampamento do MST?

OU¹: Sim, ali a gente já plantava. Eu não sabia plantar nada no começo. Tinha até um vizinho nosso, o Baiano, que ele ria de mim porque eu começava certo, mas a hora que via um pé de feijão já estava um do lado do outro. Tudo errado, se encontrando. Eu plantava muito pertinho e precisa ter um alinhamento certo, eu não tinha muita noção dessas coisas. Ai eu fui aprendendo enquanto observava os outros. Porque esse vizinho, que é o Baiano, eu e a mulher dele às vezes trabalhávamos juntos e eles que vieram da Bahia, de lá, eles já mexiam com isso. Já plantavam feijão, lá eles já tinham um lotezinho e plantavam feijão, milho, essas coisas. Eu fui aprendendo assim, olhando o que eles faziam.

JC: E sua mãe ficava na cidade trabalhando e você cuidando do lote?

OU¹: Sim, só que minha mãe plantava. Ela sempre fez jornada dupla. Quando a gente morava lá, nesse barraco, a gente nunca deixou de plantar, nenhum ano. Nunca deixou. Era cultura anual porque lá não tinha água. Como eu te falei, a gente não tinha água nem pra tomar banho direito. Mas todo ano a gente plantava milho, batata doce, feijão de arranque ou fava (entrevista realizada no dia 6 de abril de 2022).

Os ORU, por sua vez, apresentam motivações e justificção familiares aos OU para o engajamento na luta pela terra. A principal distinção consiste no contato prévio com algum elemento da prática agrícola ou da vivência no meio rural. Experiências que, por sua vez, auxiliam no processo de adaptação ao modo de vida num assentamento de produção agrícola ou, nos termos de alguns interlocutores, “ajuda a se manter no lote”.

JC: e você já tinha prática com a agricultura além da cana?

ORU¹: ⁽¹⁾ A prática era cortar cana, aduba café, poda café, algumas práticas desse tipo. Colher amendoim, carpi, colhia batata quando tinha na usina. Hoje a usina é só cana mesmo, mas na época ainda tinham algumas coisas diferentes que nem o café, a batata. Também tinha um pouco de feijão e algodão. Agora não, hoje é só cana de açúcar.

JC: Essa experiência agrícola ajudou você no começo?

ORU¹: ⁽²⁾ Um pouco, na realidade ajudou mais pra eu ficar no barraco. Minha esposa quis ficar mais, mas ela não tinha experiência nenhuma, nunca tinha pisado nem na terra porque sempre morou na cidade e nunca teve experiência na roça. Eu sempre vive no campo, trabalhando na roça. Então foi o que ajudou a gente a aguentar. Só que depois de viver no assentamento ela acabou gostando mais do que eu. Hoje eu posso falar que ela gosta mais do que eu (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

O interlocutor ORU¹ possui uma trajetória das mais interessantes para se discutir o processo de migração rural-urbano, podendo até mesmo ser enquadrado dentro da categoria de *neorural* (MARQUES MORRUZI, 2014). O assentado em questão adentrou precocemente no mundo do trabalho e com 12 anos já cortava cana-de-açúcar e desempenhava outras funções em usinas na região de Ribeirão Preto. Aos 19 anos, em vista de uma oportunidade de emprego, migrou para a cidade em busca de melhores condições de vida. Pouco tempo depois,

conheceu sua atual parceira com quem teve três filhos e se estabeleceu de forma fixa no meio urbano.

ORU¹: ^(t1) Em serrana eu cresci na roça, na realidade trabalhando com os usineiros. Eu cortei cana dos 12 anos até os meus 19 anos [...] Meu pai trabalhava puxando cana, ele é caminhoneiro. Aposentou faz pouco tempo do trabalho com a cana-de-açúcar [...] Minha mãe já faleceu, mas também trabalhou toda vida cortando cana para os usineiros. [...] Naquela época nossa vida era corta cana, mas eu estudei até onde eu pude. Cheguei a completar a oitava série [...] Nesse meio tempo em que trabalhei cortando cana eu também fiz algumas outras coisas na usina, como apanhar café, adubar café e carpir, esses tipos de serviços rurais. Com 19 anos eu tive uma oportunidade de emprego em Ribeirão. Na época um amigo meu me chamou para trabalhar numa rede de supermercados, a rede Pão de Açúcar. Eu não tinha experiência nenhuma com supermercado, mas vim né. Foi quando eu conheci minha atual esposa que hoje mora aqui no assentamento comigo [...] Fiquei trabalhando 13 ou 14 anos na rede de supermercados (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

Apesar de possuir vivência no campo, como no caso dos OC, este não expressa nos momentos anteriores ao assentamento o interesse em exercer a vocação agrícola ou se reaproximar da natureza. Na realidade, relata que possuía certa satisfação com o modo de vida urbano antes de ingressar no MST. Não por acaso, as justificações e motivações apresentadas para o engajamento em momentos anteriores (t1) se dá principalmente pela mobilização de argumentos de ordem doméstica, como o cuidado de familiares dependentes.

ORU¹: ^(t1) Em 2003 foi quando a gente teve a oportunidade de conhecer o MST [...] Antes, quem se interessava mais por isso era meu sogro. Na época era governo do Fernando Henrique, então você fazia o cadastro pelo correio e esperava em casa, só que você esperava a vida toda. Na realidade era um cadastro pra aquietar o povo, pra não sair a reforma agrária mesmo. Meu sogro sempre fazia o cadastro, ia atrás pra procurar saber. Um dia um vizinho nosso falou pra ele “ó, fiquei sabendo que o MST invadiu uma terra por aqui”. Quando fomos ver eles tinham ocupado uma área aqui do lado da Fazenda da Barra. Isso entre 2002 e 2003, mais ou menos. Foi quando meu sogro veio para o MST [...] Como ele não tinha carro, eu sempre trazia ele pra fazer as guardas que tinha na época e trazia alimento pra ele ^(D). Além disso, ele sempre pedia pra eu fazer um barraco também [para participar da ocupação], mas no começo eu rejeitava de todo jeito. Quando a gente tá acostumado com a cidade a gente não entende e pra mim, na época, o acampamento era o fim do mundo né [...] Porque, infelizmente, por conta do que a mídia passa sobre o MST, as pessoas acham que os sem terra são bandidos, invasores ou alguma coisa nesse sentido. Então na época eu tinha um receio de ir para o acampamento, no começo [...] Nesse meio tempo, depois que teve uma reintegração de posse, meu sogro faleceu. Foi atropelado aqui na Anhanguera. A gente tinha ajudado ele a fazer a mudança pro Flamboyant, um bairro que tem aqui. A gente tinha uma perua, então o ajudamos a mudar. Fazer a mudança do barraco, das coisas dele. No dia seguinte ele foi de bicicleta até onde ficava o acampamento para tentar ajudar na mudança das coisas do pessoal que não tinha conseguido há tempo. Nisso ele foi atropelado. A gente se afastou um pouco do movimento depois disso, ficamos abalados. Algum tempo depois apareceu uma oportunidade novamente, o MST estava ocupando a frente da fazenda aqui. Ai minha sogra animou e então eu leva ela.

JC: E na época o que você pensava disso?

ORU¹: Na época eu só estava levando ela, eu levava meu sogro e depois passei a levar ela também. Na época estava fazendo um renucleação.

JC: Depois, o que te motivou à ficar no acampamento também?

ORU¹: ^(t1) Como minha sogra queria ficar, uma pessoa de idade, e eu já ficava trazendo ela e minha esposa queria ficar pra ajudar a mãe, eu fiquei junto ^(D). A gente ficou dormindo quase que uma semana no carro, até fazer o barraco. Depois que terminou o barraco eu fiquei trabalhando fora por quase um ano antes de ficar de vez. Indo e voltando do acampamento (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

O relato que será apresentado na sequência é de autoria de outro assentado à frente dos projetos agroflorestais e que, assim como o ORU¹, também apresenta características coerentes à classificação *Originário Rural Urbano*. Por outro lado, devido aos diferentes fatores que constituíram o modo de vida em grande parte de sua trajetória, o interlocutor apresenta justificações ou reivindica suas origens como a de um *Originário Urbano*. Em muitos momentos, o próprio assentado afirma que, antes do MST, ele se compreendia como uma pessoa da cidade. Afinal, ambientes e dinâmicas urbanas constituíram a maior parte de sua vivência, assim como foi nesse contexto em que encontrou caminhos para satisfação pessoal antes do assentamento³¹.

Além disso, ainda que de origem rural, o interlocutor em questão não apresenta, como no caso de OC, uma lembrança afetuosa da vida no campo antes do MST. Mesmo muito novo, com apenas 13 anos ORU² saiu do norte de Minas Gerais, onde morava com seus pais, para trabalhar nos grandes engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar próximos à cidade de Ribeirão Preto. O interlocutor relata que sua maior motivação foi buscar alternativas para melhorar a renda e fugir do estado de precariedade socioeconômica vivenciado no campo. Uma vez vivenciado a precariedade do trabalho rural em monoculturas de cana-de-açúcar, ORU² buscou por alternativas, mesmo que através de trabalhos informais, para se estabelecer fixamente na cidade.

ORU²: Saí do norte de MG ainda muito pequeno, vim para São Paulo com 13 anos. Na época eu vim para cortar cana, mas eu acabei não gostado muito então fui atrás de outras coisas.

JC: Antes de trabalhar com a cana você já sabia trabalhar com agricultura na sua terra natal?

³¹ Como tratamos anteriormente, as diferenças entre ORU e OU são sutis, mas podem apresentar indícios significativos na forma como determinado assentado se integrou ao movimento sem terra, assim como transitou para um modo de vida característico de assentamento de reforma agrária com propostas agroecológicas e de coletivização.

ORU²: ^(t1) A gente mexia com a terra, mas era um lugar muito pobre e com uma dificuldade imensa. Então quando eu vim para Ribeirão Preto eu me desliguei do campo. Quero dizer, eu fiz algumas atividades no campo ainda, trabalhei em haras mexendo com cavalo, mas a maior parte da minha vida foi na cidade [...] Na época que eu vim eu cheguei à região do São José do Rio Preto e de lá eu fui para região de Ribeirão, morei em várias cidades aqui da região. Eu estou fixo em Ribeirão Preto desde o final da década de 1980. Casei-me aqui em Ribeirão, sou pai de quatro filhos, dois maiores de idade e um bebezinho de 24 meses.

JC: Seus pais trabalhavam com agricultura familiar?

Sempre trabalharam com a terra, mas não era agricultura familiar. A gente nunca teve terra, então sempre trabalhava para os outros.

[...]

JC: Conta um pouco como era sua experiência na época do corte de cana.

ORU²: ^(t1) Era final da ditadura quando eu vim pra São Paulo cortar cana, já caminhando para o final, e na época estava surgindo sindicatos e coisas nesse sentido. Só que naquela época era muito precário trabalhar no corte de cana, era muito difícil. Eu não gostei disso, de jeito nenhum. Eu procurei um jeito de escapar dessa realidade. Trabalhei um pouco em um haras e depois fui pra cidade. Sempre trabalhei como vendedor ambulante na cidade e foi assim que consegui criar meus filhos ^(D/M).

JC: Nessa época sua vida chegou a melhorar?

ORU²: ^(t1) Melhorou, o que eu entendo por melhorar é fazer aquilo que você gosta ^(A). Em termos econômicos eu não sei se teve muita diferença, mas eu fazia aquilo que eu gostava. Já não me sentia sendo explorado por ninguém ^(C). Quer dizer, explorado pelo sistema ainda, mas não especificamente por uma pessoa ou por um patrão. Isso pra mim foi bem significativo. Eu fiquei muito tempo como vendedor ambulante. Até hoje, quando tenho oportunidade, eu ainda me viro com venda ambulante na rua. Vendo bastante produção daqui, isso me ajudou bastante ^(M). No início o que eu produzia eu saía na rua pra vender. Além disso, até hoje eu também vendo algodão-doce na rua, esses tipo de coisas (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

As justificações e motivações apresentadas pelo ORU² diferem de forma fundamental daquelas mobilizadas por OC. Princípios de ordem cívica e doméstica são os principais pontos de apoio argumentativo, enquanto questões como vocação agrícola e a preocupação ecológica emergem apenas num segundo momento, isto é, após participar ativamente dos projetos voltados para agroecologia e agrofloresta promovidos pelo MST.

ORU²: ^(t1) Quando o MST chegou na região de Ribeirão Preto eu tinha uma visão global, uma visão da Globo sobre o MST. Então eu achava que era um monte de baderneiro. Ou seja, eu não tinha interesse nenhum, nem mesmo de conhecer o MST. Só que eu morava numa comunidade e fazia já um trabalho de liderança, principalmente no campo da educação. Isso porque eu não tive oportunidade de estudar, eu tinha muita vontade e mesmo assim não tinha conseguido estudar quando jovem. Depois, eu fui entendendo politicamente que tinha que fazer algumas lutas para tentar melhorar alguma coisa no campo da educação ^(C). Eu comecei a compreender isso depois que meus filhos começaram a ir para escola, fui engajando na questão e começando a participar ^(D/C) [...] Minha ex-companheira, quando ouviu

falar que estava tendo ocupação aqui, ela queria muito vir para o movimento. Naquela visão de que o Incra estava dando terra para as pessoas. Eu resisti, não queria vir para o acampamento. Só que, aonde eu vivia, veio muita gente da comunidade pra luta pela terra, principalmente aqui pro Mário Lago [...] Na época, tinha um casal que veio para o acampamento e um deles, o Jonas, causou problema no acampamento e foi excluído da luta. Então eles [o casal] me chamaram pra vir buscar, ajudar com a mudança das coisas [...] Eu tinha um carrinho velho, uma caretinha com reboque, então eu vim para ajudar eles com a mudança. Nisso, o Jonas começou a falar muito mal do movimento e eu disse pra ele “eu avisei vocês para não participarem”. Só que a dona Ana, que estava quietinha ouvindo o Jonas reclamar, pegou e falou “seu ORU², não acredita no que o Jonas está falando. A gente esta indo embora porque o Jonas aprontou lá, ele fez coisa que era combinado que não podia fazer. O movimento é muito organizado”^(C). Ai ela começou a falar dos setores e da organicidade do movimento. Eu me interessei por isso. Ela falou também “está tendo uma luta lá para arrumar vaga para as crianças na escola e acho que você ajudaria bastante”^(C). E por conta disso eu comecei a vir. Na primeira vez eu vim num domingo, pra conhecer, e na segunda-feira eu já estava morando no assentamento. Vim conversar com a organização no domingo e na segunda já estava aqui, organizando e militando também. Eu me apaixonei pelo MST. Então assim, o preconceito que eu tinha foi por falta de conhecimento, porque a gente fica só com o que os outros colocam na nossa cabeça. Nós não temos a cultura de conhecer, então o que vê os outros falando, principalmente na mídia. O repórter fala e é naquilo que a maioria das pessoas vai acreditar. Infelizmente, as pessoas ainda não tem essa cultura de ir conhecer os movimentos sociais. (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

Em suma, dos 14 assentados e acampados entrevistados para realização do presente estudo e com base no enquadramento de suas trajetórias, 6 correspondem ao que foi tipificado como *Originários Urbano*, 5 *Originários do Campo* e 3 *Originários Rural Urbano*. Em termos relativos, OU correspondem a 43% dos interlocutores, OC a 36% e ORU 21%. Tal amostragem expressa à complexidade daquilo que denominamos como *neorurais*. Em outras palavras, apesar de se tratar de um assentamento na zona periurbana num dos maiores centros urbanos do estado de São Paulo, proposta que segue as diretrizes do modelo Comuna da Terra (GOLDFARB, 2007), 57% dos interlocutores já possuíam alguma experiência com atividades rurais ou viveram em determinado momento no campo. Não se trata, na sua totalidade, apenas de indivíduos urbanos que migram para o campo como uma forma de *fuga da precariedade* ou na simples busca por terras.

Ainda, mesmo que tal amostragem não contemple de forma tão ampla todas as famílias assentadas, podemos considerar que parte significativa do processo de formação dos *neorurais* representa também um movimento de retorno ao campo. Por outro lado, este retorno pode significar, considerando aqui o modelo de reforma agrária promovido pelo MST, o resgate de um passado prazeroso, mesmo que de forma significativamente diferente do

contexto anterior, como no caso dos OC, ou a resignificação da vida no campo e a descoberta duma vocação para à agroecologia e/ou agrofloresta.

Ademais, as motivações e justificações mobilizadas pelos interlocutores nos relatos de suas trajetórias demonstram as diversas concepções de justiça, assim como os diversos caminhos para o engajamento na reforma agrária, contempladas pela ideologia política do MST. Compreende-se aqui o termo *ideologia* como o conjunto dos referenciais de justiça que orientam as ações e posicionamentos dos atores (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020). Com efeito, os projetos, palestras e oficinas voltadas para práticas agroecológicas, assim como os esforços no sentido de educação política sobre as problemáticas que caracterizam a luta pela terra no Brasil e, em especial, na região de Ribeirão Preto, favoreceram ou até mesmo possibilitaram a tomada de consciência das relações ecológicas entre sociedade e natureza. Em especial quando relacionadas às atividades agrícolas e modos de ocupação da terra. Em outras palavras, através do processo no qual os indivíduos ingressam na luta pela reforma agrária junto ao MST ocorre também, pelos esforços políticos e culturais de diferentes atores que atuam por meio do movimento social, a assimilação de referências de justiça coerentes aos princípios de ordem ecológica. Assim, seja pelo interesse no aprendizado duma agricultura capaz de preservar a natureza ou colaborando para o avanço das pautas do movimento, os assentados e acampados são apresentados não apenas a um modelo de produção alternativo, mas também a uma compreensão política que valora múltiplas funcionalidades da agricultura, em especial funcionalidades ecológicas. Uma concepção de agricultura que ultrapassa questões tradicionais de ordem industrial e mercantil.

Nesse sentido, considerando em especial as disputas em torno dos setores da agricultura e fundiário, as multifuncionalidades da agricultura podem ser compreendidas como instrumentos de traduções ou intermediação das diferentes *cités* em regimes de justificação. Em outros termos, provas de veracidade ou lastros da realidade que fornecem apoio aos discursos argumentativos capazes de justificar o engajamento numa ideologia alternativa à capitalista. Ou seja, concorrente à ideologia da qual o *patriciado moderno* busca se validar na opinião pública e disputas judiciárias. Tal discussão será retomada mais adiante quando tratarmos das estratégias adotadas para a produção das provas de veracidade no caso do assentamento Mário Lago.

Abaixo são apresentados os diferentes arranjos que constituem a trajetória de vida de cada grupo tipificado: 1º Originário do Campo; 2º Originário Rural Urbano; e 3º Originário

Urbano. O intuito é apresentar os diferentes caminhos percorridos e as mudanças no modo de vida de cada grupo até à etapa de assentamento, considerando em particular o regime de trabalho, habitação, prática agrícola e o contato com a natureza. Assim, especialmente no caso dos OC, é possível observar dois fatores centrais que podem ter influenciado na constituição duma predisposição aos princípios de justiça de ordem ecológica, a agricultura tradicional e o contato benéfico com áreas naturais.

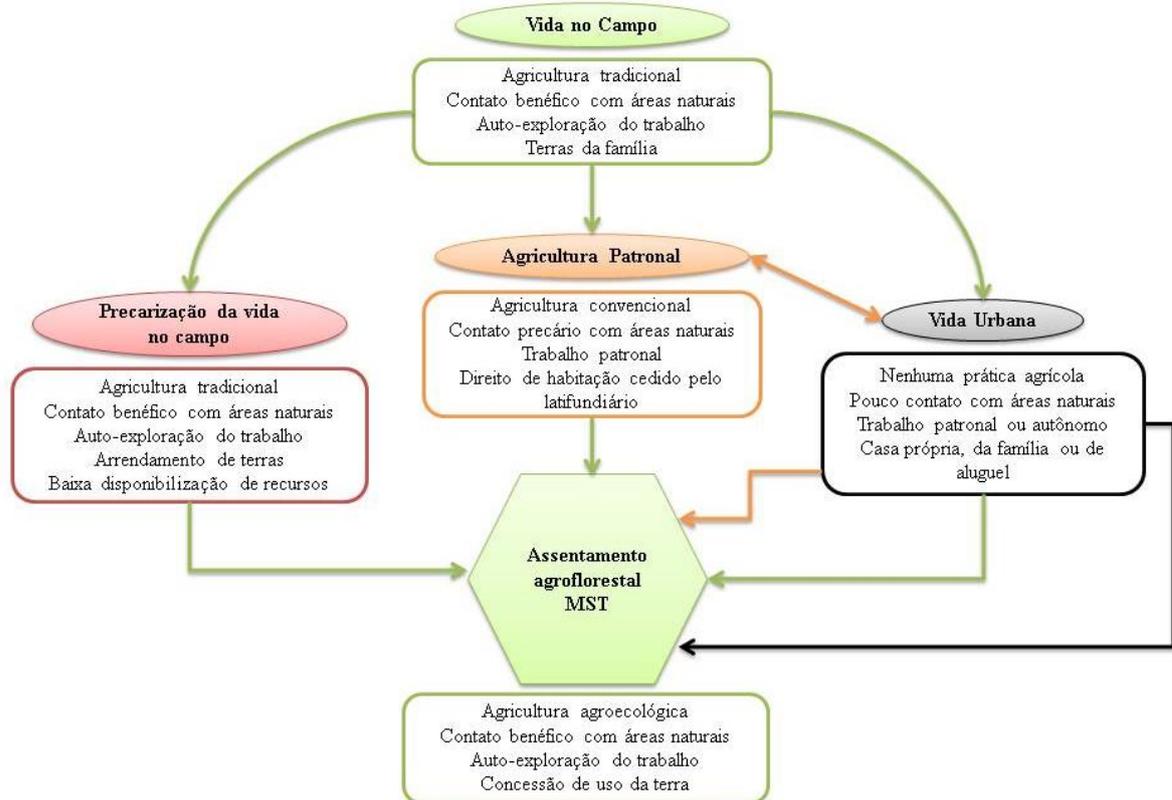


Figura 11. Trajetórias. Em verde representação dos OC, em laranja ORU e em preto os OU.

Tomando como base os relatos coletados, foram estruturadas as tabelas 8, 9 e 10 que expressão à predominância de determina *cit*é, argumentação e provas de veracidade mobilizadas nos períodos – antes, durante e depois – e por tipo de assentado e/ou acampado – OC, ORU, OU. Assim, compreendem-se as fundamentações morais que, de forma predominante, atribuem maior grandeza às ações e posicionamentos dos diferentes tipos de atores sociais. Em particular com relação ao engajamento na luta pela reforma agrária e a defesa do meio ambiente. Valoração esta que ocorre tanto no âmbito individual (virtude) quanto no plano coletivo ou do bem-comum (justiça).

Tabela 7. Originários urbanos.

	Originários Urbanos		
Período	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Cívica	Cívica/Ecológica e Doméstica/Ecológica	Cívica e Ecológica
Argumentações	Fuga da precariedade e cuidado familiar; Contribuir para o bem-comum da comunidade.	Contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC; Produzir alimentos saudáveis.	Combater as desigualdades; Defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Sentimento de maior segurança e saúde para família; Participação na luta coletiva organizada por melhorias.	Recuperação de áreas degradadas pela implementação de SAFs nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais; Comercialização de alimentos com certificação de orgânicos; Sentimento de segurança alimentar para família.	Intenção em participar de campanhas para doação de alimentos saudáveis; Investimento em projetos agroflorestais.

Fonte: organização do autor.

Tabela 8. Originários Rural Urbano.

	Originários Rural Urbano		
Período	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Cívica	Industrial/Ecológica Cívica/Ecológica	Doméstica e Ecológica
Argumentações	Cuidado familiar; Contribuir para o bem-comum da comunidade.	Produzir alimentos sem prejudicar a natureza; Contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC.	Transmitir o ofício agroflorestal às próximas gerações; Defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Sentimento de maior segurança e saúde para família; Participação na luta coletiva organizada por melhorias.	Aumento da produtividade com a implantação de SAFs; Recuperação de áreas degradadas e implementação de SAFs nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais.	Ensino e transmissão dos conhecimentos e valores agroecológicos ou agroflorestais; Investimento em projetos agroflorestais.

Fonte: organização do autor.

Tabela 9. Originários do Campo.

	Originários do Campo		
Período	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Ecológica	Industrial/Ecológica Cívica/Ecológica	Doméstica e Ecológica
Argumentações	Fuga da precariedade ecológica e cuidado familiar	Produzir alimentos sem prejudicar a natureza; Contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC.	Transmitir o ofício agroflorestal às próximas gerações; Defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Maior contato com a natureza através duma agricultura de base agroecológica; Sentimento de maior segurança e saúde para família.	Aumento da produtividade com a implantação de SAFs; Recuperação de áreas degradadas e implementação de SAFs nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais.	Ensino e transmissão dos conhecimentos e valores agroecológicos ou agroflorestais; Investimento em projetos agroflorestais.

Fonte: organização do autor.

Em momentos agudos de conflito, quando a legitimidade do assentamento é posta em constatação, as estratégias argumentativas apresentadas nas tabelas 8,9 e 10 expressam também o posicionamento do MST no debate público local. Em grande medida pelos agrofloresteiros serem aqueles que constituem a frente de valoração do assentamento na região. Argumentações como: a proteção e preservação do meio ambiente, em especial das águas do Aquífero Guarani; o combate às desigualdades e produção de alimentos saudáveis que abastecem a região via comercialização direta, doações e compra institucional; apresentação dos SAFs como uma alternativa para otimizar a utilização do espaço e preservação do solo junto a uma intensa e diversificada produção agrícola etc.

As provas de veracidade, por sua vez, são intermediadoras das justificações mobilizadas em momentos agudos de conflito e, apesar das dificuldades em decorrência da falta de ações mais afirmativas do Estado, em especial no cumprimento dos acordos firmados pelo Incra junto aos assentados e MP, os agrofloresteiros tem desempenhado um papel fundamental na produção de provas. Sobretudo aquelas de ordem ecológica. Assim, a seguir tratares das estratégias empregadas por estes militantes na produção das bases objetivas que compõem a legitimidade do assentamento Mário Lago.

Práticas agroflorestais e as provas de veracidade

As provas de veracidade mobilizadas pelos MST podem ser compreendidas como meios de expressão das múltiplas funcionalidades da agricultura e da política de reforma agrária. Ainda, considerando que as justificações representam formas de generalização capazes de contemplar o bem-comum de determinado coletivo e não o bem-particular, as produções de provas de veracidade dificilmente estão relacionadas às ações puramente individuais. Especialmente aquelas coerentes aos princípios de justiça ecológica. Em outras palavras, de acordo com uma das expressões habitualmente utilizada pelos agrofloresteiros, “não tem como fazer agrofloresta sem mutirão”. Ou seja, provas como a implantação de SAFs e preservação das áreas naturais dependem especialmente da ação coletiva organizada. Assim, torna-se necessário compreender as transformações políticas e de gestão do bem-comum promovidas pelo MST e seus assentados e acampados na edificação dum assentamento fundamentado na proposta agroecológica ou agroflorestal.

Dessa forma, as principais mudanças favoráveis à produção das provas de veracidade de ordem ecológica então relacionada ao modo de uso e ocupação do solo, organização/arranjo institucional, relação com o bem-comum, modelo de produção agrícola e escoamento da produção. Dentre elas, destacam-se:

Em primeiro lugar. Devido à concessão de uso da terra, a área não mais é alvo da especulação rural e imobiliária, impedindo assim que sejam cooptadas pelos atores econômicos. Fator significativo, especialmente em terras próximas aos grandes centros urbanos. Em tese, estabelece-se assim um cenário fecundo para o avanço de projetos de manejo coletivo uma vez que os lotes e áreas de reserva não estão sujeitos à exploração direta de atores externos.

Segundo. Uma gigantesca propriedade rural que se encontrava vazia, utilizada apenas para produção em monocultura de cana-de-açúcar, tornou-se a casa de centenas de famílias que, mesmo em casos onde o assentado se vê obrigado a trabalhar na cidade para complementar sua renda, dependem do cuidado da terra para assegurar seu sustento e direito de permanência. Segundo Leopold (1970), a funcionalidade produtiva e econômica da terra são fatos há muito tempo conhecidos pela ciência, mas o amor pela terra, que tonar possível uma ética da terra, só pode ser conhecido pelos indivíduos que estabelecem o contato

responsável com a natureza. Somente assim a ideia de *biocomunidade* é expressa através de seres e coisas e a *citê ecológica* pode ser constituída então como *mundo ecológico*³². Ou seja, tornando-se realidade objetiva e, portanto, estrutura a realidade social dos indivíduos. Evidente que nem todos os indivíduos que estabelecem contato com a terra adquirem automaticamente uma consciência ecológica, entretanto, todos os que vivem na terra e dependem da saúde da terra conseguem reconhecer os benefícios de um ecossistema equilibrado e os males da instabilidade. Assim, tal mudança influencia diretamente na compreensão política, na assimilação da *citê ecológica* e nas motivações de ações voltadas para a preservação do bem-comum natural.

Terceiro. No momento em que se tornam assentados as famílias devem se comprometer com um arranjo institucional formal, pautado na preservação do meio ambiente - proibição da utilização de veneno e queimada nos sistemas de produção agrícola, por exemplo - e restauração de áreas de reserva que se encontram degradadas. Trata-se não apenas do TAC que constitui os fundamentos de uso e ocupação do solo no caso do PDS da Barra, mas também duma prerrogativa do MST desde os anos 2000 (BORSATO & CARMO, 2013). Apesar de uma instituição formal não significar necessariamente a efetividade na prática, o TAC, ao menos em alguns aspectos, oferece respaldo jurídico ao modelo de assentamento e capital social preconizado pelo MST. Ou seja, ao “conhecimento compartilhado, compreensão e padrões de interesse que um grupo de indivíduos traz em qualquer atividade produtiva” (OSTROM, 1994, p. 2). Em outras palavras, as regras formais fornecem base às regras em uso. O indivíduo sabe as regras e sabe que os outros também as conhecem. Isto é, os indivíduos esta ciente que os todos sabem que ele e os demais integrantes da comunidade conhecem as regras (Ibidem). Assim, por mais que alguns assentados não concordem com determinadas normas do TAC, existe certa cobrança ou coerção, seja pelo constrangimento ou pela aplicação de punições, para que os acordos que comprometem o bem-estar coletivo sejam honrados. Um dos interlocutores quando questionado se algumas das famílias utilizam de veneno em suas produções afirmou: “se usam o fazem escondido, porque sabem que é errado e que vão ouvir”. Assim, existem certas pressões para a adesão a alguns princípios da *citê ecológica*.

³² Não busco sugerir aqui que para que se compreenda o valor intrínseco da natureza é necessário viver como agricultor ou construir uma moradia na floresta. A identificação das coisas e seres que habitam o mundo da moral ecológica ocorrer através da experiência cognitiva. Assim, mesmo que você viva constantemente cercado por concreto, é possível encontrar provas de veracidade da *citê ecológica*, seja pela observação da vida selvagem (fotos ou gravações) ou pelo abrigo que a sombra de uma árvore oferece em um dia quente de verão. Por outro lado, é evidente que essas provas se fazem mais presentes no meio rural ou em espaços com fauna e flora preservados.

Por outro lado, também é evidente que o abandono do assentamento por parte do Incra e poder central, assim como o enfraquecimento das políticas públicas direcionadas à agroecológica, acabam por favorecer comportamentos inapropriados frente a falta de alternativas. Assim, apesar de parte significativa das normas estabelecidas no TAC serem traduzidas em regras em uso, como no caso da agroecologia e preservação das áreas de reserva, isso não se traduz de forma tão direta com relação a outras determinações, justamente por conta da precariedade produzida pela negligência do Estado.

JC: Na época que vocês foram informados que ia sair o assentamento, como foram as reuniões para discutir o TAC?

ORU¹: Na realidade foi muita pressão de nós com o Incra. Na última semana que saiu o assentamento mesmo, a gente ocupou o Incra em São Paulo. Ficamos 17 dias lá, pra fazer sair o assentamento do papel. Minha esposa ficou aqui com meus filhos, mas eu fui lá nesses 17 dias. Foi reunião esses 17 dias com o Incra, questionando pra sair o assentamento. Hoje alguns falam que o Incra fez com tanta pressão que fez de qualquer jeito o assentamento. Teve áreas que eles fizeram de qualquer jeito a estrada e que poderiam ter sido feito com mais cuidado. Fizeram até estrada na ribanceira. O Incra poderia ter feito várias modificações que ajudariam muito, mas não fizeram. Então teve muito pouco caso da parte do Incra em relação ao assentamento, prejudicou bastante a gente. Áreas como a de um riozinho que tem aqui nessa baixada [próxima do centro de formação Dom Hélder], o qual a gente tinha feito um monte de projeto e reuniões pra definir que os lotes seriam todos virados para baixo, não todos, mas o quanto que coubesse para que mais famílias pudessem ser beneficiadas pela água. Hoje devem ter uns 20 lotes virados de cumprido nessa área de nascente, mas poderia ter 100 virados. Vários lotes virados com o fundo pra água e com a frente pra cima pra estrada. Tivemos várias reuniões fazendo desenho, um núcleo apresentava um e outro núcleo apresentava outro, até chegar num consenso. Entretanto, o Incra não usou nenhum dos mapas, fez do jeito deles. O que atrapalhou muito, o projeto que tinha participação das famílias não foi seguido.

JC: Até mesmo no caso das áreas de reserva as sugestões foram negligenciadas?

ORU¹: Sim, tudo foi feito meio que de goela abaixo. O TAC acabou que a gente foi fazer ele mesmo com o Ministério Público. Um Termo de Ajuste de Conduta, mas que não é cumprido porque o Incra não fez a parte dele. Porque aqui é uma área de concessão de uso e o básico que tá na lei é o Incra disponibilizar os lotes, a terra, mas com água pra irrigação, água para moradia, estrada. Isso não tem no assentamento como deveria ter, tem lote que não tem água até hoje, nem mesmo pra saneamento básico. O que foi combinado com relação às foça sépticas, por exemplo, não instalaram em nenhuma casa. O que tem hoje de foça séptica é porque a cooperativa organizada tem como exigência a certificação da OCS, então a gente coloca como obrigação e um ajuda o outro. Assim, todo mundo da comuna [Cooperativa Comuna da Terra], por exemplo, tem uma foça séptica. Isto é, o Incra tem o dever com o sistema de esgoto, de instalar foça séptica, e ele não fez. As águas que estão nas casas hoje é tudo com mangueira preta [sistema mais frágil e que pode gerar vários problemas em curto prazo], o Incra tinha um projeto pra levar encanamento pra todas as casas, mas não cumpriu. Os poços que fizeram, sendo a maioria furado de qualquer jeito, maioria estão com a bomba queimada e não tem a profundidade certa. Então da parte do TAC o Incra não cumpriu nada, assim ele acaba fazendo com que o assentado também não cumpra. Por exemplo, se ele não fornece a água, num assentamento de produção, os próprios assentados têm que achar uma água, nem que seja furando um poço semiartesiano. Apesar do TAC proibir, o agricultor tem que furar porque não tem alternativa. Ou fura ou abandona

o lote [a prática agrícola]. Então acaba que nenhuma das duas partes obedece ao TAC porque o governo não fez a parte dele primeiro, nem o mínimo ou básico (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

Além do não cumprimento de determinadas obrigações do Incra para com as famílias assentadas, é importante dar atenção ao processo de exclusão da comunidade em parte do processo de organização do assentamento que, por sua vez, possibilitaria com que as regras formais do TAC fossem traduzidas como regras em uso. Ainda de acordo com Ostrom (1994), a impossibilidade de participação dos apropriadores, usuários dos recursos comuns, no caso as famílias assentadas, na formulação das normas e organização do espaço, assim como a falta de mecanismos de fácil acesso para discussão e até mesmo alteração de algumas dessas normas, são alguns dos principais ingredientes para uma formula de conflito entre regras formais e regras em uso. Ou seja, o desacordo entre aquilo que é formalmente determinado por um poder central e seus representantes, no caso o Incra, e as regras que são realmente postas em prática e reconhecidas como legítimas pelos membros do assentamento.

Considerando em particular a política de reforma agrária, ainda não existem legislações que assegurem a participação decisiva de representações coletivas dos sem terra, como o MST, no processo de estruturação dos assentamentos. Ai a importância de uma organização política prévia constituída no período de assentamento para conduzir e/ou informar as famílias acampadas sobre os pré-requisitos impostos pelo Incra – tempo de prática agrícola, tempo de moradia na região, condição socioeconômica etc. – assim como para constituir uma frente organizada capaz de exercer voz e negociar a forma de estruturação do assentamento (BORELLI FILHO, 2009).

Em quarto lugar. Formaram-se grupos de agricultores que pautam seus sistemas de produção em princípios ecológicos, sendo os agrofloreiros os mais ativos no manejo das áreas de reserva e na restauração florestal de áreas degradadas. Este grupo em particular é constituído pelos principais atores do assentamento Mário Lago com relação à defesa do meio-ambiente. Seja nas razões particulares (virtude) ou pelos princípios de bem-comum (justiça), a maior parte dos agrofloreiros entrevistados e observados pelo presente estudo realizam diversos esforços na adesão de um estilo de vida mais coerente aos princípios da moral ecológica. Ações que justificam como sendo o caminho mais correto para um mundo verdadeiramente justo. Mesmo em decorrência da negligência do Estado pelo não cumprimento de parte dos compromissos firmados no TAC, os grupos de agrofloreiros são

capazes de planejar e executar projetos de manejo em áreas coletivas, comercialização de produtos agroecológicos, assim como ações organizadas em cooperativas para atender as normas para certificação de produtos orgânicos.

Em outros termos, os agrofloresteiros constituem uma militância interna que fomenta um modelo e referencial de agricultura ecológica entre as famílias. Ou seja, mesmo que existam pressões que possam conduzir os assentados para uma agricultura fundamentada nos mesmos princípios de legitimação do agronegócio, isto é, uma hierarquia de valores mais propensa à ideologia capitalista, também se fazem presentes exemplos que, pela atuação desta militância interna, valoram e influenciam adesões aos SAFs.

JC: Como vocês convencem as famílias a participar da agrofloresta?

ORU²: A partir da pedagogia do exemplo, através de vídeos ou experiências. O Namastê [ministra cursos de agrofloresta no assentamento] ajudou muito nisso. O Ernest [um dos pioneiros em agrofloresta no Brasil] chegou a vir na época dos projetos para poder conversar com as pessoas. E nós tínhamos o Nelson [acampado que também ministra cursos de agrofloresta no assentamento], incentivador da agrofloresta. O que foi interessante é que, apesar de ter tido uma boa produção, nem todas essas famílias que participaram do projeto dos 500 m² [Agroflorestar 2] praticam hoje agrofloresta. É incrível isso. Só que em compensação famílias que nunca participaram dos projetos hoje já fazem agrofloresta, mesmo que do jeito delas. Então o impacto dos projetos, na influencia que teve no assentamento, foi muito legal. A pedagogia do exemplo, pessoas que vão vendo acontecer e também vão mudando o jeito de lidar com a terra (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

Dessa forma, além dum assentamento com proposta agroflorestal, construiu-se também um espaço de aprendizagem e dialogo com atores externos. Diversos grupos - universidades, escolas, núcleos de pesquisa, comunidade de consumidores - visitam o assentamento Mário Lago ao longo do ano para apreender e discutir sistemas agrícolas ecológicos e outras questões, especialmente em eventos relacionados à agrofloresta. Assim, além de fomentar a propagação da *citê ecológica* entre as famílias assentadas e indivíduos externos, estas relações contribuem para produção e divulgação das provas de veracidade coerentes às justificações que fundamentam a legitimidade do assentamento. Seja pela apresentação de trabalhos realizados nos lotes agroflorestais, na aquisição de selos para certificação da produção de alimentos orgânicos ou até mesmo no manejo e exibição das áreas naturais preservadas.

Por fim, a fazenda que posteriormente servia exclusivamente para produção de açúcar e/ou biocombustíveis se apresenta hoje como uma alternativa às urgências das populações

mais carentes no campo e na cidade. O MST coordena diversas campanhas de doação de alimentos para às populações mais vulneráveis na região de Ribeirão Preto, realizando a entrega de produtos alimentícios junto às lideranças de comunidades periféricas. Estabelece-se assim uma espécie de doação direta, onde partes dos agricultores entram em contato com os beneficiários das doações. Dessa forma, os grupos mais afligidos e vulneráveis aos males climáticos e socioeconômicos passam a ser contemplados com alimentos saudáveis produzidos através de princípios agroecológicos, tendo também certa ciência da procedência dessas doações. Esforços de extrema importância no atual cenário de crise alimentar, em especial nos períodos mais graves da pandemia de COVID-19. As doações são viabilizadas graças às arrecadações promovidas pelo MST que, por sua vez, constituem os recursos para compra da produção agroecológica dos assentados, assim como para cobrir eventuais gastos no transporte dos alimentos. Trata-se de uma forma de atuação similar ao sistema da PAA, favorecendo os grupos mais vulneráveis na cidade através da compra e fornecimento de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Importante ressaltar que tal iniciativa dos movimentos sociais não substitui ou dá conta das necessidades de políticas públicas voltadas para compra institucional e distribuição de alimentos, mas se demonstra uma alternativa promissora frente ao enfraquecimento da PAA nos últimos anos. Mais adiante voltaremos a discutir com mais profundidade as estratégias empregadas pelo MST para organização dessas campanhas de doação de alimentos.

Além disso, a terra também passou a ser utilizado como espaço para produção de produtos orgânicos para abastecer escolas públicas em municípios da região de Ribeirão Preto através do PNAE. As cooperativas do assentamento Mário Lago possuem um papel fundamental nesse processo, organizando os agricultores e lidando com as burocracias do Estado. Entretanto, somente a atuação das cooperativas nem sempre garantem o acesso aos editais que contemplem as características de produção das famílias assentadas em sistemas agroecológicos. Assim, é necessário também estabelecer o diálogo com os tomadores de decisões locais a fim de conscientizar sobre fatores como a sazonalidade e diversidade dos produtos agrícolas. Nesse sentido, lideranças do MST passaram a integrar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, estabelecendo contato com nutricionistas e responsáveis pelas compras institucionais do município. Dessa forma, foi possível familiarizar parte desses atores da prefeitura com o modelo de produção no assentamento, estabelecendo parâmetros mais coerentes no processo de compra dos alimentos.

OC²: Eles botam na chamada de preço um monte de produto que não tem aqui na região, pelo menos não aqui no assentamento. Só que a agricultura familiar que tem em Ribeirão Preto é basicamente o assentamento, não existe outra. O que tem além do assentamento mesmo é cana, então quem produz comida no município de Ribeirão Preto é o assentamento. Então assim, tangerina, poncã ou batata inglesa, a gente não tem esses produtos, não é o foco de produção do assentamento. Então a gente tenta pelo debate, fazendo um trabalho intensivo de conversa com as nutricionistas, trazendo elas aqui para mostrar como é produzida a cenoura, como é plantado o pé de alface. A gente trouxe elas pra visitar aqui e por isso que algumas coisas estão mudando. Porque a gente deixou de fazer a briga política direta com o prefeito. Porque ai só se ele vai com sua cara pra ele fazer alguma coisa e não tem como fazer as coisas pela força. Então a gente tá fazendo o caminho inverso, a nutricionista passa a falar pra ele “tem que comprar mais mandioca e deixar de comprar tanta batata”. A partir daí pra trabalhar né, analisar a tabela nutricional e ver o que a gente pode fazer para pensar no que a aqui é melhor pra produzir.

JC: Como vocês organizaram as visitas das nutricionistas?

OC²: A gente ocupou as vagas do conselho de segurança alimentar. Hoje, o presidente do conselho é alguém aqui de dentro. Então a gente começou esse trabalho através do conselho. E tem algumas nutricionistas muito legais na prefeitura. Então a gente foi entrando por esse campo. Hoje, por exemplo, eles vão comprar um pouco de ora-pro-nóbis, coisa que antes nem sabiam o que podia comer. Então assim, é um trabalho de formiguinha, mas a gente entende que esse é o caminho (entrevista realizada no dia 05 de abril de 2022).

As cinco transformações apresentadas, assim como as respectivas estratégias empregadas para tal, somente são possíveis graças à organização coletiva entre os assentados. Com efeito, o processo de metamorfose da realidade social, a *metamorfose do campo*, é também fruto destes esforços políticos e culturais. Por outro lado, é necessário problematizar as formas como as coletividades são constituídas e os principais entraves existentes, em especial com relação à passagem do tempo e mudanças no arranjo institucional. Isto é, considerar até onde determinados fatores influenciam, de forma negativa ou positiva, na produção das provas de veracidade de ordem ecológica e na composição duma nova realidade social fundamentada numa escala de valores que prioriza as funções ecológicas da agricultura.

O MST tem como prerrogativa a organização coletiva das famílias, exigindo a participação das famílias em reuniões deliberativas e mutirões, em especial nos períodos de acampamento e pré-assentamento. A proposta Comuna da Terra é justamente um esforço no caminho de construir assentamentos próximos às cidades e pautados na coletividade da terra, organizando áreas de uso comum em sistemas agrícolas agroecológicos (GOLDFARB, 2007). Entretanto, considerando as diferentes trajetórias dos sem terra, alguns grupos possuem mais disposição a esse modelo de organização do que outros. Fator que, especialmente em períodos de acampamento e pré-assentamento, demonstrou-se extremamente relevante conforme emergiram dissidências entre as famílias assentadas com a relação aos arranjos institucionais

do MST. Após as divisões internas,³³ o assentamento Mário Lago era então formado por dois grandes grupos: **a)** os originários, presentes nas reivindicações e acampamentos desde 2003; e **b)** os sem terra oriundos de outros acampamentos do MST que, através do processo de renucleação, ingressaram a partir de 2005 já na época de pré-assentamento (BORELLI FILHO, 2009). Antes das dissidências, destacavam-se três perfis de trajetória entre os acampados:

Antigos camponeses que perderam o vínculo com a terra ao deslocarem-se para os centros urbanos e que vieram a se transformar em pedreiros, auxiliares de serviços gerais, motoristas, sapateiros, catadores de sucata, faxineiras, entre outros. Trabalhadores rurais assalariados, em especial, antigos colhedores de laranja e ex-cortadores de cana-de-açúcar das usinas da região de Ribeirão Preto [...] O terceiro grupo de famílias, cerca de 50%, é constituído por trabalhadores urbanos sem nenhuma experiência anterior com a agricultura, que, por sua vez, sentiram uma enorme dificuldade no processo de adaptação do meio urbano para o rural, especialmente, no que diz respeito ao manejo da terra e com a convivência com outras famílias a partir das normas internas impostas pelo movimento sem-terra para a generalidade do assentamento (Ibidem, p. 27-28).

Assim, as famílias remanescentes e que ingressam a partir de 2005 representam, em tese, aqueles indivíduos com maior aprovação ao modelo de organização Comuna da Terra. Ou seja, aqueles que foram capazes de se adaptar à organização política proposta. O ordenamento das famílias num arranjo institucional coletivo é trabalhado desde o período de acampamento com propósito de construir uma estrutura política estável e um posicionamento mais firme e organizado antes do início das negociações com o Incra. Em outros termos, o MST busca formas para construção duma autonomia frente ao poder público, fazendo com que o Incra se defronte com as instituições criadas pelos sem terra e as reconheça durante o processo de estruturação e manutenção do assentamento. Trata-se duma estratégia para obter o reconhecimento mínimo por parte do poder público de um modelo de organização coletiva, mesmo que tal reconhecimento ocorra de maneira informal.

Por outro lado, justamente pelos preceitos da atual política de reforma agrária, nem sempre as demandas das famílias são atendidas ou o posicionamento do movimento social é acatado. Assim, na passagem de acampamento para assentamento, ao mesmo tempo em que se conquista o direito à terra ocorre também a perda de autoridade das organizações coletivas. As ações das famílias, ou seja, as regras em uso, assim como eventuais desacordos com as regras, ficam sujeitas à relação com o Estado. No caso do assentamento Mário Lago, o não cumprimento dos acordos firmados em TAC por parte do poder público produziu uma relação

³³ Ver capítulo 3.

de instabilidade que influencia negativamente na adesão de algumas famílias às agriculturas agroecológicas.

OU³: Quando nós viemos pra cá na troca de lote tivemos que assinar o TAC também, o termo de conduta para fazer o plantio de árvore, o reflorestamento porque estamos encima do aquífero, toda aquela discussão. Que é difícil, porque como você vai fazer isso se não tem as coisas. São dois aspectos principais, quando o Incra veio aqui, dois meses atrás, e eu disse pra ela “não adianta vocês cobrarem da gente uma política se vocês não ajudam, porque o mínimo que a gente precisa aqui, que é a água, vocês não fornecem. O mínimo para sobrevivência é água e esgoto e nós não temos”. Esse é o mínimo, nós precisamos dos dois, não adianta só ter água se a gente vai jogar nossa sujeira no solo, depois ainda a gente vai plantar árvore. Então o círculo não fecha, tá meio bagunçado esse círculo, porque o mínimo eles não deram, mas querem exigir tudo. Então assim, é preciso sentar e voltar a conversar [...] Por isso que as vezes não é cobrado [entre as famílias], as vezes. Na minha percepção todos fazem o mínimo que foi estabelecido no TAC, aqui dentro [assentamento Mário Lago] todos fazem. No mínimo do possível fazem. Não é uma cobertura de solo ou plantio de árvore, mas fazem. Não usam veneno, tem esse cuidado, tem essa consciência porque ninguém larga de ser sem terra. Aqueles que não esqueceram o que é ser sem terra, dentro das suas possibilidades, todos fazem aqui

JC: No seu tempo de assentamento não teve ninguém que usava veneno e vocês precisaram conversar?

OU³: Tem sim, meu vizinho mesmo, ele usa Roundap na plantação dele. Então lá eu fiz barreira de capim pra não deixar contaminar, mas por mais que a gente faz a barreira não é completo, é o que a gente pode fazer. Se for fazer toda uma barreira de proteção que pede o orgânico, a gente não tem condições. Tem que colocar umas oito barreiras, é muito difícil, mas a gente tem o mínimo pra não deixar contaminar a plantação. Só que o veneno já matou parte da minha cerca, até árvore. O cara conseguiu matar um Sansão do Campo, inacreditável. Os passarinhos que ficavam lá era a coisa mais linda no final do dia. Porque ele joga o Roundap e por mais que tem a proteção alguma coisa passa. E eu converso, tento falar, mas tem gente que não entende isso né. Eu falo pra ele “como você tem coragem de jogar veneno na mandioca?”, ele joga na mandioca pra não ter que capinar, “como você consegue dar de comer para sua família um negócio cheio de veneno?”. Ele responde assim “eu nem ligo, vai morrer um dia mesmo”. Então tem gente que ainda tem isso né, infelizmente.

JC: Na época de acampamento era mais fácil abordar do que na época de assentamento?

OU³: Era mais fácil abordar do que no assentamento. Você não consegue ter o controle em assentamento, mas no acampamento você consegue ter o controle. Porque cada um fica dentro dos seus lotes, fazendo suas coisas. Eu sei porque eu sofro por causa desse meu vizinho. Se bem que ele parou agora, faz um ano mais ou menos. Acho que tá ficando pesado comprar os venenos, com o Bolsonaro tudo vai ficando caro e o veneno também. Então acaba sendo uma vantagem pra nós, porque nós os pobre não consegue comprar. De qualquer forma, tem pessoas aqui que a gente consegue ter um trabalho junto, mas não consegue ter o controle do que ela faz dentro do lote. Aqui a gente tem o ponto de comercialização, que pega tanto das cooperativas quanto do assentamento todo. Ai a gente consegue, através das visitas, controlar nos lotes para garantir que não tem nada errado. Que a gente que planta sabe quando alguém tá usando alguma coisa [...] Eu chego lá eu sei se você tá usando pra formiga, se tá usando coisa pra cobertura, mesmo que não seja veneno tá usando coisa pra cobertura que não pode. Então a gente sabe (entrevista realizada no dia 14 de abril de 2022).

Não por acaso, são as famílias mais ligados à organização coletiva do MST e das cooperativas aquelas que na prática constituem esforços para promoção da agroecologia e

agrofloresta no assentamento. Assim, evidencia-se que o avanço das propostas que fundamentam o assentamento, em especial o manejo das áreas de reserva e práticas agroflorestais, ocorrem especialmente graças às iniciativas de militâncias internas que, mesmo num cenário de negligência do poder público, possuem motivações que favorecem justificativas no engajamento em ações dessa natureza.

Nesse sentido, o conceito de *espírito* utilizado por Boltanski e Chiapello (2020) que tratar das motivações e justificações que fornecem base para legitimar o engajamento em determinada ideologia, considerando tanto a virtude das ações individuais quanto as concepções de justiça com fundamentação no bem-comum, demonstra-se extremamente fecundo para tratar o caso dos agrofloresteiros. Por outro lado, ao invés de abordarmos aqui evidências que corroboram para tese dum novo espírito do capitalismo, isto é, *ideologia que justifica o engajamento no capitalismo* (Ibidem), o caso do assentamento apresentam indícios daquilo que denomino como o *espírito do ecologismo*. Em outras palavras, *ideologia que justifica o engajamento em ações de ordem ecológica*, considerando em especial o caso de agriculturas agroecológicas. Ou seja, ações fundamentadas, nos âmbitos da virtude e da justiça, em princípios coerentes à *idé ecológica*.

Seja como for, os fatores que acabam por influenciar de forma fundamental na formação de um arranjo institucional coletivo e capaz de contemplar as particularidades locais não se limitam apenas à questão do tempo de assentamento. Não é somente pela maior ou menor vivência no campo que os indivíduos aderem às práticas agroflorestais ou abandonam o lote para exercer outras atividades, mas especialmente pela existência o não de condições mínimas para produção de arranjos institucionais coletivos que permitam maior coesão sobre as regras em uso. Diversos interlocutores relataram que após a conquista da terra acaba se esvaindo o sentimento de luta coletiva entre as famílias, “cada um cuida do próprio lote”. Esse processo de individualização afeta em especial a adesão de novos moradores que ingressam no assentamento em decorrência da saída de determinado indivíduo, morte ou outros fatores que geram a abertura de vagas para novos assentados. Da mesma forma, pode afetar negativamente na adesão de filhos de assentados que, devido a idade avançada ou algum problema de saúde, não podem mais continuar os trabalhos com a agricultura.

Assim, o assentamento está sujeito a um processo de desorganização em decorrência da ação do poder central que se impõem sobre a autonomia das famílias e movimento social, inviabilizando alternativas mais abrangentes para manutenção de um sistema de organização coletiva e coesão ideológica. Isto é, produzindo desincentivos para proliferação do *espírito do*

ecologismo e construção de provas de veracidade de ordem ecológica fundamentais para manutenção da legitimidade do assentamento.

Dessa forma, as estratégias empregadas para produção das provas no período de assentamento se diferem do período de acampamento. As cooperativas junto à direção do movimento e seus colaboradores exercem um papel central no processo de conscientização ecológica dos demais e construção de projetos capazes de avançar as propostas agroecológicas. Por outro lado, a estabilidade jurídica de um assentamento permite que essa militância interna atue também em novas arenas políticas, como no caso dos conselhos municipais. Além disso, instituições como o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, organizado na época de acampamento pelas lideranças originárias presentes desde reivindicações de 2003, conseguem ministrar cursos de agrofloresta com maior estabilidade. Trata-se dum centro de ensino agroecológico ligado à Associação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, do MST, que atua em todo estado de São Paulo (FREITAS, 2018). É através desta associação que se tornou possível concorrer aos editais dos projetos agroflorestais, assim como às vagas nos conselhos municipais de Ribeirão Preto.

Antes de dar continuidade à discussão, cabe apontar que atualmente o assentamento Mário Lago possui 3 cooperativas empenhadas na organização e escoamento da produção agroecológica e agroflorestal das famílias e que, por sua vez, são auxiliadas pelas associações Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, Associação de Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto (AMARP) e Associação Eldorado. Cada cooperativa possui uma “especialidade” e se diferenciam entre si pelo tipo de produção e meios de comercialização:

- a.** Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares dos Campos (Cooperares) organiza suas atividades em torno de sistemas agroecológicos e a produção é majoritariamente escoada através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- b.** Cooperativa Mãos na Terra (Comater) organiza suas atividades produtivas em torno de sistemas agroecológicos e parte de seus membros também se dedica a confecção de pães artesanais; a Comater escoo parte majoritária da sua produção através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³⁴ e tem como prerrogativa o protagonismo das mulheres,

³⁴ O PAA e o PNAE integram o projeto nacional Fome Zero, com foco no combate da insegurança alimentar e nutricional no país. Ambos os programas ganharam muita força e abrangência a partir de 2006 com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que foi extinto no início de 2019 pelo atual governo federal. Todas as cooperativas do assentamento Mário Lago possuem, em algum grau, o intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que determina os preços e as demandas através de chamada pública. Trata-se de políticas de compra institucional com foco no combate à insegurança alimentar e nutricional e incentivo à produção de alimentos orgânicos (FREITAS, 2018; GRANERO DE MELO, 2015). A partir de 2016, com a entrada do então presidente Michel Temer, ambos os programas sofreram grandes cortes

sendo composta majoritariamente por assentadas. No assentamento é conhecida também como a cooperativa das mulheres.

c. Por fim, a Cooperativa Comuna da Terra. Organiza suas atividades em torno de sistemas agroflorestais e escoar a produção principalmente através da comercialização direta de cestas semanais de 5 kg e 9 kg de alimentos, assim como da venda institucional para os programas PNAE e PAA. Trata-se da mais recente entre as cooperativas e nasceu durante a os programas agroflorestais realizados entre 2012 e 2016.

Os agrofloresteiros estão majoritariamente concentrados na cooperativa Comuna da Terra, mas não se limitam a ela. Parte dos assentados que participam dos projetos agroflorestais pertencem a alguma outra cooperativa ou nenhuma. Os agricultores que optam por não participar das cooperativas tem como opção para comercialização de produtos orgânicos o centro de comercialização Brigada Ana Primavesi. Trata-se de um espaço cedido pela Cooperativa Comuna da Terra em acordo com a coordenação do MST para ser utilizado como área de produção agroflorestal por eventuais acampados, ponto de comercialização de cestas agroecológicas, realização de cursos agroflorestais e organização das produções para doações em áreas carentes de Ribeirão Preto. Assim, a brigada também possui um papel fundamental na produção de provas de veracidade de ordem ecológica, cívica e doméstica.

Além de possibilitar o escoamento de produções orgânicas de assentados que não estão associados à nenhuma cooperativa e participar ativamente das campanhas de doação de alimentos saudáveis, sendo de grande valia especialmente em situação de baixa demanda do PAA, a brigada funciona como uma escola e área coletiva agroflorestal. Os acampados aprendem e praticam agrofloresta realizando a recuperação da área e levando esse conhecimento para outras experiências de acampamento no estado de São Paulo. Assim, fomenta a expansão agroflorestal entre as organizações do MST e auxilia no processo de transição para uma agricultura agroecológica.

OC³: Aqui da briga o único projeto que tem agora é o do Instituto Nova Era, que começou ano passado e esse ano nós retomamos [...] Eu estou sozinha esse ano porque todos conquistaram a terra, eram do acampamento e todos foram agora. Já faz dois anos que eles foram pra lá. Tinha umas 20 ou 22 pessoas, às vezes 15, 11, saía e entrava, era uma roleta. Todo dia tinha gente nova, era bem legal, uma felicidade. Então eles foram para terra deles porque eles precisam plantar. Assim, que nem o Roberto que mora aqui na brigada, ele também precisa da própria terra porque faz nove anos que ele tá trabalhando aqui. Então às vezes ficar só nos coletivos de brigada do MST impede você de ter o seu lote. Agora ele tá indo pra lá, tá construindo, a gente vai ter que arrumar outra pessoa ou fica somente eu. Tem que pensar tudo isso. Então os acampados costumam a conquistar a terra deles e, uma vez lá, eles põem em prática a agrofloresta, as coisas que aprendeu aqui. Porque só

orçamentários e modificações. Situação agravada em 2019 com a quase extinção do PAA pelo atual governo federal (PEDREIRA et al, 2020).

passa por aqui, são militantes que passam, mas aqui é uma escola e eles vão transmitindo o que aprenderam de um para o outro. Então o intuito aqui foi construir um espaço do MST que ficasse pra todos, ninguém é dono. Eu sou mandona, mas não sou dona. Tem que ter as coisas certas, porque temos que ter o mínimo de organização [...] Então temos que nos organizar pra hoje mostrar o nosso papel para sociedade, mostrar o nosso trabalho (entrevista realizada no dia 14 de abril de 2022).



Figura 12. Brigada Ana Primavesi, 14.676,84 m² (aproximadamente 1,5 ha). Fonte: Google Earth, 2022.

Com relação aos primeiros projetos agroflorestais. Em meados de 2012, a Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta) convidou a Associação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara para uma parceria no projeto Agroflorestar, com financiamento do programa socioambiental da Petrobras. Junto ao assentamento Mário Lago participaram mais seis organizações, atuando através de visitas, cursos de capacitação, troca de experiências e doação de mudas. Nesse sentido, o projeto proporcionou aos assentados envolvidos habilidades e conhecimentos necessários para implantação de SAFs (IHA, 2017; FREITAS, 2018). A tabela abaixo apresenta a dinâmica de visitas e trabalhos do primeiro projeto Agroflorestar.

Tabela 10. Grupos envolvidos com o assentamento Mário Lago no projeto Agroflorestar.

<i>Grupo</i>	<i>Local</i>	<i>Relação estabelecida</i>
Sepé Tiaraju	Ribeirão Preto	Troca de experiências
Fazenda da Toca	São Carlos – SP	Visitas dos assentados Conhecimento técnico ¹⁴⁰ Doação de mudas
Fazenda São Luiz	São Joaquim da Barra – SP	Curso de capacitação
Assentamento Contestado	Lapa – PR	Troca de experiências
Cooperafloresta	Barra do Turvo – SP	Curso de capacitação Troca de experiências Doação de mudas
Sítio Semente	Brasília – DF	Curso de capacitação

Fonte: Iha (2017).

Entre 2011 e 2015 ocorreram duas edições do projeto. No caso do assentamento Mário Lago, foi trabalhado em um primeiro momento a construção e manejo de SAFs em áreas de reserva. Essa demanda se deu principalmente pela necessidade de cumprimento do TAC e expansão dos SAFs nas áreas coletivas. Assim, entre 2012 e 2013, as famílias participantes chegaram a implantar 40 ha (400.000 m²) de agroflorestas em áreas de RL (Ibidem). O manejo das áreas foi feito através de mutirões e contou com o auxílio financeiro do programa socioambiental da Petrobras³⁵.

Entretanto, a grande distância entre os lotes e as áreas de reserva coletiva dificultou a manutenção dos SAFs, sistema que exige muita atenção e mão de obra constante em seus primeiros anos. Boa parte das áreas coletivas trabalhadas foram abandonadas conforme algumas famílias deixavam o projeto. Por outro lado, a partir de visitas a assentamentos agroflorestrais em Brasília, durante o Congresso Nacional do MST em 2014, alguns assentados propuseram como resposta para este problema a implantação de SAFs em áreas de reserva nos lotes, com o propósito de melhorar a aprendizagem e gerar alguma fonte de renda às famílias (ZONETTI, 2019). Sendo assim, a segunda edição do projeto, o Agroflorestar II (2014), que teve como foco os lotes individuais do assentamento Mário Lago. Entretanto, durante o processo de transição de um projeto para o outro ocorreram também abandono das áreas manejadas no agroflorestar I.

Antes do desenvolvimento do projeto nos lotes, foi acordado que cada integrante deste processo ficasse responsável por uma fração do sistema implantado na área de reserva, gerando um certo abandono por considerável parte deste grupo. Isto se deu devido a dificuldade de manejar o sistema, ou seja, realizar podas e inserir novas culturas ao longo da maturação da floresta formada (Ibidem, p. 58).

³⁵Vídeo de divulgação dos trabalhos realizados no assentamento Mário Lago. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FK75rhJd-58&list=LL&index=2>>. Último acesso em 03 de julho de 2021.

No total, entre 2014 e 2016, foram implementados 500 m² de agrofloresta em 80 lotes, o que corresponde a cerca de 4 hectares. Apesar de representar uma área de implantação menor em relação ao Agroflorestar I, foi possível constatar a construção de um *capital humano* e *capital social* mais sólido entre os participantes, culminando na elaboração de uma cooperativa pautada em SAFs, a Comuna da Terra (FREITAS, 2018; ZONETTI, 2019).

Conjuntamente ao projeto agroflorestar, a Associação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara integrou mais duas iniciativas ao assentamento. O projeto “Candeia: Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani”, financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) através do edital Tropical Forest Conservation Act (TFCA) de 04/2012, tendo vigência de 2013 a 2015. Nesse caso, o projeto tinha como foco auxiliar as práticas agroflorestais no assentamento pela disponibilização de *capital físico*, possibilitando aos agrofloresteiros “a compra de capital produtivo para o grupo, como o caminhão, o refrigerador, a barraca de feira, as balanças, as sacolas, o computador, o material de comunicação, entre outros” (FREITAS, 2018, p. 111). Por fim, o projeto Renascer das Águas do Aquífero Guarani, também com vigência entre 2013 e 2015, foi financiado pelo fundo do Banco Mundial através do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, da Secretaria de Meio-Ambiente do Estado de São Paulo (SAMA). Da mesma forma, auxiliou através da disponibilização de *capital físico* destinado à implantação de SAFs em áreas de reserva (IHA, 2017; ZONETTI, 2019).

Outros dois projetos agroflorestais foram iniciados entre 2018 e 2022, mas com menor intensidade. A pandemia de COVID-19 somada à falta de ações efetivas do poder público atrapalhou profundamente o andamento dos projetos. A tabela abaixo sistematiza os programas, tempo, fontes de financiamento e resultados parcialmente alcançados.

Em conclusão, o MST junto de seus colaboradores desenvolveram meios para o avanço da proposta de um modelo de agricultura agroecológico, constituindo assim as provas de veracidade dos discursos justificativos de ordem ecológica. Nesse sentido, as transformações citadas, assim como as respectivas estratégias empregas para tal, não representam somente melhoras na condição de vida das famílias assentadas, mas também coisas que intermediam as justificações do MST na valoração de um modelo alternativo de modernidade. Assim, os argumentos mobilizados em momentos agudos de conflito, em especial aqueles com base na *cité ecológica*, não se limitam ao campo da metafísica, nas discussões puramente subjetivas do certo ou errado, mas possuem lastros na realidade objetiva.

Programas	Período	Fontes de financiamento	Resultados
Agroflorestar	2012-2013	Programa socioambiental da Petrobras	40 hectares de agroflorestas em áreas de RL
Agroflorestar II	2014-2015	Programa socioambiental da Petrobras	500 m ² de agrofloresta em 80 lotes, cerca de 4 hectares
Candeia: Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani	2013-2015	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	Equipamentos e capacitação agroflorestal
Renascer das Águas do Aquífero Guarani	2013-2015	Banco Mundial. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, da Secretaria de Meio-Ambiente do Estado de São Paulo (SAMA)	Equipamentos, capacitação agroflorestal e implementação de sistemas de comercialização
Terra Mãe	2018-2019	Banco do Brasil	Capacitação em planejamento SAFs de 180 participantes e implementação e aprimoramento de 36 áreas com SAFs
Nova Era	2021-	Instituto Nova Era	10 he com SAFs e o aprimoramento de áreas nos lotes dos assentados participantes

Fontes: Iha, (2017); Freitas, (2018); Zonetti, (2019); fontes do autor. Organização do autor.

Ao final deste capítulo será demonstrado como o MST se utiliza dessas provas para proporcionar maior sustentação às suas argumentações em arenas públicas locais. Trata-se de um enfretamento extremamente importante uma vez que a falta de ações efetivas por parte do Incra e poder central comprometem a manutenção do assentamento, em particular a legitimidade de sua proposta. Assim, a busca por alternativas através do poder municipal pode gerar resultados benéficos, assim como soluções para as principais carências do assentamento.

Capítulo V. Agentes da metamorfose do campo: estratégias para legitimação da reforma agrária em espaços de ação cosmopolita

Introdução

É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença (FRANCISCO, 2015, p. 37).

Para que o processo de metamorfose social seja compreendido em sua totalidade é necessário superar certas limitações no que se refere ao tratamento de questões globais em estudos situados. Ou seja, tratar a questão global e local como coisas integradas ao invés de limitar as mudanças climáticas como um fator contextual. Trata-se de um grande desafio do ponto de vista das ciências sociais e mesmo a sociologia das metamorfoses de Ulrich Beck que, muito em decorrência de seu falecimento precoce, não foi capaz de apresentar soluções satisfatórias nesse sentido. Podemos dizer que a obra “A Metamorfose do Mundo: novos conceitos para uma nova realidade” (BECK, 2018) aponta para alguns caminhos de resolução do problema, mas não entrega o mapa.

Assim, antes de avançarmos para a última análise do presente estudo, é necessário realizar um esforço holístico para evidenciar que os fenômenos globais não estão descolados das questões locais. Não apenas no sentido ecológico ou ambiental, mas especialmente nas metamorfoses do ordenamento social e político. Nesse sentido, a relação entre referencial global e setorial (RGS) é ainda mais explícita numa perceptiva de ordem ecológica. Não por acaso, os pilares da *citê ecológica* consistem na ideia de um sistema integrado, pautado na cooperação de seres e coisas interdependentes, constituindo-se assim a percepção de uma biocomunidade que não se limita às fronteiras dos Estado-nações ou aos contextos regionais. Ainda, a defesa de todas as futuras gerações que, merecedoras de um mundo ecologicamente saudável e biodiverso, não podem se limitar apenas a determinados países. Esta percepção imputa a responsabilidade aos que podem fazer alguma coisa no presente para assegurar o futuro. Assim, como foi demonstrado anteriormente, fica claro que não se trata apenas da

mitigação dos GEEs ou a preservação de fontes limpas de água para as populações locais, mas sim a integração de todas essas questões.

Espaços e atores cosmopolitas

Quanto ao questionamento de Beck (2018) se “a catástrofe em desenvolvimento da mudança climática constitui, da mesma maneira que a Segunda Guerra Mundial, um potencial para o catastrofismo emancipatório e a concretização implícita de instituições cosmopolitas?” (Ibidem, p. 153). Podemos afirmar que a urgência climática não apenas possui o potencial para criação de instituições cosmopolitas, como os acordos climáticos, por exemplo, mas também possibilita a emergência duma concepção de justiça cosmopolita e ecocêntrica que, aos poucos, constitui cada vez mais os *sentidos* de uma nova realidade social. Ainda assim, não basta apenas argumentar que a *citê ecológica* é um indício da metamorfose social, é necessário demonstrar também que a região de Ribeirão Preto está situada enquanto um *espaço social cosmopolita* (BECK, 2018), assim como o MST e seus assentados atuam na qualidade de *atores cosmopolitas* (Ibidem).

De forma direta, os *atores cosmopolitas* são aqueles que percebem e atuam no enfrentamento dos riscos globais, membros³⁶ da sociedade de risco global. Não se trata de atores que simplesmente reagem às catástrofes globais, mas sim aqueles que percebem e consideram os riscos como um dos fundamentos da realidade social e atuam a fim de mitigar ou impedir determinados desfechos trágicos. Trata-se duma espécie de “nova civilidade”, onde o pensamento ao longo prazo e a rede de interdependência são radicalizados.

Como tratamos nos capítulos anteriores, na sociedade de risco global as possibilidades de catástrofe constituem uma força criativa e cooperativa que coloca em xeque “velhas verdades” e abre novos caminhos, “cooperar ou morrer!” (BECK, 2018, p. 57). Assim, compreende-se a sociedade de risco global como agente da metamorfose social. Nesse

³⁶ O termo *membros* é utilizado aqui para enfatizar os atores que, de forma comum, concebem os riscos como parte da realidade social. Não seria correto afirmar que atores sociais que desacreditam ou negam os riscos climáticos compartilham dos mesmos referenciais comuns dos membros da sociedade de risco. Nesse sentido, torna-se difícil afirmar se a sociedade de risco consiste na maior parte da população global, assim como se a *citê ecológica* é tão presente quanto às demais *citês*.

sentido, Ulrich Beck (2018) trata do papel das cidades frente aos riscos globais, de Nações Unidas a Cidades Unidas.

Quando se observa a metamorfose do mundo de uma perspectiva cosmopolita, a relação entre Estados e cidades é invertida. Em face de riscos globais e cosmopolitas, os Estados permanecem presos na ficção de soberania egoísta e fracassam. As cidades, entretanto, não estão presas na ficção do recipiente nacional. Ao contrário, historicamente, elas muitas vezes mantiveram uma posição autônoma. Diante dos riscos globais, estão mais abertas à política cosmopolita cooperativa. Em consequência, a relação entre Estados e cidades tem sua ordem invertida. As cidades se transformam em pioneiros que aceitam o desafio da modernidade cosmopolita como um experimento para encontrar respostas para o mundo em risco. Por isso, o enquadramento das cidades como atores cosmopolitas lança luz sobre a metamorfose das relações internacionais, bem como sobre a legiferação internacional (BECK, 2018, p. 212).

No caso de Ribeirão Preto, considerando as estratégias retóricas empregadas pelo agronegócio sucroalcooleiro, assim como a forte influência política do setor na região³⁷, é difícil imaginar a cidade como um *ator cosmopolita*. Em especial, quando isso significa que “diante dos riscos globais, estão mais abertas à política cosmopolita cooperativa”. Com exceção, é claro, de parte da sociedade civil organizada composta por ambientalistas e ativistas sociais que buscam responder às emergências socioambientais. Por outro lado, a cidade de Ribeirão Preto está intimamente inserida na economia global através da comercialização de açúcar e biocombustíveis (CUBAS, 2017). Além de ser a casa de universidades renomadas e prestigiar anualmente grandes eventos internacionais. Com efeito, pode ser compreendida em termos de uma “cidade global”, como busca afirmar o slogan do atual governo municipal. Entretanto, não se trata de um *ator cosmopolita* da sociedade de risco global, mas sim de um *espaço social cosmopolita*. Ou seja, que por suas relações econômicas e sociais a nível global possibilita a atuação dos *atores cosmopolitas*, pois os seus setores estão mais sujeitos às relações entre referencial global e setorial (RGS) (MULLER, 2018), em particular no que diz respeito aos anseios por um mundo mais sustentável.

Ainda, considerando a atuação do poder público local em favor de um modelo de agricultura ecologicamente e socialmente insustentável (CUBAS, 2017), é possível afirmar que o município possui uma forte afinidade com o *novo otimismo determinista tecnológico*. (BECK p. 85)

Não é só a sociedade de risco mundial que está transformando o mundo [...] Há um modo diferente de metamorfose do mundo. Trata-se do novo otimismo determinista

³⁷ Ver menções sobre isso no capítulo 2 e 3.

tecnológico, moldado por uma saudável ignorância do impossível. A visão de mundo moderna se baseava na chamada “fé no progresso” – a saber, a transferência da crença religiosa na salvação para as forças produtivas terrenas, seculares, da tecnologia e da ciência. Aqui, também, crença significa confiança no invisível, nesse caso, na potencial capacidade dos seres humanos e de suas instituições para resolver os problemas da existência com crescente precisão e eficiência.

Assim como no caso da metamorfose da sociedade de risco global, o *novo otimismo determinista tecnológico* edifica sua estrutura de legitimação através de um processo de *reavaliação dos valores*, possibilitando assim a valoração e validação de determinadas ações. Trata-se do que Boltanski e Chiapello (2020) denominaram de o novo espírito do capitalismo, uma ideologia que não mais se baseia somente nos preceitos morais de *cités* tradicionais como a *mercantil* e industrial, por exemplo, apresentando uma nova arquitetura. Esse novo espírito se traduz no que foi denominado como a *cité por projeto* (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020). Diferente de alguns princípios da ideologia capitalista tradicional, onde a vida social se dá “na forma de assalariados inseridos num conjunto hierárquico cujos degraus é possível galgar, no qual transcorre toda a carreira e a atividade profissional fica nitidamente separada da vida privada, como num mundo industrial” (Ibidem, p. 134-135), o *mundo por projeto* se firma na ideia de rede. Ou seja, a *cité por projeto* é dada à luz por um mundo reticular, em que “a atividade profissional passa a ser feita de uma multiplicidade de encontros e conexões temporárias” (Ibidem, p. 135).

Assim como no caso do mundo ecológico, onde o princípio de *dignidade comum* se diferencia das demais ordens de justiça, o *mundo por projeto* também se distingue, mas orientado pela noção de *rede* e não de *biocomunidade*. Assim, orienta-se por uma perspectiva na qual “todos os operadores ativos de uma rede podem ascender aos estados superiores, por que todos têm a capacidade de se ligar aos outros. O desejo de conectar-se é uma propriedade fundamental da natureza humana” (Ibidem, p.160-161). Seu *princípio superior comum*, “segundo o qual os atos, as coisas e as pessoas são julgados em dada *cité*” (Ibidem, p 139), consiste nas ideias de *atividade*, *projetos*, *ampliação da rede*, *proliferação de elos*. Muito diferente das ideias do mundo industrial com base no princípio da *eficiência*, onde atividade pode ser compreendida como trabalho ou emprego estável e produtivo (Ibidem). A ideia de *atividade* num mundo por projeto dispõe de maior liberdade na media em que os indivíduos podem escolher em qual projeto vão participar. O engajamento se dá então de forma voluntária, mesmo que ocasionado em decorrência do fim dum projeto no qual o indivíduo estava integrado. Visto que, “quando se engaja num projeto, cada um sabe que a empresa com

a qual vai contribuir está destinada a viver por tempo limitado, que ela não só pode como deve terminar. O horizonte de um fim inevitável e desejável, portanto, acompanha o *engajamento* sem afetar o entusiasmo” (Ibidem, p. 142).

Assim, a ideia de progresso ganha outros sentidos em um *mundo por projetos*. A nova *ideologia que justifica o engajamento no capitalismo* não se limita ao fracasso ou ineficiência de determinadas tecnologias, muito menos aos riscos associados, mas busca sempre se “reinventar” e ampliar seu horizonte tecnológico e a rede por projetos. Uma *sociedade em rede* apresenta então “uma estrutura social perfeitamente apropriada a uma economia capitalista impulsionada pela inovação, globalização e concentração descentralizada” (MORUZZI MARQUES, 2014). O que permite também negligenciar determinadas pautas relacionadas ao bem-estar social e meio ambiente (Ibidem).

Um exemplo claro disso, considerando em particular o caso da agricultura antiecológica, é o fomento de tecnologias que permitam a adaptação do setor às eventuais mudanças de temperatura e precipitação, sem efetivamente atuar no enfrentamento dos riscos climáticos. Tecnologias que realizam o mapeamento de áreas com menor probabilidade de serem drasticamente afetadas pelas mudanças do clima e que devem ser priorizadas pelo agronegócio (ZULLO JUNIOR & KOGA-VICENTE, 2016). Alternativas que se apresentam como soluções tecnológicas inovadoras e mundialmente reconhecidas, mas que não abordam diretamente o modelo de produção ou a ordem social e política que sustentam e alimentam ações que produzem os riscos globais.

As renovações capitalistas, que segundo os estudos de Boltanski e Chiapello (2020) pode ser observada entre os anos 1960 e 1980, produziram novos horizontes de ação aos atores econômicos no processo de globalização. Em outras palavras, nasce uma ideologia que justifica o engajamento no *novo otimismo determinista tecnológico*. Alguns autores descreverem o processo como a emergência de uma *sociedade em rede* (MORUZZI MARQUES, 2014), mas em alusão à renovação da *fé no progresso* e a fim de enfatizar o aspecto da *inconsequência*, expressa de forma muito clara nos posicionamentos e ações de atores como *patriciado moderno*, por exemplo, julgo pertinente tratarmos pelo nome de *sociedade futurista*.

Ainda, é importante apontar uma diferença fundamental entre sociedade de risco global e sociedade futurista. Apesar desta última se apresentar pela noção de expansão das redes de conexões e inovações, a sociedade futurista é extremamente dependente e pautada

“na cresça da supremacia política do Estado-nação” (BECK, 2018, p. 87). Tal contradição pode ser explicada através da separação do *mundo como nos fazem crer* (globalização como fábula) e o *mundo como é* (globalização como perversidade) (SANTOS, 2000). O mundo por projetos expressa a crença no desenvolvimento ilimitado, na tecnociência e no progresso de inovações, ou seja, descreve uma percepção de mundo mais justo para toda sociedade (*mundo como nos fazem crer*). Por outro lado, numa perspectiva crítica, esses novos princípios morais acabam por justificar o engajamento num sistema capitalista que produz e aprofunda desigualdades globais (*mundo como é*). Isso porque os princípios de *humanidade comum* e *dignidade comum* da *cité por projetos* se fundamentam na ideia de que todos podem ou possuem condições para se juntar à *rede*, o que não traduz a realidade de um mundo desigual.

A rede tecnológica e comunicacional dominada pelos atores econômicos, que concentram parte significativa das tecnologias e riquezas do planeta, acaba por compreender apenas algumas empresas multinacionais com sede em países industrializados. Nesse sentido, dois conceitos são extremamente fecundos para tratar a questão, a *globalização perversa* e a *globalização como fábula* (SANTOS, 2000). Este último se refere às contradições existentes entre os discursos ideológicos e a globalização como realmente é. Assim, a globalização apresentada através das fabulações de *aldeia global* e *espaço-tempo contraído*³⁸, em que os interesses nacionais e privados são secundários aos interesses globais, nada mais é do que uma fábula. Isto é, tornam invisíveis as desigualdades na distribuição dos bens, do saber e dos riscos. Não se trata duma sociedade verdadeiramente cosmopolita, mas sim duma ideologia que justifica o atual modelo de globalização perversa, favorável para alguns Estados e empresas.

O conceito de *globalização perversa* (Ibidem), por sua vez, se refere à globalização como ela é. Ou seja, edificada e sustentada por três tiranias: do dinheiro, da informação e da fabulação. As tiranias do dinheiro e da informação se referem ao sistema de dominação econômico, comunicacional e do saber. Ou seja, na exploração dos países periféricos e dos grupos mais pobres e vulneráveis. Nesse sentido, a emergência dos riscos climáticos evidencia uma quarta perversidade, a distribuição desigual dos males (BECK, 2018). Em outras palavras, os grupos mais pobres poluem e emitem menos GEEs, mas são justamente esses grupos que sofrem os maiores impactos pela mudança climática global.

³⁸Trata-se da ideia de que todos, a partir do surgimento das novas tecnologias comunicacionais, passamos a integrar uma comunidade global com percepções comuns de tempo-espaço, pois todos podem integrar essa nova rede de relações, formando assim uma *aldeia global*. Nesse sentido, seria priorizado o “bem-global” (SANTOS, 2000).

Países no centro do capitalismo, assim como atores econômicos beneficiados pelo atual modelo de modernidade, possuem interesses explícitos na manutenção de benefícios obtidos através da sustentação da crença no Estado-nação. Arrisco-me a dizer que o *choque* entre essas duas realidades, por um lado o risco como principal força criativa e do outro a fé na inovação tecnológica, ainda não foi capaz de produzir alternativas satisfatórias para enfrentamento dos riscos climáticos globais, levando Beck a constatar que “em face de riscos globais e cosmopolitas, os Estados permanecem presos na ficção de soberania egoísta e fracassam” (BECK, 2018, p. 212).

Seja como for, A sociedade em rede global e novo espírito do capitalismo, assim como a sociedade de risco global e o espírito do ecologismo, são fenômenos nunca antes presenciados e metamorfoses que constituem uma nova realidade social. Nesse sentido, nascem durante o processo de globalização que, apesar de muitas vezes ser tratado de forma análoga à internacionalização, representa algo inédito na história da humanidade. A globalização é, numa descrição mínima, o processo de compartilhamento e até mesmo institucionalização das noções de tempo-espaço (GIDDENS, 1991) e concepções de justiça entre uma grande diversidade de sociedades ao redor do globo. Princípios pelos quais se organiza a realidade social (BERGER & LUCKMANN, 2014). Não por acaso, as ideias de risco e rede existem desde muito antes das concepções de mundo ecológico ou mundo por projeto. São justamente as transformações que tem início em meados do século passado que permitiram com que essas ideias tomassem novos rumos. Sem isso, seria impossível, ou ao menos muito improvável, falarmos em riscos climáticos globais ou em projetos globais, muito menos numa percepção cosmopolita.

Dessa forma, melhor do que considerarmos o município de Ribeirão Preto como um ator cosmopolita, seja pela sociedade de risco global ou pela sociedade futurista, torna-se mais apropriado tratarmos a cidade como um *espaço de ação cosmopolita*. Ou seja, onde os atores disputam a ordem social em seus multiníveis, local/global. Assim, na medida em que o agronegócio busca hierarquizar os referenciais das políticas públicas dos setores fundiário e agricultura de modo favorável às *ideologias que justifiquem o engajamento no capitalismo*, o MST e seus colaboradores, no caso do assentamento Mário Lago, apresentam uma resposta de ordem ecológica aos anseios da sociedade global frente às emergências climáticas. Nesse sentido, assentados do MST e colaboradores, em especial os agrofloresteiros, somam esforços na construção conjunta dum modelo alternativo de modernidade fundamentado no valor intrínseco da natureza. Ou seja, na fundamentação duma *ideologia que justifique o*

engajamento no ecologismo. Em outras palavras, trata-se de atores cosmopolitas, agentes da sociedade de risco global e precursores da metamorfose do campo.

Disputas pelo futuro

Com propósito de apresentar as estratégias argumentativas do MST e seus colaboradores no debate público local, considerando em especial a mobilização de justificativas e provas de veracidade de ordem ecológica, são analisados dois eventos constituídos por audiências públicas que tiveram como principais pautas o assentamento Mário Lago, as diretrizes do município e a preservação do meio ambiente. Primeiro, abordaremos as audiências públicas dedicadas à discussão do novo Plano Diretor. Considerando em particular aquelas que apresentam manifestações do MST e seus colaboradores; realizadas nos dias 1, 2 e 5 de novembro de 2017. O segundo evento “Reunião pública sobre o assentamento da fazenda da barra”, trata-se duma audiência pública realizada no dia 20 de outubro de 2021. Nos dois casos, o MST cobrou a participação da prefeitura em ações efetivas para melhora na qualidade de vida das famílias assentadas e formas de fomento os SAFs e outros modelos de agricultura agroecológica. Trata-se de esforços para construir alternativas junto ao poder local uma vez que o Incra e poder central não atendem às necessidades básicas das famílias e aos acordos firmados no TAC.

No caso das audiências do Plano Diretor, os esforços do MST e seus colaboradores se centralizaram no combate de propostas da prefeitura que visavam à expansão da fronteira urbana sobre quase toda área de afloramento do Aquífero Guarani. Apesar das audiências terem sido filmadas em vídeo e posteriormente divulgadas no portal da prefeitura, a manifestação de Neusa Paviato, então da direção regional do MST, não foi gravada. Assim, o material disponível da fala duma representação direta do MST nessa ocasião se limita ao relatório de contribuições organizado pela própria prefeitura.

Neusa Paviato (MST Direção Regional). Disse que a cidade tem muita área livre para crescer, inclusive áreas públicas, por isso não precisa ocupar a Zona Leste. Tem que se preservar o Aquífero. Disse que na Fazenda da Barra são 480 famílias com lotes maiores que permitem atividades rurais. Disse que estão reflorestando a fazenda da Barra. (RIBEIRÃO PRETO, 2017)

O posicionamento do MST sobre o assunto foi classificada no relatório como “manifestação sem proposta”, ou seja, contribuição que serve apenas para documentação de determinado posicionamento. Por outro lado, é evidente que a contribuição do MST buscava contestar a proposta de um avanço gigantesco da fronteira urbana de Ribeirão Preto, tendo como principal justificativa a proteção das áreas de afloramento do Aquífero Guarani. Além disso, estabelecer a relação entre o modelo de assentamento sustentável, o PDS da Barra, e a preservação do meio ambiente. Nota-se também que não se trata apenas de valorar o assentamento Mário Lago, mas sim todos os assentamentos que compõem a Fazenda da Barra. Ainda, apenas com este fragmento da manifestação, mesmo que de forma limitada, é possível observar a mobilização de provas de veracidade coerentes aos princípios de ordem ecológica e produzidas graças aos projetos agroflorestais mencionados anteriormente, como o reflorestamento da fazenda.

Manifestações de outros atores seguiram argumentações similares, enfatizando a necessidade de preservação da Zona Leste para garantia de um futuro sustentável. Os riscos socioambientais envolvidos na má utilização destas áreas, em especial pelo avanço da especulação imobiliária, também foi utilizado como forma de crítica à proposta da prefeitura. Por outro lado, os atores interessados na urbanização da Zona Leste, incluindo representantes da prefeitura, buscavam responder às críticas através de argumentos fundamentados em princípios de ordem monetária, industrial, cívica e de projetos. Isto é, na geração de empregos através da construção civil, no uso eficiente das áreas através de estudos técnicos e fundamentados, na destinação de terrenos para políticas sociais de moradia e na utilização de tecnologias avançadas que permitiriam a ocupação urbana ao mesmo tempo em que aprimorariam a recarga do aquífero.

Ao final, a única área que corresponde à Zona Leste do município a não ser cooptada para expansão da fronteira urbana foi o assentamento PDS da Barra. Não pelo convencimento através das audiências públicas, mas porque a política de reforma agrária implementada anos antes e seguindo, ao menos em parte, a proposta Comuna da Terra preconizada pelo MST impedia tal manobra. Ademais, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) concordou com a proposta da prefeitura contanto que fossem consideradas algumas ressalvas. Destacam-se dentre as principais, tendo como base a lei complementar Código Ambiental do Município (RIBEIRÃO PRETO, 2021):

1. Amplo diagnóstico ambiental das áreas de afloramento do Aquífero Guarani com propósito de delimitar a área de recarga e apresentar informações úteis para recomendação de técnicas apropriadas para conservação do solo e da água;
2. Uso e Ocupação do solo, nos percentuais mínimos em relação à área total do imóvel de 35% na Zona de Uso Especial;
3. Mecanismos de estímulo e incentivo à preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, dentre outros: Isenção de IPTU; Permuta de área; Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). De acordo com o art. 43 e art. 45 do novo Código Ambiental:

O PSA será oferecido pela Prefeitura Municipal por meio de lotes anuais de recursos, ao qual se dará publicidade pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente [...] O montante dos recursos do instrumento PSA será distribuído aos interessados para a efetivação de ações ambientais, nas seguintes proporções: I. 50% para a preservação ou conservação ambiental; II. 30% para a restauração ecológica; III. 20% para a agricultura familiar e orgânica.

Apesar de o CODEMA apresentar supostas soluções técnicas às ocupações urbanas em áreas de afloramento do aquífero, trata-se duma reação às novas diretrizes de uso e ocupação do solo estabelecidas na revisão do Plano Diretor. A expansão das fronteiras urbanas não é motivada por interesses ou justificações de ordem ecológica, como foi o caso do assentamento Mário Lago. Pelo contrário, o que se apresentou foram argumentações fundamentadas em outras ordens justiça – *cité por projetos, industrial, mercantil e cívica* - na tentativa de invalidar ou criticar os atores sociais por suas preocupações ecológicas “exageradas” ou “infundadas” com relação à área.

Em diversos momentos, representantes da prefeitura, assim como os atores econômicos interessados na expansão urbana, buscam utilizar de cargos ou títulos para atribuir maior valoração às provas de veracidade de ordem industrial ou monetária. Argumentos como “o empresário é amigo do meio ambiente e tem melhores condições de investimento para realizar estudos e utilizar a área de forma mais eficiente” foram proferidos por geógrafos e engenheiros ambientais que se apresentaram como prestadores de serviços de empresas com interesse em investir no município caso fosse aprovada a expansão na Zona Leste. Assim, a fé no desenvolvimento tecnológico, a visão de que, apesar dos riscos, um posicionamento “técnico” após uma decisão política seria a solução para os futuros e

eventuais problemas gerados pela ocupação urbana da Zona Leste, constituiu parte das justificações que fundamentaram o novo Plano Diretor.

Ainda, importante ressaltar a estratégia da prefeitura de Ribeirão Preto para justificar a expansão da fronteira urbana através de argumentos de ordem cívica, utilizando como artifício a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). De acordo com os incisos I e II do art. 4º da lei de habitação e interesse social (RIBEIRÃO PRETO, 2018), a ZEIS 1 trata de “áreas internas ao Perímetro Urbano desocupadas, subutilizadas ou então glebas ainda não parceladas, cujo entorno está servido de equipamentos e infraestrutura, com grande potencial para produção de habitação de interesse social”; e a ZEIS 2 representam áreas “ocupadas por comunidades em assentamentos precários e irregulares, com grande potencial de urbanização e produção de habitação de interesse social”. Junto à proposta de alargamento da fronteira urbana, em que 30,49% dessa expansão ocorreria somente na Zona Leste, a prefeitura também ofereceu o aumento massivo das áreas de ZEIS 2 nas zonas Norte, Oeste e Leste. Somente a Zona Sul, área nobre do município, ficou de fora desta proposta.

Assim, áreas que poderiam ser destinadas para zoneamento agrícola orgânico ou agroecológico, visando uma agricultura sustentável, proposta que fundamentou a desapropriação da então Fazenda da Barra para fins de reforma agrária, são territorializadas pelo Estado como terras para fins de ocupação urbana. Freando as possibilidades legais de emergência de assentamentos como o PDS da Barra nessas áreas e, ao mesmo tempo, provocando divergências entre movimentos sociais locais. Entre aqueles preocupados com a preservação da natureza e aqueles com foco na garantia da moradia popular. No entanto, o que se decorreu não foi o isolamento ou conflito entre os movimentos sociais do campo e da cidade. Pelo contrario, estabeleceram-se alianças entre MST e movimentos sócias das periferias de Ribeirão Preto a fim de combater a fome e as desigualdades socioambientais. Isto é, organizar campanhas para distribuição de alimentos saudáveis produzidos no assentamento Mário Lago às famílias mais carentes na cidade e fomentar agriculturas agroecológicas. Aliança que se demonstrou fundamental durante a pandemia de COVID-19.

A fazenda da barra para nós do movimento. A gente começou o namora ainda em 2014, quando não éramos movimento ainda e estávamos na fazenda da barra. Então essa frente do movimento de moradia praticamente nasceu na Fazenda da Barra. Ai a gente foi pra luta por moradia, tivemos que fazer uma escolha e escolhemos o Movimento por Moradia (MM). Onde hoje, representado por esse grupo [MM], temos mais de 25 comunidades organizadas. Eu vim falar para vocês que esse município [Ribeirão Preto] através da maioria, tanto da parte de gestão do prefeito, não fizeram nada durante a pandemia para ajudar, tanto o Movimento por Moradia quanto a Fazenda da Barra [...] Venho falar um pouco de números para vocês,

importantes para gente que é do movimento de moradia através desse casamento que temos com o MST e principalmente a Fazenda da Barra. Ela nos alimentou na pandemia. Estou falando de 20 comunidades, milhares de famílias, onde a gente teve a oportunidade de ter 42 toneladas de alimentos para as comunidades. Então, quer dizer, em dois anos o município não cedeu esses alimentos para gente da comunidade e ficamos à mercê, como os companheiros aqui falaram, de ir atrás de reuniões, disso e daquilo [...] a salvação foi a Fazenda da Barra que supriu milhares de famílias nessa pandemia, cedendo 42 toneladas de alimentos de boa qualidade e sem agrotóxico [...] 2019, depois do dia da mulher, num casamento entre MST e o MM Ribeirão Preto, a gente faz a fundação do acampamento Campo e Cidade Paulo e Botelho, em Jardinópolis/SP [cidade próxima ao assentamento Mário Lago, localizada ao norte de Ribeirão Preto]. Hoje com 100 famílias, divididas entre o MM e o MST, muito bem estruturadas e assessoradas pelo nosso advogado [menção à Luciano Botelho, advogado e liderança do MST]. As negociações com o município de Jardinópolis estão bem adiantadas, mesmo que só estejamos com dois anos lá. Sendo que a Fazenda da Barra tem mais de dez anos e comunidades com trinta anos em Ribeirão não tem o reconhecimento, principalmente para uma boa alimentação na pandemia. Isso eu tem que agradecer à Fazenda da Barra, os diretores de lá, especialmente a Neusa [Neusa Paviato Botelho Lima, direção estadual do MST. Faleceu em janeiro de 2022] [...] venho agradecer também o apoio dos vereadores, do França (PSB) e Ramon Todas as Vozes (PSOL), que vem dando esse olhar para classe mais pobre. Eu esperava que tivesse mais gente, mais vereadores nessa casa. Mas como o França falou, com esse desmonte que tá acontecendo na cidade, eles não querem nem que a Fazenda da Barra permaneça e nem as comunidades em Ribeirão. Chegou a época da chuva agora, as comunidades estão todas alagadas e ninguém vai nas comunidades perguntar se você quer um lençol, um guarda-chuva, cesta básica, nada. Inclusive a maioria dos vereadores que estão aí no seu bom estar. Por fim, obrigado Fazenda da Barra pelo tempo que tem alimentado as comunidades (Platini. Conselheiro municipal do Concelho de Habitação e liderança do Movimento por Moradia. 20/10/2021).

O acampamento Campo e Cidade Paulo e Botelho, em Jardinópolis/SP, fruto de uma união entre MST e MM, foi a principal destinação dos acampados que participaram da construção agroflorestal da Brigada Ana Primavesi. As campanhas para doações de alimentos orgânicos às comunidades periféricas de Ribeirão Preto edificaram pontes para um relacionamento mais estreito com os movimentos sociais por moradia, assim como forneceram formas de valoração do MST e suas pautas. Trata-se duma aliança importante para o enfretamento não somente do agronegócio, mas também da especulação imobiliária. Isto é, uma forma de resistência frente às novas articulações dos atores econômicos na região de Ribeirão Preto.

Além disso, a audiência pública dedicada aos assentamentos do PDS da Barra, primeira de sua espécie, constituiu um espaço de denuncia ou *acusações* às omissões do poder público, assim como uma oportunidade para apresentar as grandezas que fundamentam a legitimidade do assentamento e cobrar por ações efetivas do poder municipal. Assim, uma vez que o MST obteve voz num espaço legislativo, foram empregadas argumentações e suas respectivas provas de veracidade com propósito de instaurar um *regime de justificação*

voltado ao PDS da Barra. Em outros termos, reestabelecer ou reavivar o debate público sobre o assentamento e o papel do Estado, em especial nos níveis municipal e federal. De acordo com Werneck (2012), a *acusação* se difere da *crítica* de forma fundamental. A primeira atribui a determinado ator a responsabilidade pelas circunstâncias, não permitindo a mobilização de justificação. Ademais, o dispositivo moral à disposição do ator acusado, além de contestar a índole das argumentações, é a *desculpa*. Isto é, demonstrar que não pode ser responsabilizado, pois não tem ou teve controle sobre as circunstâncias. No caso da ausência do poder público, desculpas de ordem burocrática ou monetária são as mais mobilizadas. Por exemplo, “não é prerrogativa do poder municipal tratar desses assuntos” ou “não existe espaço no orçamento”.

Seja como for, as críticas e acusações ao poder público, a depender da repercussão ou processo institucional e jurídico, forçam por parte dos tomadores de decisão a apresentarem respostas e participarem do debate público, mesmo à contra gosto. Fica claro que a instauração dum *regime de justificação* com o poder municipal é uma das estratégias de enfrentamento do MST em Ribeirão Preto, assim como a mobilização de provas de diversas ordens de justiça, em especial a ecológica, constituindo argumentações que expressão a multifuncionalidade da reforma agrária.

A gente tem muita coisa para falar daquele assentamento, são 18 anos. 18 anos não são 18 dias. Então a gente tem muita coisa pra se falar: a questão da educação; da água; das estradas; nossas moradias; nossas produções; crédito pra dentro daquele assentamento; a irresponsabilidade do Incra; a irresponsabilidade do poder público; a irresponsabilidade ao não cuidar daquelas famílias que lá vivem. São mais de 468 famílias que existem dentro daquele assentamento. Então assim, eu vejo que tem uma irresponsabilidade muito grande [...] Nós não conquistamos aquela área desde 2004 para parar, dê dessa construção dentro dessa região, que são 21 anos de luta [tempo de acampamento e assentamento]. Nós não vamos parar e não vamos deixar como está. É incompetência demais desses órgãos público. A escola nossa, do assentamento, já foi inaugurada, o prefeito esteve lá. Cadê a escola do nosso assentamento? Cadê o ônibus do nosso assentamento? Nossas crianças passam a maior parte, andando dentro daquelas estradas com buracos para chegar à escola. Chegam todas sujas, com os pés sujos. Por isso que as pessoas depois discriminam nossas crianças. Então nós não podemos mais ficar calados [...] Por que nosso povo hoje não veio? É isso que temos que entender também. Porque que nosso povo não está aqui? Porque o ônibus não anda dentro daquele assentamento pra pegar as famílias. Porque as famílias que moram lá em cima, não conseguem chegar onde

para o ônibus (Neusa Paviato Botelho Lima. Coordenação Regional do MST. 20/10/2021).

A acusação, assim como no caso dos demais dispositivos morais, também está referenciada em princípios de determinada *cité* (WERNECK, 2012). Nesse sentido, a indisponibilidade de escola e ônibus para o assentamento, que configura na falta de acesso à educação e falta de cuidado para com as crianças, são acusações baseadas em fundamentos de ordem doméstica e cívica. Princípios tradicionalmente presentes no MST.

A seguir, o depoimento de uma das principais lideranças do assentamento Mário Lago mobiliza todos os dispositivos morais à disposição – justificação, crítica, acusação e desculpa – produzindo uma argumentação com base nas *cités* industrial (potencial de produção e eficiência), cívica (acesso aos direitos fundamentais) e ecológica (referência em agroecologia e agrofloresta). A problemática da água ganha destaque especial, pois, em concordância com os relatos dos agrofloreteiros, é identificado pelo MST como o principal entrave para estabilidade das famílias. Tanto no sentido socioambiental e econômico, quanto na valoração e manutenção da legitimidade do assentamento através do cumprimento dos acordos firmados no TAC.

A gente tem uma comunidade viva, uma comunidade de sonhos, produtora, rural, em Ribeirão Preto, e isso não é visto. É uma comunidade, um assentamento, marcado pelo abandono [...] é um assentamento que, principalmente após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma, vem sofrendo um retrocesso muito grande. Ao ponto de a gente ser, olha que dicotomia, a referência de produção agroecológica e agroflorestal, mas ao mesmo tempo temos gente passando necessidade, inclusive dependendo de cesta básica. Dentro do assentamento com um potencial de produção enorme [...] Foi feita uma ação civil pública no ano passado para o saneamento básico. Olha o ponto que chegamos. O MPF ter que entrar com uma ação obrigando o poder público a fazer aquilo que ele já deveria fazer. Obrigando a dar água e esgoto de qualidade. Os assentados acabam ficando no meio duma disputa de quem é responsável pela área. A prefeitura jogando para o Incra e o Incra para prefeitura. Isso vem se arrastando por muito tempo, só que os dois são responsáveis. Constitucionalmente e pela própria responsabilidade, o Incra quanto à assentamento e a prefeitura quanto às garantias dos direitos fundamentais humanos. Principalmente o da água, que é o principal motivo de conflito e desigualdade dentro do assentamento. A gente só é referência em agrofloresta porque os produtores que produzem agrofloresta tem acesso à água. Aqueles que não têm acesso à água não conseguem produzir. Chega ao ponto de agente refletir que produzir nestas condições é um ato de resistência [...] Nossos opositores utilizam dos discursos de que o assentamento não produz, de que o assentamento é uma série de contradições, mas não falam do problema principal que é a falta do poder público construir a estrutura necessária para o desenvolvimento produtivo dessas famílias. O problema não é a família ter dificuldade em desenvolver a produção, o problema está lá aonde o Incra perfurou poços artesianos que não atendem as necessidades das famílias. É um poço para cada 43 famílias, um poço de 70 metros [...] 70 metros não atende essa demanda de água, principalmente quando a gente fala de irrigação. Detalhe, os

poços artesianos não são perfurados para irrigação, são perfurados para consumo. O que já é uma contradição enorme da política de reforma agrária. Constrói um assentamento, coloca só água para consumo, e as pessoas que se virem. Sem mesmo poderem furar poços artesianos, porque isso é proibido [...] Até mesmo a água para beber, porque não foi feita a distribuição de água, foi feita com mangueira de irrigação [conhecida como mangueira preta]. É uma mangueira que no seu interior possui uma série de protuberâncias que vai parando lodo e concentrando colônias de bactérias. Ou seja, os assentados estão tomando coliformes fecais na sua água. A gente não tem a dignidade necessária de investimento público [...] Se resolve o problema da água para consumo e água para irrigação, o assentamento consegue atingir seu potencial. Tanto é que é referência em agroecologia. Tanto é que os produtores que estão próximos da mina e conseguem captar água na sua roda d'água são referência em agrofloresta. Aquele que tá lá em cima, próximo da cidade, que é o que eles utilizam como exemplo pra falar do assentamento, tem dificuldade de acessar a água e não conseguem produzir. (Luciano Botelho. Liderança regional do MST. 20/10/2021).

Pautas de ordem monetária nem sempre compõem as reivindicações do MST. Por outro lado, é comum a mobilização de justificações fundamentadas em princípios da *citê monetária e industrial* como forma de reação ou resposta às críticas proferidas pelos atores econômicos. Trata-se de concepções de justiça que tradicionalmente pautam parte do debate público em torno da política de reforma agrária, em especial na determinação da *função social da terra*. Nesse sentido, é possível também observa a tentativa de formação de acordos entre princípios de ordem monetária e industrial junto às *citês* cívica e doméstica que, por sua vez, são tipicamente mobilizadas para basear argumentos com interesses sociais.

Falando em potencialidade econômica [...] cada assetado tem um hectare e meio, 15 mil m², em 15 mil m² você produz no mínimo 15 toneladas de mandioca que, por sua vez, significa 15 mil reais por ano para um assentado. O que falta é o poder público investir em estrutura, que é o fundamental, e em desenvolvimento. Dando acesso aos canais de comercialização como exemplo do PAA, que é o mais emblemático. O PAA conseguiu movimentar de 2011 a 2016, injetou em recurso quase 5 milhões de reais nesse período de 5 anos. Uma média de 1 milhão por ano dentro do assentamento [...] é um produto que é doado, doação simultânea, compra do produtor e se doa às entidades sociais. É um processo de investimento indireto em questão social. Esse 1 milhão não foi só para agricultura, ele se reverteu em produto as entidades de vulnerabilidade social que receberam essa produção. Até 2016, porque depois de 2016 não tem mais programa. O que foi liberado esse ano foi 900 mil reais para o estado de São Paulo inteiro, para CONAB. Um programa de importância enorme num período de fome e foi liberado 900 mil reais para estado de São Paulo inteiro. E isso era entregue em 2014, quando teve mortificações no programa, só pela Fazenda da Barra. E não estou falando de um universo de 470 famílias, estou falando de um universo de 150 famílias que trabalhavam com esses programas. 1 milhão de reais. Um programa que é voltado à compra de excedentes, não é nem a compra de produção [...] A reforma agrária, além de um processo de transformação social, que você traz a pessoa excluída do processo produtivo capitalista e coloca ele como um camponês dono dos meios de reprodução da vida. Além disso, ela também é um meio de produção e de economia local (Luciano Botelho. Liderança regional do MST. 20/10/2021).

A venda de produtos orgânicos ao PNAE também é mobilizada como prova de veracidade de argumentos com base doméstica (alimentação e cuidado com as crianças do município), ecológica (produtos orgânicos, sem veneno) e monetária (renda elevada). Além disso, a liderança do MST buscou rebaixar na escala de grandeza as ações e posicionamentos de atores antagônicos ao movimento através de insinuações de interesses pessoais por de trás das argumentações generalizadoras. Ou seja, contestando a validade das críticas e justificações empregadas pelos atores econômicos já que, considerando o princípio de bem-comum, interesses particulares representam contradições na construção de argumentos pautados na ideia de justiça. Em outras palavras, perderiam validade no debate público e no âmbito judicial poderia representar atos ilícitos, como corrupção e prevaricação, por exemplo.

Nós temos duas cooperativas e uma associação trabalhando a merenda escolar de Ribeirão Preto. Então não tem porque o abandono do poder público se ele já trabalha coma produção do assentamento. Somam entre 500 a 600 mil reais que estão sendo comercializados em produtos, produtos orgânicos, para merenda escolar de Ribeirão Preto. As crianças hoje da rede municipal de ensino estão consumindo produto do assentamento. Esse mesmo assentamento que está sendo abandonado pelo poder público [...] A gente coloca como “abandono do poder público”, mas a gente sabe que isso é doloso, é de vontade de não fazer. Porque os interesses do poder público, hoje em nível federal e também municipal, estão alinhados com outro setor do agronegócio que historicamente são nossos inimigos no processo de luta. O assentamento é uma grande pedra no sapato da especulação imobiliária e da permanência desse atraso que é o agronegócio (Luciano Botelho. Liderança regional do MST. 20/10/2021).

Por fim, o MST mobiliza argumentações e provas de veracidade de ordem ecológica com propósito de reforçar a importância do assentamento, sua legitimidade, assim como a urgência de ações do poder público municipal e federal no apoio e fornecimento dos meios necessários para preservação e restauração da área. Destaca questões como o problema hídrico e ocorrência de incêndios, além de defender um perfil agroecológico do território. Isto é, as áreas de afloramento do Aquífero Guarani, que são caracterizadas como Zona de Uso Especial (ZUE), possuem, não por vontade política, mas como fato atribuído às suas características físicas, um perfil agroecológico.

A importância principal, que foi motivador de conquista da área, é ambiental. Ai eu volto a falar em água, volto a falar em escassez futura de água. Porque o assentamento tá localizado numa zona de recarga, numa zona de afloramento do Aquífero Guarani, aonde a infiltração da água é mais facilitada e é a mesma água que abastece Ribeirão Preto. A região nordeste é uma área que está na área de afloramento e o assentamento pega esses 1700 hectares de área que tá infiltrando água para gente beber aqui no município. Uma água, até por força do TAC e do compromisso da luta das famílias, é uma água que não está sendo poluída pelo assentamento. Lógico que o vizinho de cima enche de veneno na cana, mas o assentamento está garantindo que não tenha nenhum tipo de insumo químico. Então

o perfil desse território é agroecológico, de qualquer forma, não só pela vontade das famílias, mas pela própria constituição enquanto território [...] é uma área de preservação ambiental, uma área de preservação da água que hoje a gente já está vivendo uma escassez. Estamos à beira de um apagão por conta de escassez hídrica, por causa de uma matriz atrasada de suprimento energético no país. E aqui nós temos um território que garante a proteção da nossa reserva de água [...] Eu lembro também do afastamento que tem o poder público em garantir essa proteção. A gente vem vivenciando anualmente incêndios numa das áreas que é uma das maiores áreas dentro as preservadas próximas à zona urbana. Por mais que a gente tenha que fazer a recuperação de uma boa parte, é uma área preservada. Nós temos ali, pelo menos, uns 300 hectares ou mais de áreas preservadas entre APP e RL (Luciano Botelho. Liderança regional do MST. 20/10/2021).

Considerações finais

O presente estudo teve como ponto de partida o questionamento “como a problemática climática possibilita transformações sociais?”, considerando em especial o caso dos setores fundiário e agricultura. Nesse sentido, aprofundando-se no caso do assentamento Mário Lago, foi possível vislumbrar os processos de metamorfose da realidade social em curso, especialmente devido ao choque antropológico resultante do aprofundamento e reconhecimento dos riscos globais associados às mudanças climáticas antropogênicas.

Mesmo após um processo de reorganização e modernização do latifúndio, constituindo no Brasil o que denominamos como o *patriciado moderno*, os males associados às ações predatórias e antiecológicas da agricultura moderna produziram novos males. Ou seja, riscos associados à perda da biodiversidade, desmatamento, queimadas, emissões de GEEs, envenenamento das águas, do solo e produtos alimentícios, assim como o desemprego massivo e esvaziamento do meio rural. Trata-se de um verdadeiro processo de *silenciamento do campo*. Ou seja, espaços onde a natureza e as comunidades do campo foram apagadas ou suprimidas. Em outros termos, o meio rural foi reinventado como uma indústria, um mar constituído por monoculturas alimentadas através de agroquímicos, e as pessoas foram obrigadas a buscar novas formas de vida nos grandes centros urbanos, em especial no estado de São Paulo.

A chegada dos novos pacotes de tecnologia agrícola, que marcou a chamada Revolução Verde, foi acolhida com grande entusiasmo pela comunidade global. Possuindo uma legitimidade absurda no debate público. Não por acaso, a agricultura moderna foi elevada, e atualmente ainda o é por parte de determinados grupos, como a solução para insegurança alimentar global, a salvação da economia e dos famintos. Esperança, no sentido de esperar o acontecer das expectativas, que não se demonstrou fundamentada na realidade social e política da sociedade moderna capitalista. Muito menos na realidade biofísica do planeta. O que se decorreu foi o surgimento duma nova contradição, talvez a mais difícil de ignorar ou omitir, a crise ecológica.

Novas formas de compreender a *função social da terra* e as *funcionalidades da agricultura* emergiram conforme a perspectiva de justiça ecológica, a *citê ecológica*, tornava-se parte da realidade social de sociedades em estado de modernidade. Isto é, conforme se

constituiu aquilo que Beck (2018) chamou de *sociedade de risco global* ou os agentes da metamorfose do mundo. O caso do assentamento Mário Lago forneceu indícios promissores de como esse processo de metamorfose da realidade social está se desenrolando no contexto brasileiro, considerando em particular o caso de Ribeirão Preto/SP, através dos esforços políticos e culturais dos movimentos sociais, em especial o MST.

Dito isso, um dos achados e contribuições mais significativas deste estudo foi poder observar as estratégias do MST para fomentar a valoração de concepções de justiça ecológica e encontrar caminhos alternativos para produção de provas de veracidade dos discursos justificativos. Assim, mesmo com abandono por parte do poder público, o MST, em especial os agrofloresteiros, foram capazes de incentivar o *ecologismo*, a compreensão de virtude ou justiça no engajamento de ações de ordem ecológica, e produzir provas com potencial para intermediar suas argumentações e elevar a legitimidade do assentamento. Com isso é possível também não apenas cobrar do poder municipal, mas valorar as pautas e demandas do MST no debate público local.

Por outro lado, algumas questões ainda continuam em aberto. Apesar dos relatos apontarem diferenças fundamentais entre os arranjos institucionais entre época de acampamento e época de assentamento, ainda se faz necessário à realização de estudos capazes de apontar de quais formas essas diferenças repercutem nas estratégias de legitimação do MST, considerando em especial a produção de provas de ordem ecológica e a construção duma ideologia ecologista entre as famílias. Nesse sentido, um estudo sobre o acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho pode ser de extrema relevância, considerando-se também as alianças entre movimentos sociais do campo e cidade, assim como as estratégias para o enfrentamento do agronegócio e especulação imobiliária no estado de São Paulo.

Ademais, tal abordagem teórico-metodológica utilizada para observar o processo de *metamorfose do campo* pode se demonstrar extremamente útil para considerar os conflitos em outros setores, como a pesca, indústria, energia etc. De forma similar ao MST, outros movimentos sociais do campo, das florestas e das águas estão se mobilizando e adotando estratégias argumentativas fundamentadas em princípios de ordem ecológica. Grupos que, não por acaso, estão em constante diálogo e constituem frentes organizadas em defesa do meio ambiente e das populações tradicionais. Aliança que se reuniu, em diversas ocasiões, com o atual presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (Rede TVT, 2021) que, por sua vez, estabeleceu em 2022 o compromisso inédito de criação do Ministério dos Povos Originários.

Durante a COP 27, sediada no Egito, o presidente eleito anunciou ao mundo a criação do ministério como forma de demonstrar o compromisso do governo que deve tomar posse no dia 1 de janeiro de 2023 para com enfrentamento das emergências climáticas globais.

Por esse motivo, quero aproveitar esta Conferência para anunciar que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura do meu governo. Vamos priorizar a luta contra o desmatamento em todos os nossos biomas. Nos três primeiros anos do atual governo, o desmatamento na Amazônia teve aumento de 73%. Somente em 2021, foram desmatados 13 mil quilômetros quadrados. Essa devastação ficará no passado. Os crimes ambientais, que cresceram de forma assustadora durante o governo que está chegando ao fim, serão agora combatidos sem trégua. Vamos fortalecer os órgãos de fiscalização e os sistemas de monitoramento, que foram desmantelados nos últimos quatro anos. Vamos punir com todo o rigor os responsáveis por qualquer atividade ilegal, seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida. Esses crimes afetam, sobretudo, os povos indígenas. Por isso, vamos criar o Ministério dos Povos Originários, para que os próprios indígenas apresentem ao governo propostas de políticas que garantam a eles sobrevivência digna, segurança, paz e sustentabilidade. Os povos originários e aqueles que residem na região Amazônica devem ser os protagonistas da sua preservação. Os 28 milhões de brasileiros que moram na Amazônia têm que ser os primeiros parceiros, agentes e beneficiários de um modelo de desenvolvimento local sustentável, não de um modelo que ao destruir a floresta gera pouca e efêmera riqueza para poucos, e prejuízo ambiental para muitos. Vamos provar mais uma vez que é possível gerar riqueza sem provocar mais mudança climática. Faremos isso explorando com responsabilidade a extraordinária biodiversidade da Amazônia, para a produção de medicamentos e cosméticos, entre outros. Vamos provar que é possível promover crescimento econômico e inclusão social tendo a natureza como aliada estratégica, e não mais como inimiga a ser abatida a golpes de tratores e motosserras (G1 Meio Ambiente, 2022).

No que diz respeito ao setor da agricultura, o discurso também apresento posicionamentos mais coerentes à perspectiva ecológica se comparados aos governos anteriores.

A produção agrícola sem equilíbrio ambiental deve ser considerada uma ação do passado. A meta que vamos perseguir é a da produção com equilíbrio, sequestrando carbono, protegendo a nossa imensa biodiversidade, buscando a regeneração do solo em todos os nossos biomas, e o aumento de renda para os agricultores e pecuaristas. Estou certo de que o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico do nosso governo na busca por uma agricultura regenerativa e sustentável, com investimento em ciência, tecnologia e educação no campo, valorizando os conhecimentos dos povos originários e comunidades locais. No Brasil há vários exemplos exitosos de agroflorestas. Temos 30 milhões de hectares de terras degradadas. Temos conhecimento tecnológico para torná-las agricultáveis. Não precisamos desmatar sequer um metro de floresta para continuarmos a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Este é um desafio que se impõe a nós brasileiros e aos demais países produtores de alimentos. Por isso estamos propondo uma Aliança Mundial pela Segurança Alimentar, pelo fim da fome e pela redução das desigualdades, com total responsabilidade climática (G1 Meio Ambiente, 2022).

Isto posto, estudos sobre a *metamorfose do campo*, assim como a respeito de outras metamorfoses em desdobramento pelo processo de estruturação da *citê ecológica* na

sociedade brasileira, apresentam grande potencial para contribuir com discussões com foco nas relações entre natureza e sociedade.

Por fim, as estratégias empregadas pelo MST na luta por legitimação em Ribeirão Preto, ou seja, esforços para garantir o acesso às políticas públicas e viabilizar uma proposta de reforma agrária agroecológica, apresentam-se como uma leitura séria e coerente do atual cenário político em nível global e regional. Além disso, estes atores evidenciam que as emergências climáticas globais possibilitam o questionamento do latifúndio de formas nunca antes pensadas. Apesar da existência de certas conviências do poder público para com as ações predatórias dos atores econômicos, assim como o negligenciamento dos deveres constitucionais para com os grupos mais vulneráveis, o MST junto à atuação de seus colaboradores e Ministério Público foi capaz de produzir alternativas verdadeiramente inovadoras no caso do assentamento Mário Lago. Assim, foi possível gerar, mesmo em situações desafiadoras, fontes sustentáveis de renda oriunda de sistemas agrícolas pensados para produção de alimentos saudáveis aliados à preservação e restauração da natureza.

As experiências relatadas pelos interlocutores, assim como as análises de estratégias argumentativas utilizadas no caso do assentamento Mário Lago, tanto no âmbito institucional quanto social, anunciam novos caminhos na luta por legitimação. Em outras palavras, a metamorfose do mundo, a boa nova ecológica aos movimentos sociais. Que estes esforços sirvam como referência e inspiração àqueles que lutam por um mundo justo.

Referências bibliográficas

ABAG. **Há 20 anos contribuindo para o agronegócio crescer (2020)**. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-20-anos-reviso%CC%83es-grafica-min.pdf>>. Último acesso em dezembro de 2021.

AGUIAR, V. J. **Proposta do Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão preto/SP**. Presidente Prudente/SP. Trabalho de monografia em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Unesp, 2011.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora da FGV, 2013. 384 p., il. ISBN 8522504733 (broch.).

ALBUQUERQUE FILHO, J. L. **O Sistema Aquífero Guarani na Bacia do Pardo: uso atual e medidas recomendadas para gestão sustentável**. Ribeirão Preto/SP. Revista do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo, n. 40, Abril, maio e junho de 2021.

ALEXANDER, J. **O novo movimento teórico**. São Paulo/SP. Revista Brasileira, 1987.

ANGELO, C; RITTL, C. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas do Brasil (1970-2018)**. In: Observatório do Clima SEEG 2019: relatório síntese, novembro de 2019.

ARTAXO, P. **Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?** São Paulo/SP. Revista USP, n. 103, 13-24 p. 2014

BARBOSA DE ABREU, P. H.; AGUILAR ALONZO, H. G. **Salutogênese-Camponês a Camponês: uma metodologia para promoção da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Revista SAÚDE DEBATE/RIO DE JANEIRO, V. 42, N. ESPECIAL 4, P. 261-274, DEZ 2018.

BARBI, F.; FERREIRA, L. **Governing Climate Change Risks: Subnational Climate Policies in Brazil**. Preprints 2016, 2016070006 (doi: 10.20944/preprints201607.0006.v1).

_____. **Mudanças Climáticas e governança ambiental:** desafios do Antropoceno. Climacom Cultura Científica, ano 4, número 10, 2018.

BBC. **EUA debatem lei que pode barrar US \$500 milhões em exportações do Brasil por desmatamento (7 de outubro de 2021).** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58826789>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

_____. **A norma do Parlamento Europeu que pode aumentar a pressão contra o desmatamento no Brasil (dezembro de 2020).** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55168713>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2011. 383 p. ISBN 978573264500 (broch.).

_____. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018. 279 p. ISBN 9788537817346 (broch.).

_____; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENEDICT, R. **Padrões de Cultura.** Tradução: Ricardo A. Rosenbush. São Paulo: MEDIAfashion; Folha de São Paulo, 2021. 232 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 36ª ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BERGER, P. **Rumor de anjos:** a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. Ed. Tradução de Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Seleção de Celso Castro. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2010. 109 p. (Antropologia social). ISBN 9788571107601 (broch.).

BOLTANSKI, Luc. **On justification: economies of worth**. Coautoria de Laurent Thévenot. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006. viii, 389. ISBN 0691125163 (broch.).

_____. **Love and justice as competences**. Translated by Catherine Porter. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.

_____; VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François. **Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2016.

_____; THÉVENOT, Laurent. **The sociology of critical capacity**. European journal of social theory, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BORELLI FILHO, D. **A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do assentamento Mário Lago**. Araraquara/SP. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário de Araraquara, 01/12/2009.

BORGES, E. **A participação de diferentes níveis de governo e da sociedade na governança ambiental: uma avaliação do arcabouço legal brasileiro**. Revista Âmbito Jurídico, n. 166, nov. 2017.

BORSATO, R. S; CARMO, M. S. **A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. RESR, Piracicaba/SP, Vol. 51, No 4, p. 645-660, Out/Dez 2013 – Impressa em Fevereiro de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#titviicapiiii>. Último acesso em 26/04/2022.

_____. **Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.110%2C%20DE%20%20DE%20JULHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Agr%C3%A1ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Último acesso em 20 de maio de 2022.

_____. **Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Último acesso em 15 de maio de 2022.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm#:~:text=Art.,T%C3%ADtulo%20VII%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Compete%20%C3%A0%20Uni%C3%A3o,esteja%20cumprindo%20sua%20fun%C3%A7%C3%A3o%20social>. Último acesso em 26/04/2022.

_____. **Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

_____. **Decreto Legislativo nº 144 de 2002.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-144-20-junho-2002-458772-norma-pl.html>>. Último acesso em 12 de maio de 2022.

_____. **Projeto contra terrorismo reabre debate sobre possível criminalização de movimentos sociais.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551758-projeto-contra-terrorismo-reabre-debate-sobre-possivel-criminalizacao-de-movimentos-sociais/>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

_____. **ESTUDO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TRATADO DE QUIOTO E RESOLUÇÕES INTERNACIONAIS DE SUA ATUALIZAÇÃO (2007).** Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-250/topico-304/EPE%20->

%201%C2%BA%20Biocombust%C3%ADveis%20x%20MDL[1].pdf>. Último acesso em 10 de maio de 2022.

_____. **Lei 11.097 de 13 de janeiro de 2005.** Disponível em: <[_____. **Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009.** Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm\)>. Último acesso em: 16 de maio de 2022.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111097.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.097%2C%20DE%2013%20DE%20JANEIRO%20DE%202005.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20do,2002%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.>. Último acesso em 10 de maio de 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CUBAS, Tiago E. A. **O São Paulo Agrário na Era da Globalização.** Presidente Prudente/SP. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnologia. Unesp, 2017.

CARSON, R. **Primavera silenciosa.** Traduzido por Claudia Sant'Anna Martins. 1. Ed. Editora Gaia. São Paulo, 2010. 327 p.

CASTILHO, A. L. **Partido da Terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo/SP. Editora Contexto, 2012.

CBH do Pardo. **Relatório de situação 2020/ ano base 2019.** Dezembro de 2020. Disponível em: <<https://sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos>>. Último acesso em 20 de maio de 2022.

DALPERIO, L. C. **Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil (2000-2012).** Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015

DEMÉTRIO, N. B; BAENINGER, R; GUIMARÃES PERES, R. **Um mar de cana:** expansão regional e migração em São Paulo. In: Planejamento da produção de cana-de-açúcar no contexto das mudanças climáticas globais. Campinas/SP. Editora da Unicamp, 2016.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer.** Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/>>. Último acesso em 10 de maio de 2022.

EHLER, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Coautoria de Michael Schroter. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1994. 201 p.

EMBRAPA; UNICAMP. **Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil.** Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.agritempo.gov.br/climaeagricultura/download.html>>.

EPE. **Plano decenal de expansão de energia 2019.** Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-52/topico-89/Relat%C3%B3rio%20Final%20do%20PDE%202019.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

FERREIRA, Leila da Costa. **The sociology of environmental issues: theoretical and empirical investigations.** Curitiba, PR: CRV, 2018. 227p.

_____. **The multi-level governance challenge of climate change in Brazil.** In: The Cambridge Handbook of Environmental Sociology. Eds. Bell, M; Carolan, M; Legun, K and Keller, J. Cambridge University Press. 2020.

_____. **A Questão Ambiental. Sustentabilidade e Políticas no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2003. v. 1. 155p .

_____. **O desafio das mudanças ambientais globais no antropoceno. O desafio das mudanças climáticas. Os casos Brasil e China.** 1ed. Jundiaí/ São Paulo: Paco Editorial/ FAPESP, 2017, v. 1, p. 15-55.

_____; BARBI, F.; BARBIERI, M. D. **Dimensões humanas das mudanças climáticas no Sul Global.** São Paulo: Editora CRV, 2020.

_____; TAVOLARO, Sergio BF. **Environmental concerns in contemporary Brazil: an insight into some theoretical and societal backgrounds (1970s–1990s).** International Journal of Politics, Culture, and Society, v. 19, n. 3, p. 161-177, 2008.

FREITAS, G. B. A. **Construção Social dos Mercados: o Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos agroflorestais no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto/SP.** Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras. Unesp, 2018.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19 (05/2020).** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Último acesso em 15 de março de 2022.

G1 MEIO AMBIENTE. **Íntegra do discurso de Lula na COP 27.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml>>. Último acesso em 25 de novembro de 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1991. 193 p. (Biblioteca básica). ISBN 8571390223 (broch.).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988. 159p. (Antropologia social).

GOLDFARB, Y. **A Luta Pela Terra Entre o Campo e a Cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios**. São Paulo: USP, Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2007.

GOMES, M. A. F. et al. **Movimento do herbicida tebuthiuron em dois solos representativos das áreas de recarga do Aquífero Guarani**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 2, p. 479-483, 2006. Disponível em: <<http://www.agriambi.com.br>>. Acesso em: nov. 2014.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Pretos-SP**. RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, n. 13, 2010.

GOULART, M. P. **Ministério Público e democracia: teoria e práxis**. São Paulo: Editora Led, 1998. 276 p.

_____. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público**. Belo horizonte. Arraes Editores, 2013. 310 p.

GRAZIANO X. **Barril de Pólvora**. São Paulo: Gazeta do Povo, domingo, 7 de dezembro de 2004.

HAECKEL, Ernst Heinrich Philipp August. **Art forms in nature**. New York, NY: Dover, c1974. 100p., il. ISBN 0486229874 (broch.).

HALL, Stuart. **The West and the rest in formations of modernity**. In. Formations of Modernity. Oxford: Polity Press in association with Blackwell Publishers Ltd and The Open University, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, SP: Loyola, 2008. 249p. il. ISBN 9788515035366 (broch.).

HENRIQUES, O. K. **Caracterização da vegetação natural de Ribeirão Preto, SP**. Ribeirão Preto/SP, Base Para conservação. Tese (Doutorado em Biologia). Universidade de São Paulo, FFCLRP/USP, 2003.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a. ed., 1971.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984. 255 p. Inclui bibliografia. ISBN (Broch.).

IF do ESP. **Resultados por município do Mapeamento Temático da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de 2020**. In: Inventário florestal do estado de São Paulo. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/07/tabela-municipio-inventario-florestal-if-2020.pdf>>. Último acesso em 29 de abril de 2022.

IHA, MONICA HASHIMOTO. **A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária**: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Doutorado em Geografia/USP, 20/01/2017, 308 p.

IPA. **História do Instituto Pensar Agro**. Disponível em: <<https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>>. Último acesso em dezembro de 2021.

IPCC. **AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Último acesso em 14 de dezembro de 2021.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em 14 de dezembro de 2021.

_____. **Censo Demográfico 1950/2010**. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol 53, 1993.

_____. **Censo Agropecuário 1920/2006**. Até 1996 dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

JUNIOR, O. A. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas Públicas**. RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, v.14, n.2, 2011

KORTENKAMP, K. V; MOORE, C. F. **ECOCENTRISM AND ANTHROPOCENTRISM: MORAL REASONING ABOUT ECOLOGICAL COMMONS DILEMMAS**. In: Journal of Environmental Psychology, Volume 21, Issue 3, 2001. Pages 261-272. ISSN 0272-4944.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. **An Ecological Justification? Conflicts in the Development of Nature**. In: Justification, evaluation and critique in the study of organizations. Emerald Publishing Limited, 2017.

LAMONT, Michèle; THÉVENOT, Laurent. **Rethinking comparative cultural sociology**. Repertoires of Evaluation, v. 8, 2000.

LEOPOLD, A. **A sand county almanac: with essays on conservation from round river**. London, UK. Oxford University Press, 1970.

MACHADO, A. M. B. ; BIZZO, N. A. **Camponeses da Reforma Agrária e a Floresta: o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP**. Brasília: EMBRAPA, 2016.

MAPA. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis: inclusão social e desenvolvimento territorial (2010)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/biodiesel/arquivos/cartilha-do-programa-nacional-de-producao-e-uso-de-biodiesel-pnpb.pdf>>. último acesso em 16 de maio de 2022.

_____. **Balanco do Selo Combustível Social (2008-2020)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/biodiesel/arquivos/Balano.pdf>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

MAPA DA ÁGUA. **Descubra o que tem na água de Ribeirão Preto (SP)**. Disponível em: <<https://mapadaagua.reporterbrasil.org.br/municipios/sp/ribeirao-preto>>. Último acesso em 19 de maio de 2022.

MARTINS, Rafael De Almeida; FERREIRA, Leila da Costa. **VULNERABILIDADE, ADAPTAÇÃO E RISCO NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 11, p. 237-251, 2012.

MÉNDEZ SASTOQUE, M. J. (2013). **Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia**. Revista de Economía e Sociologia Rural, 51(Supl.1), s031-s048.

MOREIRA, R. J. **Críticas Ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, n. 2. Outubro de 2000.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. **Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo**. Piracicaba/SP. Tese (Livre Docência em Sociedade, cultura e natureza) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. et al. **Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo**. v. 25 n. 3: Estudos Sociedade e Agricultura (outubro de 2017 a janeiro de 2018).

_____.; GEBRIM DÓRIA, N. **A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 41, n. 2, p. 246-261, 14 dez. 2021.

_____; RETIÈRE, M. **A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57(3), 490-503, 2019.

MORAN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 367 p. (Ecologia & ecosofia). ISBN 8532602975 (broch.).

MORAN, E. F; OSTROM, E. **Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente**. In: Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente, 2009. 544-544 p.

MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à antropologia ecológica. 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Edusp, 2010. 503 p., il. (Ponta, v.10). ISBN 9788531412035

MRE. **Discursos: presidentes da república**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas>>. Último acesso em: 17 de maio de 2022.

MST. **Nossa História, 2000/04**. Publicado em 18 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói/RJ. Editora Eduff, 2018. 124 p.

NUNES, P. N; SILVA T. B. **Implantação de Sistemas Agroflorestais**: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v. 46, n. 3, maio/jun. 2016.

ODUM, Eugene Pleasants. **Ecologia**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, c1988. xi, 434p., il., grafs., retrs. Bibliografia: p.387-422. ISBN 8520102492

OECO. **Governo tenta incluir garimpeiros e pecuaristas na lista de comunidades tradicionais (2021)**. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/governo-tenta-incluir->

garimpeiros-e-pecuaristas-na-lista-de-comunidades-tradicionais/>. Último acesso em 10 de maio de 2022.

O Estado de São Paulo. **MST de Ribeirão promove marcha de protesto hoje**. Sábado, 13 de setembro de 2003.

_____. **MP x MST**. Jornal O Estado de São Paulo, sábado, 11 de dezembro de 2004.

ORPLANA. **Organização de associações de produtores de cana: quem somos (2021)**. Disponível em: <<https://www.orplana.com.br/quem-somos>>. Último acesso em 12 de dezembro de 2021.

OSTROM, Elinor. **Neither Market Nor State: Governance of Common-Pool Resources in the Twenty-first Century**. Washington, DC. International Food Policy Research Institute. Lecture Presented June, 1994.

OUR WORLD IN DATA. **Brazil: CO2 country profile 2020**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/co2/country/brazil?country=~BRA#what-are-the-country-s-annual-co2-emissions>>. Último acesso em 16 de maio de 2022.

PICOLOTTO, E. L. e PICCIN, M. B. **Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa?** Revista Extensão Rural, Santa Maria, ano XV, n. 16, p.5-36, jul./dez. 2008.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel Press, 1997.

POMPEIA, Caio et al. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

POTTER, V. R. **Bioética: ponte para o futuro**. Tradução de Diego Carlos Zanella. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

REDE TVT. **Lula no Encontro dos Movimentos do Campo, das Florestas e das Águas: pela vida e contra fome.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B2yi9TCVU8U>>. Último acesso em 25 de novembro de 2022.

RETIÈRE, Morgane; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, p. 490-503, 2019.

RIBEIRÃO PRETO, SP. **Lei Complementar nº 501 de 1 de dezembro de 1995.** Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa>>. Último acesso em 21 de maio de 2022.

_____. **Lei Complementar 1616 de fevereiro de 2004.** Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa?lei=6826#:~:text=43%2C%20institui%20o%20C%3%B3digo%20Municipal,instrumentos%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20e>>. Último acesso em 21 de maio de 2022.

_____. **Lei 2257 de abril de 2008.** Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/meio-ambiente/a-secretaria>>. Último acesso em 21 de maio de 2022.

_____. **Processo de revisão do Plano Diretor (2017-2018).** Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/plano-diretor-do-municipio>>. Último acesso em 21 de maio de 2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Global, 2015. 358 p.

_____. **América Latina : a pátria grande**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1986. 148 p. ISBN 8570300840 (Broch.).

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos/SP. Editora Rima, 2003. 66 p.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.798 de 09 de novembro de 2009**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13798-09.11.2009.html>>.

Último acesso em 16 de maio de 2022.

_____. **Meio ambiente paulista: relatório de qualidade ambiental 2020**. Organização: Sheyla Aki Watanabe et al. 1 ed. Secretaria de infraestrutura e meio ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/category/pub/>>. Último acesso em 12 de dezembro de 2021.

_____. **Meio ambiente paulista: relatórios de qualidade ambiental 2012-2020**. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/category/pub/>>. Último acesso em 12 de dezembro de 2021.

SIFESP. **Mapas florestais do estado de São Paulo por município 2020**. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/sifesp/mapas-municipais/>>. Último acesso em 29 de abril de 2022.

THÉVENOT, Laurent. **Pragmatic regimes governing the engagement with the world**. In: *The practice turn in contemporary theory*. Routledge, 2005. p. 64-82.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil**. Porto Alegre: Via Campesina Brasil, 2010.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021)**. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: as circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012. 375 p. ISBN 9788520011676 (broch.).

ZENG, Ning et al. **Agricultural Green Revolution as a driver of increasing atmospheric CO2 seasonal amplitude**. Nature, v. 515, n. 7527, p. 394-397, 2014.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013. 336 p.

ZONETTI, Vitor Moretti. **O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade**. São Paulo/SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

ZULLO JUNIOR, J; KOGA-VICENTE, A. **Cenário de disponibilidade de terras para expansão canavieira na região centro-sul brasileira em condições de mudanças climáticas**. In: Planejamento da produção de cana-de-açúcar no contexto das mudanças climáticas globais. Campinas/SP. Editora da Unicamp, 2016.

ANEXOS

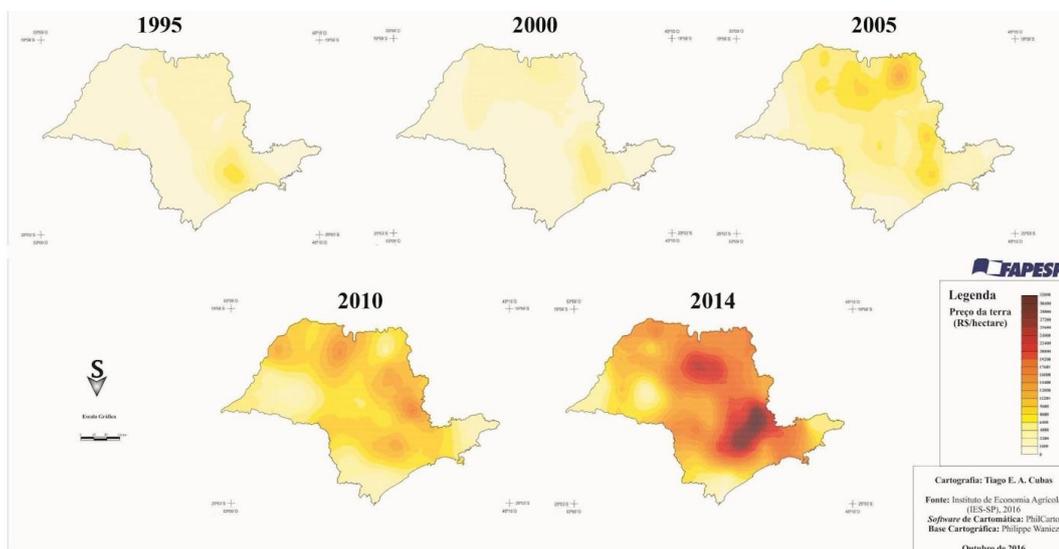


Figura 13. Evolução do preço da terra no estado de São Paulo (1995-2014). Fonte: Cubas (2017).



Figura 14. Obras de arte de Haeckel (1974, pp. 54; 82; 99), em “Art forms in nature”.



Figura 15. Estrada próxima ao Centro de formação Dom Hélder Câmara. Foto do autor.

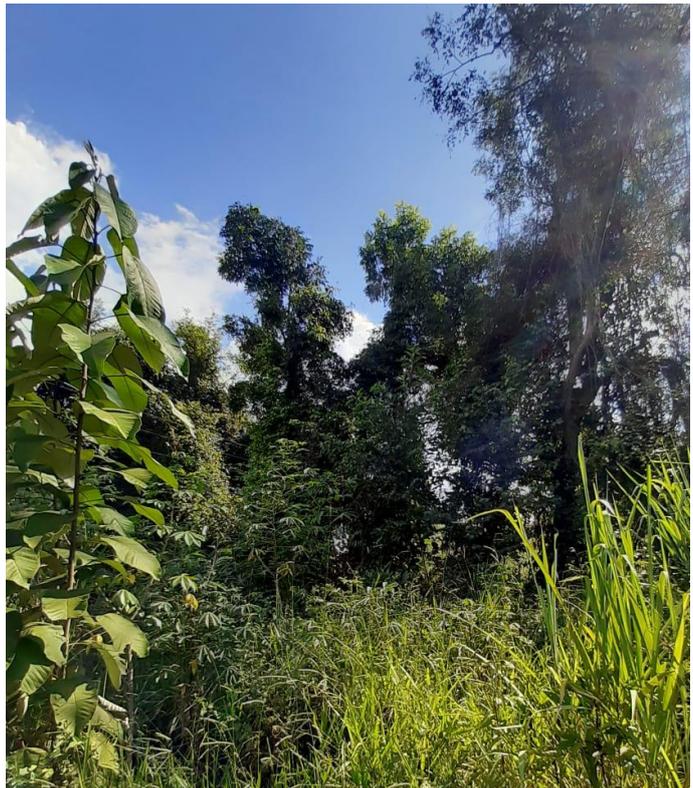


Figura 16. Área de reserva permanente próxima ao Centro de Formação Dom Hélder Câmara. Foto do autor.



Figura 17. Canteiro agroflorestal I no Centro de Formação Dom Hélder Câmara. Foto do autor.



Figura 18. Canteiro agroflorestal II no Centro de Formação Dom Hélder Câmara. Foto do autor



Figura 19. Canteiro agroflorestal I na Brigada Ana Primavesi. Foto do autor.



Figura 20. Canteiro agroflorestal II na brigada Ana Primavesi. Foto do autor.



*Figura 21. Lote agroflorestal assentados (foto I).
Foto do autor.*



*Figura 22. Lote agroflorestal assentados (foto II).
Foto do autor.*



Figura 23. Lote agroflorestal assentados.(foto III).
Foto do autor.



Figura 24. Lote agroflorestal assentados
(foto IV). Foto do autor.



Figura 25. Lote agroflorestal assentado (foto V).
Foto do autor



Figura 26. Lote agroflorestal assentado
(foto VI). Foto do autor.



Figura 27. Lote agroflorestal assentado (foto VII). Foto do autor.

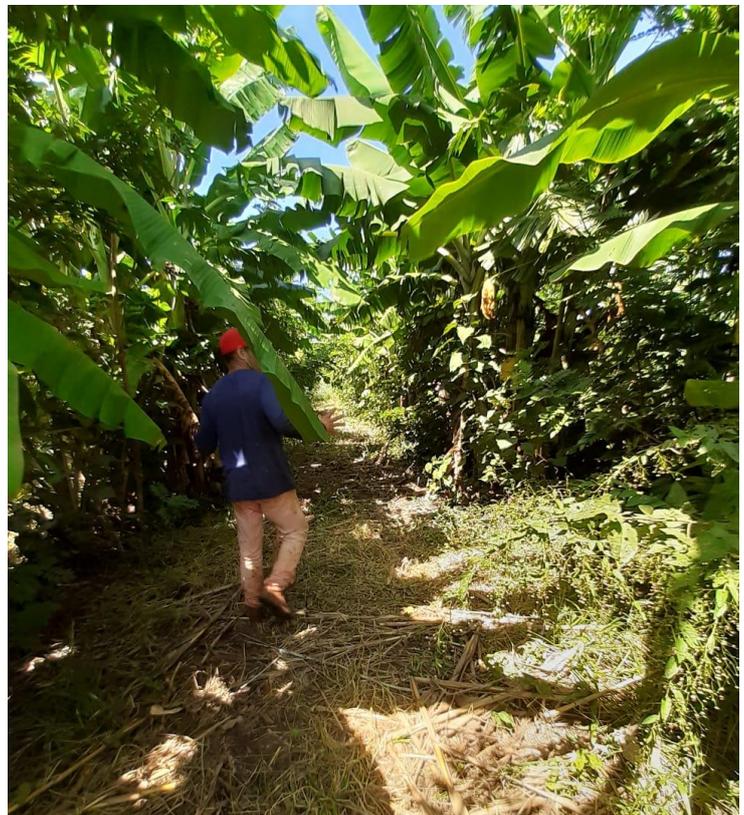


Figure 28. Lote agroflorestal assentado (foto VIII). Foto do autor.



Figura 29. Lote agroflorestal assentado (foto IX). Foto do autor.



Figura 30. Lote agroflorestal assentado (foto X). Foto do autor.



Figura 31. Lote agroflorestal assentado (foto XI). Foto do autor.



Figura 32. Lote agroflorestal assentado (foto XI). Foto do autor.



Figura 33. Lote agroflorestal assentado (XII). Foto do autor.



Figura 34. Lote agroflorestal assentado (foto XIII). Foto do autor.



Figura 35. Lote agroflorestal assentado (foto XIV). Foto do autor.



Figura 36. Lote agroflorestal assentado (foto XV), mudas de café. Foto do autor.



Figura 37. Lote agroflorestal assentado (foto XVI). Foto do autor.



Figura 38. Lote agroflorestal assentado (foto XVII). Foto do autor.